

PAULO ROBERTO DE SOUZA

**CAMINHOS DE RESISTÊNCIA: DO  
PODER SINDICAL AO PODER POLÍTICO  
Memórias sobre lutas dos trabalhadores da USIMINAS**

**1960–1988**

2014

PAULO ROBERTO DE SOUZA

**CAMINHOS DE RESISTÊNCIA: DO  
PODER SINDICAL AO PODER POLÍTICO  
Memórias sobre lutas dos trabalhadores da USIMINAS**

**1960–1988**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de  
Pós-graduação em História da Universidade  
Federal de Uberlândia como exigência parcial  
para obtenção do título de doutor em História.

Área de concentração: história social  
Orientador: prof. dr. Paulo Roberto de Almeida.

U B E R L Â N D I A , M G  
2 0 1 4

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

S729c Souza, Paulo Roberto, 1954–  
2014 Caminhos de resistência : do poder sindical ao poder político :  
memórias sobre lutas dos trabalhadores da USIMINAS (1960–  
1988)/Paulo Roberto Souza. — 2014.  
197 f.

Orientador: Paulo Roberto de Almeida.  
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-graduação em História.  
Inclui bibliografia.

1. História – Teses. 2. História social – Teses. 3. Trabalhadores  
– Ipatinga (MG) – História – Teses. 4. Sindicatos – Ipatinga (MG) –  
História – Teses. 5. USIMINAS – História – Teses. I. Almeida,  
Paulo Roberto de. II. Universidade Federal de Uberlândia.  
Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

---

CDU: 930

**PAULO ROBERTO DE SOUZA**

**CAMINHOS DE RESISTÊNCIA: DO PODER SINDICAL AO PODER  
POLÍTICO; MEMÓRIAS SOBRE LUTAS DOS TRABALHADORES  
DA USIMINAS (1960-1988)**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de  
Pós-graduação em História da Universidade  
Federal de Uberlândia como exigência parcial para  
obtenção do título de doutor em História.

Área de concentração: história social

**Banca de defesa**

---

Prof. dr. Paulo Roberto de Almeida  
Orientador

---

Prof. dr. Vagner José Moreira  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

---

Prof. dr. Paulo César Inácio  
Universidade Federal de Goiás

---

Prof.<sup>a</sup> dr.<sup>a</sup> Dilma Andrade de Paula  
Universidade Federal de Uberlândia

---

Prof. dr. Sergio Paulo Moraes  
Universidade Federal de Uberlândia

# AGRADECIMENTOS

**E**m primeiro lugar, expresso meus agradecimentos a todos os funcionários da Universidade Federal de Uberlândia. Todo esse trabalho que é desenvolvido em prol do ensino jamais seria possível se não tivesse a contribuição desses sujeitos, que embora permaneçam no anonimato têm função tão importante quanto à daqueles que administram a instituição. Muitas vezes privados da possibilidade de estudar, esses colaboradores dedicam sua vida a um trabalho que tem por finalidade melhorar a vida de muitas pessoas através da manutenção de todos os setores da universidade. Cada um deles tem importância significativa na vida de todos os estudantes, embora, na maioria dos casos, nem sequer sejam lembrados. Dos secretários ao pessoal da limpeza, dos agentes administrativos aos responsáveis pela segurança, dos bibliotecários aos jardineiros, cada um com sua especialidade dá o que há de melhor para manter a instituição de ensino em boas condições de funcionamento. Como não posso nominá-los, deixo meu agradecimento em nome da secretária Josiane Braga Soares, que com alegria e simpatia nos atendeu ao longo dessa jornada que se encerra com a defesa.

Agradeço aos professores, cuja dedicação paciência e cujo conhecimento foram imprescindíveis ao crescimento de cada um de nós. À professora doutora Maria Clara Tomaz Machado, professora doutora Rosangela Patriota, professora doutora Vera Lucia Puga, professora doutora Heloisa Helena Pacheco Cardoso, professora doutora Dilma Andrade de Paula, professor doutor Sergio Paulo de Moraes. Um agradecimento muito especial vai ao meu orientador, professor doutor Paulo Roberto de Almeida, que com sua costumeira habilidade contribuiu para mudanças significativas sobre as visões cristalizadas que eu trouxe do passado. Trata-se de uma pessoa pela qual nutro um grande respeito e cujo comprometimento com aquilo que se propôs a fazer eu admiro. A todos esses professores, minha gratidão!

Às minhas colegas que compartilharam esses longos anos de estudos, a minha gratidão por esse período de aprimoramento. Certamente a presença de vocês no meu cotidiano contribuiu para aprimorar meu aprendizado e alargar os horizontes. Nesse período compartilhamos alegrias, apreensões e muita dúvida, que aos poucos foram se esmaecendo graças às intervenções realizadas por cada uma de vocês. Janaína Ferreira Silva, Filomena Luciene Cordeiro Reis, Maria Gisela Peres e Renata Rastrelo, com muito carinho e boas lembranças de um tempo que certamente ficará na nossa memória: meus agradecimentos!

Aos familiares que por inúmeros momentos se privaram de minha companhia. Muitas vezes, em função da minha dedicação aos estudos, tiveram que suprir minha ausência com outras atividades. Maria Luiza Donizetti Gomes Souza, Ana Luiza Gomes de Souza, Ana Paula Gomes de Souza e Marcus Paulo Gomes de Souza: a vocês meus agradecimentos. De uma forma ou de outra todos têm parte na construção deste trabalho, incluindo minha netinha

Maria Cecília Gomes Carapunarla. Aos meus irmãos, Ademir Carlos de Souza, Neuza Ângela de Souza, Charles Vilmar de Souza, Márcia Ângela de Souza, Marcio Rodrigues de Souza e Albertina Mirian de Souza, a torcida de vocês e o incentivo de todos marcaram a construção deste trabalho.

A todos os trabalhadores brasileiros, em especial aqueles sobre os quais a carga tributária incide com maior contundência, ou seja, os mais humildes: a vocês, meus agradecimentos! Todos, de maneira geral, disponibilizam seus impostos, inclusive para a manutenção das universidades públicas. Graças a essa sacrificada contribuição tais instituições continuam a funcionar; e embora muitos donos dos meios de produção julguem ser necessária a privatização da educação, jamais abrem mão dos impostos dos menos favorecidos, além de pleitear vagas públicas para seus abastados filhos. Da contribuição da maioria dos sacrificados vieram as condições para que eu pudesse concluir o doutorado. Portanto, a eles, minha gratidão!

Enfim, meus maiores agradecimentos vão para meus pais. Um dia ele me falou: “Se eu tivesse a oportunidade que vocês têm para estudar, hoje certamente eu já seria um Doutor”. Meu pai não teve essa oportunidade, mas conquistou para nós o direito de tê-la. Infelizmente, ele não está aqui para ver o filho se submeter a um Exame Final de Doutorado. Mas está muito bem representado na pessoa de minha mãe. A vocês, meus pais, Alípio Rodrigues de Souza e Iracilda Ângela de Souza, minha eterna gratidão!

*A todos os trabalhadores oprimidos cuja resistência foi fundamental ao desenvolvimento da humanidade.*

## Louvor do revolucionário

*Quando a opressão aumenta  
Muitos se desencorajam  
Mas a coragem dele cresce.  
Ele organiza a luta  
Pelo tostão do salário, pela água do chá  
E pelo poder no Estado.  
Pergunta à propriedade:  
Donde vens tu?  
Pergunta às opiniões:  
A quem aproveitais?*

*Onde quer que todos calem  
Ali falará ele  
E onde reina a opressão e se fala do Destino  
Ele nomeará os nomes.*

*Onde se senta à mesa  
Senta-se a insatisfação à mesa  
A comida estraga-se  
E reconhece-se que o quarto é acanhado.*

*Pra onde quer que o expulsem, para lá  
Vai a revolta, e donde é escorraçado  
Fica ainda lá o desassossego.*

— B E R T O L T B R E C H T

# RESUMO

SOUZA, Paulo Roberto de. **Caminhos de resistência**: do poder sindical ao poder político; memórias sobre lutas dos trabalhadores da USIMINAS (1960–1988). 165 f. 2014. Tese (Doutorado em História) — Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia.

**A**análise da trajetória de vida de trabalhadores de áreas da atuação diversas mostra que os capitalistas impõem processos de exploração sobre a classe trabalhadora a fim de gerar mais capital ainda. Na cidade de Ipatinga (MG), a construção de uma siderúrgica de grande porte envolveu mudanças de hábitos da população local, incluindo a implantação de uma disciplina rígida sobre os empregados — a “cultura USIMINAS”. Esse modelo disciplinar envolvia, também, o controle do sindicato representante dos operários locais, com interferência direta da empresa nas eleições, a ponto de tentar impedir a formação de chapas de oposição que visassem tomar a instituição ao controle dos trabalhadores. Numa combinação complexa de resistência e ousadia um grupo de operários conseguiu, de forma velada, registrar uma chapa de oposição; e as eleições sindicais transformaram o cotidiano da população, que teve envolvimento direto na disputa empreendida pelos desafiantes. A empresa mostrou sua determinação, ameaçando direta e indiretamente, caso o grupo opositor vencesse as eleições; e a estratégia do medo resultou na vitória da situação, com apoio explícito da direção da empresa. O processo histórico de formação da chapa mostra que a maneira como os trabalhadores criaram laços com as famílias dos operários permitiu que boa parte deles se lançasse na disputa pelo poder político local após a demissão de todos os candidatos de oposição sindical. A nova proposta foi acolhida pela população e na primeira eleição municipal ocorrida após a formação da Chapa Ferramenta, esses trabalhadores conseguiram conquistar o poder político em Ipatinga, desbancando os políticos tradicionais da cidade e implantando uma administração com a participação do povo. Os conflitos ocorridos logo após a inauguração da empresa, na década de 1960, ficaram presentes na memória da população, e, ao que parece, influenciaram fortemente nas disputas que ocorreriam na década de 80. No jogo de opressão e resistência, os operários desafiaram a “cultura USIMINAS”, que controlava as ações dos trabalhadores e da população local. Após a consagração deles no político, os espaços outrora ocupados pela oligarquia política local e pela direção da empresa passaram a ser divididos entre esta e os trabalhadores demitidos em função das disputas pela administração sindical.

**Palavras-chave:** Opressão; Ousadia; “cultura USIMINAS”; Oposição; luta de classes.

# ABSTRACT

SOUZA, Paulo Roberto de. **Ways of resisting**: from the unionist power to the political power; memories on USIMINAS' workers' struggles (1960–1988). 197 pp. 2014. Thesis (Doctorate in History) — History Institute, Universidade Federal de Uberlândia.

The analysis of the background of workers from various areas of activity shows that capitalists impose processes of exploitation of the working class in order to generate even more capital. In the city of Ipatinga (MG), the building of a large steel mill involved changing habits of the local population, including the implementation of a strict discipline on employees — the so-called “USIMINAS culture”. This disciplinary model also involved the control of workers' local trade union, with the direct interference of the company in the elections, as it proves its attempts at preventing the formation of an oppositional slate intended to take control of the union in favor of the workers. By combining strength and daring, a group of laborers managed to form an opposition slate without rising suspicious and to make it official as early as possible, so that it ended as the first slate to be registered. Union elections in 1985 changed the everyday life of local population, who get involved directly in the struggle for votes. The company showed its determination by threatening directly or indirectly, if the opposition group won the elections. This strategy of threaten proved to be effective since the slate n. 2 won with explicit support of the company. The historical process of forming slate n. 1 shows that the bonds its members established with other workers' families allowed most of them putting themselves in contention for local political power, right after being fired. As population was receptive to their proposal, in the 1985 municipal election these workers were able to gain political power in Ipatinga over traditional politicians and to deploy an administration with the participation of the people. Social conflicts from the early days of steel mill operation still permeate local memory and — it seems — strongly influenced the disputes in the 80s. In the game of oppression and resistance, workers challenged “USIMINAS culture”, which controlled their actions and population's. Since workers won in the municipal elections, spaces formerly occupied by political oligarchy and the company had to be divided between this latter and them, who had been fired as a punishment for their opposition actions to the union administration.

**Keywords:** Oppression; Boldness; “USIMINAS culture”; Opposition; Class struggle.

# SUMÁRIO

Introdução	12
1 A manutenção do autoritarismo e os vínculos com o passado	42
2 “Quem amarrará o guizo no pescoço do gato?”: uma história de estratégias e determinação	82
3 Da disputa pela direção sindical à disputa pela administração pública: memórias de uma trajetória	119
Considerações finais	147
Referências e fontes	159
Anexos	169

# CONSIDERAÇÕES INICIAIS

**E**m julho de 1964, minha família se mudou da cidade de Divino, Zona da Mata mineira, para Ipatinga, cidade da região metalúrgica do Vale do Rio Doce. Meu pai, funcionário da Usina Intendente Câmara<sup>1</sup> — mais conhecida como USIMINAS — desde sua inauguração, em 1962, decidiu que era hora de enfrentar uma nova realidade e oferecer uma perspectiva de vida para os filhos — cinco à época. Ao chegarmos à cidade, deparamo-nos com um assunto que, de certa forma, iria me inquietar durante muito tempo: um conflito entre empregados dessa empresa estatal e seu corpo de vigilantes, que a época era assunto recorrente nas rodas de conversas; mesmo as crianças, com sua compreensão ainda não tomada por certos julgamentos morais do acontecido, faziam suas considerações e interpretações. Tratava-se de um confronto originado das condições de vida da população no qual, segundo testemunhos orais, os trabalhadores foram metralhados pela polícia local. Múltiplas interpretações foram elaboradas por quem participou diretamente do embate ou o presenciou; assim como por quem ouviu falar. Nas memórias construídas entre aquele

---

<sup>1</sup> Em 28 de maio de 1958, a diretoria das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S. A. (USIMINAS) aprovou a mudança de nome dessa empresa para Usina Intendente Câmara, em homenagem ao mineiro Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, naturalista e personagem pioneira na siderurgia do país, aonde veio pela primeira vez em 1814, e onde “fabricou o ferro gusa líquido, em alto forno, no Morro do Pilar de Gaspar Soares, então pertencente à freguesia de Conceição do Mato Dentro”. A sugestão do nome foi do então deputado Rafael Nunes Coelho (UDN/ARENA), feita na Assembleia Legislativa de dezembro de 1957 e sob os auspícios do governador José Francisco Bias Fortes (PSD). PORQUE se chama Intendente Câmara a usina de Ipatinga. **O Sul de Minas**, Itajubá, MG, 7 de setembro de 2013, “Notícia”. Disponível em: <<http://www.osuldeminas.com/osuldeminas/Pagina.do;jsessionid=mh0sqy2qfd0?idSecao=55&idNoticia=12827>>. Acesso em: 21 abr. 2014, às 7h43.

momento e o presente — mais de meio século —, é possível perceber a relevância do fato para a população local. Não só pelo número de mortos e feridos, mas também — e sobretudo — pelo quadro de tensões desenvolvido em meio às numerosas necessidades das pessoas.

Passei minha adolescência ouvindo histórias sobre esse episódio; e algo nunca saiu da minha imaginação: a transformação da portaria da siderúrgica em uma praça de guerra segundo relatos de envolvidos no conflito; sobretudo quando fui contratado pela USIMINAS, sob a matrícula de n. 15.606, aos 16 anos de idade, logo após terminar o curso de Eletricista Industrial do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). O cotidiano do trabalho ofereceu condições para que eu me aproximasse do que se construía de memória sobre o 7 de outubro de 1963 — dia em que a polícia disparou tiros de metralhadora contra os trabalhadores. Nesses anos, alimentei a ideia de um dia escrever sobre esse acontecimento.

Após andanças e contatos com empresas de outros seguimentos industriais em cidades diferentes, iniciei minha licenciatura em História pela Universidade de Uberaba, no Triângulo Mineiro. No primeiro dia de aula, tracei minha trajetória. Os alunos deveriam se apresentar aos demais informando suas intenções e expectativas em relação ao curso. Eu disse que queria compreender mais a fundo os conflitos sociais em geral no meu país, e o “massacre de Ipatinga” em particular, isto é, em curso de mestrado.<sup>2</sup> A repercussão do que eu disse indicou que alguns alunos pareciam ter sido tocados pelo assunto: queriam saber do que se tratava. Percebi a responsabilidade que carregava comigo: senti-me determinado a dar visibilidade a um assunto desconhecido de muita gente e um tanto ocultado pela censura que vigeu durante o governo dos militares.

Em 2005, iniciei o mestrado no Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Alinhando meu projeto de pesquisa à linha de pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, produzi a dissertação *Cultura, trabalho e conflitos em Ipatinga nos anos 60*. A construção desse trabalho só foi possível graças às instruções do meu orientador, professor Paulo Roberto de Almeida, cujas intervenções foram centrais para romper com um pensamento que se cristalizou em meu imaginário desde o meu primeiro contato com Ipatinga. O trabalho abordou aspectos da ocupação da cidade por trabalhadores em busca de condições mais dignas de vida. Dentre eles, João Lamego Neto, que se tornaria prefeito dessa cidade, considerou a cidade em construção como “o eldorado mineiro”<sup>3</sup> em entrevista à

---

<sup>2</sup> A população da cidade usa o termo “massacre de Ipatinga” para se referir aos mortos e feridos no conflito social de 1963.

<sup>3</sup> HOMENS EM SÉRIE: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens. Ipatinga: Prefeitura Municipal de Ipatinga, v. 2, p. 51, 1991.

revista *Homens em Série*. Essa fala demonstra o que aquelas pessoas buscavam ali, até então um local ermo identificado como Arraial de Ipatinga.

Além das esperanças e dos sonhos delas, apresentaram-se os conflitos decorrentes da ocupação desordenada da região, a luta por comida, moradia, serviço de saúde — numa palavra, decorrentes da precariedade de abastecimento que envolvia trabalhadores e famílias recém-chegadas. Nos anos iniciais dessa ocupação, meados da década de 60, os efeitos da presença dos militares no poder eram perceptíveis no contexto social. Embora a mudança política tenha sido vista como positiva por parte da população — sobretudo setores mais conservadores e uma ala da Igreja Católica temente a uma suposta ameaça comunista —, era expressiva a quantidade de pessoas sem porvir vivendo de favores de quem tinha emprego na USIMINAS. Uma massa humana sem oportunidades em outros locais se deslocou para a região a fim de conseguir algo melhor para sua vida. A realidade econômica local não contrastava com a realidade nacional, de economia enxuta e arrocho salarial sem precedentes.

Tudo se refletia na sociedade de Ipatinga e região. Centenas saíam às ruas todos os dias com o intuito de angariar a sobrevivência, à mercê que estavam da solidariedade da população. A alta de preços dos gêneros alimentícios e a escassez de recursos formavam um quadro em que o arroz passou a funcionar como “moeda de troca” por outros gêneros alimentícios. As pessoas não pediam dinheiro; pediam “um tiquim de arroz cru”. Com o passar dos anos, consolidava-se a percepção de que em um mesmo espaço conviviam a abundância do capital e um bolsão de pobreza.

Essa abordagem de estudo que envolveu população, dificuldades e conflitos foi avaliada em banca de defesa presidida pela historiadora Déa Fenelon. Na oportunidade, ela salientou a existência de uma cidade dicotomizada: uma cidade cativa submetida a um ordenamento social de práticas que davam margem a um suposto engessamento das atitudes da população e uma cidade aparentemente livre cuja população vivencia experiências, alegrias e sofrimentos sem peias ideológicas; salvo aquelas pertinentes a qualquer aglomerado humano que se desenvolva naturalmente. Em conversa com meu orientador depois, conseguimos perceber que os conflitos nesse local não findaram com o golpe militar, tampouco com a privatização da empresa, em 1999. Disputas de toda natureza se acirraram, e a luta por sobrevivência do início dos anos 60 deu espaço, na década de 80, a outros embates em outros campos da convivência humana. As pelejas transitavam no âmbito sindical e evoluíram para o poder político local.

Como parecia haver pouco material disponível sobre o assunto — estudos, pesquisas e fontes —, fui instruído a montar um projeto inicial a ser apresentado ao curso de Doutorado

em História Social. A dificuldade inicial era encontrar um fio condutor para tal projeto. Após dois anos de pesquisa sobre o assunto, percebi duas palavras sempre presentes em todos os tipos de disputas: opressão e resistência. Assim, procurei situar esses termos nas memórias que acumulei ao longo das experiências de vida, a começar de minha infância: do início dos anos 60; da cidade de Divino; de quando passava um carro de publicidade sonora pelas ruas, e nossas mães ordenavam que fôssemos ver a “piruinha de propaganda” — talvez a fim de proporcionar alguma diversão aos meninos, que viviam em uma comunidade pouco desenvolvida e ligada à economia agrária, de tal modo que a passagem de um carro era diversão cotidiana. As crianças se juntavam e corriam atrás da “piruinha” quarteirões afora, sem se preocuparem com o tempo que levariam nessa brincadeira; igualmente, as mães não se preocupavam com a segurança dos filhos, pois não havia perigo à vista.

Em meados da década de 60, noutra cidade, um carro de propagandas passava pelo bairro onde morávamos divulgando preços e promoções de uma loja de tecidos, A Predileta. Independentemente das lojas anunciadas pelos carros, todos diziam: “Lá vem a ‘predileta’”. Na adolescência, quando já cursávamos o ensino médio e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), esses carros irritavam: o som estridente, a quantidade de papéis que deixavam nas ruas — tudo incomodava. Hoje há poucos carros de anúncios sonoros divulgando lojas; a modernidade trouxe formas mais eficientes de promover os bens de consumo. Ainda assim, há quem sinta nostalgia deles.

Com efeito, o que era diversão se tornou irritação e, então, objeto da saudade. Talvez porque nossos referenciais e nossas noções de mundo mudem com o tempo. O córrego da fazenda que parecia um rio ao infante do passado não passará de um rego d’água aos seus olhos de adulto. O referencial de grandeza de cada um muda graças à dinâmica social, em que dado fato pode ser visto de ângulos diversos, enquanto os significados dos termos que verbalizam situações variadas se alargam, se restringem, se deslocam etc. — numa palavra, alteram-se com o tempo e o uso. Eis por que se pode dizer que, à proporção que novos conhecimentos se agregam a conhecimentos já consolidados por força da experiência ou da pesquisa, algumas palavras tomam corpo e se estabelecem como referenciais no campo das indagações; e o eventual incômodo que podem provocar tende a levar à formulação de hipóteses, que por vezes assumem condições diametralmente opostas a conceitos preestabelecidos. Nesse movimento de idas e vindas, percebe-se a natureza dialética do social.

No âmbito da historiografia, a possibilidade de identificar termos que sugerem interpretações múltiplas parece se intensificar. Ao longo do tempo, a sociedade se tornou mais complexa em virtude das fragmentações propostas pelo sistema capitalista; nessa

transformação, as contradições se afloraram, fragilizando o significado de termos que, outrora firmados como unâimes, agora permitem ser vistos de forma diferenciada e multifacetada. Por mais que o tradicionalismo insista em manter conceitos rígidos e imóveis, novas concepções ganham consistência à medida que tais contradições se evidenciam.

Essas novas concepções se abrem à minha pretensão de explorar, histórica e reflexivamente, aspectos variados da resistência; de pensar nela, em um primeiro momento, como forma de manifestação individualizada cuja propagação progride na horizontalidade. Isso porque refletir sobre o social como campo de tensões implica, necessariamente, considerar a incorporação de movimentos que desenvolvem e, muitas vezes, modificam a forma de enfrentar o mando verticalizado e a tendência à dominação. Desse modo, a dinâmica suscita a cooptação de indivíduos que não percebem com clareza a existência de possíveis processos de manipulação do mando verticalizado; essa incorporação impõe uma aproximação necessária, pois rechaçar individualmente a tentativa de dominação seria como negociar o pescoço com a guilhotina, sobretudo nas questões trabalhistas do nosso cotidiano.

Aos poucos, os trabalhadores se perfilam em um ensaio de oposição compartilhada, como que estimulados por um movimento de necessidade natural, inclusive de sobrevivência. As formas de aproximação variam em função de aspectos diversos que precisam ser considerados: tempo histórico, realidade social, localização geográfica e poder político vigente, dentre uma gama de variáveis que influem sobre esses movimentos. Esses ensaios compartilhados são alinhavados e aprimorados ao longo do tempo, pois dentre as diversas formas de opressão conhecidas percebe-se que, a partir da Revolução Industrial, a exploração capitalista sobre a mão de obra disponível tornou-se mais acirrada; portanto, foi necessário criar focos de resistência que se desenvolveram com maior intensidade.

Ao perceberem as formas de relacionamento proporcionadas pelas práticas da sociedade industrializada, diversos autores elaboraram conceitos e formularam explicações para a formação do operariado. A inspiração maior no entendimento dessa dinâmica se impôs no estudo de E. P. Thompson sobre o período de formação da classe operária inglesa, do qual se valem fortemente as pesquisas em curso a fim de compreender os movimentos operários. As observações constatadas em tempo mais remoto não se encaixam com perfeição nos novos tempos; do contrário — se a análise fosse feita por esse viés —, seria como admitir um retrato congelado das práticas sociais, isto é, seria contradizer a proposta deste estudo. Se a iniciativa é compreender a dinâmica do processo, então o foco não se concentra nos fatos históricos, mas nas transformações empreendidas pela necessidade social. Portanto, na perspectiva de

compor novos entendimentos desse campo de tensões, vale confrontar experiências passadas com os enredos percebidos no presente.

Analizar um tempo mais recente da política brasileira permite trabalhar com a incorporação de novas formas de interpretar as questões da historiografia; além de envolver a busca pelo nexo entre a visão dominante da década de 60 em diante e os avanços provenientes das interlocuções obtidas com historiadores que laboravam noutras dimensões. No decorrer do tempo aqui abordado, não se percebe nenhuma experiência da qual não se possa abstrair algum tipo de aprendizado. Refiro-me a tempos difíceis vivenciados por pensadores exilados pelo regime militar instalado em 1964. A “pátria” falando pela boca dos militares não comportava pensadores da magnitude de Déa Fenelon,<sup>4</sup> Yara Aun, José Jobson Arruda, dentre outros historiadores cujo direcionamento incomodava o modo de governar o país.

Certamente, o exílio não lhes foi confortável, mas permitiu o contato com obras como as de Thompson; e essa aproximação abriu caminho às atualizações feitas hoje na forma de incorporar visões de outras áreas das ciências sociais. A experiência do exílio permitiu compreender bem a necessidade de dialogar com áreas do conhecimento tidas como afins à história. E esse direcionamento sugeriu novas abordagens, dentre as quais a necessidade de fazer uma recomposição entre passado e presente, ou seja, revisitar os fatos para comprehendê-los segundo um novo aparato (teórico, metodológico e informativo, intelectual, crítico e analítico etc.).

No ano 2000, pesquisadores de várias universidades do país se reuniram a fim de explorar novos temas e revitalizar a reflexão histórica em suas instituições. Refiro-me ao projeto PROCAD,<sup>5</sup> do qual saíram de início duas publicações que enfatizaram a necessidade de estreitar a interlocução com as demais áreas das ciências sociais. No bojo dessas propostas, aventou-se a necessidade de dar visibilidade aos sujeitos anônimos — até então considerados meros coadjuvantes do processo histórico — e, sobretudo, trazer ao campo das discussões seus clamores, suas necessidades e suas lutas de resistência ao mando verticalizado. Tais incorporações permeiam os “cantos e canteiros da história”,<sup>6</sup> além de outras ciências, inclusive as jurídicas.

---

<sup>4</sup> Déa Fenelon, professora que presidiu minha banca de mestrado, em 2007, infelizmente deixou um vazio imenso em janeiro de 2008. Se foram poucos os momentos que pude passar com ela, uma das maiores historiadoras do país, não se pode dizer que não foram muito profícuos em aprendizagem e satisfação.

<sup>5</sup> Programa Nacional de Cooperação Acadêmica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PROCAD/CAPES), projeto 033/09: *Cultura, trabalho e cidade: muitas memórias, outras histórias*, que reuniu pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita” de Assis e Universidade Católica de Salvador.

<sup>6</sup> Nome dado a um eixo temáticos da matriz curricular do curso de licenciatura plena em História da Universidade de Uberaba, MG, turma 2001.

Com efeito, as fontes materiais ou de produção no mundo jurídico — afirma Cavalieri — dividem-se em imediatas (produzidas pelos órgãos legiferantes) e as mediatas (desenvolvidas no seio da sociedade). Nas palavras desse autor,

O Direito não é um produto arbitrário da vontade do legislador, mas uma criação que se *lastreia no querer social*. É a sociedade, como centro das relações de vida, como sede dos acontecimentos que envolvem o homem, quem fornece ao legislador os elementos necessários à formação das estruturas jurídicas. Como causa produtora do Direito, as fontes materiais são constituídas pelos fatos sociais, pelos problemas que emergem na sociedade e que são condicionados pelos chamados fatores do Direito, como a moral, a Economia, a Geografia, entre outros.<sup>7</sup> (Grifos meus).

A importância das fontes no mundo jurídico — esclarece Cavalieri — ainda que a prioridade recaia sobre as práticas e vivências notadas no conjunto da sociedade, e que a própria sociedade se encarrega de dar visibilidade aos seus anseios. Acrescenta o autor:

Se o Direito é um fato ou produto social do grupo como grupo, claro que para o sociólogo a fonte material mais importante é a sociedade, o próprio grupo humano. Esta É a fonte primeira, suprema, viva, sem a qual não haveria que falar em Direito. Entre as fontes formais, o costume merece a preferência da sociologia jurídica porque constitui a primeira e principal manifestação do Direito criado pela sociedade. Tão logo a sociedade elabora uma determinada forma ou regra de conduta, exterioriza-a através do costume, a expressão autêntica da consciência jurídica social.<sup>8</sup>

Mas onde está o nexo entre a sociologia jurídica e a historiografia? Justamente no processo de exteriorização desses costumes, pois é nesse âmbito que se verifica o desenvolvimento do processo histórico. Ciências jurídicas, antropologia, geografia e sociologia formam, na visão da historiografia moderna, o arcabouço cujos entrelaçamentos constituem os resultados provenientes das condições históricas forjadas no âmbito social. Desvendá-las requer reconstituir a memória e as interpretações sobre as práticas culturais de momentos específicos.

O surgimento de formas de pensar na historiografia permite compreender a memória não somente como campo de tensões, mas também como espaço arenoso e movediço, composto por momentos de bonança, porém traíçoeiro quando convém. A bonança admite manter as concepções dominantes e a perpetuação dos fatos à luz dos interesses de quem quer dar visibilidade a eles como são e da visão cristalizada que se quer conservar deles. Por outro

---

<sup>7</sup> CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de sociologia jurídica**. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 43

<sup>8</sup> CAVALIERI FILHO, 2005, p. 43

lado, a turbulência é suscitada quando algum fato do qual não se quer obter clarificação é digerido para as entranhas desse processo e que, em ocasiões específica e estrategicamente planejadas, a turbulência movediça o regurgita, travestindo-o preliminarmente de uma nova roupagem que camufla a memória anterior. Toda essa dinâmica ganha dimensão à medida que a resistência é demonstrada pelas partes diretamente envolvidas no processo.

Embora o termo resistência exista em qualquer tipo de relação desde tempos imemoriais, permanece sua simetria com o desenvolvimento tecnológico, revestindo-se de uma espécie de mimetismo que se disfarça para se contrapor à opressão sobre trabalhadores de todas as partes do mundo. A opressão não tem pátria, nem a resistência a tem. Cada um desses movimentos é dotado de especificidades criadas pelo contexto e pela realidade social de cada localidade. Há que considerar a dosagem utilizada em cada caso, pois a reação deriva da opressão, e sua intensidade é proporcional ao fato que deu origem à resposta: quanto mais primitivo for o modo de opressão, maior será a tendência a haver uma contraposição com a mesma força e intensidade. À exploração capitalista nos primeiros momentos da Revolução Industrial a resposta foi a destruição de máquinas; nos tempos de ditadura militar no Brasil, as greves dariam o tom da insatisfação da classe trabalhadora com a opressão e repressão do regime vigente. Dessa forma, cabe considerar que o mundo é menos previsível do que desejamos que seja. Cada setor procura explicitar suas necessidades como se fossem a vertente única a fim de conseguir uma sociedade fraterna e justa.

Todavia, cabe perguntar: de que lado estão a fraternidade e a justiça quando grupos opostos reivindicam a posse de tais virtudes? Esse jogo de oposições — essa via de mão dupla — revela a imprevisibilidade: as práticas ortodoxas da classe dominante permitem concluir que esta enxerga o conjunto da mão de obra produtiva como ajuntamento de beneficiados que usufruem do emprego, pois ela detém os meios de produção. Assim, a prática de geração de empregos é reconhecida, aos seus olhos, como concessão, que desconsidera a aura de exploração que envolve os trabalhadores para se obterem níveis produtivos satisfatórios.

A linha de produção desenvolvida no fim do século XIX se tornou, por assim dizer, um exemplo clássico da ortodoxia praticada pelos donos dos meios de produção. Atribuir funções específicas sem a necessidade de treinamentos aprofundados garantiria a substituição imediata da mão de obra e a precarização do trabalho: fatos pragmáticos que ajudaram na manutenção da previsibilidade. Por outro lado, aqueles que laboram nesses mesmos meios reivindicam maior participação nos lucros decorrentes dessa relação; e tal reivindicação, além de provocar fissuras nessa ortodoxia, normalmente abre um leque de oportunidades

permitindo entender o processo hegemônico de memória, ou de memória hegemônica, bem como a evidência da diversidade entre os indivíduos e os diversos grupos sociais.

A preocupação com a reflexão histórica alinha este estudo ao de os historiadores comprometidos com o social que não volvem ao passado para ter uma visão panorâmica ou confirmar ou não confirmar fatos; e sim encontrar, nesse campo movediço de lutas sociais, o direcionamento adequado a compreender a dimensão social em suas múltiplas formas de transformação do presente. Enquanto o viés escolhido para analisar tais mudanças requer desviar um pouco do determinismo econômico (que de certa forma engessa os esforços de agentes históricos — homens e mulheres comuns — relegados à invisibilidade por força das circunstâncias em sua luta cotidiana de sobrevivência); a compreensão dos processos de resistência e opressão demanda uma análise que permeie as contradições presentes no ambiente fabril. As raízes desse movimento de mando e insubordinação decorrem de um longo aperfeiçoamento desenvolvido no tempo histórico; inserem-se no processo cultural desenvolvido por cada grupo de agentes, seja na conjuntura familiar ou citadina, reconhecendo-os em toda sua pluralidade e diversidade.

Falar de opressão e resistência implica, então, pensar que estas não têm pátria nem são reféns de um período histórico. Não foram desenvolvidas em um tempo posterior à Revolução Industrial. Decorrem da luta cotidiana pela sobrevivência no jogo de exposição e ocultação daquilo que se quer mostrar ou esconder. Pedem práticas que envolvam os agentes históricos em seu cotidiano, nas múltiplas formas de “cavar” a sobrevivência, nos momentos de lazer e festa, nas formas de comer e amar, nas tradições e crenças presentes em todo aglomerado humano. Trata-se de compreender que tais imbricações geram a dinâmica de opressão e resistência e que elas obedecem a critérios específicos quando analisadas nos diversos fragmentos de tempo e recortes geográficos em que foram engendradas. Não há como dicotomizar práticas sociais envolvendo comunidades mais primitivas repentinamente submetidas a processos de industrialização intensa. Campo e cidade se fundem, e a cultura capitalista emergente não elimina necessariamente a cultura residual praticada de forma ritualística na comunidade precedente. Ao contrário, as práticas da comunidade rural são incorporadas por novos procedimentos emergentes, influenciando e sendo influenciadas por estes.

Essas incorporações permitem visualizar que em cada região do Brasil os agentes históricos encontraram caminhos específicos a ser trilhados com objetivos de fixar posições e repensar relações. No jogo de mando e insubordinação, as formas de resistência foram diversificadas em consonância com a realidade local, transitando entre confrontos físicos e disputas por poder, seja político, econômico ou social. No recorte temporal desta estudo é possível perceber essa realidade, pois o campo político tornou-se o espaço de disputas e

confrontos entre grupos específicos, evidenciando que a luta de classes não estava restrita ao determinismo econômico, tampouco ao ambiente fabril. Manifestar o descontentamento contra o conservadorismo ortodoxo da minoria burguesa envolvia alvos diferenciados de disputas, incluindo sindicatos e prefeituras.

Na perspectiva de evidenciar a resistência como objeto de análise, enfoco a região de Ipatinga, MG,<sup>9</sup> como espaço não só de produção social expressiva e permeada por conflitos que suscitam revisitação para compreender com mais propriedade, fundamento e detalhamento as transformações notadas, sobretudo, na década de 80. Como passado e presente — cabe frisar — compõem uma realidade contínua, não posso me desvincilar da obrigação de relatar meu encontro com uma realidade ímpar, que originou a elaboração do presente trabalho.

Essas reflexões contribuíram para a definição do projeto apresentado ao curso de Doutorado em História Social da Universidade Federal de Uberlândia, no qual a resistência operária era preocupação central, sobretudo sua dinâmica envolvendo estratégias e disputas políticas. Projeto acolhido, iniciei meus estudos, que me levaram a supor a implantação de um controle hegemônico na região em razão da existência de disputas religiosas, necessidades de abastecimento, questões relacionados à moradia e milhares de trabalhadores longe dos familiares; numa palavra, uma sucessão de possibilidades sistematicamente transformadas em problemas e que se friccionavam cotidianamente no ambiente pesquisado. Percebi que a possibilidade de alguém ou uma instituição se apresentar como “salvador da pátria” era possível: assumiria o ônus do problema para, depois, gozar do bônus da dominação. Essa possibilidade exigiria aprofundar questões sociais envolvendo o processo de reordenamento urbano a fim de compreender mais a fundo esses conflitos e sua relação como o processo de industrialização e construção da cidade.

Cabe esclarecer que esse possível movimento não seria privilégio dessa região nem do tempo histórico abordado. Thompson reconheceu problemas derivados do processo de industrialização da Inglaterra. Em seu livro *Formação da classe operária inglesa*, ele diz que uma

---

<sup>9</sup> Localizada na região do Vale do Aço, a cidade de Ipatinga — hoje parte da Associação dos Municípios do Vale do Aço (AMVA) — reuniu as condições necessárias à instalação de uma indústria siderúrgica — as Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS). A construção da indústria alavancou o desenvolvimento de um modesto arraial a ponto de transformá-lo na conhecida “Princesa do Aço”. É claro: esse movimento de instalação acelerado gerou, também, um fosso social entre a administração da estatal e o operariado envolvido nessa construção.

[...] taxa de crescimento populacional sem precedentes e a concentração nas áreas industriais criaram sérios problemas em qualquer sociedade, mas, principalmente numa que se fundamentasse na obtenção de lucro e na hostilidade ao planejamento. Podemos considerá-las como problemas inerentes à industrialização, agravadas pela tendência predatória do *laissez-faire* capitalista.<sup>10</sup>

Mais que isso, uma análise dos períodos históricos mostra que os problemas da industrialização persistem. Atravessam contextos espaciais e temporais. Se a leitura de Thompson enfoca esse processo no período 1780–1830, seus achados cabem em paralelos e associações com o contexto da Ipatinga dos anos 1960: de industrialização conjugada com reforma urbana sem plano diretor ou outra forma de planejamento e implantação de uma cultura capitalista na região, dentre outros pontos. Nesse caso, as demandas afunilam para uma gama de problemas norteados pela capacidade de resistência dos sujeitos sociais envolvidos nesse cotidiano; mas que isso, são confrontadas com um processo de resistência incipiente, porém intenso, ainda que permeadas por sutilezas específicas criadas em consonância com o momento, as condições e a realidade social local.

Ao aceitar o desafio de aprofundar essas questões, confesso que fui tomado por certas apreensões, principalmente por compreender que tal desafio começaria na análise dos conflitos decorrentes da formação da cidade de Ipatinga e da implantação da siderúrgica USIMINAS nessa área. Porém, eu não tinha noção do ponto de chegada de tal análise. Os caminhos a percorrer eram muitos — ainda que as portas tenham se aberto mais à resistência operária. Cibia optar por um caminho de análise das demandas citadas para focar com mais proximidade nessas questões. Isso levou a perceber que os movimentos sociais realizados pelos trabalhadores daquela cidade, em suas múltiplas dimensões, inseriam-se nas propostas de utilização de pressupostos teóricos metodológicos na construção da história; tal como idealizado pelos historiadores que estiveram no exílio por tanto tempo. Paralelamente, implicou a compreensão de uma sociedade excludente, opressora, diversa e permeada por estruturas hegemônicas, constituindo um arcabouço de disputas por memórias que dariam o tom dos embates em fase de gestação no seio dessa sociedade. A problematização de pontos cruciais levou à visualização das condições históricas que permitiram deslocar o campo de lutas dos operários: da disputa pelo poder sindical à disputa pelo poder político. Mais que ousado, esse deslocamento era inimaginável.

Atento às necessidades de promover a interlocução entre passado e presente como condição imprescindível à compreensão da realidade social de Ipatinga, estabeleço dois

---

<sup>10</sup> THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 189, v. 2.

períodos como norteadores dessa dinâmica. Mesmo que distanciados pelo tempo, os fatos ajudam a formular ideias, a exemplo daquela que vê como necessário considerar que não há fato social ou discussão histórica sem antecedentes. Algumas indagações se impõem aqui: os conflitos percebidos na década de 60 podem ser vistos como elementos constitutivos da realidade dos acontecimentos da década de 80 a ser analisados? A incorporação da cultura residual presente no arraial por uma cultura capitalista já praticada nos centros mais industrializados contribuiu para a série de conflitos que resultariam nas mudanças percebidas no decênio de 80? Mais do que exigir respostas, essas indagações permitirão levantar hipóteses no decorrer da análise.

Como a metodologia da composição do trabalho se apoia na História Oral, personagens que viveram os dois períodos foram entrevistados a fim de entender parte do processo histórico que impulsionou aquele deslocamento. Dos entrevistados que responderam à minha pergunta sobre o que mais marcou sua trajetória de vida em ambas as décadas, tendo em vista os conflitos decorrentes da construção da indústria nos anos 60, Edson (Edinho) Ferramenta<sup>11</sup> faz esta conexão entre passado e presente:

Na minha concepção, tem ligação direta com a luta dos trabalhadores em outubro de 63. Por quê? Por que a partir daquele período, a empresa consolida internamente um processo de controle. Tanto é administrativo quanto pessoal de cada trabalhador por ela contratado, desde o ponto de vista *das informações aonde esses trabalhadores residiam e eram condomínios residenciais construídos por ela... a sua vida social naquela comunidade e também o dia a dia desse operário dentro da fábrica. E isso levou naturalmente a um desgaste dos trabalhadores internos que viviam sob constante ameaça*. De 63 até 1984, nós vivíamos o mito da “cultura” USIMINAS: manda quem pode, obedece quem tem juízo. É... qualquer iniciativa individual ou coletiva dos trabalhadores a empresa tinha uma forma de reprimir esse movimento. E *por deter informações, tanto interna quanto externa, ela tinha a facilidade de abafar qualquer movimento que viesse a rebelar*. Em 84, os trabalhadores já começam dentro da conformidade, do arrocho salarial daquele momento... [tempos do] pacote econômico do governo, dos movimentos sociais que se afloraram pelo país afora na busca do fim do governo militar. Aqui em Ipatinga também não foi diferente: começa já em 82, com as pastorais operárias., com os freis que chegaram aqui pra cidade de Ipatinga enfrentando a oligarquia, que comandava tanto os poderes constituídos quanto os movimentos populares. Esses freis já se articulando tanto nas igrejas como organizando as comunidades começa a estabelecer uma nova relação dentro da cidade. A cidade era indiretamente comandada pela direção da USIMINAS. A USIMINAS tinha o controle do Poder Legislativo, do Poder Executivo e do Poder Judiciário. Também o controle de todas aquelas forças empresariais da

---

<sup>11</sup> Edson Cunha Ferramenta integrou a Chapa 1, de oposição, na disputa pela direção do SINDIPA. Edson foi demitido da USIMINAS, com todos os membros da chapa após a derrota no pleito de 1985. Depois, entrou na luta política e foi eleito, pelo Partido dos Trabalhadores, a cargos no Legislativo municipal e federal.

região do Vale do Aço. E aí a igreja conservadora era um braço dessa empresa. A empresa também detinha um outro instrumento, que era *o instrumento que deveria estar a serviço dos trabalhadores que era o Sindicato dos metalúrgicos que obviamente fazia o jogo da empresa*. Em 84, essa coisa se aflora: o movimento começa a *criar força de resistência nas comunidades*. Obviamente, os grupos de jovens que surgiam já fazia uma discussão diferente do que era durante o período da ditadura e dentro da fábrica, alguns trabalhadores que também eram jovens.<sup>12</sup>

Além de estabelecer a referida conexão no fragmento da entrevista, Edinho Ferramenta — nome político pelo qual ficou conhecido — levanta aspectos relevantes tratados neste estudo: modelo disciplinar imposto pela siderúrgica, “cultura” USIMINAS, controle social extrapolando os limites da empresa, novo modelo de segregação urbana, superação de uma cidade dual, conexão com as mudanças no plano nacional, incluindo os entraves econômicos do momento, apoio de diversas entidades que entenderam a luta dos trabalhadores e organização da resistência nas comunidades e nos movimentos populares.

Compreender essa análise requer esclarecer o que Edson denomina “luta dos trabalhadores em outubro de 63”, pois daí poderia advir a possibilidade de estabelecer o nexo entre dois momentos da sociedade aparentemente separados pelo tempo, por práticas culturais e por modos de vida específicos, como também por modelos administrativos diversos. A conexão dos momentos ocorre pelo elemento comum: o ser humano. A realidade dos anos 60 trouxe ao Arraial de Ipatinga perspectivas de convivência social e de formação urbana. Composto por um conjunto de quase 250 casas, o arraial abrigaria, em pouco espaço de tempo, milhares de operários cuja maioria já era experiente na construção de indústrias e até de cidades, como os candangos, construtores de Brasília.

Mesmo sem compor o fundamento central deste trabalho, cabe recorrer aqui a Émile Durkheim, que diferencia “dois tipos” de sociedade, ou seja, abre caminho para estudar dois extremos, se assim se pode chamar. Em *Da divisão social do trabalho*,<sup>13</sup> ele estabelece certa dicotomia entre a sociedade considerada primitiva — organizada com base na solidariedade mecânica e entrelaçada pela consciência coletiva — e outra consubstanciada em uma solidariedade orgânica e um processo individualizado de

---

<sup>12</sup> CUNHA (FERRAMENTA), Edson. Ipatinga, MG, 28 de julho de 2011. Arquivo de mp3 (96 minutos). Entrevista concedida a mim na sede da associação dos trabalhadores anistiados que ele presidia.

<sup>13</sup> DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

consciência. Ao analisar a formação dos grupos sociais, Durkheim assevera que são formados pelos laços de solidariedade construídos à luz da cultura existente nas sociedades previamente consolidadas. Os indivíduos criariam vínculos passando a colaborar uns com os outros num entrelaçar de sujeitos, ações, práticas e objetos que dá origem aos grupos sociais. Assim, entende-se que essa conjugação de esforços e a estreita interlocução entre os agentes históricos constituem laços de solidariedade: mola motora na formação dos grupos sociais.

Na solidariedade mecânica, seria possível perceber pouca diferenciação social entre os indivíduos, o fortalecimento da preocupação com o coletivo em detrimento do individual e o domínio da consciência coletiva. Se assim o for, então é possível entender que a existência da solidariedade mecânica na formação dos grupos sociais se evidencia mais nas sociedades de complexidade menor; a ligação do indivíduo com o grupo é direta: sem interlocutores, seja com a família, a escola, a Igreja ou o Estado. Na solidariedade orgânica, ganha dimensão o individualismo em detrimento do coletivismo. Portanto, constata-se um crescente distanciamento que evidencia mais intensamente a exclusão social, a diferenciação entre o material e o moral e a divergência entre os grupos no que se refere a crenças, valores e à forma de bens acumulados. O indivíduo se fortalece em relação ao grupo, ganhando a liberdade para divergir do contexto social estabelecido. As evidências elencadas permitem inferir que a solidariedade orgânica se faz presente nas sociedades mais complexas, haja vista que acolhe, como referencial, a divisão social do trabalho, existente apenas em concentrações humanas vinculadas à industrialização. Está clara a coerência — e a importância — desse reconhecimento da solidariedade, mas não vejo como separar períodos elegendo apenas o tempo à condição de elemento distanciador. (Sabe-se que o tempo recente decorre dos mais remotos.)

No caso dos grupos sociais notados em contingentes humanos mais industrializados, sua estruturação parte da consciência coletiva, pois aqueles cuja complexidade é menor tendem a incorporar novas propostas que, em tese, abalariam sua estrutura socioeconômica. Contudo, nota-se a formação de raios de interesses comuns que se estruturam naturalmente e se consolidam à medida que necessidades comuns se evidenciam. Por isso, parece ser incoerente falar em dicotomia quando o tempo age como elemento catalizador das necessidades e ajuda a fragmentar o interesse coletivo em necessidades corporativas. Nessa nova realidade, a sociedade industrializada tende a produzir grupos separados por interesses

comuns e pelo padrão de vida de cada um; e é aí que a dimensão social se evidencia: na diferenciação, na exclusão e na luta de classes.

Essa dimensão se traduz na fala de Edson Ferramenta quando estabelece marcos tidos como pontos de partida para os problemas sociais que afetaram Ipatinga na década de 80:

Na minha concepção, tem ligação direta com a luta dos trabalhadores em *outubro de 63*. Por quê? Por que a partir daquele período a empresa consolida internamente um processo de controle. Tanto é administrativo quanto pessoal de cada trabalhador por ela contratado, desde o ponto de vista das informações [sobre] onde esses trabalhadores residiam — e eram condomínios residenciais construídos por ela — [até] a sua vida social naquela comunidade. E também o dia a dia desse operário dentro da fábrica. Isso levou naturalmente a um desgaste dos trabalhadores internos que viviam sob constante ameaça.<sup>14</sup> (Grifo meu).

Essa referência a outubro de 1963 se destaca na fala de outros entrevistados que — adiante — referem-se a esse momento como um tempo importante para a vida na cidade e os rumos dos empregados da USIMINAS. A “luta dos trabalhadores em outubro de 63” — isto é, o “massacre de Ipatinga”<sup>15</sup> — provocou um choque sem precedentes, porque inseriu uma arraial na turbulência política que o país então atravessava.

Não se pode creditar à truculência da polícia ou ao despreparo do corpo de vigilantes da USIMINAS a responsabilidade total pelos confrontos identificados como “massacre”. Suas circunstâncias levam a compreender que tais acontecimentos foram gestados a partir da ocupação da cidade por agentes vindos de todos os cantos do Brasil. Um engenheiro responsável pela implantação da siderúrgica expôs sua visão e suas interpretações:

Em outubro de 1987, em depoimento dado à série de publicações que marcariam os 25 anos de inauguração da Usiminas, o engenheiro Luiz Verano admitiu que a empresa errou na área de pessoal e que tais erros contribuíram para o 7 de outubro. “Houve erros muito sérios desta parte. Foi muito certo recrutar dez mil pessoas, mas, depois, o que fazer com dez mil pessoas em uma região que não tinha apoio logístico?” questionou.<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> CUNHA, 2011.

<sup>15</sup> Embora o discurso oficial admita a morte de sete trabalhadores no confronto ocorrido entre os funcionários em greve e a vigilância da USIMINAS, auxiliada pelo contingente policial do arraial, os relatos apontam outra direção: dezenas de trabalhadores foram mortos e centenas foram feridos, de forma que os hospitais da região foram insuficientes para abrigar tantas vítimas. Geraldo Ribeiro, presidente do sindicato dos trabalhadores da ACESITA, afirma que “A maior mentira que já ouvi foi sobre as 7 mortes do dia 7. [...] eu presenciei, eu peguei os corpos, foram mais de trinta”. SINDIPA 40 Anos de história. DIÁRIO DO AÇO, Ipatinga, MG, 2005, p. 14–5.

<sup>16</sup> PLANEJAMENTO falhou. ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, MG, 1º de junho de 2003, “Política”, p. 4.

A (des)organização do espaço urbano passou a obedecer à lógica do capitalismo industrial presente nessa nova ordem incipiente na cidade e, paralelamente, provocou efeitos colaterais sentidos no âmbito social. Seria pouco exato afirmar que tais acontecimentos e sua repercussão estariam ligados apenas ao contexto local, prescindindo das transformações em curso no âmbito nacional e internacional. O mundo passava por momentos de disputas influenciadas por duas grandes tendências: a socialista patrocinada pela então União Soviética e a capitalista capitaneada pelos Estados Unidos. Os embates influenciaram a maioria dos países; e essa influência, de uma forma ou de outra, tendia a criar centros de irradiação do pensamento das duas tendências em todos os continentes.

Em se tratando de relevância, o contexto político latino-americano recebeu um dado novo que deve ser interpretado como fonte de irradiação do pensamento soviético: a resistência da ilha de Cuba à tentativa de domínio dos Estados Unidos sobre as nações da América Latina. Embora a Revolução Cubana, ocorrida em 1959, tivesse como objetivo apenas a tomada de Cuba para os cubanos, nos anos subsequentes a ilha acabou envolvida pela influência soviética, tornando-se um posto avançado do socialismo, o que aumentou mais ainda os antagonismos nas constantes fricções entre socialismo e capitalismo.

A preocupação se torna pertinente porque os acontecimentos locais passaram a refletir tendências nacionais e internacionais. O Brasil ganhou evidência por estar sob o governo de um presidente de posicionamento político voltado ao social. Ao propor reformas estruturais no país — as chamadas Reformas de Base —, João Belchior Goulart — o Jango — assumiu uma posição de defesa da parte mais sacrificada da população, fato que gerou pressões internas e externas. Essas disputas avançavam e apontavam esta direção: o gargalo ideológico de 1964, formado por movimentos regionais cujas disputas políticas ganhavam dimensão, incluindo espaços apropriados ao desenvolvimento da luta de classes com mais intensidade, isto é, onde o posicionamento ideológico estava mais claro e dividido em facções determinadas.

O que se pode abstrair dos conflitos locais é que o “massacre de Ipatinga” se insere em condições variadas de uma mesma realidade social: permite dar visibilidade à existência de mecanismos de opressão e resistência, construídos ao longo do tempo, em particular porque a cidade compôs o trânsito entre golpe e revolução. Nesse caso, qual seria o significado desse trânsito? O golpe já estava em estágio embrionário: reuniam-se grupos de oposição internos e

aqueles movidos pela influência externa. De outro lado, foi possível constatar a existência de grupos de militantes atuando “perigosamente” em uma área de alta densidade operária e condições de vida péssimas. A conjugação desses fatores tornaria a localidade um ambiente adequado à proliferação de ideologias de esquerda; e essa movimentação sem dúvida atrairia o olhar de quem silenciosamente urdia uma nova realidade política a fim de atender aos interesses de grupos nacionais e internacionais.

Uma vez vitoriosos os grupos golpistas em março de 1964, novos rumos foram traçados para os empregados da USIMINAS, com reflexos nas demais parcelas da população. A ditadura militar instaurou um silêncio<sup>17</sup> sobre o “massacre de Ipatinga”, mas não conseguiu anular os efeitos que o evento teria no longo prazo. Mais que isso, foi incapaz de perceber que o silêncio pode ser interpretado como campo minado, fértil e de proliferação das ideias consideradas pela situação política vigente como subversivas. Os desdobramentos do fato se direcionaram a mudanças na vida das pessoas e dos grupos distintos aos quais pertenciam. Consoantes com a necessidade de explicar os fatos recentes, não foi difícil a articulação entre as várias correntes de pensamento, resultando em uma justificativa plausível que se firmaria no imaginário popular como a causa do massacre. A turbulência política nacional de 1963, os diversos grupos de esquerda em fase de organização na região e a urgência de definir a posição do Brasil ante as pressões externas serviram de justificativa para explicar os fatos.

Em *A teia do fato*, Vesentini afirma que “[...] memória e fato se unem, sobrevivendo aquela e, nesse movimento, ela decide onde as interrogações serão postas”.<sup>18</sup> Na concepção de quem vivenciou o momento, uma grande interrogação já foi colocada, pois o massacre poderia ser visto como uma espécie de “balão de ensaio” na perspectiva de constatar se a classe trabalhadora aceitaria sem resistência um golpe militar em fase de gestação por políticos e militares conspiradores. Essa hipótese encontrou consonância nas palavras do coronel José Geraldo, articulador da repressão ao movimento social de 7 de outubro, que de certa forma representava o governador José de Magalhães Pinto. Em entrevista concedida ao jornal *Hoje em Dia*, José Geraldo afirmou:

---

<sup>17</sup> O silêncio, quando imposto, transforma-se em veículo de propagação da resistência. Por mais paradoxal que possa parecer essa afirmativa, é ele que mantém acesa a chama do interesse e evidencia o nível de organização de grupos distintos. Nesse sentido, a mordaça imposta pela ditadura voltou ao ponto do lançamento, e esse efeito bumerangue, silenciosamente, permitiu a formação de outra área de interesse comum: o campo minado da memória.

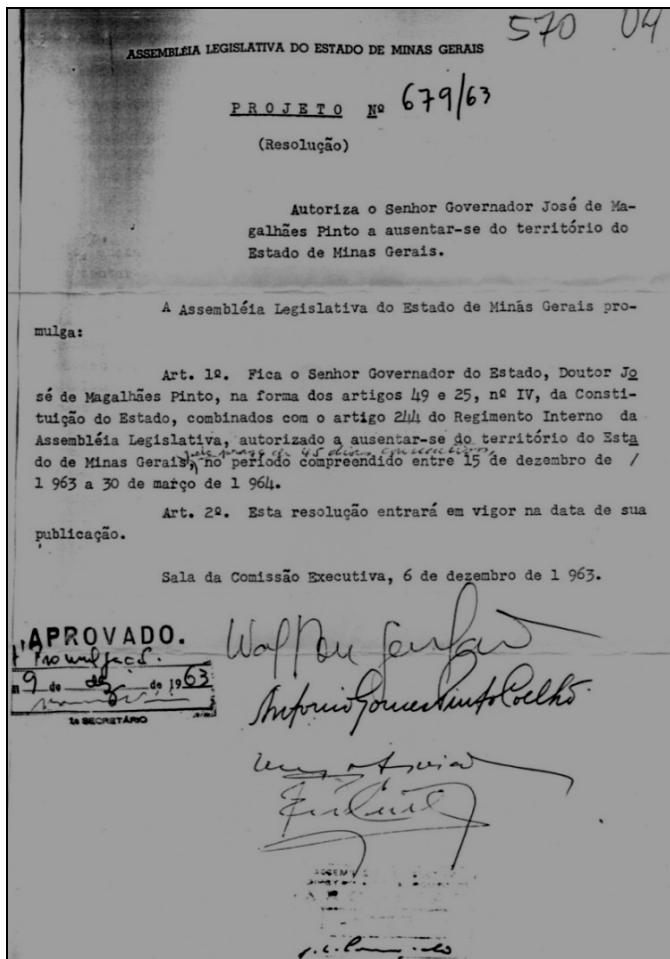
<sup>18</sup> VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. Uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo, Hucitec/História Social-USP, 1998, p. 19.

Contudo, o fato da PM ter errado não significa segundo ele, que os policiais devem ser condenados pela história. “A gente lamenta o que tenha acontecido, mas não se pode dizer que tenha havido uma imprudência. *No calor dos acontecimentos, todos estavam sujeitos a reagir de acordo com a natureza humana.*” Se tivesse no comando dos policiais, José Geraldo afirma que jamais teria deixado o local. “Eu, como Comandante-geral da PM, sabia o que era atirar em uma multidão. Jamais teria mandado uma tropa sozinha, pois a capacidade de soldados sem comando é limitada”, disse ele durante uma longa entrevista, há duas semanas, em Belo Horizonte, onde ainda reside. Na qualidade de Comandante-geral da PM de Minas Gerais ele foi um dos líderes do golpe de 64 na área militar. Vinte e cinco anos depois, José Geraldo revela que desde 62, quando assumiu o comando da Corporação, já instruía a tropa, segundo orientação do então governador Magalhães Pinto para a deposição de Jango através de um golpe militar. *Por esta razão, ele bateu o pé, não permitiu que a PM fosse substituída por tropas federais em Ipatinga como queriam os metalúrgicos do município.* No comício do dia oito, do qual participaram ele, o presidente da Usiminas, Amaro Lanari Júnior, e as principais lideranças trabalhistas do Vale do Aço e de Minas, José Geraldo chegou a ter um pequeno atrito com o secretário de segurança, Caio Mário da Silva Pereira. Diante do crescimento da pressão para que o Exército assumisse o policiamento em Ipatinga, ele propôs como solução alternativa, que a Guarda Civil, ligada à Secretaria de Segurança, cuidasse dessa tarefa, José Geraldo disse que concordava, desde que o comando-geral da guarda do Estado fosse transferido para a PM, como era possível segundo a legislação da época. Caio Mário, segundo conta José Geraldo, não concordou com a alteração no comando alegando que a Guarda Civil seria humilhada. José Geraldo contra-argumentou afirmando que se a Guarda Civil não podia ser humilhada, a PM também não podia. *“Diante disso eu decidi que a PM não sairia de Ipatinga”*. Ele afirma que o policiamento de Ipatinga pelo Exército equivaleria a uma intervenção federal em Minas. Hoje ele garante que se isso tivesse acontecido, a História do Brasil teria tomado outro rumo, *“A revolução não teria acontecido”*. Em 66, o Coronel deixou o comando geral da PM. Treze anos depois, em 79, ele foi eleito Deputado Estadual, cargo para o qual conseguiu eleger-se em 83.<sup>19</sup> (Grifos meus).

A fala do coronel estabelece o nexo entre o “massacre de Ipatinga” e a conspiração golpista em curso. Ela dá ao conflito a dimensão nacional que é defendida por boa parte da população, colocando-o na condição de “estopim” do golpe de 1964. Embora afirme que a entrada do Exército impediria a “revolução”, entendo que é porque, como militar, ele não usaria o termo adequado à mudança instruída pelo governador; afinal, o que houve foi um golpe e a asfixia de um provável embrião do processo revolucionário. Outras interrogações devem ganhar visibilidade, pois alguns fatos se mantêm na obscuridade, estabelecendo, contudo, certa vinculação com a hipótese do comprometimento político presente no imaginário das pessoas que vivenciaram os conflitos e as consequências dele (FIG. 1).

---

<sup>19</sup> ENTREVISTA coronel José Geraldo. **Hoje em Dia**, Belo Horizonte, MG, 1º de novembro de 1988, “Política”, p. 7,



FIGURA<sup>20</sup> 1 – A autorização para que o governador de Minas, José de Magalhães Pinto, um dos articuladores do golpe militar, se ausentasse do Estado e, possivelmente, do país indica uma interrogação, pois se não explicita por que o governador ia se afastar. Contudo, mais que ausência ou os motivos que levaram à solicitação do afastamento, o que provoca perplexidade são as lacunas dedutíveis da data do pedido — após o massacre de Ipatinga — e a de retorno — um dia antes da data oficial do golpe, dia 30 de março de 1964.

Essas incertezas davam a garantia de que o país caminhava de maneira célere rumo a um modelo político que bem poderia se assemelhar a uma caixa de pandora, pois ninguém tinha indícios de como seria. Era esperar para ver. Porém, uma certeza pairava no ar: o que foi não seria mais. A expectativa de construir uma realidade com oportunidades a todos estava com os dias contados. O contexto político mundial estava fundamentado na bipolaridade, e se a tendência socialista naufragasse na construção de uma nova forma

<sup>20</sup> MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Projeto n. 679/63.** Resolução — autoriza o Senhor Governador José de Magalhães Pinto a ausentar-se do território do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 6 de dezembro de 1963. Arquivo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

administrativa certamente a concepção de uma nação liberal seria contraponto a essa realidade.

Quando um modelo político “naufraga”, normalmente outro já está construído ou em fase de construção para ocupar o espaço deixado pelo anterior. Assim foi no século das luzes: a ilustração inaugurou uma nova forma de ver o poder e o paradigma absolutista sucumbiu diante da força da concepção liberal emergente. Portanto, em um contexto político do século XX, sob o temor da Guerra Fria, cabia esperar que em substituição a uma tendência socialista no Brasil dos anos 60 surgiria uma organização administrativa liberal alinhada aos interesses dos Estados Unidos. Com efeito, em sua obra *1964: a conquista do Estado*, René Dreifuss elabora um raciocínio que indica ligações entre a elite orgânica do país com os interesses multinacionais, sobretudo dos Estados Unidos.

O IPES [Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais] serviu também como “grupo de ligação” para governos estrangeiros, particularmente o dos Estados Unidos. As pressões de corporações multinacionais e as do governo norte-americano, juntamente com os efeitos acumulados da intervenção externa conservadora (como várias equipes brasileiro-americanas para programar o desenvolvimento) tiveram um efeito devastador sobre o governo brasileiro. A autonomia política e a iniciativa demonstrada pelos empresários provam que eles não eram meros suportes (*Traeger*) do processo de dominação, mas, sim, forças politizadas que fizeram da conquista do poder estatal a finalidade de seu planejamento político e de sua ação.<sup>21</sup>

Nesse sentido, pressupõe-se que os interesses da elite econômica, provavelmente, incluísssem o usufruto dos dividendos da transformação política pela qual o país passava. O tempo se incumbiu de mostrar o que emergiu do golpe: o que se viu foi um Estado gigantesco, interventor e voraz. O arrocho salarial sepultou as esperanças dos trabalhadores, promovendo uma enorme concentração de renda no país. Entretanto, foi necessário pouco tempo para que a população percebesse o verdadeiro sentido da ação militar: focos de resistência foram desenvolvidos rapidamente, incluindo a própria Igreja, que promovera uma passeata em nome da família com Deus em prol da liberdade. (Liberdade que seria sufocada por quem a Igreja supostamente defendeu.)

A posse de Castelo Branco, em 11 de abril de 1964, dava início à abertura da “caixa de pandora” do regime militar. Não se pode afirmar que essa posse representasse a subserviência do Estado brasileiro aos interesses do serviço de inteligência dos Estados Unidos; o que se

---

<sup>21</sup> DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado; ação política, poder e golpe de classe.** Petrópolis Vozes, 1981, p. 484

percebeu foi isso e esse fato político alargava o fosso entre os donos dos meios de produção e quem vendia mão de obra para a conclusão do objetivo capitalista. A questão salarial no regime militar foi objeto de análise de Edmilson Silva Costa em sua tese de doutoramento. Segundo ele,

[...] pode-se avaliar que, em 1963 os trabalhadores gastavam 40,97% de seu salário na compra da ração essencial mínima. Dez anos depois esse gasto já ultrapassava 60% do salário e ao final do ciclo militar atingia 74,38% do piso salarial. Além da cesta alimentar, o trabalhador e sua família precisam vestir-se, pagar transporte, comprar medicamentos, eventualmente pagar aluguel, comprar bens de consumo necessários à vida urbana (TV, fogão, geladeira, móveis, etc.), pagar os serviços de água e luz e ainda usufruir do lazer, entre outros pontos. Dessa forma, com certeza o percentual que restar após a compra da cesta básica não dará para adquirir esses requisitos básicos da vida moderna. Portanto, estamos numa economia que paga constantemente os salários abaixo do valor e nos limites das necessidades biológicas para esse contingente dos trabalhadores. Um exemplo ilustrativo do grau de exploração da força de trabalho no Brasil pode ser avaliado pelos seguintes dados: em 1963, para se comprar a cesta alimentar no município de São Paulo, eram necessárias 98 horas e 20 minutos de trabalho. Dez anos depois, já era preciso trabalhar 147 horas e 04 minutos para se adquirir a mesma cesta alimentar e, no final do regime militar, os trabalhadores já eram obrigados a trabalhar 194 horas e 38 minutos para comprar a mesma ração essencial mínima [...]. Em termos concretos, em 1984 os trabalhadores da faixa de salário mínimo foram obrigados a trabalhar cerca de 60% de horas a mais para adquirir os mesmos bens da cesta básica de 1963, o que revela, por um lado, uma brutal desvalorização do preço da força de trabalho e, por outro, um grau de exploração perverso, traduzido num aumento da mais valia absoluta. No entanto, há sempre o argumento de que o salário mínimo não é representativo do conjunto dos trabalhadores. É verdade que os trabalhadores que ganhavam salário mínimo no período representavam cerca de um terço da mão-de-obra ativa, mas isso não significa que os outros trabalhadores tenham sobrevivido em condições muito mais vantajosas.<sup>22</sup>

Como se lê, já reduzido nos anos de duração do “populismo”, o poder aquisitivo dos trabalhadores se agravou no decorrer da aplicação do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), elaborado e colocado em prática no governo Castelo Branco. Para suprir suas necessidades, o trabalhador gastava, em 1984, 60% a mais de sua força de trabalho ante o que era gasto em 1963. Mas analisar a difusão do novo modelo político/social imposto ao país não significa focar o trabalho na preocupação com esse momento nem com a possível influência do “massacre de Ipatinga” como fator cognitivo do potencial de reação da classe trabalhadora ante a concepção e consolidação do golpe militar.

---

<sup>22</sup> COSTA, Edmilson Silva. **A política salarial no Brasil: 1964–1985 — 21 anos de arrocho salarial e acumulação predatória.** 1996. Tese (Doutorado em Economia) — Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, p. 43.

Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?view=vtls000108384>>.

A preocupação está focada nos desdobramentos do golpe e na produção de significados desencadeada após a ruptura com o regime anterior. A ação governamental dos militares se estendia desde a desqualificação da reforma agrária até a domesticação do trabalhador urbano, pela sua inserção na modalidade capitalista de produção, que objetiva sufocar a luta de classes, dentre outros propósitos. O autoritarismo patrocinado pelo novo modelo político foi incorporado pelas instituições de produção para que os militares lograssem êxito no projeto de Estado que queriam concretizar. Logo, urgia criar formas de resistência; e que fossem sutilmente eficazes para minar o autoritarismo.

A fim de entender e anunciar uma nova modalidade de luta dos operários que envolveu não somente a disputa pelo poder sindical, este estudo se direciona à assimilação dos deslocamentos dessa luta, em particular a decisão dos sujeitos sociais de ir além do âmbito fabril e se infiltrar na luta pelo poder político. A nova configuração da luta, fato ocorrido especialmente na década de 80, previa que trabalhadores de diversas partes do país devessem se organizar para não só enfrentar as pelejas contra a legislação imposta, mas também — e sobretudo — fazer parte da modificação da legislação trabalhista vigente. O foco da luta havia mudado: em vez da criação de outras formas de rebeldia contra o mando verticalizado — diria Eder Sader —, a “invasão” de novos personagens<sup>23</sup> no cenário político a fim de compô-lo.

A repressão à ousadia foi imediata. Líderes de agremiações sindicais foram destituídos do posto; muitas vezes foram presos pelo regime, como o caso do então sindicalista Lula, apelido incorporado ao nome com que governaria o país — Luiz Inácio Lula da Silva.<sup>24</sup> Nesse

<sup>23</sup> Os trabalhadores passaram a disputar cargos políticos como sendo a alternativa mais concreta de viabilizar suas conquistas. Aqueles que produzem a riqueza da nação na década de 80 resolveram também administrá-la.

<sup>24</sup> Um tratamento recente ao assunto foi publicado *Revista da História*, onde se lê que “[...] em 1980, o conflito se repetiu. Na pauta dos metalúrgicos, além de um reajuste 15% acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), entraram reivindicações como a redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução salarial e o controle das chefias pelos trabalhadores. Como era de se esperar, os pedidos foram negados. Resultado: mais uma onda de greves. Mas, desta vez, a repressão veio forte: o governo fechou os sindicatos e prendeu os líderes grevistas e representantes de associações liberais. Confrontos entre operários e tropas policiais se sucedem, e no Dia do Trabalho é realizada uma das maiores demonstrações operárias da História do país: 100 mil metalúrgicos se reúnem em São Bernardo do Campo, no Estádio de Vila Euclides — já então um ícone das greves. Após 41 dias de greve, os metalúrgicos do ABC põem fim ao movimento. Lula e outros líderes permanecem presos por mais alguns dias, provocando campanhas nacionais por sua libertação e contra sua condenação. Depois de soltos, os sindicalistas — ao lado de Lula, Djalma Bom, Enílson Simões, Osmar Santos e Nelson Campanholo — são processados com base na Lei de Segurança Nacional (LSN), em julgamento por tribunal militar no início de 1981. A partir das greves ocorridas no ABC paulista entre 1978 e 1980 e de suas reverberações e composições com outros atores, estavam lançadas bases importantes para o processo de redemocratização da sociedade brasileira: um projeto sindical (o ‘novo sindicalismo’), um partido político (o PT), uma central sindical (a CUT). Acima de tudo, a legitimação dos trabalhadores como um ator relevante no âmbito dos movimentos sociais” — SANTANA, Marco Aurélio. Piquetes pioneiros. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio do Janeiro: Biblioteca Nacional, 9 dez.. 2000, “Perspectiva”. ISSN 1808-4001. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/perspectiva/piquetes-pioneiros>>. Acesso em: 21 mar. 2014, às 16h25.

sentido, a preocupação é focar na luta dos trabalhadores no enfrentamento do autoritarismo e nas estratégias criadas para evitar ou, pelo menos, minimizar o sacrifício laboral imposto pelos militares e absorvido como política trabalhista por parte da classe dominante — os capitalistas do setor industrial.

Atento às necessidades de trazer ao plano da produção acadêmica as transformações sociais produzidas pelas lutas dos trabalhadores urbanos — imbuídos que estavam da vontade de reduzir as diferenças sociais produzidas pelo modelo capitalista do regime militar —, inspirei-me nos desafios propostos pela historiadora Yara Aun Khoury, cujas indagações instigam a pensar na história em seu deslocamento do mundo do trabalho rumo ao mundo dos operários e sua luta de oposição ao mando verticalizado:

[...] sobre que história temos produzido? Como pretendemos avançar visando contribuir efetivamente para uma transformação social comprometida com a construção de relações sociais mais justas e democráticas? Quais procedimentos temos adotado no nosso dia-a-dia como profissionais, em sala de aula, no exercício da pesquisa, ou em outros espaços e atividades, no sentido de indicar a diversidade do social no movimento da história, sem caminhar para a fragmentação e para o esvaziamento das relações de poder impregnadas do fazer histórico? Em outras palavras, que contribuições estamos dando em termos de traduzir em outras histórias aquelas memórias que *foram obscurecidas* e que estamos procurando trazer à tona?<sup>25</sup> (Grifos meus).

Com efeito, no regime autoritário instalado no país, um dos instrumentos mais usados para demonstrar a força do regime, para obscurecer as memórias, foi a mordaça. Vozes dissonantes foram retiradas do convívio social. O que sobrou de material humano foi submetido ao silenciamento como forma de evitar a propagação de ideias que pudessem desordenar a ordem política de então. Retomar trajetórias e cenas do cotidiano relegadas ao esquecimento requer um estudo acurado do silêncio imposto durante o autoritarismo. Torna-se necessário, assim, interpretá-lo como uma das mais consistentes formas de resistência e um dos mais eficazes instrumentos de propagação desta, pois a mordaça da ditadura castrava qualquer tentativa de restabelecer a ordem democrática.

Nessa trilha, meu primeiro desafio foi sistematizar o material que me serviria de fontes e adequá-lo aos desafios propostos pelos objetivos da pesquisa. Preocupado com os deslocamentos a ser abordados, fiquei tentado a volver ao “massacre de Ipatinga”, pela possibilidade de estabelecer alguma vinculação desse fato histórico com acontecimentos

---

<sup>25</sup> MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de. KHOURY, Yara Aun (Org.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olhos d’Água, 2006, p. 23.

posteriores. De fato, esse evento pode ser tido como estopim de acontecimentos políticos vindouros, conforme pronunciamento do coronel José Geraldo. Mas em geral é inegável sua influência nas transformações que os trabalhadores da USIMINAS e a população empreenderiam depois. A ideia inicial era construir um trabalho cujo texto dimensionasse a dinâmica social e os fatos consequentes e subsequentes à fricção de interesses opostos. Mas, a fim de essa natureza dialética do social ganhasse mais dimensão e visibilidade em seu constante refazer, optei por organizar o texto em três etapas unidas pelo fio condutor — o processo de resistência — como forma de suavizar a leitura e compreender a elasticidade dos sujeitos envolvidos.

O primeiro capítulo busca trazer à tona transformações promovidas pela Constituição promulgada em 3 de outubro de 1988, sobretudo quanto aos avanços sociais. Embora essa Carta tenha mantido a ótica do dominante — sepultamento da reforma agrária, gigantismo e voracidade do Estado, dentre outros traços —, é necessário assentir que a indestrutibilidade do Estado de Direito e a livre manifestação do pensamento se consolidaram como forma de eliminar a censura cultivada durante o regime militar, além de dar respaldo legal contra a possibilidade de outros golpes de Estado. Entra em debate neste momento a disposição de enfrentar o resíduo do modelo político anterior que algumas instituições incorporaram em seu modelo administrativo: o autoritarismo remanescente.

Esse tipo de prática não se restringe ao Estado nem é culpa só deste. Também a sociedade civil incorporou essas possibilidades, talvez por influência do sistema, ou dos idealizadores deste, ou das instituições que comandavam. Ao puxar o fio da memória de quem esteve presente nos momentos-chave desse processo de transformações na região, nota-se uma fala que deixa entrever os modos de as empresas envolvidas margearem o querer social: em vez da tortura física e da prisão, usavam a tortura psicológica: a possibilidade de demissão e a negativação do trabalhador em todo o sistema a que elas pertenciam. Trabalhador demitido da USIMINAS tinha a rejeição certa no sistema da Siderurgia Brasileira S. A. (SIDERBRÁS).<sup>26</sup> Além disso, após o “massacre de Ipatinga”, uma situação de desconforto

---

<sup>26</sup> Em 1974, foi criada a Siderurgia Brasileira S. A., *holding* estatal que tinha por finalidade efetivar a coordenação da produção siderúrgica. Nesse ano, o controle acionário das empresas siderúrgicas se transferiu para a SIDERBRÁS, que detinha 73% da USIMINAS e 87% da Companhia Ferro–aço Vitória (COFAVI). Nos anos subsequentes outras empresas foram incorporadas: Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Siderúrgica Paulista, Mendes Júnior e Açominas. Nos anos 90, o Estado controlava 65% da capacidade produtiva. A SIDERBRÁS foi extinta em 1990, quando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi designado para implementar o programa de desestatização do governo através da lei 8.031, de 12 de abril. Ver: ANDRADE, Maria Lúcia Amarante de; CUNHA, Luiz Maurício da Silva. **BNDES 50 anos — histórias setoriais:** o setor siderúrgico. 2012. Disponível em:

durou até o início dos anos 2000: se um trabalhador se opunha ao sistema disciplinar em vigência, incitasse qualquer tipo de greve ou votasse contra a chapa sindical apoiada pela empresa, nenhum de seus filhos conseguiria emprego nela, às vezes nem nesse sistema. Esse tipo de relação traz ao centro das investigações o regime de controle social imposto pelo empregador aos seus colaboradores e sua abrangência, que vai das famílias a setores da sociedade não diretamente ligados à siderúrgica.

Em 1957 foi assinado um acordo que pode ser considerado o ponto de partida formal para a concretização do projeto USIMINAS. Após um período de pesquisas a fim de analisar a viabilidade do projeto, a decisão foi tomada: a usina seria construída onde mais tarde se desenvolveria o município de Ipatinga. Como a construção dessa siderúrgica foi fruto do tratado Lanari-Horikoshi,<sup>27</sup> além de fornecerem equipamentos, é possível imaginar que a disciplina operária dos japoneses tenha influenciado os trabalhadores que comporiam o quadro operário. Portanto, a conjugação de esforços entre o modelo japonês e o autoritarismo implantado a partir de 1964 viabilizou a construção de um paradigma que depois ficou convencionado como “cultura USIMINAS”. À medida que o regime de exceção firmava suas raízes no que hoje podemos considerar como o projeto de Estado dos militares, outros elementos foram incorporados para difundir essa “cultura”.

O expoente da difusão veio da França, onde vivia o brasileiro Rinaldo Campos Soares. Engenheiro de minas, foi convidado a chefiar o departamento da laminação por volta de 1974. Mais tarde, ele se tornaria diretor e, enfim, assumiria a presidência — aliás, foi o único presidente de estatais a se manter no cargo após o processo de privatização desencadeado pelo governo Collor (1990–2). Como presidente, ele cuidou de preservar sua imagem de homem bom e simples que transitava entre os empregados e por eles foi admirado por longos anos. Em vez dos tradicionais ternos usados pelos executivos, vestia o mesmo uniforme que os operários, até no *shopping center* ou em comemoração em que se fizesse representar. Esse “mimetismo social” contribuía para que fosse visto pelos trabalhadores como um par.

---

<[http://www.bnDES.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bnDES\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro\\_setorial/setorial03.pdf](http://www.bnDES.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bnDES_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_setorial/setorial03.pdf)>. Acesso em: 1º maio 2014, às 8h10.

<sup>27</sup> O acordo Lanari-Horikoshi foi assinado em 3 de junho de 1957 e marca o encerramento da etapa de pesquisas sobre o projeto e a concretização do compromisso da participação japonesa na USIMINAS. Os esforços conjuntos da iniciativa privada e do governo japonês tiveram como resultado o estabelecimento da sociedade Nippon-Usiminas. USIMINAS. **Histórico** — anos 50. Disponível em: <[http://www.usiminas.com/irj/servlet/prt/portal/prtroot/pcd!3aportal\\_content!2fusiminas!2fcomum!2fconteudo!2fiviews!2fbr.com.su.i.iview.JAI\\_iView\\_Publica\\_do\\_KM/prtl\\_hs/Usiminas/pt/LinhaDoTempo/linhaTempoLinguas.swf](http://www.usiminas.com/irj/servlet/prt/portal/prtroot/pcd!3aportal_content!2fusiminas!2fcomum!2fconteudo!2fiviews!2fbr.com.su.i.iview.JAI_iView_Publica_do_KM/prtl_hs/Usiminas/pt/LinhaDoTempo/linhaTempoLinguas.swf)>. Acesso em: 19 abr 2014, às 20h08.

A teia que a empresa construiu conjugando a necessidade dos operários com aquilo que podia disponibilizar foi suficiente para criar limites de ação a cada trabalhador. As vilas operárias estrategicamente construídas a fim de abrigar famílias recém-chegadas de outras cidades forneciam o necessário à sobrevivência, embora isso lhes demandasse muita fidelidade ao empregador mesmo fora do ambiente fabril.

Recompor essa trilha foi difícil, mas prazeroso, pois pude observar que o querer social pode superar o processo de mando mesmo que a resistência tenha custado caro aos trabalhadores. A metodologia usada para desenvolver o capítulo se valeu da História Oral, isto é, da entrevista cara a cara como forma de compreender as interpretações dos sujeitos sociais relativas a tempos remotos e suas implicações no presente. A memória que a população tem dos acontecimentos está bem viva, o que contribui para que possam reformular suas convicções sobre os fatos vividos; e mesmo que não tenham participado diretamente sua rememoração incorpora vivências, experiências, esperanças frustradas — subjetividades — e realizações que podem ser interpretadas diversamente. O movimento de idas e vindas parece ser mais possível de ser incorporado às reflexões propostas se os agentes envolvidos tiverem condições para interpretar a realidade vivida e revivida ao longo do tempo, pois a multiplicidade de sentidos e interpretações que cada um dá ao vivido é o campo minado da memória. A finalidade não é perseguir uma unanimidade de ideias. O que se busca são formas de interpretar que permitam compreender a dinâmica social dos períodos abordados, é a experiência social em suas multifacetadas e o que restou da memória de cada envolvido, pois será necessário enfrentar — como defendem alguns autores — a possibilidade de existir uma memória coletiva.

O segundo capítulo dá mais consistência a essas abordagens ao elencar momentos de tensão, disputa por espaços e luta pela sobrevivência. A USIMINAS tece uma teia de informações cujo objetivo era patrulhar e saber das ações da maioria de seus trabalhadores. Bares, clubes, igrejas: em todos havia alguém com olhos e ouvidos da administração; isto é, os “arapongas”. Em outra frente, ela fortalecia sua imagem de mantenedora ao permitir acordos de consumo com os comerciantes locais cujas prestações eram descontadas diretamente na folha de pagamentos; cotas de clubes recreativos eram vendidas aos empregados sem que tivessem de se deslocar até a tesouraria para os acertos mensais, pois a empresa fazia isso no final do mês. Assim, as famílias poderiam desfrutar do lazer oferecido pela mantenedora mesmo enquanto o chefe da família cumpria sua jornada diária de trabalho.

Noutra perspectiva, porém, tratava-se mais do que facilitar a vida dos operários: a essa condescendência — as evidências levam a crer — subiazia uma meta administrativa:

caso uma unidade da empresa parasse de produzir por algum motivo técnico no fim de semana ou em feriado, seria fácil encontrar os operários vinculados a ela. As práticas de infiltração dos “olheiros” nos âmbitos e momentos de descontração dos operários permitiam à empresa ter um “mapa cognitivo” das ações externas de cada um deles, por conseguinte o controle do que seria previsível em termos de ações que pudessem pôr em risco a emergente “cultura USIMINAS”. O clube se transformou num espaço de discussão dos problemas da empresa e um posto avançado de correção de distorções internas. Gramsci alerta para esse procedimento como foco de preocupação das empresas na formação de seu corpo de operários independente do tempo histórico: “[...] a construção de um quadro orgânico e bem articulado de operários fabris [...]”<sup>28</sup> seria imprescindível ao bom funcionamento da linha de produção, e essa articulação implicaria criar condições para que os operários em questão se sentissem confortáveis o bastante a fim de responder aos anseios do empregador à altura da necessidade.

O foco do segundo capítulo é a preocupação com a luta de classes decorrente da imposição desse modelo disciplinar e a consequente incorporação da “cultura USIMINAS” por parte da população de Ipatinga. Embora uma gama significativa de trabalhadores lutasse contra esse tipo de imposição, aos poucos a população incorporou a ideia de vocação siderúrgica do município. O aço estava em todos os cantos da cidade: nos pontos de ônibus, nas estruturas dos prédios e nas fachadas do comércio; nestes últimos especialmente, a “cultura USIMINAS” mostra que penetrou num campo privilegiado da manifestação de uma cultura: a linguagem. A sequência *usi* e a palavra aço funcionam como “prefixos” e “sufixos” em nomes de vários empreendimentos: Usimicro e Usisaúde, por exemplo, ou então PneusACO, AutoVACO, visíveis Ipatinga afora. Com isso, essa “cultura” chega até a quem não tem vínculos primários (é funcionário) nem secundários (é parente de empregado) com a empresa — embora se valha dos desdobramentos a que a presença dela levou.

Contudo, nem todos os agentes dessa “cultura” nem todos os produtos de suas práticas culturais ganharam visibilidade: a referência é à USIMINAS e ao aço que geravam riquezas para a cidade e região. Não se percebia nesse momento algum tipo de homenagem àqueles que construíam esse aço ou dinamizavam o funcionamento da empresa, os protagonistas da história, produtores das riquezas para a região. Com o tempo, os trabalhadores também foram criando seus espaços de luta; e esse tempo seria também responsável por permitir uma

---

<sup>28</sup> GRAMSCI, Antonio. Americanismo e fordismo. In: \_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**. COUTINHO, Carlos Nelson et. al (Org.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 275, v. 4

reacomodação nesse espaço de produção social. Embora grande parte da população emergente buscassem alternativas mais dignas de vida do que aquelas deixadas para trás, o relato dos envolvidos indica que não estavam dispostos a abrir mão do projeto de vida apenas a fim de garantir um emprego dos filhos na USIMINAS; garantir o futuro da prole era necessário, mas não negociável a ponto de abrirem mão de prerrogativas do presente e se submeter aos padrões exigidos pela empresa.

Assim, estratégias começaram a ser construídas a fim de enfrentar o mando verticalizado. O campo onde essa luta seria travada parecia estar definido, pois para conseguir melhoria nas condições de salário e trabalho o caminho mais indicado seria criar lideranças realmente comprometidas com a causa dos operários. Uma vez definidos os objetivos das lutas, o próximo passo seria uma consequência do primeiro. Como toda grande peleja objetiva a uma conquista significativa, também em Ipatinga um troféu estava em disputa como forma de determinar quem detinha o poder. Esse campo de lutas era o sindicato da categoria. Aliás, talvez o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Mecânicas e de Materiais Elétricos de Ipatinga (SINDIPA) seja o que mais recebeu atenção do poder recém-instituído no Brasil: foi o primeiro sindicato cuja carta de constituição foi entregue ao presidente da associação dos trabalhadores de Ipatinga pelo presidente da República, Castelo Branco, pessoalmente. Era o Primeiro de Maio de 1965.

Afora a necessidade do sistema de fazer uma demonstração de força, o documento que consolida a instituição foi entregue nas dependências da empresa, e não na sede da associação — como seria de praxe. Assim, as cartas foram postas à mesa, e novas indagações ganharam consistência no âmbito dessas disputas: era uma demonstração de força sobre os operários da USIMINAS como forma de intimidar e suplantar possíveis lembranças do massacre? Ou estava sendo delineado naquele momento um novo projeto de Estado, fundado na necessidade de controlar efetivamente qualquer tipo de reivindicação de trabalhadores?

Desde a fundação do sindicato, sua diretoria contou com o apoio da USIMINAS nas campanhas eleitorais. Nesse meio-tempo, nenhuma chapa de oposição se apresentou a fim de disputar a direção sindical, num momento — os anos 80 — em que o contexto político e trabalhista alavancava uma postura sindical no Brasil que esboçou até participação nos espaços políticos, como os operários do ABC Paulista. A repressão, o arrocho salarial e a censura abriram espaços para que a resistência se consolidasse até em sindicatos usados como instrumentos de cooptação dos empregados em favor dos patrões. Pela primeira vez na história do SINDIPA, um chapa de oposição se inscreveu para concorrer às eleições de 1985: a Chapa 1, porque foi a primeira a ser inscrita, abriu

caminho a mudanças significativas no município de Ipatinga e na história dos trabalhadores. As dificuldades encontradas para registrar a chapa foi algo extraordinário na vida dessas pessoas e no processo de formação da resistência. A empresa tentou de todas as formas inviabilizar a inscrição de uma chapa ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), e essas manobras produziram um efeito contrário: a Ferramenta caiu nas graças dos operários.

Uma vez vencida a primeira batalha, as atenções se voltaram à realização do pleito, constantemente ameaçado pela empresa e pela direção do sindicato. O registro de mais cinco chapas serviu para “despistar” os eleitores, pois o pleito seria *mesmo* entre Chapa 1 e 2. O processo eleitoral foi instruído ao melhor estilo do coronelismo: demissão caso a Chapa 1 fosse vitoriosa. A apuração constatou a vitória da Chapa 2 por margem pequena de votos. Derrotados na disputa pelo controle do sindicato, os componentes da Chapa 1 foram sumariamente demitidos logo após completar o período de imunidade provisória assegurado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Na luta pela sobrevivência, tiveram de buscar soluções alternativas que não o emprego em outra empresa do sistema SIDERBRÁS. Conquanto o autoritarismo da ditadura militar tivesse ficado para trás, suas práticas remanesceram na administração de empresas com a estatal USIMINAS, cuja administração perseguiu politicamente ex-integrantes da chapa após o processo eleitoral, por exemplo, incluindo seus nomes negativamente no serviço de informação de que se valia o sistema e outros órgãos afins.

Entretanto, não se pode dizer que o trabalho desenvolvido ao longo dos anos de preparação clandestina de uma chapa de oposição tenha sido defenestrado como o fora o trabalho dos operários: *descartado* pela empresa. As articulações construídas, as experiências amargadas pela disposição a ousar e a resistência construída, reunidas em um arcabouço político, deram a base necessária à elaboração de outro projeto político para a cidade: da busca pelo poder sindical abortada na nascente, os trabalhadores avançaram rumo à busca pelo poder político. O processo histórico que ensejou essa mudança é objeto de investigação no capítulo terceiro. Aqui, a História Oral ganha mais dimensão, evidenciando as contradições, as necessidades e os anseios não só dos envolvidos, mas também de toda a população que “abraçou a causa” e os “empurrou” nessa direção. Os relatos dos agentes envolvidos, além de avanços nas relações sociais e mais a interlocução do povo com o poder, demonstram que, do ponto de vista da participação popular, todos se sentiram mais úteis e diretamente ligados ao processo de desenvolvimento da cidade: todos podiam participar,

mesmo que indiretamente. Como isso, relegavam à história o centralismo administrativo da cidade de Ipatinga até aquele momento.

O que se pode constatar em relação às mudanças é que são possíveis e acontecem por que se lastreiam no querer social. Esses personagens que irromperam no cenário político em várias regiões abriram caminho a fim de que a realidade fosse reinterpretada; e tal reorientação de percursos pôde trazer ao campo do social soluções para problemas seculares. Nenhuma mudança significativa é conseguida através de adoção de medidas heterodoxas; a natureza autoritária destas abriria a guarda a um processo intenso de resistência. Acima da moldagem de todo plano verticalizado de mudanças, a aplicabilidade de qualquer transformação está condicionada ao consentimento público, pois é no seio da sociedade que a força da aceitação ou da resistência permite ou inviabiliza qualquer proposta de alteração, seja política, social ou econômica. Oxalá essa capacidade transformadora da sociedade possa atingir perspectivas e possibilidades de alavancar proposituras alternativas ao já plurissecular modelo de aquisição de bens e serviços em vigor: a acumulação de papel moeda.

As mudanças no suporte do valor monetário através dos tempos — de moeda de metal a papel-moeda, então à folha de cheque e ao cartão de plástico — não foram além de mudança na roupagem (talvez para facilitar a manipulação e o manuseio); permanece a essência do modelo: a troca de moeda por bens. Mas foram mudanças em elementos constitutivos do modelo; assim como foi uma mudança a possibilidade de deslocar o lócus de bilhões de um país para outro mediante uma combinação de dígitos em sequência (0 e 1, ou seja, a linguagem binária) acionada por um comando no computador. Se isso parecia inimaginável, também pode ser vista dessa forma a seguinte possibilidade: nortear as transações comerciais utilizando o capital intelectual como moeda de troca em todas essas relações, ou seja, na aquisição de bens e serviços. Com efeito, a possibilidade de uma mudança paradigmática tal soa impraticável ante a história de mais de 500 anos que tem o modelo econômico vigente. Mas creio que pode se concretizar como realidade caso a sociedade reconheça nela um fator de superação de um paradigma que se desconstrói e reconstrói a cada momento, mas não consegue solucionar os problemas decorrentes de suas contradições.

# I

## A MANUTENÇÃO DO AUTORITARISMO E OS VÍNCULOS COM O PASSADO

**E**m sua obra *Quando os novos personagens entraram em cena*, de 1988, Eder Sader<sup>29</sup> aponta as transformações ocorridas no Brasil entre 1980 e 1990, quando novos protagonistas fizeram as transposições de um Estado autoritário para o Estado Democrático de Direito. Como o curso das mudanças não obedece a critérios preestabelecidos convém observar que esses deslocamentos não foram privilégios ou acontecimentos exclusivos do país; a história mundial transitava por alternativas múltiplas que influenciariam no desmonte do autoritarismo em nações como a União Soviética. Vesentini usou a palavra *teia* a fim de explicar o entrelaçamento do fato histórico com outros que lhe deram origem; e as conexões aí pressupostas ajudam a compreender a vinculação entre os incidentes internacionais da década de 80 e as transformações políticas no Brasil. Podem ser vistas, também, como tentáculos cuja influência se nota em lugares remotos, sobretudo quando a celeridade proporcionada pela rede mundial de computadores possibilita ter acesso a informações em tempo real.

Não se trata aqui de acusar o balançar das asas de uma borboleta como o responsável por furacões em outras partes do mundo.<sup>30</sup> Mas não se pode desprezar possíveis efeitos

---

<sup>29</sup> SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena** — experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970–1980). São Paulo: Paz e Terra, 1988.

<sup>30</sup> Parafraseio o matemático Edward Lorenz, para quem “O bater de asas de uma borboleta em Tóquio pode provocar um furacão em Nova Iorque”. A ideia dele é que uma mudança mínima num sistema dinâmico — matemático, físico ou químico, por exemplo — transformaria seu resultado.

proporcionados por essa teia. Enquanto na Rússia os aluguéis congelados por mais de 70 anos explodiram repentinamente, no Brasil alguns planos econômicos buscaram controlar a inflação de forma heterodoxa, congelando preços que no outro lado do mundo subiam de forma descontrolada. Pode haver alguma conexão entre esses acontecimentos? Talvez sim, ainda que pouco influente. Ela não ocorre de forma direta: em cada país, os efeitos de episódios remotos são reajustados em consonância com sua realidade política e social; conforme as condições locais, seja políticas, econômicas, culturais ou sociais.

O que se depreende dessas inflexões é que, de tempos em tempos, a população reformula suas concepções e práticas. Desconstrói paradigmas antigos e cria outros para substituí-los. Isso significa que o desenvolvimento da humanidade em qualquer área do conhecimento repousa na dinâmica social e na capacidade de renovação que cada população elabora em função de suas necessidades. Nessa direção, não há como focar em acontecimentos de qualquer natureza sem problematizar as mudanças com base no processo de dominação e resistência, partindo das múltiplas formas de expressão humana.

Acontecimentos mundiais nos anos 1980 estimularam outras formas de conceber os fatos históricos; e essa preocupação deu aos protagonistas da história aquilo que outrora não tinham: visibilidade. Para isso, foi útil a contribuição de historiadores de várias partes do mundo. Nessa conjugação de esforços — convém pontuar —, os pesquisadores desafiaram e questionaram a maneira tradicional de escrever e interpretar os fatos (históricos). Como a história esteve isolada pela redoma do poder ao longo do tempo — e em nome desse poder instituído se transformou em veículo de propagação de interesses elitistas —, foi necessário um esforço concentrado dos historiadores a fim de romper com essa forma engessada de pensar e, fora dessa clausura, redirecionar a historiografia. Os pensadores articularam alternativas mais viáveis na seara das pesquisas; e a elite evoluiu no seu modo de pensar ao reorientar percursos que, na realidade, tendem a perpetuar desigualdades sociais, mesmo que seu objetivo tenha sido o de manter seu *status quo*.

Fazer esse retrospecto requer não só revisitar o passado e perquirir nele o que sobrou da memória, mas também iniciar proposituras. Durante décadas, documentos e discursos oficiais funcionaram como fontes históricas indevassáveis e incontestáveis, sobretudo para formar uma memória cristalizada e imutável de fatos consagrados. Hoje, com a incorporação de outros conhecimentos, a memória se tornou foco de disputas; diga-se, um campo minado a quem a produz e quem lança mão dela a fim de legitimar aspectos variados de discursos. Essa

dinâmica induz a pensar na micro-história como ambiente apropriado à interpretação e reinterpretação de fatos guardados na memória do conjunto social.<sup>31</sup>

Tal evocação do passado que o insere em novas formas de perceber a realidade requer ainda, nessa dinâmica, a utilização de modelos diversificados de visão e compreensão do cotidiano social, pois o conservadorismo e as formas progressistas de pensamento se friccionam nessas disputas, na perspectiva de modificar a visão sobre fatos preliminarmente consolidados. Dentre essas possíveis modificações, alguns seguimentos que envolvem relações de trabalho apresentam tendências de reconstrução do autoritarismo, mesmo levando em conta a seguinte indagação: como reconstruir o autoritarismo vinculando-o ao passado se em meados da década de 80 a preocupação central era o esvaziamento do regime autoritário? Com efeito, a Constituição que entrou em vigor em 3 de outubro de 1988 trouxe o alento de um tempo sem amarras, peias e mordaças. Mesmo assim, em pontos específicos, saudosistas do autoritarismo — ou pessoas cujos pensamentos foram forjados na ditadura — transferiram às atividades produtivas as práticas autoritárias dos tempos em que a caserna era o referencial de poder.

Nesse sentido, é necessário volver ao passado com o intuito de compreender como se formou a ideia de autoritarismo nas atividades produtivas em Ipatinga e na empresa em construção, ambientes vistos como espaços de propagação de uma concepção administrativa autoritária. A emancipação do município delimitou o espaço geográfico da cidade (do distrito-sede) em 155,5 quilômetros quadrados, embora pareçam ser uma área pequena para um município. Com a implantação das USIMINAS, a cidade dava sua arrancada definitiva à industrialização. A decisão de construir uma empresa do ramo siderúrgico mediante o consórcio nipo-brasileiro feito em 1956 transformou a região do Vale do Aço, sobretudo o Arraial de Ipatinga, em um espaço de produção social onde a fartura do capitalismo industrial contrastava com as condições de vida dos habitantes. Nesse contexto, o conflito social de 7 de

---

<sup>31</sup> Um campo útil para entender a interpretação e reinterpretação de fatos guardados na memória do conjunto social pode ser a formação do Partido Militar Brasileiro (PMB). Com estatuto registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e diretórios organizados nas 27 unidades da federação, sua formação se ancora nos interesses dos militares com a coleta de assinaturas pró-lançamento de candidaturas aos governos. Seu discurso é de comparação de épocas, das quais uma supostamente não conviveu com a corrupção; esta teria sido invenção dos tempos de redemocratização — após 1985. Seu programa defende a prisão perpétua, a redução da maioridade penal e o estado interventor. Sua aposta principal é a defesa da classe média. Seu argumento tenta cristalizar a ideia de que os militares foram vítimas dos militantes da resistência, por eles identificados como meros terroristas. Cf.: PARTIDO MILITAR BRASILEIRO. Website. Disponível em: <<http://www.partidomilitar.com.br/?P=1368>>. Acesso em: 30 fev. 2014, às 16h21. As disputas presentes nesse campo conflituoso tendem a uma inversão de posições em que a resistência se torna algoz e os militares se tornam vítimas de uma possível contaminação comunista na sociedade brasileira. Esse exemplo ilustra o discurso cuja memória é apropriada por um grupo político conforme seus interesses para disputar o poder; é comum encontrar adolescentes que se referem aos tempos do autoritarismo e à ditadura militar com esta frase: “Dizem que naquele tempo era bem melhor que hoje, pois não havia violência nem corrupção”. É a esse tipo de disputas que me refiro como forma prospectiva.

outubro de 1963 — presente na memória da população como “massacre de Ipatinga” — e o regime de exceção instalado em 1964 deram o tom das disputas a ser travadas nas décadas seguintes.

Mudanças significativas na região só aconteceram com o processo de industrialização. Na revista *Vale do Aço 2000. Um século de história* consta um artigo que permite compreender a ocupação desse lugar após a chegada da Coroa portuguesa.<sup>32</sup> Nele se lê que Coronel Fabriciano, até então maior cidade do Vale do Aço, herdou do município de Antônio Dias, em 1954, a tutela jurisdicional do arraial, cuja transformação em cidade foi envolvida por uma aura de progresso e otimismo; porém, dolorosa em virtude de a população ficar delimitada por novas informações e necessidades de adaptação ao padrão de produção e consumo. Em 1964, essa realidade implicou a formação de gargalos, além de inaugurar um período de disputas políticas pelo controle da massa de tributos que a siderúrgica geraria ao poder público municipal.

Como a justificativa floreia e camufla os reais interesses em jogo, ela ganha visibilidade em detrimento dos motivos que subjazem às reais intenções de forças em altercação no plano visível das disputas. A emancipação acabou acontecendo por força das circunstâncias. Se os favoráveis ao processo não lograram êxito nem colheram os frutos esperados, os contrários amargaram uma emancipação verticalizada patrocinada pelas articulações do deputado Geraldo Quintão, membro do grupo “Amigos de Ipatinga”, fundado com a finalidade de lutar pela emancipação. Indicado pelo então governador Magalhães Pinto, o primeiro prefeito, Délia Baeta (1964–5), tinha essa primazia e a preocupação central de organizar a máquina burocrática do município, supostamente com o auxílio da direção da USIMINAS, inaugurada dois anos antes da emancipação.

Uma análise retrospectiva dos acontecimentos em torno da implantação da indústria e a readaptação da cidade aos novos tempos mostra que ambas as realidades foram delimitadas por aspectos geográficos. Exemplo disso está no rio Piracicaba, cujo curso foi alterado para aproveitar o território na construção da empresa.

---

<sup>32</sup> “A Carta Régia de 13 de maio de 1808, enviada pelo príncipe Dom João VI ao Governador e Capitão General de Minas Gerais, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello, estabelecia a importância estratégica do Leste de Minas para a Coroa Portuguesa, no contexto do reordenamento da política imperial às mudanças que ocorreriam nas Metrópoles colonialistas”. A carta régia declarou a “guerra justa” aos desalmados: “(...) Em terceiro lugar ordeno que façais distribuir em seis distritos, ou partes, todo o terreno infestado pelos índios Botocudos, nomeando seis comandantes desses terrenos, a quem ficará encarregada, pela maneira que lhes parecer mais profícua, a guerra ofensiva que convém fazer aos Índios Botocudos. (...). Foi sob essa barbárie que a região do Rio Doce começou a ser ocupada. Imigrantes recém chegados e soldados recrutados sem nenhum critério destruíam as tribos indígenas e devastavam as florestas para se apossar das terras”. O COMEÇO de tudo. **Vale do Aço 2000. História regional. Ipatinga: Revisão**, p. 6–8, 2000. Após 1920, essa ocupação se tornou mais efetiva com a instalação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).



FIGURA<sup>33</sup> 2 – Em primeiro plano notam a BR-38, à sua direita, a estrada de ferro Vitória-Minas,<sup>34</sup> e mais à direita o rio Piracicaba (que deságua no rio Doce, também no município de Ipatinga); às margens do rio/da BR um canteiro de obras da USIMINAS se mostra, assim como os bairros operários (segundo plano à direita) e os bairros Horto (moradia dos primeiros técnicos construtores da siderúrgica) e Vila Ipanema (segundo plano à esquerda), reconhecidos como vilas operárias; os demais bairros estavam à esquerda da ferrovia, inclusive o Centro.

Do ponto de vista da logística da empresa, o bairro Centro parecia ter pouca relevância. Noutros termos, parece haver um fator de exclusão social no curso das mudanças. Embora os moradores dos bairros operários frequentassem o centro comercial, percebe-se a tentativa da empresa de munir essa população com recursos de infraestrutura necessária à sobrevivência, de tal modo que prescindissem do comércio à esquerda da ferrovia. A ideia que se tem é que a diretoria da siderúrgica cuidou de isolar as vilas operárias dos bairros à esquerda da ferrovia, onde crescia a população, da qual muitas pessoas disputavam espaços e alternativas de sobrevivência diferentes dos modelos disciplinares sugeridos pela cultura

<sup>33</sup> SKYSCRAPERCITY. **Ipatinga, MG** — A construção de uma cidade (fotos históricas). Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=585491>>. Acesso em: 17 jul. 2014, às 21h35.

<sup>34</sup> Foram os ingleses que construíram a ferrovia Vitória-Minas, na região Sudeste. Inaugurada em 18 de maio de 1904, foi incorporada à CVRD nos anos 40 e hoje é uma das mais modernas e produtivas do país. Transporta 110 milhões de toneladas anuais — 80% de minério de ferro, 20% abrangem 60 tipos de produtos, dentre aço, carvão, calcário, granito, contêineres, ferro-gusa, produtos agrícolas, madeira, celulose, veículos e cargas diversas. Para isso se vale de conexões com ferrovias que integram Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Distrito Federal, além de ter acesso aos de Tubarão e Praia Mole (ES). A ferrovia soma 905 quilômetros de extensão de linha, dos quais 594 em linha dupla. Isso corresponde a 3,1% da malha ferroviária brasileira. Anualmente, um trem diário de passageiros que faz trajeto Vitória/ES–Belo Horizonte/Itabira/MG transporta quase um milhão de pessoas. BRASIL. Ministério dos Transportes. **Estrada de Ferro Vitória-Minas — EFVM**. Resumo Informativo da Ferrovia. Histórico. Abril de 2007. Disponível em: <<http://www2.transportes.gov.br/bit/03-ferro/3-princ-ferro/1-princ-emp-ferro/efvm/links/inf-efvm.htm>>. Acesso em: 1º maio 2014.

emergente. Proposital ou casual, o fortalecimento de muros ideológicos entre esses extremos facilitaria manter o contingente de operários sob o controle da empresa, além de justificar o modelo de produção para o bom desenvolvimento do complexo siderúrgico em fase de implantação. Cabe considerar que os bairros com infraestrutura supriam as necessidades dessa população e proporcionavam conforto a moradores ainda não situados o bastante na cidade a fim de saber onde estavam as fontes de abastecimento, inclusive produtos que não só os de alimentação e atendimento a saúde, por exemplo, tidos como de primeira necessidade.

O “tratamento preferencial” dado aos empregados da USIMINAS acirrava diferenças ao contrastar o modo de vida das pessoas amparadas pelo capitalismo industrial com o daquelas que então passavam pela experiência de desterro em sua própria terra. A “fartura” do capitalismo reservada à elite dessa população que detinha conhecimento e experiência na indústria — população em ascensão social — opunha-se à vida modesta de moradores mais antigos. Não por acaso os empregados da siderúrgica eram vistos pelos demais moradores como privilegiados; e é provável que fosse motivo de inveja a condição de estar amparados por uma instituição estatal como a siderúrgica.

As contradições do capitalismo se evidenciam porque essa suposta fartura não ocultava os salários baixos da maioria dos operários. Entre ocultar a exploração e exaltar progresso econômico se estabeleceu um jogo que se tornou mola do capitalismo industrial na região. Era como se, dessas contradições, surgessem uma cidade livre e pobre e uma rica e cativa — capitalista. Essas inferências decorrem das observações sobre as consequências do gigantismo da empresa ante um poder político fragilizado pela inexistência da autonomia política do arraial; por exemplo, a criação de espaços sociais validados por fronteiras simbólicas que, a despeito de ser incentivadas pelo capital industrial, sucumbiriam à medida que se fortalecia o sentimento de cidadania

Uma compreensão desse sentimento tem nos bairros operários um ponto de partida útil, sobretudo o processo de construção e formação. Em *Cidade de muros*, Teresa Pires do Rio Caldeira trata das formas de segregação urbana ocorridas ao longo da história da capital paulista; isto é, de como mudam de acordo com o tempo e com as necessidades da população. Ela elenca três tipos de segregação.

A primeira seria de ostentação: as casas dos ricos se diferenciavam das casas dos pobres; a observação detalhada de dada moradia podia constatar a condição financeira do proprietário: a solidez da construção e a quantidade de estruturas de vidro, as quais provinham da Europa e tinham alto custo.

A preocupação com refazer o mapa cognitivo da segregação social da cidade direciona Caldeira a observar a oposição entre centro e periferia como segunda forma de segregação em São Paulo: enquanto a classe dominante se vê na condição de gestora do espaço urbano e, como tal, instala-se no centro da cidade; a população mais pobre se acomoda nos arrabaldes, mais precisamente na periferia.

[Ess]A segunda forma urbana, a centro-periferia, dominou o desenvolvimento da cidade dos anos 40 até os anos 80. Nela, diferentes grupos sociais estão separados por grandes distâncias: as classes média e alta concentram-se nos bairros centrais com boa infraestrutura, e os pobres vivem nas precárias e distantes periferias.<sup>35</sup>

O terceiro padrão de segregação identificado pela autora recebeu o nome de enclaves fortificados. Caldeira dá visibilidade ao sistema privado de moradia em aglomerados humanos dotados de infraestrutura que lhes permite ter certa autonomia em relação ao todo. Um espaço privado onde a lei que seria para todos adquire contornos específicos, como sugerem certas situações do cotidiano urbano: menores de idade que conduzem automóveis livres da fiscalização policial; proliferação da dependência química e ausência de acompanhamento psicossocial de programas governamentais; por fim, falta da força policial, necessária em muitas situações do dia a dia das comunidades.<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: ed. 34; ed. USP, 2000, p. 211.

<sup>36</sup> A obra de Caldeira salienta a importância de acompanhar o cotidiano dos aglomerados humanos da periferia. Normalmente, estão instalados em locais onde o preço do terreno é menor; aí, tornam-se não só uma ilha nos bolsões de pobreza, mas também mão de obra barata para famílias abastadas. Ao observar o movimento matutino em deslocamentos motivados pelo trabalho na cidade de Uberaba, MG, percebi um número expressivo de mulheres partindo de moradias periféricas rumo aos condomínios fechados, identificados por Caldeira como enclaves fortificados. Trata-se de empregadas domésticas que trabalham nas mansões como cozinheiras, lavadeiras, arrumadeiras e babás; ou seja, que disponibilizam mão de obra para garantir o bem-estar dos moradores em troca de uma remuneração provavelmente irrisória se comparada ao poder aquisitivo dos patrões. Esses trabalhadores não precisam se identificar na portaria, pois uma investigação prévia checou seus antecedentes; não precisam também carregar as chaves das residências onde trabalham porque as portas se fecham mediante sistema eletrônico de segurança. A manutenção das desigualdades ocorre no interior dessas residências: empregados não se sentam à mesa com os patrões na hora de comer; mesmo a alimentação de ambos se distingue em alguns casos — supostamente, podem até passar mal caso comam a alimentação reservadas aos empregadores. Seria desperdício alimentar empregados da periferia com salmão, camarões e robalo; não estariam acostumados a esse tipo de comida. Em algumas situações, os empregados levam sua própria marmita para o local de trabalho, como foi constatado em um dos condomínios fechados da cidade de Uberaba. Esses espaços monitorados por câmeras e isolados por cercas elétricas e outros complexos sistemas de segurança garantem o isolamento do espaço público em relação aos abastados moradores. Essas observações derivam de experiências que tive quando trabalhei instalando sistemas de segurança em residências, prédios e condomínios fechados. Para instalar os videoporteiros, interfones e sistema fechado de televisão, passei dias compartilhando o cotidiano desses moradores. Com isso, tive a oportunidade, por assim dizer, de ter contato com as práticas e os preconceitos de boa parte dos empregadores em relação aos seus empregados. Não significa, entretanto, que essa metodologia de convivência seja generalizada nem que todos compartilhem desse método discriminatório de ver as relações humanas, porém ela se faz presente em boa parte desses condomínios.

Observar com acuidade o projeto encomendado pela USIMINAS ao arquiteto Rafael Hardy permite compreender uma quarta forma de segregação: a que surge das pranchetas. Cidades como Volta Redonda (RJ), Ipatinga e Ouro Branco (MG) elaboraram a (des)organização do espaço urbano consonante com as necessidades do capital industrial que mudou os padrões de vida da população local. Se a nova configuração arquitetônica deu ênfase à remodelação dos padrões de produção e consumo, organizando o espaço urbano em sincronia com as necessidades do capital industrial; ela também trouxe transtornos aos moradores ao desorganizar o espaço com que a população estava acostumada havia décadas. O que era organização para uns provavelmente foi considerado desorganização por outros. No dizer de Hardy Filho, “Chegamos ao urbanismo humano, ao urbanismo destinado a satisfazer às necessidades básicas do ser humano tão bem definidas pela ‘Carta de Atenas’, isto é, as necessidades de habitar, circular, trabalhar e recrear o corpo e o espírito”.<sup>37</sup>

Embora a construção dos bairros operários tenha suprido a necessidade residencial da população, a forma como foram projetados permite perceber que a hierarquia interna da empresa se reproduzia no processo de segregação; possivelmente com o intuito de preservar aspectos da dominação social. Os operários ocuparam bairros com casas modestas; supervisores, bairros intermediários; técnicos e engenheiros, o bairro Cariru, com construções mais amplas; diretores, o bairro Castelo, onde havia o melhor em moradia. Tratava-se de um projeto que acomodava a população nos espaços hierarquicamente; isto é, reproduzia fora da empresa sua hierarquia interna.

Essa sutileza parece ter sido constatada por poucos; mas tal percepção não incomodava: a maior parte da população parece ter entendido esse procedimento como concessão da empresa, portanto se sentia agradecida pela garantida de moradia para as famílias oriundas de outras cidades. Alguns órgãos de comunicação viam formas camufladas de dominação. A revista *Homens em Série*, produzida pela prefeitura de Ipatinga, descreve o modo como foram construídos os bairros operários nestes termos:

---

<sup>37</sup> HARDY FILHO, Raphael. Ipatinga, cidade aberta. **Revista USIMINAS**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, 1970.

Dentro de cada bairro, há uma homogeneidade na arquitetura das edificações e na inserção socioeconômica funcional dos seu [sic] habitantes, ou seja, há bairros para os chefes e quadros superiores, para operadores, para mão-de-obra não especializada. O espaço urbano projetado reproduziu, na cidade, as relações funcionais e de poder no âmbito das relações de trabalho.<sup>38</sup>

Essa visão não era unânime, mas se contrapôs ao discurso que propalava a empresa como mantenedora dos operários — discurso que ao longo do tempo foi incorporado à fala deles em virtude de suas necessidades.

Cabe salientar que essa revista foi produzida por iniciativa dos operários excluídos das disputas sindicais e exitosos na disputa pelo poder político na cidade, já consolidada e incorporada pelo capitalismo industrial. Assim, tanto a visão de mantenedora hipoteticamente produzida pela empresa e legitimada pelos operários dependentes de sua infraestrutura quanto a opinião da revista podem ser consideradas como instrumentos impregnados por forte carga ideológica. Infere-se, então, que a criação dos bairros operários supriu as necessidades emergentes da massa operária: “[...] habitar, circular, trabalhar e recrear o corpo e o espírito, preconizadas pela Carta de Atenas”.<sup>39</sup>

Na mesma proporção, evidenciaram-se a estrutura hierarquizada dos conjuntos habitacionais e a cristalização dessa realidade na memória da população — vide as entrevistas que fiz para pesquisa subjacente a esta tese. A sutileza da proposição parecia tão planejada e tão cuidadosamente elaborada que nos bairros ocupados pelos operários os terrenos não estavam murados (FIG. 3). O alicerce dos muros que delimitaria o espaço destinado a cada família foi feito de forma a impor a metragem que caberia a cada uma, mas sem impedir o trânsito pelos terrenos. Se as famílias migrantes ficasse isoladas — sem fortalecer laços sociais —, o local tenderia a se tornar um “arquipélago” com “ilhas” desconectadas. Essa fragilização dos laços sociais — que Zygmunt Bauman constata na sociedade capitalista — colocaria por terra a base do projeto empresarial em curso. Assim, abrir a possibilidade de fortalecer os deixaria as famílias mais felizes e de certa forma interdependentes; e esse entrelaçamento contribuiria para que ninguém se sentisse desterrado. Mais que isso, atenderia à empresa, que se interessava pelo enraizamento dos empregados em sua nova terra.

---

<sup>38</sup> INTRODUÇÃO. **Homens em Série** — a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens, Ipatinga: prefeitura municipal, v. 1, 1991, p. 23.

<sup>39</sup> KANASHIRO, Milena. Da antiga à nova Carta de Atenas — em busca de um paradigma espacial de sustentabilidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba: ed. UFPR, n. 9, p. 34, jan./jun. 2004.



FIGURA 3<sup>40</sup> – Em primeiro plano, o bairro Bom Retiro, ocupado por uma categoria intermediária na hierarquia da USIMINAS; em segundo plano, o bairro Areal (às margens do rio Piracicaba), mais a frente o bairro Horto e ao pé da serra o bairro Santa Monica. O Bom Retiro exemplifica bem a formação de bairros operários com lotes e casas não separados por muros em Ipatinga. Nesse caso, a ausência de muros pode ter ido além de limitações econômicas, pois nos bairros destinados a cargos mais elevados na hierarquia as casas foram entregues totalmente acabadas. A falta de limites físicos entre as propriedades daria liberdade de trânsito aos moradores, que poderiam “cortar caminho” pelos quintais vizinhos em vez passar pelas ruas. O contato pessoal que essa possibilidade suscita poderia aproximar os moradores e a criação de laços humanos mais fortes.

Parece cabível afirmar que o processo disciplinar imposto à classe operária pode compor a estratégia da administração industrial mesmo fora do ambiente fabril; e esse tipo de iniciativa não é privilégio de um tempo específico; antes, tem sido construída ao longo do tempo em um jogo de dominação e subordinação. No caso dos bairros, a configuração dada a eles parece obedecer à lógica da estagnação; é como se fossem construídos para permanecer intactos, salvo mudanças feitas por cada morador. Essa lógica está fora dos modelos de segregação elencados por Caldeira, pois mudam de roupagem à medida que as classes sociais suscitam novas formas de locomover, consumir, preservar ou alterar a segregação.

<sup>40</sup> SKYSCRAPER CITY, 2014.

Entretanto, os vários modelos de organização social e de transitoriedade em função do tempo não foram notados em Ipatinga no período de construção da empresa porque, como se tratava de um arraial, não há que falar em um centro definido; e se não é definido, também não é mutável. Beatriz Sarlo trata do conceito de centro da cidade:

Em muitas cidades não existe um “centro”. Quer dizer: um lugar geográfico preciso, marcado por monumentos, cruzamentos de certas ruas e avenidas, teatros, cinemas, restaurantes, confeitarias, ruas de pedestres, anúncios luminosos cintilando no líquido também luminoso e metálico que banha os edifícios. Antes podia se discutir se o “centro” de fato terminava em tal rua ou um pouco depois.<sup>41</sup>

Além dos limites geográficos do que pode ser considerado o “centro”, Sarlo salienta a transitoriedade dessa definição, que pode mudar geograficamente conforme a necessidade das pessoas — dos locais que mais gostam de frequentar —, da conveniência e do mercado. Comerciantes com capacidade de investir podem influenciar a estética da cidade, por exemplo, ao solicitar a transformação de uma via simples em via de mão dupla para aumentar o fluxo de pessoas nas proximidades do empreendimento; ou investir em locais mais afastados, de modo a obter terrenos por valores mais baixos e exigir asfaltamento, condicionando seu investimento a esse tipo de exigência. Variáveis diversas ajudam a deslocar o “centro” da cidade em direção a locais submetidos a interesses específicos.

Por outro lado, há casos em que o centro é definido em função do capital disponibilizado por uma empresa em construção — caso de Ipatinga. As evidências levam a crer que a tendência inicial era tirar do povoado a condição de “centro” da cidade e defini-lo segundo os interesses da “grande mantenedora”, a USIMINAS. Assim, a fixação do centro atenderia apenas a ela, e não aos interesses sociais. Como a maioria dos técnicos morava no bairro Horto e a negociação para instalar agências bancárias na cidade foi conduzida por essa empresa, prevaleceu a lógica do capital: o centro comercial foi instalado no bairro Horto.

Entretanto, a análise da preocupação empresarial permite compreender que, queriam resolver questões de mobilidade urbana, inclusive o do abastecimento — e facilitar o escoamento da produção local. Como o espaço geográfico da cidade era limitado e cindido por uma rodovia federal (a BR-381) e uma linha férrea (a Vitoria–Minas), era preciso fazer de tudo a fim de facilitar essa mobilidade em nome de um progresso cada vez mais presente na cidade, que deixou para trás os anos iniciais em que havia uma entrada e uma saída.

---

<sup>41</sup> SARLO, Beatriz. **Cenas da vida pós-moderna**: intelectuais, arte, videocultura na Argentina. 5. ed. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2013, p. 23.

Os bairros operários e demais que surgiram foram planejados de forma a suprir as necessidades de mobilidade. Desse modo, os moradores se familiarizaram de tal modo com essa organização espacial urbana, que bastava dizer o nome da rua para que qualquer morador informasse com precisão onde se localizava. Convém mostrar algumas peculiaridades dessa organização, a exemplo da denominação das ruas, a seguir.

- Bairro Horto: as ruas receberam o nome de árvores: Cedro, Jequitibá, Aroeira, Braúnas etc.
- Bairro Bela Vista: as ruas têm nome de cidades próximas ao município de Ipatinga: Dionísio, Marliéria, Itabirito, Dom Cavati etc.
- Bairro Imbaúbas: as ruas têm nome de elementos químicos: Xenônio, Oxigênio, Potássio, Argônio etc.
- Bairro Amaro Lanari: as ruas receberam nomes de cidades e estados: Alagoas, Curitiba, Porto Alegre, Rio Branco etc.
- Bairro Castelo: onde morava a direção da USIMINAS; as ruas receberam nomes de planetas, asteroides, constelações e galáxias: Marte, Saturno, Netuno, Antares etc.
- Bairro Bom Retiro: as ruas foram identificadas por nomes de personagens da história: Bárbara Heliodora, Nilo Peçanha, Fernando de Noronha, Brás Cubas etc.

Esses bairros pertenciam ao cinturão das construções operárias, portanto eram submetidos diretamente ao modelo de segregação espacial dominado pela empresa; entretanto, outros se formaram no espaço denominado “cidade livre”, obedecendo à mesma lógica:

- Bom Jardim: construído a fim de abrigar milhares de moradores que chegaram ao vilarejo em busca de oportunidade mais promissora para viver com dignidade; suas ruas têm nome de flor: Lírio, Espatódea, dos Cravos, das Orquídeas etc.
- Canaã: esse bairro parece refletir a influência evangélica na cidade; suas ruas receberam nomes de livros e personagens bíblicos: Salmos, Tiago, Macabeus, Madalena, Arimateia etc.
- Limoeiro: suas ruas receberam nomes de frutas: Pitanga, Pera, Ameixa, Abacaxi etc.
- Vila Celeste: suas ruas levam nome de pássaros: dos Curiós, Pintassilgo, Gaturamo, Cisne, Ganso etc.
- Vila Ipanema: suas ruas foram identificadas com nomes de praias famosas: Ipanema, Botafogo, Guarapari, Alcobaça, Boa Viagem etc.

Em geral, o nome de cada bairro correspondia aos nomes de suas respectivas ruas, por exemplo: bairro Horto — árvores; Bom Jardim — flores; Limoeiro — frutas; Ipanema — praias; e Canaã — nomes bíblicos. Essa correlação facilitava a localização dos estabelecimentos e supria as necessidades de ter mais mobilidade urbana.

Entender a organização do espaço urbano em perspectivas diferentes supõe pensar que a USIMINAS foi criada mediante um consórcio nipo-brasileiro. Nesse caso, teria herdado a disciplina industrial japonesa, relevante para a formação do operariado e o ritmo da produção. Não se pode afirmar que a cultura japonesa tenha influenciado a formação dos bairros e a mobilidade urbana na cidade, mas se pode inferir uma ligação forte entre oriente e ocidente do ponto de vista disciplinar do trabalho.

Ao explorar a dinâmica social em seus múltiplos aspectos, este estudo objetiva mostrar a evolução das estratégias presentes em ambos os lados da luta de classes, independentemente do modo como se manifesta. Com efeito, do século XIX para o XX pode ser observado um salto qualitativo na abordagem da luta de classes, em especial nas formas como os trabalhadores passaram a se unir e enfrentar o mando verticalizado e a opressão constante. Essas constatações estão presentes em trabalhos acadêmicos, artigos científicos e noutras formas que enfatizam a necessidade de compreender as supostas diferenças entre campo e cidade, ambiente rural e ambiente urbano, mão de obra compulsória e livre etc.

Com efeito, em seus estudos sobre a mão de obra disponível após a revogação do modelo escravocrata e a nova ordem disciplinar urbana no fim do século XIX, Margareth Rago constata que depois de ser formalizada a opção pela abolição, as providências para formar campos laborais tendentes a incorporar a mão de obra disponível dos ex-escravos passaram pela

Estratégia patronal de fixação da força de trabalho ao redor da unidade produtiva neste momento histórico de constituição de mercado de trabalho livre no país, a construção das vilas operárias permite controlar a economia interna do trabalhador e seu próprio tempo fora da esfera de trabalho, delimitando o espaço em que pode circular. [...] A internação dentro dos muros da fábrica, no momento de trabalho, ou dentro dos muros da vila, nas horas de lazer, impede toda comunicação com o mundo exterior e as “aberturas de cabeça” que bem, ou mal, possibilitam. Vida monástica, sem dúvida.<sup>42</sup>

Com efeito, se os antigos cortiços davam lugar às vilas operárias e se essa mudança implicava transformar espaços de sociabilidade em vilas delimitadas, onde a forma de viver e conviver era norteada pela urgência do capital, em tempos mais recentes as estratégias de

---

<sup>42</sup> RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 182.

dominação, embora resistentes ao tempo, ganhariam novas roupagens. Ou seja, não foram eliminadas, e sim aprimoradas em relação às de tempos passados.

O termo “aberturas de cabeça” usado por Rago pressupõe “perder o tempo” com elucubrações que permeiam a preocupação com o processo produtivo. Sugere ainda que o desenvolvimento intelectual resultante da experiência e de sua troca seria desnecessário ao processo produtivo em fase de implantação. Se assim o for, então essa espécie de confinamento em vilas operárias delimitaria também o espaço de diálogo, direcionando os esforços às questões fabris. Na lógica do capitalismo — cabe dizer —, considera-se perda de tempo qualquer discussão alheia à perspectiva da produção ou do consumo. Portanto, isolar as famílias operárias das demais permitiria direcionar até sua forma de pensar.

A quantidade de migrantes que chegava a esses bairros evidenciava a diversidade cultural, incluindo candangos remanescentes da construção de Brasília.<sup>43</sup> Logo, também aí era preciso que laços socioafetivos fossem criados. Daí considerar como intencional a ausência de muros entre as casas, o que facilitaria a comunicação entre as pessoas das vilas. Eis por que me parece pouco coerente falar em modos de vida monásticos no espaço de Ipatinga aqui enfocado. Cabe, sim, falar em uma vida movida pelo aço e permeada pela fuligem expelida das chaminés da aciaria presentes nesse espaço.

A redoma estava posta, e a criação dessa “cidade cativa” permitia compreender o outro lado como uma “cidade livre”: onde a permissividade “campeava a rédeas soltas” e o engajamento nessas práticas podia abalar o compromisso com a produção. Rago pondera esse processo de isolamento dos trabalhadores como forma de resguardar a família operária das ameaças externas:

Certamente, a burguesia interessava-se em incentivar o casamento monogâmico e a organização da família operária, fixando os trabalhadores ao redor de suas fábricas. Que melhor espaço senão a vila operária para a mulher realizar sua “vocação sagrada e natural”, recolher marido e filhos dos perigos da rua, evitando que procurassem os cabarés ou as “pensões de meretrizes estrangeiras, mestras em todas as artes do gozo e no esgotar das garrafas de champanhe e uísque, corrompendo jovens e propagando doenças venéreas?<sup>44</sup>

A proteção à qual se refere a autora é o modelo disciplinar extramuros. O que se pode compreender dessas movimentações é que a ideia era fazer as pessoas se aproximarem, a

---

<sup>43</sup> Em Ipatinga, dentre os bairros criados para abrigar operários da base da hierarquia industrial, um bairro ficou conhecido como Candangolândia, por ser habitado por muitos candangos. Embora tenha mudado de nome mais tarde, até hoje prevalece o apelido.

<sup>44</sup> RAGO, 1997, p. 183

ponto de fazer dos bairros organismos vivos e autônomos, isto é, prescindir de qualquer contato com as demais partes da cidade. Essa forma de isolamento espacial ajudou a formar e fomentar o que mais tarde seria identificado como “cultura USIMINAS”, desenvolvida em uma aura de autoritarismo. Convém dizer que o espaço livre onde as pessoas circulam e conversam livremente é o espaço de produção social e o local favorável ao aparecimento de críticas à dominação. Por isso, na visão dos dominadores, prender a respiração e apertar o passo na travessia desses ambientes era a iniciativa correta a fim de manter um bom relacionamento com seu empregador.

Entretanto, ao tratar dos termos *livre* e *cativeiro* — usados para clarificar os novos espaços ocupados pelas classes sociais —, é preciso considerar que o modo de produção incipiente na cidade não foi instalado sem absorver a mão de obra disponível no arraial. Os trabalhadores remanescentes da construção da ferrovia Vitória–Minas tinham, antes, a função de recolher a madeira para fazer os dormentes da linha férrea. Grande parte deles ficou desprovida do emprego com o fim das obras e tratou de buscar soluções alternativas de sobrevivência; essa massa, então, disponibilizou sua mão de obra à produção do carvão que abastecia os fornos de gusa de empresas do setor siderúrgico, a exemplo da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira.<sup>45</sup> Como a dinâmica do capitalismo não permite que o capital esteja adormecido sem se multiplicar, a USIMINAS tratou de incorporar esses trabalhadores em seu quadro de operários com a finalidade de dar início às operações do complexo siderúrgico.

Raymond Williams constatou esse aproveitamento de mão de obra remanescente já na época da Revolução Industrial. Diz ele:

[...] concordo em ver a cidade como representação do capitalismo, tal como muitos estão fazendo agora, desde que possa afirmar também que este modo de produção *teve origem* especificamente na *economia rural da Inglaterra* e lá produziu muitos dos efeitos característicos — aumento de produção; reorganização física de um mundo totalmente disponível; deslocamento de comunidades tradicionais; a informação de um resíduo humano que veio a se transformar numa força, o proletariado — que foram posteriormente encontrados, em diversas formas, em cidades e colônias e em todo um sistema internacional. (Grifos meus).

---

<sup>45</sup> A Companhia Siderúrgica Belgo Mineira foi instalada no município de João Monlevade (MG), em 1921. A empresa é resultado do aporte de capitais estrangeiros, representados pela Aciéries Réunies de Burbach-Eich-Dudelange (ARBED), em Sabará (MG). ACELOR/MITTAL. **Histórico 1917–1960**. Disponível em: <[https://www.belgo.com.br/conglomerado/historico/linha\\_tempo/hist\\_1917\\_1960/hist\\_1917\\_1960.asp](https://www.belgo.com.br/conglomerado/historico/linha_tempo/hist_1917_1960/hist_1917_1960.asp)>.

Embora a fala de Williams se refira a um contexto distanciado pelo tempo, as mudanças no modo de produção iniciadas pela Revolução Industrial influíram na mão de obra. A adaptação foi lenta, pois implicava transformar o modo de produzir. Acostumados a um padrão rural que seguia o tempo do relógio biológico, os operários tiveram de se submeterem ao tempo do capital. No processo de industrialização de Ipatinga, ocorreu uma adaptação da mão de obra ao modelo trazido de fora: trabalhadores mais especializados eram recrutados em partes diversas do país; recém-formados pelo SENAI, centenas deles seriam os responsáveis por iniciar as operações da empresa. Ávidos por uma colocação profissional, não tinham a dimensão exata do passo que estavam dando em busca de alternativas de emprego. A ousadia de enfrentar uma região inóspita, desconhecida e sem a estrutura dos locais de origem transformava essa busca em uma aventura cujo final era inimaginável. O valor dessa decisão só pode ser avaliado mediante o julgamento da memória.

O ex-estudante do SENAI Edson Farias, ao falar de sua trajetória de vida nos anos 60, busca na memória sua ida para Ipatinga:

Como eu sou ex-aluno do SENAI Uberaba, então, na época, na década de 1960, a USIMINAS, a direção dela foi até inteligente: ela pegou convênio com o SENAI/MG, e onde no estado tinha escola ela pegou ex-aluno pra ela,招招ou os ex-alunos pra fazer a seleção em Belo Horizonte [MG] e ser funcionário dela. Então a gente foi. [...] Eles mandaram correspondências para todos os SENAI's, e o diretor então fez a convocação. Aí, meu pai falou assim — eu passei na casa de minha avó lá em São Paulo —, e ele falou assim: “Não vai dar pra eu passar lá no Edson... mas podia passar alguém lá e falar pra ele ir pra Uberaba que tem uma grande firma que tá se instalando lá no estado de Minas Gerais e o futuro deles é essa firma”.<sup>46</sup>

A composição do contingente de operários especializados estava em curso, porém a mão de obra braçal — identificada pelos trabalhadores como “chão de fábrica” — foi recrutada somente no arraial de Ipatinga e nas pequenas cidades ao redor do polo industrial em construção. Esses operários não tinham experiência atividade de produção industrial, sobretudo daquele porte, nem estavam engajados nas transformações que a nova empresa provocaria. Nesse sentido, a demanda em evidência era para cargos mais inferiores na hierarquia, incluindo o setor de vigilância, fator determinante na eclosão do “massacre de Ipatinga”, em 1963.<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> FARIAS, Edson. Uberaba, MG, 6 de agosto de 2006. Fita de áudio (73 minutos). Entrevista concedida a mim, na residência do entrevistado.

<sup>47</sup> O conflito de 1963 não foi provocado pelo corpo de vigilantes. Mas um desentendimento provocado por eles na portaria da fábrica trouxe à tona a insatisfação dos trabalhadores com as condições de trabalho e de vida a que estavam submetidos inseridos acumulada desde os tempos da construção da empresa.

Havia outra preocupação: manter um contingente de trabalhadores treinados para conservar o nível de produção da empresa. Para isso, foi criado o SENAI<sup>48</sup> de Ipatinga, que formaria mão de obra a ser absorvida pela USIMINAS nas décadas seguintes. A “maternidade operária” — alcunha do SENAI — ofereceria um contingente de operários aparentemente mais dóceis; isto é, mais manipuláveis e mais engajados no modelo disciplinar da empresa. O procedimento pode também ser visto como metodologia de reprodução da desigualdade — no mínimo, de manutenção do escalonamento social. Enquanto os filhos dos operários estudavam no SENAI para um dia ser operários da siderúrgica; os filhos dos engenheiros iam cursar engenharia na escola técnica para gerenciar os operários. A escola do SENAI era uma oportunidade aberta ao mundo do trabalho para pessoas como Edson Farias. Com 16 anos de idade e recém-formado, tudo que desejava era “estrear” sua carteira profissional, de preferência em uma empresa como a USIMINAS. Por isso, seu pai o estimulou: “O futuro deles [os filhos] é esta firma”.

Ao buscar mão de obra ordeira e disciplinada nas escolas profissionais de outras cidades, verificou-se a necessidade de implantar em Ipatinga uma representação do SENAI. Como a ideia atendia às necessidades, tanto da siderúrgica quanto da comunidade local, as articulações em busca dessa conquista tornaram-se mais consistentes. Antes que a década de 60 terminasse, o Centro de Formação Profissional Gil Guatimosim — USIMINAS/SENAI<sup>49</sup> já funcionava a todo vapor, e os egressos contavam com a certeza de emprego na mantenedora da escola. Refletir sobre essa necessidade de “moldar” os alunos às necessidades empresariais supõe pensar na disciplina sobre o tempo como fator imprescindível à manutenção do método de trabalho requerido pela empresa. Em seu texto “Tempo, disciplina do trabalho e capitalismo industrial”, Thompson questiona:

---

<sup>48</sup> Criado em 22 de janeiro de 1942, pelo decreto-lei 4.048 do então presidente Getulio Vargas, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) surgiu para suprir de necessidade de formar profissionais para a incipiente indústria de base. Subjacente estava a premissa de que sem educação profissional não haveria desenvolvimento industrial. SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL/SENAI. **Institucional**. Disponível em:

<[http://www.senai.br/portal/br/institucional/snai\\_his.aspx](http://www.senai.br/portal/br/institucional/snai_his.aspx)>. Acesso em: 4 mar. 2014, 22h10.

<sup>49</sup> O Centro de Formação Eng. Gil Guatimosim — USIMINAS/SENAI homenageia o diretor da USIMINAS que comandava as operações na época do “massacre de Ipatinga”.

Até que ponto, e de que maneira, essa mudança no senso de tempo afetou a disciplina de trabalho, e até que ponto influenciou a percepção interna de tempo dos trabalhadores? Se a transição para a sociedade industrial madura acarretou uma *reestruturação rigorosa dos hábitos de trabalho* — novas disciplinas, novos estímulos, e uma nova natureza humana em que esses estímulos atuassem efetivamente — até que ponto tudo isso se relaciona com mudanças na notação interna do tempo?<sup>50</sup> (Grifos meus).

A estrutura interna da escola era a exata reprodução das seções de manutenção do complexo siderúrgico. De manhã, estudos curriculares do colegial; à tarde, atividades de práticas profissionais. Curiosamente, mesmo de manhã, quando funcionava o curso curricular, os alunos não respondiam à chamada da forma convencional: marcavam o cartão de ponto. Essa já era uma forma de lidar com o que Thompson identifica como novos hábitos e novas disciplinas. À tarde, mesmo sem o risco de acidente de trabalho, os alunos tinham de usar capacete e demais equipamentos de proteção individual (capacete, luvas, óculos, uniforme etc.) exigidos pelo setor de segurança da empresa.

Além de três cursos naqueles anos iniciais de SENAI/Ipatinga (Eletricidade, Tornearia Mecânica e Ajustagem Mecânica), a “maternidade” preparava os alunos para se adaptarem à exterioridade das relações fabris; o que era “o grande orgulho” da gerência empresarial. Em um pronunciamento, o presidente da USIMINAS nos anos 80, Rinaldo Campos Soares, disse:

[...] a Usiminas é uma empresa bastante peculiar na formação do pessoal. Temos como filosofia trabalhar com o “zero-quilômetro”. O profissional entra na empresa com 16 anos e recebe aulas [...] além de toda orientação técnica relativa ao seu ofício.<sup>51</sup>

Nessa fala, o presidente deixa transparecer a importância do treinamento não lidar com ranços acumulados em outras empresas; com a “contaminação” das proposituras sindicais a estimuladoras da luta de classes. Com isso, ficaria mais fácil instituir, sem oposição, o modelo disciplinar conhecido como “cultura USIMINAS” nos anos 80. Sem contar que uma mão de obra ordeira e controlável atenderia em sua plenitude aos interesses capitalistas, pois — nas

---

<sup>50</sup> THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: \_\_\_\_\_. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 269.

<sup>51</sup> PERFIL Rinaldo Campos Soares, CEO da Usiminas. **CEOBrasil**. São Paulo: PricewaterhouseCoopers, ano 2, n. 8, p. 6–13, 2006. Embora tenha sido citado em várias páginas, não foi abordada a trajetória profissional de Rinaldo Campos. Ele fez parte da Escola de Metalurgia de Ouro Preto, grande fornecedora de mão de obra para o gerenciamento da Usiminas. Rinaldo foi buscado na França para administrar um dos Departamentos da empresa, o UDL, Departamento de Laminações. Posteriormente foi guindado à condição de Diretor da empresa e daí alçou a presidência, onde ficou por mais de uma década. Rinaldo foi o principal dos idealizadores da Cultura Usiminas e a ela deu visibilidade durante seu tempo na presidência da empresa e em nome dessa cultura, foi reconhecido por Edson como “o segundo Hitler”. Há que se registrar ainda, que mediante o mitemismo social que lhe era peculiar, transitava nas duas vias dessa estrada de mão dupla. De um lado era visto como um exemplo pelos trabalhadores e de outro representava a elite industrial da cidade.

palavras de Thompson — “[...] o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro”.<sup>52</sup>

Convém seguir outra vertente da análise, — que me parece ser uma característica dos historiadores comprometidos com o social. Se algum operário fosse visto como dissoluto em relação a determinações fabris, seus filhos jamais conseguiram vaga para estudar no SENAI; logo, não seriam, em hipótese alguma, empregados da USIMINAS. Assim, a disciplina fabril dos pais era controlada pela perspectiva dos filhos de um dia ser empregados da siderúrgica. Muitos operários abriram mão de seu projeto de vida em nome da relativa garantia do futuro dos filhos. Abandonaram a luta de classes e a engrossar as fileiras dos operários comprometidos com a “cultura USIMINAS”.<sup>53</sup>

Cada operário proveniente dos quadros do SENAI recebia o status de aprendiz. Em áreas mais perigosas, ganhava um padrinho, responsável por lhe transmitir a fase introdutória do emprego e das relações com a empresa. Com o tempo, ganharia a maturidade profissional como uma espécie de emancipação na empresa; “como o rito mantém o mito”, seria então apresentado à comunidade operária como novo profissional do quadro da USIMINAS fazendo a tradicional troca de capacetes, ritual que consistia na substituição do capacete branco de aprendiz pelos dos profissionais — da cor preta —, em cerimônia acompanhada pelos chefes imediatos e pelo padrinho nos casos pertinentes. O ritual era emblemático e carregado de significados; porém, colocar o aprendiz como centro da cerimônia não significava necessariamente valorizá-lo; ao contrário, realçava o significado da cerimônia como se a submissão a esse tipo de ritual fosse privilégio de poucos.

Como eram estimulados a reconhecer seu potencial de crescimento na empresa — e isso era legítimo —, com essa cerimônia os funcionários “qualificados” como profissionais eram lançados na concorrida vida operária e desafiados a inovar o modo de produzir e cooperar com a empresa, o que resultaria em mobilidade nas relações de trabalho. Isso acontecia numa via de mão única, ou seja, todos se tornavam concorrentes uns dos outros, o que significa a quebra de solidariedade entre eles. Esse fator remonta — na visão de Eva Lakatos e Marina Marconi — à concepção de Durkheim de que a solidariedade mecânica dos tempos anteriores se transformou na solidariedade orgânica identificada nas sociedades industrializadas e estratificadas.

---

<sup>52</sup> THOMPSON, 1998, p. 272.

<sup>53</sup> Supervisor da laminação de placas, o operário Bertoldo Olímpio da Cunha, pai de Edson Ferramenta, foi convidado para compor chapa de oposição e abriu mão dessa possibilidade para não comprometer a carreira dos filhos. Mais tarde, seu filho abraçou a luta.

As “primitivas” coletividades humanas são caracterizadas pela solidariedade mecânica, que se origina das semelhanças entre os membros individuais. [...] A divisão do trabalho gera um novo tipo de solidariedade, baseado na complementação de partes diversificadas. O encontro de interesses complementares gera um novo tipo de solidariedade, com moral própria, e que dá origem a uma nova organização social. Durkheim denomina de solidariedade orgânica esta solidariedade, não mais baseada nas semelhanças dos indivíduos e grupos, mas na sua independência. Sendo seu fundamento a diversidade, a solidariedade orgânica implica maior autonomia com uma consciência individual mais livre.<sup>54</sup>

As artimanhas gestadas no seio da proposta capitalista de produção acabam criando armadilhas dificilmente identificáveis por operários novos e inexperientes. Era comum qualquer benefício ser visto como fruto da bondade do patrão; ou seja, era incomum a constatação de que boa parte dos benefícios veicula uma forma de dominação. O ritual de passagem da situação de aluno do SENAI para a condição de empregado da USIMINAS pode ser entendido como uma forma de submeter o empregado e ao mesmo tempo inseri-lo na aura de igualdade com os empregados mais antigos.

Nessa trilha, pude constatar que existem duas situações em que as práticas induzem a pensar na existência da igualdade: uma situação é apresentada ao público como elemento de coesão entre os trabalhadores, supostamente tratados como iguais. O uso do uniforme exemplifica isso. Eles usam essa insígnia em trânsito por diversos setores da sociedade, aparentemente até com certo orgulho, inclusive em ocasiões como missas, cultos evangélicos e velórios.<sup>55</sup> Do ponto de vista de quem assiste a esse “desfile”, parecem clones: do presidente ao trabalhador sem qualificação profissional, a maioria se apresenta publicamente de forma paramentada sem constrangimento. Há uma razão. Se até o presidente da empresa usa o uniforme em trânsito pela cidade, por que o operário não poderia fazê-lo? Esse procedimento é recheado de significados. O chefe-geral se mescla discretamente aos operários, a ponto de ser reconhecido como homem simples. Essa espécie de mimetismo social atribui traços de popularidade ao presidente, que pode ser reconhecido pelos operários como um homem simples; logo, igual a eles.

Em sua tese de doutoramento em antropologia social, Rita de Cássia Pereira Farias aborda esse assunto nestes termos:

---

<sup>54</sup> LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de A. **Sociologia geral**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1999, p. 49.

<sup>55</sup> No velório de pessoas que pertenciam ao quadro de funcionários, por exemplo, sempre era designado a outro empregado — em geral de graduação maior que a do velado — para fazer parte dos rituais fúnebres como representante da empresa. O funcionário comparecia paramentado com as insígnias pertinentes: uniforme, bótons e outros objetos que lhe permitissem dar visibilidade à condição de funcionário da USIMINAS.

Com a privatização da Usiminas, Rinaldo Campos Soares, que ocupava o cargo de chefe geral da Usiminas (cargo abaixo da presidência), foi selecionado para assumir a presidência da empresa. Em um momento de insegurança, dúvidas e medo de demissão era necessária uma parceria entre trabalhadores e dirigentes. Assim, para conseguir o respeito, a credibilidade e admiração dos trabalhadores, Rinaldo usou diversas estratégias para se aproximar dos trabalhadores e mudar sua imagem de “*tipo autoritário chamado filho da ditadura*”, como era visto na ocasião em que ocupava o cargo de superintendente. Em oposição ao chefe inacessível, ele construiu uma imagem pública como um presidente acessível e amigo, visto em condição de igualdade perante os trabalhadores. [...] Como pode ser visto como igual, se pertencem a universos tão diferentes em termos de cargos, salários e *status*? Com o tempo, percebi que a aura que envolve a figura de Rinaldo diante dos trabalhadores e da elite local, da qual era o principal personagem. Apesar de parecer paradoxal, essa “natureza dupla” do presidente — situado entre a igualdade e a diferença entre classes, como homem simples e ao mesmo tempo, astro da elite. [...] Sua imagem de homem simples que veste o uniforme dos trabalhadores, é veiculada no jornal interno da empresa e jornais da cidade. Já sua imagem de “Estrela da fama” é divulgada nas colunas sociais dos jornais da cidade, mais especialmente nas revistas *vips*, que trazem notícias dos grandes eventos dos quais as elites participam.<sup>56</sup>

Noutro momento, essa aparente igualdade é privada, mas só existe entre trabalhadores que não ocupam cargos numa posição privilegiada da hierarquia da empresa; e o critério adotado para disseminar essa suposta igualdade era *sui generis* (FIG. 4)

As páginas reproduzidas nessa imagem exibem o registro em carteira de um *eletricista de manutenção* credenciado pelo SENAI, porém reconhecido e registrado pela USIMINAS como *operador*. Mostram que o departamento de recrutamento de pessoal não se preocupava com o histórico profissional que carteira oferece; pois não registrava a profissão do trabalhador. Seja encanador, pedreiro, mecânico ou qualquer outro tipo de profissional que não ocupasse cargo de chefia, todos eram operadores. Esse modo de proceder pode ser visto como instrumento de coerção instituído pelo modelo disciplinar da empresa. Quando o trabalhador tinha seu contrato rescindido por qualquer motivo, a siderúrgica lhe fornecia uma carta de apresentação onde constavam as atividades profissionais do ex-empregado; mas as omitia na carteira de trabalho. A carta funcionava como “atestado de competência profissional” e um referencial de conduta no período de cumprimento do contrato de trabalho rescindido.

---

<sup>56</sup> FARIAS, Rita de Cássia Pereira. **Entre a igualdade e a distinção:** a trama social de uma grande empresa corporificada no uniforme de trabalho. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, p. 225–7.

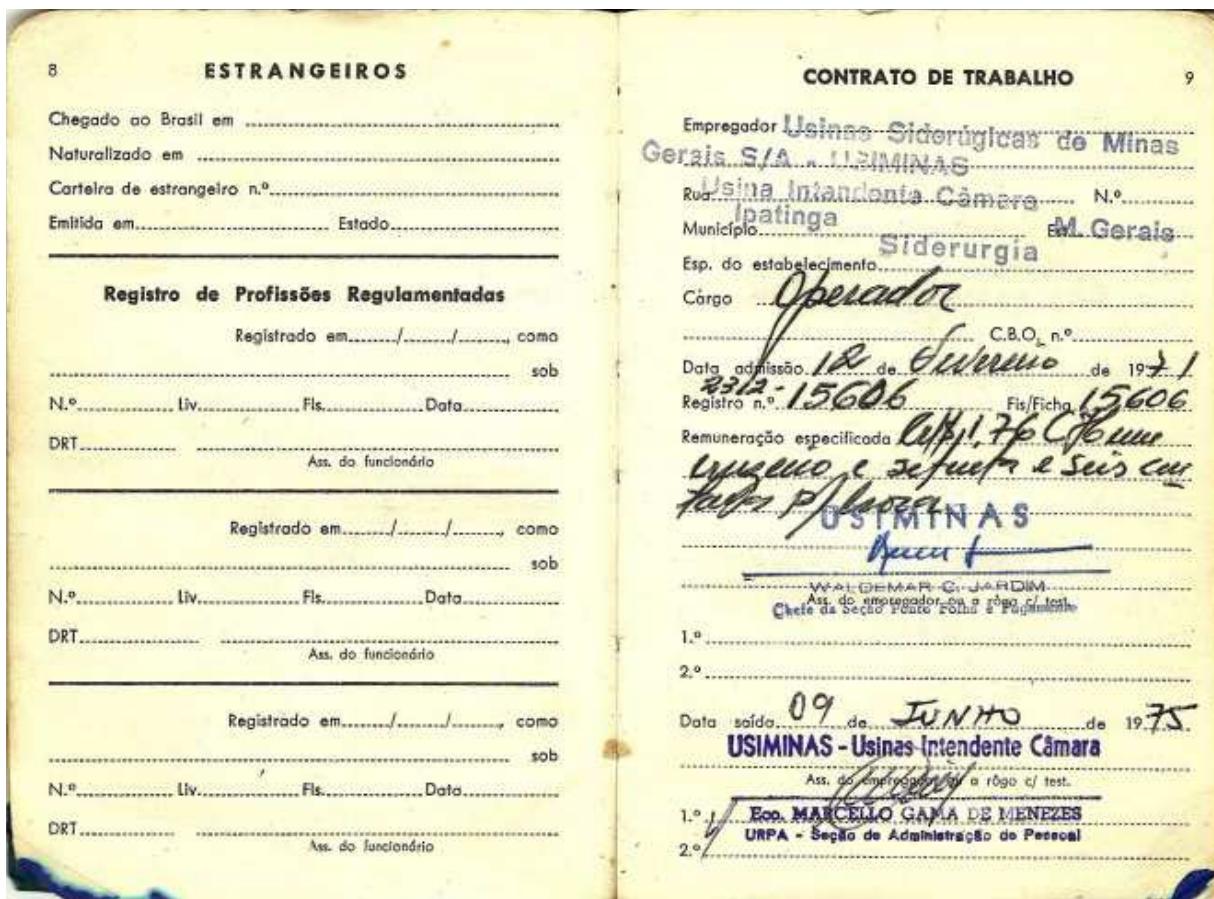


FIGURA 4<sup>57</sup> – A carteira de trabalho formaliza a experiência profissional do trabalhador mediante os registros das empresas onde trabalhou. Mostra sua mobilidade profissional, a exemplo das mudanças de cargos, que refletem a dedicação aos postos ocupados.

Contudo, o procedimento não era comum a todos os ex-empregados. Os demitidos por causa de envolvimento político de qualquer natureza ou de práticas de insubordinação — cuja propagação se dá na horizontalidade — não tinham direito à carta. Nesse caso, a carteira profissional poderia entravar a continuidade da vida profissional de cada um em caso de não adesão ao modelo disciplinar da empresa — a “cultura USIMINAS”. Isso porque sua verdadeira condição profissional não estava registrada no documento oficial, a carteira de trabalho.<sup>58</sup> A impressão é que os trabalhadores, mesmo na condição de protagonistas do processo produtivo, aos olhos da empresa eram vistos como mercadorias descartáveis, rapidamente substituíveis para não interromper o processo de produção.

Foi a preocupação em conceber a história pelo ponto de vista seus protagonistas — suas aflições, compreensões, incompREENsões e, sobretudo, suas interpretações — que fez

<sup>57</sup> Meu acervo.

<sup>58</sup> O documento oficial para a apresentação da profissão de seu portador é a Carteira de Trabalho e Previdência Social. A USIMINAS usou de um estratagema nada convencional: a carteira de trabalho era usada para generalizar e a carta de apresentação para caracterizar a especialidade de cada um. É como se o documento informal ganhasse mais importância que o formal na visão empresarial.

surgir a História Oral; e foi com essa orientação metodológica central que entrevistei ex-trabalhadores da USIMINAS a fim de constituir fontes para desenvolver este trabalho. Não por acaso, demonstraram um ar de repugnância ao se referiram ao modelo disciplinar designado pelo termo “cultura USIMINAS”; isto é, criado pela direção da empresa e legitimado por grande parte dos empregados. A fala de Edinho Ferramenta é exemplar nesse sentido:

De 63 até 84, nós vivíamos o mito da “cultura USIMINAS”: manda quem pode, obedece quem tem juízo. É... qualquer iniciativa individual ou coletiva, dos trabalhadores, a empresa tinha uma forma de reprimir esse movimento. E por deter informações, tanto interna quanto externa, ela tinha a facilidade de abafar qualquer movimento que viesse a rebelar.<sup>59</sup>

Segundo o entrevistado, outro mecanismo disciplinar se baseava na coleta de informações mediante uma rede de pessoas conhecida no senso comum como arapongagem. A finalidade era rastrear as atividades dos empregados, sobretudo os suspeitos de transitar pelos campos da oposição. Essa prática não estava circunscrita ao âmbito fabril; o entrevistado confirma que a empresa se baseava, também, nas informações trazidas de bares, clubes, igrejas etc. Mesmo a empresa contribuiu para constatar a existência desse procedimento ao criar um setor especializado na elaboração e prática dessa cultura: a seção de disciplina do trabalho.

O convite reproduzido na figura a seguir — publicado pela revista Homens em Série<sup>60</sup> e enviado ao mandatário de Ipatinga — suscita reflexão nesse sentido do controle. Mais que isso, permite reconhecer indícios de acontecimentos que influenciaram nas mudanças do comportamento dos agentes envolvidos, em especial indícios da formação de institutos supostamente empenhados na domesticação de uma massa de trabalhadores ainda ressentida de um massacre de 1963; do golpe militar (31 de março de 1964), da emancipação do Arraial de Ipatinga (29 de abril) e da formalização do sindicato (1º de maio de 1965). São acontecimentos disponíveis, alguns, à clarificação e outros ao esquecimento, conforme a conveniência da empresa. Esse tipo de jogo pode e deve ser interpretado como campo minado onde os acontecimentos são disputados como tendências de perpetuação ou silenciamento do que se quer ou não ser mantido na memória da população.

---

<sup>59</sup> CUNHA (FERRAMENTA), 2011.

<sup>60</sup> HOMENS EM SÉRIE..., 1991, p. 71.

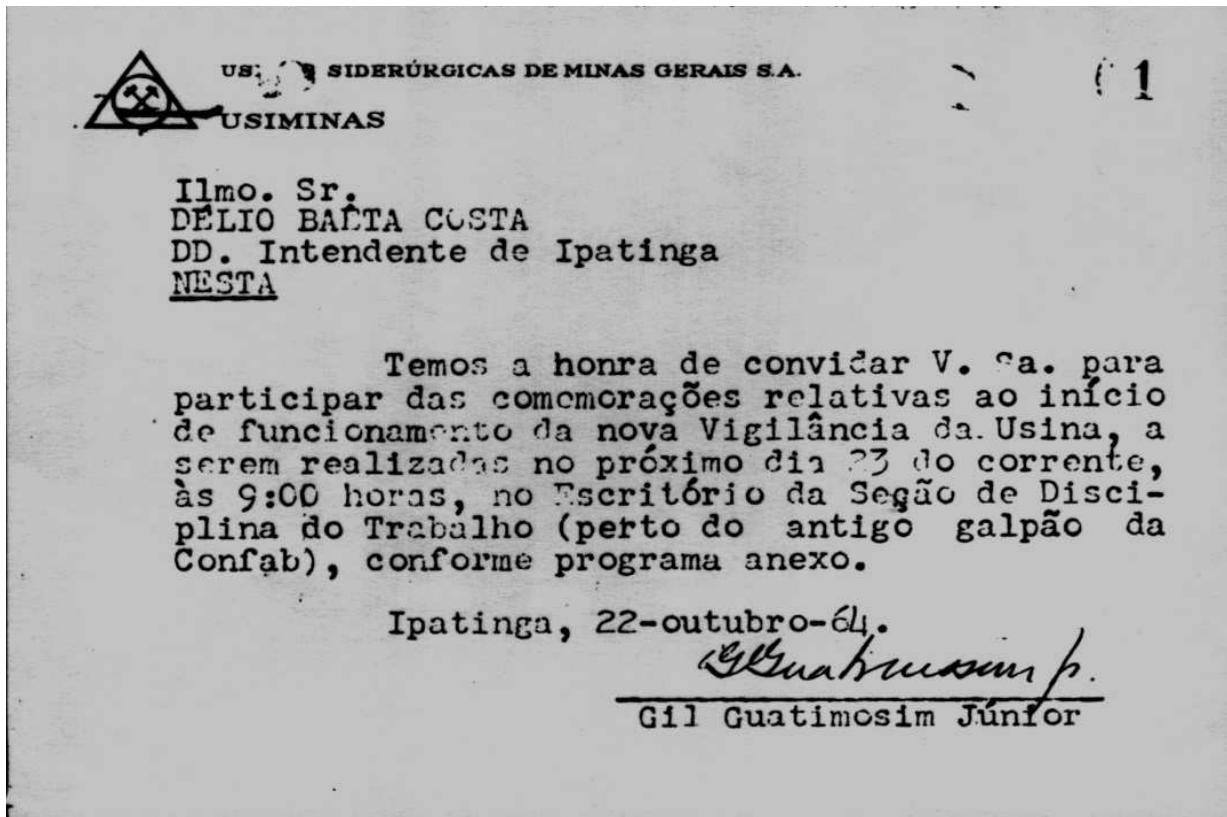


FIGURA 5<sup>61</sup> – Em geral, nas cerimônias políticas os prefeitos convidam membros da sociedade que se destacam como geradores de empregos e recursos fiscais para ocupar lugar de destaque nas comemorações. Trata-se de reuniões em que os interesses municipais, empresariais e particulares são colocados à mesa. O convite reproduzido na figura acima parece indicar uma situação invertida: é a empresa que convida o intendente para uma cerimônia cujo significado não interessa diretamente ao município, mas à organização interna da indústria propriamente dita. Ou seria uma oportunidade de demarcar a área de atuação — e ressaltar a importância — da empresa no contexto econômico local? As evidências precisam ser consideradas como relevantes, porque, com o tempo, a percepção de que o município perdia em soberania ante a influência da USIMINAS nos âmbitos político, econômico ou social, dentre outros, denotou uma aura de poder cuja teia influenciaria até o poder político, a ponto de a empresa eleger vereadores e prefeitos alinhados à nova ordem capitalista do município.

O endereçamento e a data do convite merecem comentário. Foi concebido e enviado ao intendente de Ipatinga em 22 de outubro de 1964. Essa informação se mostra relevante quando associada com (a data de) outros acontecimentos: o golpe militar de 31 de março e a emancipação da cidade, em 29 de abril. (Ipatinga foi dos primeiros municípios a conseguir autonomia política após o golpe.) À tomada de poder na esfera federal equivaleu a imposição do primeiro mandatário: Délia Baeta, mineiro de Ituiutaba. Era um desconhecido da população, mas não do governador José de Magalhães Pinto, que confiava em Baeta como

<sup>61</sup> IPATINGA. Prefeitura municipal. Acervo da Prefeitura Municipal de Ipatinga, 2014

agente estrategicamente importante para defender os interesses de políticos e empresários da região.

Uma leitura nas entrelinhas do convite mostra que, havia exatos doze meses, uma nódoa de sangue manchou o chão da região em um evento que, no imaginário da população, teria tido a USIMINAS como grande protagonista; evento que trouxe dor e infelicidade às famílias de quem contribuiu para o sucesso dela. A empresa logo tratou de desvincular seu nome da chacina de 1963, cujas feridas deixadas precisavam ser suavizadas e cicatrizadas a fim de que, quiçá um dia, caíssem no esquecimento.

Como o “sucesso” das operações de 7 de outubro, as quais poriam a siderúrgica na condição de protagonista, foi creditado ao corpo de vigilantes, para não perpetuar o estigma de mandante, a empresa cuidou de dar uma satisfação aos trabalhadores e tentar se desvincilar da possibilidade de ser responsabilizada. Primeiro passo: eliminar o grupo inteiro no organograma. A troca dos vigilantes foi comemorada com festa pela própria empresa; o presidente Gil Guatimosim procurou dar um tom de comemoração, como se avisasse a todos que estava se “livrando” da antiga vigilância, cujo perfil se mostra nas palavras de Moacir Lacerda:

Então, ali foi melhorando e foi nessa época [pouco antes do massacre] que começo haver alguma desavença na empresa. A empresa, antigamente... agora é vigilância organizada, né?! Tem hierarquia lá. tudo bem organizado. Mas antigamente era aquele pessoal pego a laço lá. Ficava na guarita, nas entradas. Era tudo aqueles cara casca-grossa memo.<sup>62</sup>

A chefia da empresa conhecia o pensamento dos operários em relação aos vigilantes, e a fala de Moacir parece replicar a de grande parte dos trabalhadores. Daí que a troca prenunciava a intenção de atender aos interesses deles — a demissão dos vigilantes; isto é, de buscar mais aproximação com os operários — distanciados da chefia. No sentido prático, tratava-se de uma tentativa de melhorar a imagem da USIMINAS entre os empregados e na sociedade.

Além da data e do endereçamento do convite, chama a atenção o nome do setor onde haveria as comemorações: *seção de disciplina do trabalho*, cuja criação na siderúrgica de Ipatinga se abre à reflexão que faz Gramsci sobre o controle social. Em “Americanismo e fordismo”, ele descreve os métodos sutis de controle social desenvolvidos pela classe dominante com o intuito de extrair do trabalhador o máximo de sua força de trabalho; porém,

---

<sup>62</sup> LACERDA, Moacir. Ipatinga, MG, 29 de junho de 2005. Fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a mim na residência do entrevistado.

tais métodos, dada sua sutileza, impedem que o controle possa ser visualizado. Isso porque “[...] não haveria organização do poder moderado somente com o uso da força”;<sup>63</sup> o que corrobora a constatação de que as empresas instituem organismos de controle na sua administração, os quais servem como mecanismos para manter a ordem sem que haja sublevações.

Dito isso, o complexo de ações culturais e ideológicas que se desenvolveram após o massacre induz à constatação de que a organização do consenso abriu uma porta à direção moderada, especialmente ao considerar as ações sociais, que culminaram no processo de resistência. Ações truculentas de cassação de mandato e perseguição a opositores também ficaram silenciadas, na imprensa e noutras formas de expressão como o teatro e o cinema. Sobre esse período ditatorial, Ambrósio e Ricco relatam que

Foram utilizados dos mais bárbaros instrumentos de repressão contra os considerados inimigos do Regime. A imprensa, uma das vítimas do governo, passou a sofrer os cortes da censura. Dessa forma, restringiu-se o acesso da população aos bárbaros acontecimentos da época: perseguição intensa a políticos de esquerda, estudantes, artistas e intelectuais, desrespeito aos direitos humanos, cassação de mandatos, medidas governamentais que comprometiam o futuro político, econômico e social do Brasil.<sup>64</sup>

As práticas repressivas abordadas por Ambrósio e Ricco abrangeram quase todo o território nacional. Em Ipatinga, a violência foi além do uso da força física e dos muros das fábricas: chegou à intimidade do lar, onde mudou costumes e práticas cotidianas, graças à hegemonia de um contexto e uma “cultura”: a USIMINAS. Por exemplo, o trabalho do departamento de serviço social da empresa se fez notar em dois flancos: o ambiente fabril e o ambiente externo. Na fábrica, o controle recaía sobre o trabalhador desta forma: se, por algum motivo, o empregado tivesse uma conduta fora dos padrões considerados como bons costumes e propensa a “comprometer” os níveis de produção era chamado a uma conversa cujo objetivo era descobrir as razões do comportamento fora das *convenções*. Era comum observar se o trabalhador era alcoólatra, mulherengo ou jogador; se era mau para a família. Como a empresa rastreava o comportamento dos seus empregados via “arapongagem” interna e externa, têm-se duas vertentes de controle.

Gramsci constata essa prática dos empregadores, em especial os industriais da América do Norte. Seus esclarecimentos induzem à constatação de que fato semelhante

---

<sup>63</sup> GRAMSCI, 2001, p. 255.

<sup>64</sup> AMBRÓSIO, Andrea Nunes; RICCO, Adriane Santório. **Censura e repressão no regime militar:** a imprensa silenciada e seus reflexos na sociedade, p. 2. Disponível em: <<http://revistas.es.estacio.br/index.php/destarte/article/view/12/9>>. Acesso em: 22 abr. 2014, às 9h25.

ocorria na USIMINAS desde que esta passou a usar o controle da moralidade. Segundo o autor tratava-se de

[...] uma nova ética sexual adequada aos novos métodos de produção e de trabalho. Por outro lado, é necessário encaminhar esta regulamentação e a criação de uma nova ética. Deve-se observar como os industriais (especialmente Ford) se interessam pelas relações sexuais de seus empregados e, em geral, pela organização de suas famílias; a aparência de “puritanismo” assumida por este interesse (como no caso do proibicionismo) não deve levar a avaliações erradas. A verdade é que não se pode desenvolver um novo tipo de homem exigido pela racionalização da produção e do trabalho enquanto o instinto sexual não for adequadamente regulamentado, não for também racionalizado.<sup>65</sup>

Coincidência ou não, as igrejas evangélicas se reproduziram na região, enquanto a Igreja Católica tinha uma matriz, no Centro. Nos bairros operários, os cultos evangélicos eram recriados em seus rituais até nas casas das pessoas, enquanto congregações eram erguidas com a participação maciça da população, mediante o dízimo e ajuda na construção. Parafraseando Max Weber, a ética protestante se adequava rapidamente ao espírito do capitalismo agora predominante na região. O versículo 23, cap. 10 do livro de 1º Coríntios era repetido na maioria dos cultos: “Todas as cousas são lícitas, mas nem todas convêm; todas são lícitas, mas nem todas edificam”. Esse versículo soava como delimitador entre o sagrado e profano, o certo e o errado. Orientava os fiéis quanto aos perigos de transitar por caminhos desaconselháveis; deveriam primar por uma vida austera como convém aos bons operários e bons cristãos.

Se do ponto de vista religioso as delimitações são claras, do ponto de vista da luta de classes as barreiras são dotadas de sutilezas específicas em cada caso analisado. Quando o presidente da USIMINAS se refere ao quadro de funcionários — “Temos como filosofia trabalhar com o ‘zero-quilômetro’” —, ele chama para si a responsabilidade de não contratar funcionários que tivessem experiências vividas em outras empresas. Em tese, em uma empresa com quase dez mil empregados, a rotatividade de mão de obra seria grande. Eventualmente seria necessário substituir algum e recorrer à mão de obra experiente. Portanto, era uma visão administrativa de risco

Contudo, as apostas na “cultura USIMINAS” foram fortes o bastante para granjear recém-formados pelo SENAI e manter um quadro sustentável de trabalhadores oriundos dessa escola, aos quais, mesmo que não houvesse vagas disponíveis, seria mantido um cadastro-

---

<sup>65</sup> GRAMSCI, 2001, p. 252.

reserva. Essa prática pressupõe ser mais fácil moldar mentes dóceis que comandarão corpos dóceis; e quanto mais pueris forem as mentes, mais fácil será impregná-las com algum tipo de ideia para nortear o futuro. Essa “maternidade profissional” — os SENAIs — garantiria à empresa siderúrgica uma fonte de mão de obra “pura”, “zero-quilômetro”, que — à luz de Michel Foucault — estaria submetida ao “bom adestramento”; ao adestramento do “poder disciplinar”, que é

[...] com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo.<sup>66</sup>

Como se pode depreender, Foucault avança no entendimento dos ingredientes que diversificam a composição do adestramento, pois obter o máximo dessa estratégia requer domesticar e se apropriar da força produtiva do operário no limite de suas possibilidades. Acrescente-se que o olhar que cerceia, opõe e dilacera opiniões e liberdades é, também, responsável pela criação de um sistema de sanções a fim de moldar as ações e, possivelmente, as ideias daqueles que com ele se envolvem. O ordenamento jurídico interno não estaria perfeito caso a constatação da transgressão não fosse precedida de uma medida exemplar dotada de poder coercitivo com força para completar o ciclo da doma.

Entretanto, se a análise se mantiver nos limites do adestramento — e nele por si só —, corre-se o risco de engessar as possibilidades da existência de desdobramentos na relação. É como se a análise se encerrasse em si, colocando-nos às voltas com os problemas que ela produz sem alardear processos de oposição a esse constante vigiar e punir de que fala Foucault. Por mais eficaz que seja o condicionamento proposto e o sistema de sanções criado para dar formatação necessária ao bom desenvolvimento da dominação, em algum momento uma ideia original permitirá demonstrar um ponto de fragilidade que possibilitará pôr em risco todo o sistema. O calcanhar de Aquiles pode ser descoberto a qualquer momento.

Nesse sentido, é possível entender a dinâmica social como provocadora de todas as formas de mudanças. Se assim não fosse, todos estariam encerrados em uma redoma gélida sem perspectiva de reação ou visualização do mando verticalizado nas relações de trabalho. Mesmo submetidos a rígidos processos de vigilância, os seres humanos são capazes de criar soluções alternativas, abrindo fissuras que lhes permitem escapar da dominação. É claro: o

---

<sup>66</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 164.

olhar disciplinador leva em conta essa possibilidade, pois conhece a capacidade do ser humano de se desvencilhar da opressão; por isso, o mando verticalizado está sempre preparado para intervir na manutenção da disciplina opressora. Para isso, a empresa cria “instituições panópticas” dentro das suas seções visando manter o jogo de sua vigilância; são os olhos de quem tem obrigação de ver sem ser visto, informar sem ser noticiado e desarticular possíveis tramas políticas ou trabalhistas em prol da boa disciplina fabril.

Um exemplo dessa vigilância envolveu o presidente da empresa, Rinaldo Campos Soares, quando ainda era chefe do departamento de laminação. A seção de laminação de placas era a primeira de uma série de seções; caso a primeira parasse, as demais ficavam comprometidas. Como o bairro destinado à residência de diretores — o Castelo — fica numa parte elevada da cidade, de lá se pode observar o complexo industrial da USIMINAS; daí que foi escolhido para abrigar a residência de Rinaldo Campos. Além disso, foi fácil desenvolver um mecanismo eletroeletrônico que lhe informasse sobre o ritmo da produção noturna. Sobre seis chaminés de quase 30 metros de altura, foi ordenada a instalação de lâmpadas vermelhas — indicadoras de que a laminação estava em atividade — e lâmpadas verdes — indicativas do contrário.<sup>67</sup> De sua residência, Rinaldo Campos podia ver quais estavam acesas, se avistasse as verdes, ligava para a cabine de operações a fim de exigir explicações.

Essa prática não era incomum; assim como não o era o “homem do capacete branco”<sup>68</sup> — alcunha de Rinaldo — aparecer nas seções na madrugada com o intuito de vistoriar a operação. Às vezes, os operadores mantinham a mesa receptora de lingotes em funcionamento sem nenhum lingote sob o laminador para não desligarem as lâmpadas vermelhas; com isso, fugiam de um eventual questionamento do presidente da empresa, que possivelmente estaria na janela de sua casa observando o processo operacional. Isso quer dizer que não basta analisar o adestramento e as instituições panópticas. Entender seu funcionamento requer se inserir na decomposição do processo como forma de identificar os meandros da resistência. Aprofundar essas questões mostra que a voracidade do capital exige o olhar vigilante da administração empresarial, que fustiga o corpo de funcionários para fazê-lo produzir mais,

---

<sup>67</sup> Como empregado da USIMINAS no setor elétrico da laminação de placas (matrícula 15.606), fui encarregado de desenvolver o circuito elétrico para verificar o status da atividade de produção no setor. Embora a instalação das luzes tenha ficado a cargo dos eletricistas do plantão, como era tarefa determinada pelo chefe, acompanhei a instalação para averiguar se o sistema funcionava mesmo. Foi assim que pude entender o objetivo do projeto.

<sup>68</sup> Os trabalhadores da USIMINAS usavam capacete de fibra marrom-escuro. Quando Rinaldo assumiu a direção do departamento, passou a usar um capacete que o destacava dos demais trabalhadores. Mas, quando se tornou presidente da empresa, fez o contrário: usava o uniforme comum a todos os empregados, o que lhe permitia se mesclar discretamente a todos, a ponto de se passar facilmente por um deles.

com mais perfeição e no menor espaço de tempo possível. Essa vigilância, que hoje seria vista como assédio moral, foi a responsável pela criação da já citada “arapongagem”.

O desmonte desse complexo esquema de monitoramento começou com uma entrevista do vigilante Ronaldo Diniz de Abreu à revista *IstoÉ* na década de 90. Ele foi contratado para fazer a catalogação de elementos considerados indesejáveis pelo modelo disciplinar da empresa. Na reportagem da revista se lê que

Numa lista com mais de quatro mil nomes, obtida por ISTOÉ, constam histórias de perseguições políticas e bisbilhotices de toda a natureza sobre a vida de empregados, sindicalistas, empresários, juízes de direito, jornalistas e até padres. O mais curioso dos abusos é que o serviço de informações da Usiminas, que começou a funcionar nos anos de chumbo, continuou a catalogar histórias até meados do ano passado, mesmo depois da privatização da empresa, em 1991. Os arquivos reúnem quase 30 anos de mexericos da vida alheia. [...] “Se o pai de família tinha militância política, o filho era barrado na entrevista. Eu não podia fazer nada porque dependia do emprego. Mas tinha vontade de acabar com tudo aquilo”, descreve Diniz de Abreu. Aos 44 anos, casado, pai de cinco filhos, ele mora numa cidade onde praticamente tudo gira em torno da Usiminas. Não por acaso, sua decisão de tornar pública a constante invasão de privacidade de seus conterrâneos só foi tomada mais de um ano depois da sua aposentadoria, em 1996. A revelação deu origem a um processo, movido pelo sindicato local dos metalúrgicos na Procuradoria Regional do Trabalho, em Belo Horizonte. Nessa mesma época, o computador da Usiminas que continha a chamada “lista negra” foi retirado da seção de vigilância. Antes disso, Diniz de Abreu já havia copiado os arquivos em disquetes e fornecido ao sindicato. Conforme o relato de Diniz de Abreu, em 1989, o computador já havia sido escondido. Durante as eleições presidenciais, quando Fernando Collor de Mello e Luiz Ignácio Lula da Silva foram ao segundo turno das eleições, chegou-se a aventar a hipótese de o petista e sindicalista Chico Ferramenta — atual prefeito de Ipatinga e dono de uma extensa ficha — tornar-se presidente da usina. Depois da eleição de Collor, os trabalhos de investigação voltaram a ser feitos.<sup>69</sup>

A seção de disciplina do trabalho tornou-se fonte prioritária de consulta quando alguém pleiteava vaga no “maior patrimônio da empresa” — como alardeava a “cultura USIMINAS”. Após assinatura do contrato de trabalho, a vida do empregado e de seus familiares era acompanhada em detalhes, incluindo os vínculos de militância política. Essa prática foi admitida publicamente pela primeira vez em 30 de abril de 2010, pelo então presidente Marco Antonio S. C. Castello Branco, como afirmou o presidente demissionário:

---

<sup>69</sup> VIEIRA, André. Arapongas da Usiminas. **IstoÉ**. São Paulo: Três, abril 1998, p. 32.

Também não vacilamos, quando se tratou de abolir práticas totalitárias de perseguição às pessoas, extinguindo a vergonhosa lista negra que impedia o acesso de ex-empregados a contratações em empresas da Usiminas, ou de seus prestadores de serviço.<sup>70</sup>

Grande parte das empresas que conheci em minha trajetória de eletricista de manutenção usava a palavra família adjetivada pelo nome empresa para se referir ao contingente de empregados e respectivas famílias. Nas ocasiões festivas, quando algum representante da empresa era chamado a discursar, sempre se dirigia ao público como a “grande família da empresa tal”. A siderúrgica descartou essa prática. Em vez de “família USIMINAS”, optou pela “cultura USIMINAS”: concepção de contornos mais profundos acolhida pelos trabalhadores. Além das fronteiras do ambiente fabril, firmou-se no cotidiano das pessoas mediante instrumentos de cooptação preparados para sufocar a luta de classes alardeando, no lado capitalista dessa luta, a possibilidade constante da ascensão profissional. Dentro as diversas formas conhecidas de dissuasão, o aceno com o poder sedutor do capital, em tese, obtém a resposta mais favorável da maior parte dos trabalhadores. Esse é um argumento convincente na empreitada de cooptar empregados tendentes a resistir à consolidação dos métodos capitalistas de produção. No espaço e tempo histórico desta análise, outros instrumentos — igualmente sutis — foram incorporados à “cultura USIMINAS”, os quais, provavelmente, falaram tão alto quanto a possibilidade de ascensão.

Em sua obra *Cultura e identidade operária*, Duarte et al. dão ênfase ao que chamam de dependência econômica:

A dependência econômica existe por definição para o conjunto da classe trabalhadora, para os produtores diretos do capitalismo moderno. A especificidade da situação estudada é que a “dependência econômica” se reforça por uma dominação direta, fora da produção, pelo controle direto da moradia, pelo controle político e ideológico sobre os trabalhadores, e por um controle reforçado do mercado de trabalho para o qual a própria vila operária é funcional.<sup>71</sup>

Essas ponderações sugerem uma espécie de unanimidade do controle operário que parece se alastrar com grande mobilidade entre os produtores diretos do capitalismo; tão logo um modelo dominador logre êxito, a impressão que se tem é que os donos dos meios de produção o compartilham de imediato. Assim, todo tipo de dominação é válido nas relações

---

<sup>70</sup> CASTELLO BRANCO, Marco Antonio S. C. Discurso (despedida do cargo). In: USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS/USIMINAS. **Assembleia geral ordinária**, 30 de abril de 2010. Ipatinga, 2010.

<sup>71</sup> DUARTE, Luiz Fernando dias *et al.* **Cultura e identidade operária**. Aspectos da cultura da classe operária. São Paulo: Marco Zero, 1982, p. 164.

de trabalho na concepção do capitalista; mas em sua maior parte está vinculada à dependência econômica.

Com efeito, o que é a cultura senão um conjunto de práticas sociais presentes no cotidiano das pessoas que envolve, dentre outros pontos, a atividade laboral, a religiosidade, as crenças, os valores, as festividades, a culinária, o vestuário e as formas de convivência — pacíficas ou não? O termo cultura envolve olhares múltiplos, sobretudo acerca das formas que as pessoas encontram de manifestar amor, aflições, necessidades, sonhos e expectativas. Acrescente-se que dos embates entre essas forças sociais emergem contradições que se tornarão a mola motora da cultura, pois a natureza desta é se refazer a cada nova demanda da sociedade. O termo pressupõe a dinâmica que engloba liberdade de agir, criar, produzir e consumir, enaltecedo a diversidade e a multiplicidade próprias de todo aglomerado humano.

Se assim o for, como entender a cultura na condição de iniciativa que molda, limita e castra o princípio do contraditório, além de cercear a dinâmica social? Como compreendê-la na condição de prática que não permite tirar proveito das diferenças pela transformação sistemática delas em desigualdades? Embora possa ser analisada por olhares vários, essa tendência à imposição pode também ser entendida como estágio preparatório à hegemonia; como forma de engessar perspectivas, moldar mentes e criar pessoas dóceis em ambientes hierarquicamente organizados para compor um corpo produtivo sincronizado com os interesses da produção e do consumo.

Portanto, vista dessa perspectiva, a “cultura USIMINAS” pode ser identificada como mais um dos elementos que compõem a superestrutura local, associando-se a elementos de dominação — como o poder político e religioso — e de setores que dão sustentação à visão burguesa de vida — Rotary, Lions, maçonaria etc. É necessário considerar ainda que o norteamento social externo praticado pelas assistentes sociais da empresa<sup>72</sup> e a imposição de um modelo operacional interno, certamente, não foram fruto de pactuação com os empregados.

Uma questão se impõe aqui: como compor uma realidade onde sutileza e imposição ocupam o mesmo espaço no cotidiano operário? Parece-me mais palatável essa ideia se for acompanhada dos acenos capitalistas, tais como a promessa de ascensão profissional ou a compensação financeira instituída na forma de prêmios — Operário Padrão, Prêmio

---

<sup>72</sup> Como a maioria dos trabalhadores obedecia a um regime de revezamento de turnos (8h às 16h; 16h às 24h; 0h às 8h), as assistentes sociais orientavam as esposas a frequentar cursos de bordado, culinária e costura como forma de mantê-las em afazeres fora da residência, enquanto o operário descansava para uma nova jornada produtiva.

Segurança,<sup>73</sup> Prêmio da Campanha SQP (Segurança, Qualidade e produção) e outros. Na década de 70, foi instituído um “prêmio especial”, convenientemente distribuído no 1º de Maio de cada ano e conhecido como “Girafão”.<sup>74</sup> Com o tempo, esse prêmio adquiriu novas roupagens, mas sempre ligadas a iniciativas que melhorassem a condição da produção e sempre proporcional ao tempo de serviços prestados à empresa. Noutra competição, o prêmio concedido aos primeiros colocados na disputa pelo título de Operário Padrão era extensivo à família, cujo prêmio incluía viagens de avião para o Nordeste com todas as despesas pagas pela empresa.<sup>75</sup> A premiação era divulgada numa festa da qual participavam as famílias de todos os operários envolvidos e — é claro — o presidente da USIMINAS, que fazia uso de seu “mimetismo social”; ou seja, de sua capacidade de se misturar discretamente aos empregados trajando o mesmo uniforme e dando a impressão de ser um homem simples como qualquer um deles.

O detalhe mais importante dessas disputas é que qualquer operário identificado pela máquina de vigilância como “subversivo” era descartado das competições pelo sistema peculiar da “cultura USIMINAS” — a chamada arapongagem. Assim, se os operários eram assediados com “afagos” econômicos, também se sentiam beneficiados pelo sistema de vigilância, que afastava boa parte dos concorrentes como não enquadráveis no modelo disciplinar da empresa. Nesse sentido, a quem “sobrevivesse” à opressão, a visão administrativa estava correta: os insubordinados não se enquadravam nas normas vigentes.

Dessa inflexão surge um questionamento: qual era o objetivo dessa investigação constante da vida dos empregados senão alimentar uma indústria do terror no cumprimento de seus contratos de trabalho? Também surge uma observação: mesmo a família se tornava um grupo vigilante das práticas políticas do pai caso ele pleiteasse a participação em algum movimento político ou sindical. Em alguns casos, o sindicato — criado para proteger o trabalhador — fornecia informações sobre tendências políticas de seu associado.

---

<sup>73</sup> O número de dias que dada seção passava sem registrar acidentes com afastamentos era compensado nos contracheques com premiação referente à quantidade de horas. Quando ocorria um acidente, as horas zeravam; ou seja, começava outra contagem. Cada “operador” se tornava fiscal do outro quando cometiam atos de insegurança.

<sup>74</sup> O apelido de “O girafão” dado ao prêmio concedido em maio alude ao prêmio concedido em programa de televisão comandado pelo apresentador Jota Silvestre na década de 70: *O carnê da Girafa*. Assim, os operários identificaram o 14º salário concedido em maio como “O Girafão”.

<sup>75</sup> Houve um tempo em que viajar de avião era considerado privilégio burguês, em detrimento a um direito de todos.

As estratégias de cooptação e convencimento da USIMINAS foram igualmente eficazes na dinâmica do comércio e na remodelação urbana. Embora o foco da preocupação fossem os bairros operários, não se pode desprezar a reestruturação da parte velha da cidade: alargamento das ruas, construção de prédios mais modernos e atraentes, criação de espaços lúdicos e “desodorização do espaço urbano” — diria Margareth Rago. Tudo foi necessário ao sincronismo com os novos tempos de capitalismo industrial estava em curso, em especial na década de 80.

Apesar de empregar métodos pouco convencionais nesse período, a empresa consolidou sua condição de mantenedora da cidade. A “cultura USIMINAS” se impôs no cotidiano operário com um rigor só comparável à tenacidade do aço que ganhava espaço na região. São de aço alguns marcos da cidade. Lojas e empresas (FIG. 6 e 7) criadas pela iniciativa privada aludiam ao aço ou à empresa que se firmou como maior geradora de recursos para o município. Aos poucos, o aço passou a ser reconhecido como motor do progresso; e essa ideia se materializou não só no espaço interno da empresa e do universo de seus funcionários, mas também no espaço público: no cotidiano dos que não trabalhavam na usina, como que a compeli-los a almejar uma oportunidade de emprego na USIMINAS.



FIGURA<sup>76</sup> 6 – Em lugares reservado a festas e formaturas como o Espaço Veneza, no bairro homônimo, o aço ganha destaque duplo na tipografia da fachada: letras com tamanho e forma (maiúscula/minúscula) distintos.

<sup>76</sup> Meu acervo (fotografia de 2011).



FIGURA<sup>77</sup> 7 – Empreendimentos adotam a sequência *usi* como “prefixo” em seus nomes: Usimicro — empresa da área de computadores; Usisaúde — plano de saúde dos empregados da usina siderúrgica; e Usicultura — projeto que envolvia o maior teatro da região. Essa produção de significados pode ser vista como forma de associar o nome de uma empresa privada de menor expressão a um nome consolidado internacionalmente, seja pela marca ou pelo produto que gera.

A antropóloga Rita de Cássia Pereira Farias analisa essa consolidação assim:

Se no cotidiano, a Usiminas colabora na execução de obras e melhorias públicas, nas ocasiões comemorativas, como o aniversário da cidade, ela geralmente doa algo grandioso, permanente e bastante visível; uma escultura de aço, que é colocada em um jardim. Devido aos vínculos entre cidade e a empresa, doar uma escultura é uma forma de a empresa renovar seus compromissos, estreitar laços e ressaltar sua soberania no município, além de encobrir conflitos.<sup>78</sup>

A tese de Farias aborda os vínculos entre cidade e empresa que são fortalecidos em datas comemorativas. Isso ocorre, por exemplo, quando a USIMINAS presenteia o município com uma escultura de aço (FIG. 8), fixada em local visível como o entroncamento da BR-381 com a entrada para o bairro Iguaçu; e que enaltece o potencial ilimitado do ser humano. Com efeito, a dimensão humana parece se destacar como provável tentativa de aproximar empresa, cidade e protagonistas da obras.

<sup>77</sup> Meu acervo — fotografia de 2011.

<sup>78</sup> FARIAS, 2010, p. 193.



FIGURA 8<sup>79</sup> – Escultura de aço feita pela artista plástica Vilma Noel



FIGURA 9 – Detalhe da placa comemorativa de entrega da escultura de aço. O texto diz isto: “Neste monumento, percebe-se a conscientização de unidade da criação, do potencial humano sem limites e o espírito de construção, solidariedade e união, desenvolvimento, energia, força e vida contínua”; o patrocínio coube à USIMINAS, à prefeitura de Ipatinga e ao estado, com se fosse uma tentativa de aproximar essas instâncias de poder.

A placa comemorativa (FIG. 9), localizada na base do monumento, registra o nome dos patrocinadores: USIMINAS, prefeitura e Estado de Minas Gerais. Essa associação em prol da construção de um monumento como esse sugere a tentativa de aproximar esses setores. Se no passado o “massacre de Ipatinga” distanciou a empresa dos empregados e da população, nos anos 90 diversos monumentos enaltecedo o trabalho e a ação do homem foram instalados, aparentemente para promover o apagamento da memória ou — nas palavras

<sup>79</sup> Meu acervo (fotografia batida em 2010).

de Farias — para “[...] a empresa renovar seus compromissos, estreitar laços e ressaltar sua soberania no município, além de encobrir conflitos”.<sup>80</sup> Supostamente, as iniciativas vão além de uma exposição da importância do aço no contexto regional. No exato lugar onde aconteceu o “massacre de Ipatinga”, a siderúrgica mandou construir outra escultura monumental em aço (FIG. 10). A uma parcela expressiva da população, esse local tem significado especial; e embora nem todos tenham participado do acontecimento fatídico que ali teve lugar, o episódio permanece presente nas interpretações que as gerações mais novas tecem sobre ele.

Contudo, para muitas pessoas, o monumento pode parecer enigmático, pois não há referências explícitas ao significado do local onde foi instalado; isto é, pode indicar a integração da empresa com o município; pode ser interpretado como duas mãos aproximadas com o polegar levemente distanciado dos demais dedos, estabelecendo uma eliminação do distanciamento ocorrido no passado. Sobretudo, parece significar que até o aço, com toda sua rigidez, pode ser flexionado caso haja interesse das partes envolvidas.

Há quatro portarias na empresa por onde passavam todos os funcionários: a do bairro Bom Retiro, aos funcionários de cargos médios; a do bairro Cariru, para funcionários de alto escalão; e as portarias de Ipatinga e do escritório central à massa, a maioria com cargos menos elevados na hierarquia da empresa.



FIGURA<sup>81</sup> 10 – Escultura assinada pela artista Tomie Ohtake e inaugurada em abril de 2004

<sup>80</sup> FARIAS, 2010, p. 147.

<sup>81</sup> Meu acervo (fotografia batida em dezembro de 2010).

Afora as manifestações coletivas, cabe focar o olhar nas manifestações espontâneas de sujeitos anônimos, a exemplo de um pichador que deixou sua marca no monumento (FIG. 11); marca que destoa do significado expresso pela autora do projeto. Ao elaborar seu pensamento — ou “desabafo” —, demonstrado na figura a seguir, ele deixa claro seu inconformismo, que, de alguma forma, servirá a outras interpretações.



FIGURA<sup>82</sup> 11 – Aos poucos, a luta de classes se manifesta por todos os cantos da cidade, alastrando-se silenciosa pelas frestas dos blocos sociais sem optar por uma maneira definida de se expressar. Não só se perpetua nos embates travados entre patrões e empregados, mas também — e de forma sutil — oferece novas perspectivas de contemplar o social pela lógica da interrogação, em vez das exclamações e dos pontos finais impostos pelo sistema. O detalhe da peça criada pela artista plástica Tomie Ohtake expõe uma frase que relativiza a ideia de liberdade. Mas o que seria ser livre na concepção do pichador? Talvez um conceito tolhido por um sentimento de grandeza presente em sua visão; quem sabe a percepção de um Estado que impõe limitações gigantes ao cidadão; quiçá a pequenez do ser humano ante uma legislação que em boa parte dos casos perpetua a desigualdade. Do ponto de vista das práticas trabalhistas presentes na região por influência da “cultura USIMINAS”, outro sentido pode ser sugerido para a pichação: de que adianta ser livre e ter a possibilidade de *ir e vir* se cada trabalhador está aprisionado no modelo disciplinar da empresa? Como se pode perceber, a liberdade é algo que não se explica, mas ninguém consegue viver sem ela; e na visão do artista anônimo a liberdade pode ser utópica se considerados os padrões propostos por ele.

<sup>82</sup> Meu acervo (fotografia de dezembro 2010).

Se a “cultura USIMINAS” dava o tom hegemônico a ser trilhado pelos operários, essa relação era suavizada por diversas iniciativas lúdicas, artísticas ou esportivas, o que levava a crer que, embora uma tranquilidade aparente reinasse no município, não era difícil entender o que estava submerso a essa calmaria, mesmo com uma população operária supostamente submissa ao sistema. Foram anos nos quais o menor esboço de comentários sobre fatos indesejáveis — traduzíveis em palavras como sindicato massacre, ditadura etc. — iria se transformar em justificativas para o desligamento de quem as pronunciou.

Ambientes silenciosos e sombrios, olhares de soslaio, palavras ditas à boca miúda... tudo denotava a existência de uma resistência incipiente. Uma vez em curso, pressupõe-se que essa insubordinação surgisse do silêncio, provável iniciador de uma forma de isolamento quando a análise recai sobre o indivíduo em relação ao grupo. É igualmente provável que o dissenso, recurso usado para quebrar a solidariedade entre os trabalhadores, tenha se transformado na mola motora de um lento, porém profícuo processo histórico em direção ao consenso, forjado no calor dos acontecimentos e na frieza do silêncio imposto. Na década de 80, a calmaria cederia lugar aos acontecimentos que definiriam como a luta de classes se tornaria visível, mesmo com o aparato de vigilância e o autoritarismo da USIMINAS.

Esta exposição deriva de esforços com o intuito de compreender como esses sujeitos se organizaram; como se posicionaram ante um aparato hegemônico que castra, domina, exclui e tem a desigualdade como instrumento de controle da massa de trabalhadores. Reconstituir esses momentos e a dinâmica social em curso implicou requerer, dos agentes envolvidos, uma participação que clarificasse suas relações em momentos específicos e como interpretam essas atuações ocorridas em picos de apreensão. Percebe-se que ao longo do tempo, sobretudo quando a moeda foi reintroduzida na sociedade, com o renascimento comercial, e depois, quando a produção industrial delimitou as novas relações entre os produtores e os donos dos meios de produção, os verdadeiros produtores de riquezas — os operários — não ganharam visibilidade em suas ações. Aos historiadores envolvidos com os problemas sociais, cabe então a iniciativa de dar visibilidade aos embates decorrentes da luta de classes nos vários tempos históricos sejam assim como aos agentes — homens, mulheres e crianças — envolvidos na luta que acompanha a história dos homens.

Atento a essas questões, recorri a um documentário produzido por Fábio Nascimento<sup>83</sup> que clarifica problemáticas camufladas pelo sistema capitalista há tempos. O curta-metragem intitulado *Silêncio 63*<sup>84</sup> versa sobre o episódio gerador de parte das disputas e da luta de classes em Ipatinga e que dá significado ao silêncio ao qual a população da cidade e, em especial, os trabalhadores da USIMINAS foram sistematicamente submetidos. A abordagem foca na resistência da população em se pronunciar sobre os acontecimentos de 1963; e esse silêncio aparenta ter sido institucionalizado mediante mecanismos coercitivos usados pela empresa no decorrer do tempo. Além de evidenciar os relatos de quem sobreviveu ao massacre — poucos falaram — e interpretações do momento abordado, o vídeo de Nascimento abre uma fresta pela qual se pode analisar o silêncio como instrumento gestor da resistência e os fatos decorrentes desse longo e sofrido processo; cujos desdobramentos culminaram em estratégias específicas a fim de provocar fissuras na hegemonia tendo em vista a disputa por espaços, sobretudo na direção sindical. Isso porque o sindicato era considerado estratégico para a empresa, que, aparentemente, visava controlar os trabalhadores mediante cooptação desde a fundação dessa entidade representativa do trabalho. Por outro lado, também os trabalhadores almejavam controlar o (seu) sindicato com o objetivo claro de transformá-lo em um órgão representativo e reivindicativo de fato.

Optei por direcionar a pesquisa para a análise da luta de classes desencadeada no âmbito da disputa pelo poder sindical sem a pretensão de creditar aos embates travados nesse espaço de produção social a invenção desse tipo de lutas, já caracterizado por Marx como “a história da humanidade”. As questões expostas neste capítulo se inserem em um processo de luta de classes que expõe as necessidades dos operários e a resistência do poder instituído a permitir que esses sujeitos sejam vistos como agentes transformadores da realidade social. Eis a tônica das análises doravante.

---

<sup>83</sup> Natural de Ipatinga, Fábio Nascimento foi para Juiz de Fora em 2003, para estudar Comunicação Social na universidade federal dessa cidade mineira. Dois anos depois, decidiu abandonar a futura carreira de jornalista para recomeçar seus estudos na França, onde vive. Graduou-se em cinema pela Université de Paris 3 – Sorbonne Nouvelle e, na sequência, ingressou no mestrado de cinema documentário da Université de Paris 8 – Vincennes Saint-Denis, para o qual apresentou *Silêncio 63* como projeto final. Fábio é filho do fotógrafo do massacre, de nome curioso: Isabel Nascimento. Após registrar rajadas de metralhadoras, foi alvejado como dezenas de outros trabalhadores. Com a recuperação da câmara fotográfica, foi possível revelados os filmes e publicar as fotografias do massacre. In: **SILÊNCIO 63.** Diretor. Disponível em: [http://www.silencio63.com/Silencio\\_63/Silencio\\_63\\_Diretor.html](http://www.silencio63.com/Silencio_63/Silencio_63_Diretor.html).

<sup>84</sup> Para mais informações, acessar o website [www.silencio63.com](http://www.silencio63.com).

## II

# “QUEM AMARRARÁ O GUIZO NO PESCOÇO DO GATO?”: UMA HISTÓRIA DE ESTRATÉGIAS E DETERMINAÇÃO

**N**o cenário de composição das relações sociais, percebe-se que a opressão e a resistência se debatem ao sabor dos interesses que lhes dão robustez. Uma não existe sem a outra. Ambas buscam se aniquilar. No caso das relações travadas entre capitalistas e trabalhadores, as observações levam a perceber que, na maioria das vezes, são estremecidas pelo desequilíbrio de forças patente nos extremos da relação: o poder do capital nas mãos de quem quer produzir mais capital e uma massa expropriada dos meios de produção condicionada a vender sua mão de obra em circunstâncias de desapropriação do corpo e sem ter parte na riqueza que produz. Em geral, o sucesso desse tipo de operação decorre de formas contundentes de opressão dos donos do capital mediante estratégias capazes de promover um sentimento de impotência nos cidadãos que produzem mais-valia ao capitalista. Na lógica da fábula<sup>85</sup> do guizo, do gato e dos ratos, os capitalistas acuariam os cidadãos como acua o felino os roedores.

---

<sup>85</sup> Parte do título deste capítulo alude à fábula *A assembleia dos ratos*, que levanta um dado comum aos seres humanos, sobretudo, quando acuados por algum tipo de opressão. A autoria é atribuída ao grego Ésopo (620 a. C.–564 a. C. aprox.). Diz a fábula: “Um gato que o cão suscitara para a ruína dos ratos, o Napoleão, o César dos gatos, devastava o mundo; por mais ligeiros e espertos que se mostrasse os ratos, o valente e ardiloso César tantos via quantos deixava pelo chão estendidos. Matava por gosto, por ódio de raça, e não pela necessidade da fome. Nas vésperas de sua total ruína, os ratos reuniram-se em assembléia geral, para assentarem no que deveriam fazer em tamanha calamidade. Vendo-os reunidos, e compenetrados da sua importante missão, um deles, que presumia de orador e de estadista, pediu a palavra, e depois do mais patético discurso, concluiu: “Proponho que se ate um guizo ao pescoço do gato; assim qualquer movimento seu nos será denunciado por este estridor amigo, e tão infelizes não seremos, que não achemos algum buraco em que logo nos asilemos”.

Perscrutar essas relações sem considerar que a opressão gera a resistência seria analisar o processo histórico de forma pueril e até positivista; isto é, de modo a legitimar *um* lado da relação — o mais poderoso. Trabalhadores do mundo inteiro são submetidos sistematicamente à opressão camuflada de “agradinhos” que atuam como legitimadores da exploração. Essa característica se manifesta como padrão, pois a sobrevivência do modelo atual de capitalismo se correlaciona com a exploração, esta por sua vez tornada mantenedora de desigualdades sociais.

Em seu estudo do capitalismo e de seus efeitos sobre o conjunto da sociedade, Karl Marx (1818–83) foi preciso ao associar sua percepção da luta de classes com o desenvolvimento do tempo histórico — “A história dos homens é a história da luta de classes”, afirmou. Se a história fosse compartimentada, encontraríamos relações de exploradores e explorados nos vários períodos estabelecidos, mas com outros nomes. Nessa lógica, se a exploração pode ser considerada como padrão na concepção capitalista, então é possível compreender, paralelamente, que a universalização do modelo não é concebida de igual maneira em todos os ambientes onde é praticada. Noutros termos, os trabalhadores passam por experiências singulares conforme as condições históricas de cada local de trabalho e o comprometimento dos capitalistas com formas diferenciadas de exploração.

Por exemplo, em Ipatinga (MG), as práticas capitalistas não diferiram daquelas de outros países quando enfatizado o padrão; mas quando se enfocam as formas de aplicação e camuflagem, os empregados da USIMINAS passaram por experiências diferenciadas. Essa empresa usou estratégias para obter o máximo de cada operário em detrimento do mínimo de compensação financeira na contrapartida de sua capacidade produtiva. As estratégias incluem prêmios no dia Primeiro de Maio, viagens aos familiares do Operário Padrão e concursos internos que movimentavam os trabalhadores em busca de benefício ou destaque ante os demais. Havia uma “cultura USIMINAS” em curso.

No imaginário da população, a empresa se consolidava como a mantenedora dos meios de vida e das práticas sociais da região, a tal ponto que renegá-la — por exemplo, pedindo demissão — era atitude que a população via como gesto de insanidade. Com efeito, Darci Mônico Rodrigues, conhecido no mundo artístico como Darci di Mônaco, reitera essa visão em um relato em vídeo:

---

“Apoiado, apoiado!” bradaram com entusiasmo os ratos; um deles, porém, mais velho e pensador: “Apoiado sim”, disse, “a lembrança é sagacíssima; mas quem há de atar o guizo ao pescoço do gato?”. MORES, Ridendo Castigat. **Fábulas (imitadas de Ésopo e La Fontaine)** — [compiladas por] Justiniano José da Rocha (1812–1863). Edição e-book (domínio público). S. l., e BooksBrasil, s. d., s. p.

[...] entrei na USIMINAS, como praticamente era destino de quase todo jovem que cresce em Ipatinga. Entrei na USIMINAS, aí, depois, percebo que a USIMINAS não era o que eu queria. Não tinha nada a ver comigo. E alguns amigos que trabalhavam lá falavam a mesma coisa comigo. Foi então que decidi encarar a loucura — pro pessoal da época — de pedir demissão da USIMINAS e enfrentar minha carreira. Fui pra São Paulo e fiz vários cursos de teatro.<sup>86</sup>

Darci di Mônaco nasceu em Ipatinga, interpretou personagens de várias peças, dentre as quais *Solidão a três*,<sup>87</sup> e participou do desenvolvimento da cidade após a chegada das usinas. Porém, jamais abriu mão de suas convicções — do que julgava pertinente a sua formação. Seu relato deixa transparecer que, no caso dele, o sonho de conseguir emprego na siderúrgica — e assim se “projetar” socialmente na sociedade local — deu lugar a convicções mais realistas, isto é, mais pessoais.

Se não se pode negar que a USIMINAS foi decisiva para o desenvolvimento urbano de Ipatinga, também não se pode negar que naquelas circunstâncias seu território se moldava segundo a lógica do capitalismo industrial, em implantação norteada. Ao mesmo tempo, inseriam-se novas normas de procedimento para influenciar práticas sociais futuras. Subjacente aos interesses empíricos sempre existe uma lógica pela indiferença; entretanto, quando analisados mais profundamente nota-se o predomínio do interesse compartilhado da acumulação pelos capitalistas, embora o que ganhe visibilidade sejam os dividendos sociais sob o argumento do progresso à frente de seu empreendimento. Mesmo com um discurso progressista, no local escolhido para montar as usinas predominou a lógica do interesse capitalista correlacionado com interesses políticos prévios. As razões do interesse incluem a proximidade com as fontes de matéria-prima,<sup>88</sup> a disponibilidade de energia elétrica gerada pela Usina de Sá Carvalho,<sup>89</sup> a abundância de mão de obra remanescente das carvoarias instaladas na região a fim de abastecer os fornos de gusa da companhia Belgo-Mineira, em

---

<sup>86</sup> DARCI di Mônaco. Entrevista com Darci di Mônaco — programa de TV Panorama Cultural — especial sobre o dramaturgo. **Youtube.** Conta de Alex Pereira — vídeo publicado em 12 de setembro de 2009. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=vNrqTL9IXW8>>. Acesso em 20 set. 2013, às 16h59.

<sup>87</sup> Disponível em: [http://www.youtube.com/watch?v=nS2UM\\_BLYk0](http://www.youtube.com/watch?v=nS2UM_BLYk0).

<sup>88</sup> Até a descoberta do minério de ferro na serra dos Carajás, a cidade de Itabira, no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, oferecia ao Brasil a maior acumulação desse minério, beneficiado pela CVRD; e o deslocamento dessa matéria-prima seria pela ferrovia Vitória–Minas. Fundada em 1929, ela corta o território de implantação da USIMINAS.

<sup>89</sup> A Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho fica no município de Antônio Dias, MG. Sua construção se iniciou em 1947. Em 1951, quatro unidades geradoras e uma potência fornecida de 78 megawatts começaram a operar. Ver: CEMIG. **Subsidiárias da CEMIG.** Disponível em: <[http://www.cemig.com.br/pt-br/a\\_cemig/Nossa\\_Historia/Paginas/Subsidiarias.aspx](http://www.cemig.com.br/pt-br/a_cemig/Nossa_Historia/Paginas/Subsidiarias.aspx)>. Acesso em: 23 jul. 2013, às 7h31.

João Monlevade (MG), e dos extratores<sup>90</sup> de madeira a fim de construir dormentes disponíveis à estrada de ferro Vitória–Minas (EFVM).

Completando o ciclo do interesse capitalista na iniciativa de construção da USIMINAS, o capital internacional se tornou aliado-chave no empreendimento. Em discurso apresentado à comunidade siderúrgica, o então presidente da empresa ressaltou os momentos de construção do complexo industrial:

Do lado brasileiro, alinhavam-se o Estado de Minas, o BNDES, [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social], CVRD [ex-Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale], a Acesita, a Companhia Siderúrgica Nacional, os bancos oficiais mineiros e muitos acionistas particulares, somando 60 por cento do capital. Do lado japonês, as quatorze maiores usinas siderúrgicas e indústrias eletromecânicas do Japão, empresas de capital privado, tendo à frente a Ywata Steel Co., construíram uma sociedade com o objetivo de subscrever, em dinheiro, 40 por cento do capital da Usiminas, prestar-lhe assistência técnica no projeto, construção e operação da indústria siderúrgica e financiar a longo prazo todo o equipamento especializado que se dispusessem a fornecer, num total de aproximadamente 100 milhões de dólares. [...] A localização da usina permitiu aproveitar as disponibilidades de minério fino e de transportes da Cia. Vale do Rio Doce, para as quais grandes investimentos já tinham sido feitos.<sup>91</sup>

Associar a proposta capitalista clarificada no discurso do presidente com os interesses locais — também convergentes para os interesses capitalistas — requer reconhecer que, embora a empresa tenha investido em saneamento e remodelação do bairro Centro, seu foco era a construção dos bairros operários — que abrigariam a maior parte dos trabalhadores recém-chegados. Ainda assim, essa ação na região central mantinha no imaginário da população a “fotografia” da siderúrgica como grande benemérita da cidade. Isso se evidencia na fala de protagonistas dessa história como o mineiro de Juiz de Fora Nelson Ribeiro, que se transferiu para Ipatinga em 1962. Ali, formou família e conseguiu emprego na USIMINAS. Diz ele: “Realmente tem que agradecer a USIMINAS, [por]que [foi] a USIMINAS que fez Ipatinga. Não foi Ipatinga. Foi a

---

<sup>90</sup> Ao saírem de uma fonte de economia identificada com as atividades camponesas — diga-se, ao entrarem na implantação do capitalismo industrial na cidade —, os extratores de madeira foram expostos ao que Lucio Kowarick identificou como “perda das propriedades cognitivas”. Isso porque a chegada da indústria criou um padrão de trabalho alheio ao repertório laboral deles e descartou o saber acumulado em suas experiências de vida no meio rural. KOWARICK, Lucio. As metamorfoses do trabalho. In: \_\_\_\_\_. **A espoliação urbana**. São Paulo, 1980, p. 88.

<sup>91</sup> LANARI JÚNIOR, Amaro. Discurso de inauguração do alto-forno 1, 26 de outubro de 1962.

USIMINAS que fez Ipatinga, o que ela é hoje. Tem que agradecer a USIMINAS, porque a USIMINAS dava tudo.<sup>92</sup>

Nelson Ribeiro não compôs o contingente de trabalhadores identificados pelo presidente da empresa como “zero-quilômetro”. Recrutado ainda em Juiz de Fora, foi trabalhar na equipe de manutenção eletrônica, o que lhe permitiu participar diretamente da construção da siderúrgica e da reconstrução da cidade. A reiteração em sua fala dá uma medida da dimensão que a empresa ganhava no imaginário popular e que mantê-la envolvia transferir esses significados aos operários novatos. Para isso, foi preciso lançar mão de artifícios diversos, a exemplo da concessão de medalhas comemorativas da implantação do complexo siderúrgico (FIG. 12). Em consonância com as normas disciplinares da empresa, as punições ocorriam no ambiente privado e as promoções ganhavam visibilidade; muitas vezes, envolvia familiares em festas previamente organizadas para promover a política do reconhecimento do operário. Como fator subsidiário na composição da satisfação operária, a empresa recorria a tais estratégias, em geral em ocasiões festivas como o Primeiro de Maio. Por algum tempo, os operários se sentiam importantes com esse tipo de reconhecimento.

Gramsci se refere a esse procedimento em “Americanismo e fordismo” no contexto da sociedade dos Estados Unidos. Segundo ele, esse recurso (de que se vale a empresa) ultrapassa a análise de um efeito tecnológico em que tal sociedade se encontrava; os capitalistas daquele país teriam deteriorado as condições de trabalho ao introduzir a meritocracia, que quebra a solidariedade operária. Isso porque, de certa forma, os operários se viam como concorrentes uns dos outros. A esse procedimento se acresce a vinculação das novas formas de produção e a correlação entre elas e a necessidade de consumo difundida nessa nova modalidade, como afirma Gramsci:

O nexo estabelecido entre produção e consumo, sob o manto da indústria fordista, vinculava ao mesmo tempo, a produção em massa à extração de mais-valia relativa, bem como o consumo operário de bens duráveis ao capital financeiro. Era, e ainda é, o caso do acesso à moradia, dos prêmios à assiduidade — muitas vezes através do fornecimento de transporte — do acesso à educação, à saúde, mas também aos eletrodomésticos, veículos motorizados e outros bens de consumo individualizáveis. Estavam dadas, portanto, e de uma só vez, as condições de realização do modo capitalista de reprodução da força de trabalho.<sup>93</sup>

---

<sup>92</sup> RIBEIRO, Nelson. Ipatinga, MG, 29 de junho de 2005. Fita cassete (58 minutos). Entrevista concedida a mim, em sua residência.

<sup>93</sup> GRAMSCI, 1996, p. 382.



FIGURA<sup>94</sup> 12 – Medalha comemorativa dos primeiros dez anos de funcionamento da USIMINAS. Produzida em 1972 e distribuída entre os empregados, visava premiar cada trabalhador pela sua participação no funcionamento do complexo siderúrgico. A medalha glorificou a participação dos operários na produção de 500 mil toneladas de aço por ano e salientou a participação no processo de acumulação de capital. A face com rosto enaltece o esforço coletivo; a face com a feição do complexo siderúrgico parece apontar os meios de produção, isto é, que o lucro proveniente do esforço coletivo cabe à individualidade que os detém.

---

<sup>94</sup> Meu acervo.

As condições de instalação dos padrões capitalistas de produção e consumo estavam vinculadas às condições históricas do espaço geográfico escolhido para abrigar o projeto de siderurgia. No caso da USIMINAS, além de prover os bairros operários com infraestrutura para suprir necessidades básicas das famílias, a empresa firmava convênios com lojas de eletrodomésticos a fim de incentivar o comércio e munir os trabalhadores da capacidade necessária de consumo. Igualmente, facilitava o acesso aos clubes de recreação privados mediante convênios. As mensalidades eram descontadas na folha de pagamentos, o que facilitava a vinculação dos empregados como associados. Essa prática seria uma “concessão” das muitas “concessões” feitas para amaciar a rigidez de conduta de operários cujos modos de trabalhar e encarar ordens, por exemplo, tem a influência de experiência profissionais vividas noutras empresas, noutras regiões.<sup>95</sup> Todo esforço em prol da manutenção de um quadro orgânico de trabalhadores engajados no sistema produtivo seria viável; medidas que os alegrassem, assim como suas respectivas famílias, seriam bem-vindas em nome da ordem e da produção.

A crítica de Gramsci tem como alvo as formas de produzir desenvolvidas por Ford e Taylor no fim do século XIX. Caso se possa dizer que as formas de produção da indústria automobilística estadunidense tenham sido apropriadas, por exemplo, por indústrias brasileiras que produzem o aço do chassi; então cabe dizer que os postulados de Gramsci nessa seara se mostram úteis a reconstruções do processo histórico fabril no Brasil. Daí a importância de ideias como aquelas expostas em sua elaboração sobre a forma de enquadrar o corpo de operários:

Construir um quadro orgânico e bem articulado de operários fabris qualificados ou uma equipe de trabalho especializada jamais foi tarefa simples: ora, uma vez constituído esse quadro e essa equipe, seus componentes, ou parte deles, acabam por vezes não só beneficiando com um salário de monopólio, mas também não são demitidos no caso de redução temporária da produção; seria antieconômico dispersar os elementos de um todo orgânico constituído com esforço, já que seria quase impossível voltar a agrupá-los, na medida em que a reconstrução deste todo com elementos novos, aleatórios, custaria tentativas e gastos não indiferentes.<sup>96</sup>

---

<sup>95</sup> Cabe reiterar que nos anos iniciais de funcionamento da empresa a mão de obra provinha de outras empresas ou do SENAI — alunos recém- formados. Depois a USIMINAS optou por criar sua “maternidade profissional”: recrutava só funcionários “zero-quilômetro”, na expressão do presidente Rinaldo Campos Soares a partir dos anos 80.

<sup>96</sup> GRAMSCI, 1996, p. 275.

Nessa lógica, os propósitos iam além da sustentação desse quadro orgânico, isto é, supunha mantê-lo disponível ao alcance das necessidades da produção em todas as horas do dia, durante todos os dias do ano. Daí que os “investimentos” em convênios com os clubes resultavam em mais possibilidades de a administração empresarial saber do paradeiro dos operários nos fins de semana caso alguma unidade da produção requeresse a presença de profissionais qualificados em dias e horários não convencionais.<sup>97</sup>

Se a empresa proporcionava aos operários o que lhes era imprescindível à sobrevivência, então cabe pensar que os trabalhadores vindos de localidades variadas em busca de alternativas de vida, aos poucos, percebiam que estavam aparentemente limitados em suas ações por iniciativas patronais como o regime de exceção, que facilitou a entrada de militares da reserva em empresas estatais. Na USIMINAS, três deles — um o senhor Gastão, ex-oficial da Marinha — passaram pela seção de laminação de placas. Essas origens davam margem para que os trabalhadores os vissem como espiões a serviço do poder instituído. A isso se junta a censura a acontecimentos como o “massacre de Ipatinga”: tocar nesse assunto era o mesmo que pedir demissão. Igualmente, questionar a ação do sistema de governo implantado em 1964 era pôr em risco não só o emprego, mas também a liberdade de ir e vir. Eis por que cabe dizer que os operários estavam condicionados a viver sob pressão de um sistema bem elaborado de “arapongagem” que devassava a vida deles e de seus familiares. É como se o sonho de numerosas pessoas (adolescentes e familiares) se aproximasse de um pesadelo que amarrava, castrava e engessava qualquer ação dos trabalhadores alheia aos problemas e às necessidades da empresa.

Essa relação de forças foi objeto da análise de Ignacio Godinho Delgado. Segundo ele,

Em contraste, as organizações empresariais, uma vez que o interesse capitalista já esteja solidamente firmado e encontre apoio institucional em outras agências, especialmente o Estado, tenderão a ser “monólogas”. Enquanto as outras organizações de trabalhadores precisem gerar em seus membros “disposições para agir”, já que sua eficácia no meio ambiente depende da capacidade de impor sanções através da mobilização, o poder da sanção dos empresários está primeiramente definido pela empresa.<sup>98</sup>

---

<sup>97</sup> A equipe de produção da USIMINAS funciona em revezamentos preestabelecidos. Mas os trabalhadores da área de manutenção, embora tenham jornada de trabalho pré-definida, podem ser requeridos a qualquer momento caso aconteça defeito elétrico, mecânico e de instrumentação, dentre outros. Nesses casos, mesmo que fosse de madrugada, o trabalhador era chamado para resolver o problema de modo a não comprometer a continuidade produtiva da empresa.

<sup>98</sup> DELGADO, Ignacio Godinho. **A estratégia de um revés:** estado e associações empresariais em Minas. Juiz de Fora: ed. UFJF; 1997, p. 34.

Em tese — e ainda à luz de Delgado —, a solução seria buscar o amparo na entidade de classe, criada para dar guarida às aflições dos trabalhadores e mediar conflitos não solucionáveis no terreno da individualidade. Neste ponto do trabalho, os olhares convergem para a instituição que se transformaria no maior alvo de disputas do Vale do Aço.<sup>99</sup> Porém, *a priori*, urge enfatizar que as organizações de funcionários detêm o poder da sanção vinculada à capacidade de mobilização, enquanto a organização empresarial está fundamentada no poder da norma, que, além de lhe ser assegurada pelos regimentos internos, está ancorada nos órgãos legiferantes do Estado. Este, em geral, tem interesse nas empresas porque rendem tributos necessários à sua sustentação, enquanto as organizações sindicais se preocupam — ou teriam de se preocupar — com os interesses do operariado, pois os das empresas já estão garantidos, em tese. Assim, uma vez criado o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Ipatinga (SINDIPA),<sup>100</sup> que congregaria pessoas da região, a entidade se tornou objeto de disputa da opressão e da resistência.<sup>101</sup>

Durante o regime de exceção,<sup>102</sup> a criação de uma unidade de representação dos trabalhadores levava tempo, em um processo longo de investigação de quem pleiteava sua organização. Dado o volume de burocracia a ser vencido, a mudança da condição de associação para a de sindicato, por exemplo, poderia levar anos. No caso do SINDIPA, porém, a tramitação aconteceu em tempo recorde, ou seja, no período compreendido entre o “massacre de Ipatinga” — 7/10/1963 — e data da entrega da carta sindical —

<sup>99</sup> No leste mineiro para quem sai de Belo Horizonte, encontra-se o Quadrilátero Ferrífero, que compreende cidades como Mariana, Sabará, Congonhas e Nova Lima; mais adiante seguindo pela BR-381, está o Vale do Aço, que compreende municípios cuja fonte de riquezas é o minério de ferro, exportado e abastecedor da maioria das siderúrgicas nacionais. Abrange várias cidades e abriga empresas diversas, dentre mineradoras e siderúrgicas. Em Itabira está a Vale do Rio Doce, criada no governo de Getúlio Vargas e privatizada no governo de Fernando Henrique Cardoso. Em João Monlevade encontra-se a Companhia Siderúrgica Belgo-mineira, montada ainda no início do século XX; mas ao Leste, em Timóteo, está a Acelor (antiga Acesita, produtora de aço inox). No fim desse corredor, está o maior complexo de aços planos da América Latina: a USIMINAS, criada no governo de João Goulart e a primeira estatal a ser privatizada pelo governo Fernando Collor.

<sup>100</sup> O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Ipatinga (SINDIPA), também conhecido como Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga, foi fundado em 1º de maio de 1965, conforme a carta sindical outorgada na mesma data pelo então ministro de Estado dos Negócios do Trabalho e Previdência Social Arnaldo Lopes Sussekkind. Reconhecia-se, assim, o direito de a Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Ipatinga se transformar em sindicato, conforme o regime instituído pela Consolidação das Leis do Trabalho.

<sup>101</sup> Não cabe aqui tratar dessa contenda pelo viés maniqueísta, mas não se pode desprezar a ideia de que, em tais circunstâncias, a luta de classes põe, em lados opostos, os interesses das partes. Ao historiador cabe se atentar a esse tipo de peleja, própria da natureza dialética da dimensão social da vida.

<sup>102</sup> Em outro trabalho, fiz considerações sobre o significado desse momento. Cf.: SOUZA, Paulo Roberto de. **Cultura, trabalho e conflitos em Ipatinga nos anos 60.** 2007. 151 f. Dissertação de (Mestrado em História) — Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia.

1º/5/1965. Em entrevista concedida à revista *SINDIPA 40 Anos de História*, Jorge Norman Neto, ex-presidente do sindicato diz o seguinte:

O processo de fundação da Associação dos Trabalhadores e sua transformação em Sindicato, desde o primeiro momento se deu sob fogo cerrado. Se o primeiro momento ocorre em função do massacre de 7 de outubro de 1963; o segundo, acontece pouco depois do golpe militar de 1964. É o que relata Jorge Norman Neto.<sup>103</sup>

Sua importância pode ser verificada pela pessoa escolhida para entregar a carta sindical: o primeiro presidente do regime militar: marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Que forças teriam motivado o presidente a se deslocar de Brasília até Ipatinga a fim de entregar uma carta sindical? Embora o documento indique a existência de um significado enorme a quem o pleiteava, para uma autoridade tal, o esforço seria desproporcional se não houvesse outros interesses associáveis com os trabalhadores envolvidos na infraestrutura desenvolvida na região.

Em primeiro lugar, o conjunto dos trabalhadores da USIMINAS e a população em geral ainda ressentia os resultados do massacre de 7 de outubro de 1963, ocorrido um ano e oito meses antes e, aparente e dissimuladamente, relegado ao esquecimento pela direção da indústria.<sup>104</sup> Além disso, no estágio embrionário do golpe militar, a região apresentava uma pluralidade política que congregava defensores de variados matizes: uns eram pró-revolução proletária, outros supostamente seguiam Leonel Brizola — formavam um posto avançado do “grupo dos onze” por ele criado.<sup>105</sup> De outro lado, os liberais tentavam impor uma lógica capitalista orientada pela abertura de mercado a produtos feitos nos Estados Unidos.

<sup>103</sup> SINDIPA Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga. 40 ANOS de história. DIÁRIO DO AÇO. Ipatinga, MG, 2005, p. 21.

<sup>104</sup> No imaginário popular, a USIMINAS foi o responsável direto pelo conflito. Como a resposta foi desproporcional ao pleito dos trabalhadores, o corpo de uma das vítimas do conflito — operário alvejado por rajadas de metralhadora — foi colocado na mesa do superintendente Gil Guatimosim, sinal emblemático dessa responsabilidade a ele creditada.

<sup>105</sup> “Grupo dos onze” foi uma organização de resistência convocada pelo então deputado Leonel Brizola. “A peça-chave da resistência deveria ser o deputado federal Leonel Brizola (1922–2004), e todos acreditavam que ele não estava só. Afinal, havia organizado, de Norte a Sul do país, os chamados ‘Grupos dos Onze’. Semana após semana, o político divulgava ao Brasil novas listas com adesão de milhares de pessoas à sua causa: as Reformas de Base e a manutenção do Estado democrático. Caso a ordem fosse posta em risco, os alistados saberiam se mobilizar. Por que, então, isso não aconteceu? Para entender o que foi, de fato, aquela suposta ‘guerrilha paramilitar’, é preciso entender o papel que Brizola desempenhava naquele momento. Desde 1961, quando era governador do Rio Grande do Sul, ele se tornara uma das principais figuras políticas do país. Diante da renúncia do presidente Jânio Quadros (1917–1992), Brizola coordenou um grande movimento popular para garantir a posse do vice João Goulart (1919–1976). Batizada de Campanha da Legalidade, a iniciativa foi bem-sucedida e fez de Brizola um herói em seu estado, levando seu discurso a repercutir nacionalmente. No ano seguinte elegeu-se deputado federal pela Guanabara e passou a exercer constante pressão sobre o presidente. Ele queria acelerar o ritmo das transformações políticas na sociedade, especialmente pela legalização das chamadas

Em entrevista concedida à revista *Homens em Série*, José Deusdedith, o Serrinha, quando perguntado como conheceu seus companheiros e como se reuniam, respondeu:

O Gabriel José Pereira fiquei conhecendo em Três Marias. Saímos juntos de lá. Aqui ele foi trabalhar como motorista na área do gasômetro e a gente continuou a se encontrar. Antes do golpe chegamos a reunir até mesmo em praça pública, ou dentro da usina, em pleno horário de trabalho. A gente chamava o pessoal e passava todas as informações e orientações sobre o Supra [Superintendência de Reforma Agrária] e o Grupo dos Onze. Não havia muita perseguição na época, porque João Goulart, do PTB [Partido Trabalhista Brasileiro], era presidente da República. [...] Estábamos fazendo um movimento aqui que tomava uma dimensão muito boa. Muita gente diria mais tarde que se não fosse o golpe militar, a Revolução poderia ter começado aqui. [...] Mantínhamos contato com o Leonel Brizola através da Rádio Mayrink Veiga, que era de esquerda, de onde a gente recebia instruções. Eu participava do Grupo dos Onze. [...] Minha participação no Grupo dos Onze foi muito curta. Quando comecei era para receber instruções, mas aí eu fui preso. Quem me levou pro Grupo dos Onze foi o Gabriel e a Rádio Mayrink Veiga.<sup>106</sup>

Aparentemente, em momentos pré-golpe militar, a região já era objeto de preocupação, como se pode depreender do apoio explícito dado pelo então governador José de Magalhães Pinto aos militares, um estrategista entre os golpistas civis.<sup>107</sup> Essa movimentação política, transitando entre a revolução e a conspiração golpista no imaginário da população, transformou-se em um ambiente apropriado a um “balão de ensaio” destinado a verificar se a classe trabalhadora estava organizada a ponto de resistir a uma mudança política tão radical. Trabalhadores remanescentes do massacre e do golpe eram, em grande parte, os mesmos que pleitearam a transformação da associação em sindicato nos anos que se seguiram ao golpe. Assim, esse “caldeirão político” requeria atenção especial às suas tendências.

---

Reformas de Base, um conjunto de mudanças estruturais — educacional, política, fiscal e agrária. Com esse objetivo, Brizola comandou a formação da Frente de Mobilização Popular (FMP), um conjunto de várias organizações, grupos e setores políticos que lutavam pelas Reformas de Base. A Frente adquiriu a Rádio Mayrink Veiga, na Guanabara, o que permitiu ao político fazer seus discursos e defender sua causa todas as noites. A ela somaram-se várias outras estações, cobrindo quase todo o país, com uma audiência de 10 milhões de pessoas. Devido às dificuldades de implantação das reformas, e pressentindo o avanço de um golpe de direita, em fins de 1963 Brizola iniciou uma nova empreitada: a convocação dos Grupos de Onze companheiros (também chamados de Comandos Nacionalistas). Ele entendia que, como no episódio da Legalidade, o Congresso só votaria as novas leis sob forte pressão da classe trabalhadora organizada. A coincidência com o número de jogadores de um time de futebol foi proposital: Brizola presumia que todos os brasileiros conheciam esse tipo de organização”. BALDISSERA, Marli de Almeida. Onde estão os Grupos de Onze? **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio do Janeiro: Biblioteca Nacional, 9 jun. 2009, “Artigos”. ISSN 1808-4001. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/onde-estao-os-grupos-de-onze>>. Acesso em: 4 mar. 2014, às 6h58

<sup>106</sup> HOMENS EM SÉRIE... 1991, vol. 1, p. 55

<sup>107</sup> José de Magalhães Pinto (MG), Ademar de Barros (SP) e Carlos Lacerda (RG) foram políticos que admitiam e colaboravam com perspectiva do golpe militar a pretexto de evitar uma dominação política de tendência socialista no Brasil.

Consolidado o golpe, o regime preparou uma demonstração de força que poderia nortear os caminhos dos funcionários locais com os parâmetros exigidos pela administração dos militares. Como só uma rodovia cortava a cidade de Ipatinga, ela teve de ser interceptada quando o militar presidente foi à cidade entregar o documento sindical ao presidente da associação, em 1º de maio de 1965. Curiosamente, a outorga foi realizada não na sede da associação, mas no interior de uma das unidades de produção da USIMINAS. Essa decisão foi emblemática: situou o sindicato na suposta condição de sindicato da siderúrgica, e não dos que queriam uma representação reivindicativa — os operários. Em seu discurso, Castelo Branco disse a que veio:

É a primeira vez que um chefe de Estado vem a Minas Gerais, e justamente em uma de suas regiões de maior densidade operária. [...] Há ainda que acrescer a circunstância de inauguração de avançados setores industriais, que assim demonstram permanente preocupação de aprimoramento. Ampliação e aprimoramento que se verificam justamente em atividade fundamental ao nosso desenvolvimento e cujo êxito diz tão perto aos interesses e o futuro dos trabalhadores. Nem estes poderão ter dúvidas de que somente pela elevação e progresso da indústria brasileira, na medida em que esta vier reclamar mão de obra especializada, e, portanto, altamente produtiva, lograrão alcançar níveis salariais que devem constituir justa aspiração. [...] somente uma real solidariedade entre empregados e empregadores, cada qual entregue à sua tarefa, mas todos unidos no trabalho comum da grandeza nacional permitirá alcançar-se o ideal de uma comunidade em que todos se sintam enobrecidos pelo trabalho e por seus resultados.<sup>108</sup>

O citado “progresso” — assim entendo — viria da ordem; e esta se condicionaria a uma situação em que cada qual estaria entregue à sua tarefa: o trabalhador à produção; o capitalista à tarefa de administrar e tirar a lucratividade das relações de trabalho estabelecidas com os empregados. A citada “real solidariedade” — parece-me — deveria existir entre empregados e empregadores na visão do chefe de Estado; na relação entre empregado e empregado, não! Pelo menos a julgar pela ausência de menção em sua fala. Impõe-se aí uma ponta de ambiguidade: visto à luz das novas formas de produção abordadas por Gramsci, esse tipo de solidariedade deveria existir ou ser destruído? A solidariedade entre as partes citada no discurso pressupõe apagamento da memória e esquecimento dos fatos que supostamente deram origem às futuras disputas. Se assim o for, as vítimas do massacre seriam apagadas da memória, enquanto o manto do silêncio cairia sobre o Vale do Aço. Isto é, pressupõe a condição de estar “unidos no trabalho comum da grandeza nacional” para alcançar este ideal de comunidade: todos nela se sentiriam enobrecidos pelo trabalho e por seus resultados. A não

---

<sup>108</sup> HOMENS EM SÉRIE..., 1991, v. 1, p. 58.

ser que os resultados abarcassem as melhorias salariais, todos se sentiriam recompensados por ele; do contrário, apenas os enobrecidos, como afirma Castelo Branco.

Se a presença do mandatário na cidade ocorria em função da entrega da carta sindical, então era de interesse dos trabalhadores. Em seu discurso, porém, o general enaltece o aprimoramento do setor produtivo e a necessidade de solidariedade do empregado em relação ao empregador. Em momento algum desse fragmento o general-presidente faz menção à conquista de um órgão que possa promover as interlocuções com os empregadores. Nas admoestações propostas, vislumbram-se perspectivas para o mundo do trabalho, descartando possibilidades ou conquistas para o mundo dos trabalhadores. Em se tratando da empresa, é impossível pensar nela como um organismo vivo e autônomo, como se prescindisse da força de trabalho em seu propósito de ter êxito. É isso que o discurso deixa transparecer.

De que outros chefes de Estado vieram a Minas Gerais antes de Castelo existe uma fartura de registros documentais. Getulio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart, em ocasiões diferentes, visitaram o estado — e, não por acaso, também os dois últimos estiveram nessa “região de maior densidade operária” e em datas significativas para a empresa. No *website* oficial da USIMINAS consta esta informação:

No dia 25 de abril de 1956, em um cenário brasileiro de euforia e otimismo gerados pelo Plano de Desenvolvimento do governo Juscelino Kubitschek (JK) foi fundada a Usiminas — Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A. Dois anos depois JK cravava solenemente a estaca inicial da Usina Intendente Câmara, o pilar do que seria uma das maiores empresas do país. [...] No início dos anos 60, os trabalhadores que erguiam a Usiminas chegavam de toda parte do país. Apesar de dificuldade de alimentação, transporte e saudade da família, eles seguiam adiante e, em 26 de outubro de 1962, João Goulart inaugurava a Usina Intendente Câmara. Com uma tocha trazida de Ouro Preto que simbolizava os inconfidentes mineiros, o presidente da República acendeu o primeiro alto-forno da Usina. Horas depois, o sonho tornava-se realidade e iniciava-se a primeira “corrida de gusa”, ou seja, a primeira operação industrial da USIMINAS.<sup>109</sup>

Talvez caiba firmar aqui o uso do termo chefe de Estado em vez de presidente, dado o período de transição nos modelos administrativos; além disso, nessas ocasiões, a substituição de uma titulação denota a tendência a afastar de um passado a ser esquecido, ou seja, a dar mais visibilidade às mudanças como alternativa eficaz para o futuro das relações. Nesse caso, o discurso pode ser visto como instrumento impregnado da carga pesada de ideologia que

---

<sup>109</sup> LINHA do tempo. In: USIMINAS. **Website corporativo**. Disponível em: <[http://www.usiminas.com/irj/servlet/prt/portal/prtroot/pcl!3aportal\\_content!2fusiminas!2fcomum!2fconteudo!2fviews!2fbr.com.su.i.iview.JAI\\_iView\\_Publica\\_do\\_KM/prtl\\_hs/Usiminas/pt/LinhaDoTempo/linhaTempoLinguas.swf](http://www.usiminas.com/irj/servlet/prt/portal/prtroot/pcl!3aportal_content!2fusiminas!2fcomum!2fconteudo!2fviews!2fbr.com.su.i.iview.JAI_iView_Publica_do_KM/prtl_hs/Usiminas/pt/LinhaDoTempo/linhaTempoLinguas.swf)>. Acesso em: 4 mar. 2014, às 9h24.

convém a quem se propõe a fazer mudanças. Se a intenção foi esta, então o discurso procede. Igualmente, o termo Vale do Aço parece mais cabível aqui porque, na vida compartilhada, não havia distinção entre o interior ou exterior da empresa. Além disso, os trabalhadores moravam não só em Ipatinga, mas também em Coronel Fabriciano e Timóteo; afora os bairros contíguos que ligavam uma cidade à outra. Em todos os cantos dessas cidades, o sistema de “arapongagem” se fazia presente e alguns códigos foram criados para se referirem a certos acontecimentos de modo a despistar eventuais ouvidos curiosos. Essas curiosidades marcam a resistência em curso em anos difíceis a toda a população da região. A repressão militar se intensificou mediante um tratamento policial dos habitantes que consolidava o terror da farda legitimado pelo Estado.

Criado nesse clima de tensão e hostilidade, o sindicato optou por um tipo de administração cujas decisões se alinhavam ao querer da empresa.<sup>110</sup> Cabe retomar aqui o relato de Edson Cunha, o Edinho Ferramenta, que fala dos postos avançados de cooptação dos trabalhadores pelos órgãos que lhes deveriam creditar apoio incondicional:

[...] a Igreja, conservadora, era um braço dessa empresa. E a empresa também detinha um outro instrumento que era o instrumento que deveria estar a serviço dos trabalhadores, que era o sindicato dos metalúrgicos, que obviamente fazia o jogo da empresa. Em 84, essa coisa se aflora. O movimento começa a *criar força de resistência nas comunidades*. *Obviamente, os grupos de jovens que surgiam já fazia uma discussão diferente do que era durante o período da ditadura* e dentro da fábrica alguns trabalhadores que também eram jovens.<sup>111</sup> (Grifos meus).

Embora enfatizasse o comprometimento do sindicato com os interesses da empresa, em seu relato Edson deixa entrever indícios da formação de uma resistência. Por um lado, enfatiza a existência de seguimentos que dão suporte à “cultura USIMINAS”; por outro, vê com alento as leituras diferenciadas feitas pelos jovens da cidade a partir de 1984 — leituras que, uma vez em curso, iriam se consolidar na formulação de alternativas para os trabalhadores e o conjunto da sociedade. Durante as administrações sindicais, a siderúrgica impôs sua lógica ao sindicato: propostas em época de campanhas salariais nem sequer se

---

<sup>110</sup> No processo de sua criação, o SINDIPA teve seis presidentes, que se alternaram no cargo: Alberto Maciel Soares, 1964–5; Jorge Norman Neto, 1965–73; José Onofre Ribeiro, 1973–9; Paulinho Floriano Monteiro, 1979–85; Luiz Carlos Miranda, 1985–95; Altair Villar Guimarães, 1995–2001; Luiz Carlos Miranda, 2001–13. Ver: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE IPATINGA/SINDIPA. **Galeria dos presidentes**. Disponível em: <<http://www.sindipa.org.br/PDF/35.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2013, às 13h43.

<sup>111</sup> CUNHA (FERRAMENTA), 2011. Cabe observar que até a Igreja se divide: a ala conservadora apoiava as ações da empresa; a progressista, os opositores.

tornaram alvo de discussão nas assembleias deliberativas; os encaminhamentos eram aprovados por aclamação, sempre sob o risco de demissões. Em épocas de campanha eleitoral, vários empregados exprimiram a necessidade de formar uma chapa de oposição para desbancar, de vez, o que entre eles era considerado uma administração pelega. As tentativas não lograram êxito; segundo relatos, os trabalhadores envolvidos eram demitidos antes mesmo de registrar as chapas. Algo precisava ser feito e, aparentemente, o único caminho a ser trilhado era compor uma chapa de oposição com força para impedir a perpetuação das chapas patrocinadas pela empresa. Mas quem se disporia “a amarrar o guizo no pescoço do gato”?

Integrante da chapa que se formaria para conquistar o poder sindical,<sup>112</sup> Ivo José diz que a decisão de montar uma oposição consistente remonta a 1983. Mas nenhum dos operários dispostos a participar dessa iniciativa tinha o “traquejo” político para bancar a formação de chapa. Assim, convidaram alguém com experiência nessas pelejas a fim de assessorá-los na composição de uma alternativa sindical: o economista e professor Marcos Arruda. No dizer de Ivo,

Marcos Arruda é economista e educador. Ele dá assessoria a organizações no mundo todo, já assessorou o governo da Nicarágua, a Igreja Católica na Europa, na Suíça. E Marcos Arruda... quando nós começamos, em 1983, a organizar o movimento de oposição da Chapa Ferramenta (ainda não tinha o nome de Ferramenta; o nome veio depois de montada a chapa), a pastoral operária sugeriu o nome dele como consultor para nos assessorar [...] Como se tratava de uma empresa transnacional, com cultura japonesa, precisava alguém com conhecimento de cultura internacional. E conhecer bem a fundo a cultura do outro lado. E aí fui eu mesmo chamar o Marcos Arruda para nos assessorar. E foi assim, um grande achado, pois ele ficou comprometido com o processo, tornou-se amigo, companheiro e foi até o final. Ele veio para fazer um seminário conosco e depois ele — não teve jeito —, nós o intimamos a envolver no processo porque realmente éramos muito poucos, a chapa nossa foi com uns vinte, o mínimo possível, e a gente não podia expor as pessoas. E além de sermos poucos não tínhamos experiência alguma em movimento sindical. Com aquele poderio todo da direção da USIMINAS, ficaria difícil. Era uma coisa muito pesada para um grupo de amadores, assim, para fazer um confrontamento. E como nós poderíamos enfrentar esse poder, aí sim nós teríamos de ter muito preparo mesmo para enfrentar esse poder e graças a Deus fomos Chapa 1, pegamos Chapa 1.<sup>113</sup>

---

<sup>112</sup> Ivo José foi membro da diretoria que disputou a eleição sindical e depois foi eleito deputado estadual de Minas Gerais pelo Partido dos Trabalhadores (PT), por três mandatos (1991–2003), e deputado federal.

<sup>113</sup> JOSÉ, Ivo. Belo Horizonte, MG, 30 de julho de 2011. Arquivo de mp3 (67 minutos). Entrevista concedida a mim em um café do BH Shopping.

Como se lê nessa passagem do relato, a formação de um bloco oposicionista parecia decidida e havia no ar uma perspectiva de mudanças na história da cidade e dos trabalhadores da USIMINAS aberta pela campanha eleitoral de 1985. Assessorados por sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pessoas que transitavam por órgãos diversos, a exemplo de Marcos Arruda,<sup>114</sup> esses agentes chamaram para si a responsabilidade de alternar o curso dos acontecimentos. De coadjuvantes — como foram reconhecidos ao longo do tempo —, passariam à condição de protagonistas das propostas de mudança.

Entretanto, esse processo não se instaurou articuladamente de forma simples, como se gostaria que fosse. Foi doloso e só possibilitado graças às estratégias dos trabalhadores, que muitas vezes se apropriaram até de meios de opressão usados pela empresa. Além disso, a submissão operária dava sinais de fadiga; e alguns fatos novos ajudaram a abrir perspectivas. Na campanha salarial de 1984, a empresa enviou sua proposta, que naturalmente seria referendada pela classe trabalhadora na sua concepção. Na assembleia, o funcionário Francisco Carlos Delfino — o Chiquinho da Pesquisa<sup>115</sup> —, até então desconhecido, pediu a palavra e fez um discurso que seria considerado “cutista” hoje e no qual apresentava a sugestão de rejeitar a proposta da empresa e retomar a discussão no âmbito das necessidades dos trabalhadores envolvidos. As manifestações contrárias aos interesses da USIMINAS eram vistas com certa perplexidade mesmo pelo conjunto dos trabalhadores, pois boa parte dos supervisores e chefes de seções, também, participava das assembleias, e essa participação era vista com desconfiança pelos trabalhadores.

Também o entrevistado Cleber Pereira dos Santos, que depois compôs a chapa de oposição originada nessa fala, enfatiza o início da organização da resistência entre os operários:

A USIMINAS tinha um serviço secreto que monitorava tudo que acontecia com os trabalhadores. [...] eram pessoas que trabalhavam prestando serviço. Inclusive, segundo informações, para o SNI [o extinto Serviço Nacional de Inteligência]. [...] Eu sei porque meu nível de envolvimento com o pessoal do movimento sindical foi a partir do momento que eu tinha uma participação com a Igreja, com os padres progressistas da região, lá da cidade de Ipatinga, principalmente. E um dos padres, que era tido como

---

<sup>114</sup> Professor e economista, Marcos Arruda presta assessoria a uma iniciativa denominada Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e foi cofundador do comitê contra repressão no Brasil em 1971.

<sup>115</sup> A alcunha alude ao centro de pesquisa, que o entrevistado Cleber cita. Era uma seção da USIMINAS que monitorava a qualidade da água, inclusive da que era distribuída aos bairros operários, na época um serviço prestado pela siderúrgica aos bairros. Como Francisco Carlos Delfino trabalhava nesse setor, coletando amostras de água para análise, ficou conhecido como Chiquinho da Pesquisa.

muito progressista e era professor na universidade, inclusive, o padre Carvalho, em certo momento ele falava: “Vocês tomem cuidado!”. Ele sabia do nosso envolvimento. Era um processo secreto de envolvimento sindical, e ele falava: “Vocês tomem cuidado, que eu conheço vários ‘arapongas’ que tem aí”. Ele não podia contar pelo seu ofício. Mas ele conhecia pessoas que eram de bem... Então, a gente era monitorado o tempo todo. Desde a época da construção da chapa, foi toda ela secreta. [...] esse pessoal do centro de pesquisa, eles é que começaram essa articulação pra poder criar um movimento de criação de oposição ao sindicato que tinha lá. Eles tinham um grupo que se reunia escondido para se articular, principalmente a partir de jogo de xadrez. O Chico era um *expert* em xadrez, então ele montou um clube de xadrez na época [...] nesse clube de xadrez, envolvia as pessoas que tinha cabeça assim mais aberta. E a partir desse clube eles passaram a alcançar as pessoas. Depois ele percebeu a necessidade de ampliar, e aquelas pessoas que tinham um tino mais de movimento social, com as articulações de base. Então, foi assim. Fomos sendo monitorados, inclusive por essas pessoas que estavam articulando a chapa. O Chico, o Ivo, eu acho que eles nos alcançaram a partir daí. Na universidade, estudávamos juntos, eu, o Ivo e o Chico. Eu tinha um envolvimento com parte da Igreja mais progressista e com o envolvimento que a gente tava criando na universidade, que era o Diretório Acadêmico. Essa monitoração foi de forma bem sutil e nós éramos observados também pelos “arapongas”. Tanto é que depois desse tempo todo, algum tempo atrás, nós entramos com um processo de anistia política. Felizmente, fui contemplado. Fui anistiado e a quantidade de documentos que foi produzida pelos “arapongas” com relação a minha vida, [sobre] minha existência lá em Ipatinga é muito superior ao que eu imaginava.<sup>116</sup>

Com efeito, em momentos anteriores, falei da apropriação que os funcionários faziam de estratégias criados pela USIMINAS a fim de lograr êxito em suas intenções. Enquanto a empresa recorria a enredos ardilosos a fim de atrair a atenção dos trabalhadores à produção, estes — numa demonstração de que aprenderam a lidar com o silêncio — iniciaram um processo com o intuito de provocar fissuras na hegemonia mantida pela siderúrgica e, nelas, consolidar mudanças. O clube de xadrez foi uma das estratégias. Fundado por quem seria protagonista de uma chapa de oposição sindical, era uma organização interna criada pelos operários que se encontravam após o almoço para jogar uma partida de xadrez — ou continuar outra. A prática atraiu pessoas de várias seções interessadas em mostrar sua habilidade no jogo, além de ser bem vista pela chefia, pois estimularia o raciocínio e a criatividade, assim como a disciplina nas iniciativas: atributos essenciais ao processo produtivo. Portanto, foi estimulado pela chefia. Os encontros internos para jogar ajudaram a identificar pessoas que aprovavam a criação de uma chapa alternativa na disputa sindical; e o clube de xadrez se tornou espaço para identificar os pares na luta em fase embrionária. Como

---

<sup>116</sup> SANTOS, Cleber Pereira. Uberlândia, MG, 11 de maio de 2011. Arquivo de mp3 (73 minutos). Entrevista concedida a mim em sua residência.

se deduz do relato de Cleber, da mesma forma que a USIMINAS estendia seu sistema de vigilância ao exterior da fábrica, a resistência costurava uma teia abarcando setores da Igreja, da associação de bairros e de grêmios estudantis em busca de alternativas para quebrar o processo de dominação alongado por vários anos. Tudo sob um sistema igualmente usado pela empresa a fim de colher informações sobre o verdadeiro comprometimento dos trabalhadores preliminarmente indicados para compor a chapa.

Com efeito, conhecer essas estratégias de organização que se valem, em geral, do mesmo instrumental usado pela empresa não teria sido possível sem as entrevistas, isto é, sem o aparato da História Oral: metodologia a que recorri. Embora a validade das fontes daí derivadas — a transcrição das entrevistas, o relato — e seu uso sejam vistos com cautela por alguns historiadores, na pesquisa subjacente a esta tese seu emprego permitiu aceder a certas nuances pouco perceptíveis — ou imperceptíveis — outros registros do passado tomados com fontes. Ainda que todos os membros do movimento tenham participado de atividades conjuntas em um mesmo tempo, não se pode esperar que expressem consenso quando reelaboram e verbalizam suas memórias sobre esse período. Se assim o fosse, seria como abraçar de vez a defesa da memória coletiva: de que todos os participantes do evento lhe atribuíram o mesmo significado.

A insistência na ideia de uma memória coletiva tem rendido discussões calorosas entre historiadores de diversas partes do mundo. Sobre isso, Halbwachs faz as seguintes considerações:

Certamente, se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias. [...] Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nós quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É por que, em realidade, nunca estamos sós. [...] Quando dizemos que um depoimento não nos lembrará nada se não permanecer em nosso espírito algum traço do acontecimento passado que se trata de evocar, não queremos dizer todavia que a lembrança ou que uma de suas partes devesse subsistir tal e qual em nós, mas somente que, desde o momento em que nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum sob aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e continuamos capazes de nos identificar com ele e de confundir nosso passado com o seu.<sup>117</sup>

---

<sup>117</sup> HALBWASCHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990, p. 25; 26; 28.

As considerações de Halbwachs dão mais propriedade a esta discussão, mas não se pode perder de vista que, embora o grupo permaneça em contato, as pessoas interpretam diferentemente um mesmo acontecimento do qual participaram coletivamente. O que é relevante para um tende a não ser ao todo, às vezes nem à maioria.

Por exemplo, aos operários sobreviventes do conflito, a presença de uma metralhadora tripé sobre a carroceria de um caminhão da marca Opel, além de sugerir a intenção de intimidar os trabalhadores, pode ser interpretado como pré-disposição à usá-la contra eles. Daí que o acontecimento só pode ser relembrado como um massacre. Aos policiais que dispararam, a situação pode ser vista como legítima defesa, pois a massa concentrada na portaria da empresa se aproximava dando sinal de que atacaria os policiais; logo, o medo da multidão teria provocado a reação, “seguindo a natureza humana”. Para um médico que assistiu ao episódio, mais relevante seria a demora ao socorro às vítimas; nesse caso, a empresa seria responsabilizada por ele pelo que veio após o massacre.

Noutros termos, a subjetividade, o ponto de vista subjacentes à visão, por exemplo, profissional, religiosa e cultural de cada um sobre um mesmo fato que teve a participação coletiva de cada um influiriam na elaboração da memória, de modo a diferenciá-la das demais elaborações.

As palavras de Alessandro Portelli sobre o que resulta de memória após a realização de um evento com participação de um grande contingente de pessoas se fazem úteis aqui:

[...] o que têm em comum é que foram ao mesmo lugar, ao mesmo tempo. No entanto, o que se vê é que todas vieram de localidades distintas, tinham diferentes intenções que as levaram para lá e levam distintas memórias desse acontecimento e diversas interpretações. [...] Desta forma, quando falamos de memórias individuais, há uma parte disso que se pode tratar como ferramenta comparativa e estatística, porque há coisas que são qualitativas, no sentido em que há o encontro entre um acontecimento, um lugar e uma subjetividade individual, uma história pessoal, individual, um passado e futuro individuais.<sup>118</sup>

Se assim o for, então a multiplicidade de interpretações enriquece a pesquisa porque o impacto em cada um teria produzido impressões distintas de um mesmo evento. No caso do clube de xadrez, pode-se dizer que teve significados mais secundários ou significado nenhum para a maioria porque nem todos os entrevistados o mencionaram. Seja como for, não resta

---

<sup>118</sup> PORTELLI, Alessandro. História Oral e memórias. **História e Perspectivas**, Uberlândia: ed. UFU/Curso de História e Programa de Mestrado em História, n. 25 e 26, p. 32, jul./dez. 2001–jan./jul. 2002.

dúvida de que os encontros do clube de xadrez foram decisivos para iniciar a “conspiração dos trabalhadores” e se alinhar a outros fatos instauradores do processo histórico que começava a deixar os operários em posição de vantagem relativamente às condições negociadas no passado. A ousadia foi posta à mesa, e a partir daí a discussão seria reformulada com um novo dado: a resistência esboçava os primeiros sinais de consolidação.

Como a oposição dependia da cooptação de pares — do reconhecimento de pessoas comprometidas com a luta —, isso só poderia ocorrer na horizontalidade, ao contrário do mando, que ocorre verticalmente. Esse seria o próximo passo a ser dado pelos trabalhadores. Na realidade, ao que se pode perceber, foi criado um clima de cumplicidade entre os componentes na expectativa de que as informações não saíssem do círculo deles até a hora prevista para divulgação. Cleber Pereira enfatiza a importância do silêncio nesse momento.

Toda constituição da chapa foi feita de forma bem escondida. Parece até brincadeira se eu te contar como é que foi. A captação dessas pessoas foi através desse processo muito pessoal: indicava qual era a pessoa que podia. Era só por indicação. Era um processo de organização bem clandestino mesmo. Reuniões que se fizeram foram poucas em função da necessidade e da situação. Mas eram feitas fora de Ipatinga. Em momentos assim. Ou dentro da Igreja. Fizemos várias reuniões dentro da casa do bispo de Coronel Fabriciano [...] Foi em 85. Ela consolidou o processo de perseguição a partir do golpe, aliás do “massacre de Ipatinga”, que ocorreu em 7 de outubro de 63. Aí, a USIMINAS passou a monitorar todos os trabalhadores para evitar qualquer possibilidade de articulação. Pra você ter ideia, nossas reuniões eram marcadas em código [inaudível] Era muito secreto. Chegava um e ficava vigiando pra ver se não passava alguma pessoa que pudesse [inaudível]. A partir desse momento fizemos um processo de convocar o movimento sindical articulado que já existia em poucos lugares — é claro, no Brasil. Em BH já existia o movimento sindical dos metalúrgicos. Em João Monlevade [MG], e em São Paulo, e em São Bernardo do Campo [SP]. Em São Bernardo, era o Lula, no Rio de Janeiro é o companheiro Jorge Bittar e os metalúrgicos de Betim [MG] e Contagem [MG] [...] Nós tivemos assim um processo de organização de seis meses antes do processo eleitoral. Tivemos que fazer um processo de monitoração da publicação do edital, porque, na época, apesar da legislação garantir que tinha, que seria publicado, a gente sabia que os caras iam fazer o troço: solta edital hoje e encerra a inscrição amanhã. Nós fizemos todo esse processo em seis meses de investigação, monitorando todas as ações do sindicato para quando ele soltar o edital. E a gente ficava analisando o *Diário Oficial*, o diário do estado... o municipal, que era pra ver se pintava alguma informação nesse dia. Enquanto isso, fazendo algumas reuniões secretas. Às vezes viajava um pra outra cidade, pra contatar outro sindicato. Eu mesmo fui pra São Bernardo e fiquei três dias lá pra conversar com os dirigentes, pra conversar sobre o nosso projeto lá em Ipatinga. Fui pra Belo Horizonte, fui pra Betim [MG] e Contagem [MG], fui pro Rio de Janeiro e fiquei uns sete dias lá. Eu trabalhava nessa empresa Sankyu e ficava mais difícil dos caras imaginar... Eles ficavam mais de olho no pessoal da USIMINAS. E aí eu pegava

atestado médico pra na época conquistar apoio e tal. Tinha que ter um processo de convencimento, [por]que o sindicato era tão pelego que as pessoas não tinham a esperança... não acreditavam que ia surgir meios próprios... um processo de oposição. [...] Saiu o edital, meio fora da época — como a gente já imaginava —, e tivemos que fazer a inscrição da chapa de primeiro momento assim... Tradicionalmente, faria o seguinte: o pelego ia lá e inscrevia a chapa dele, que era a número 1. Então surgiu o edital, e nós, com medo de que vazasse — já tava com um risco muito grande de vazar a informação do processo de articulação da chapa —, registramos a chapa de primeira hora, e eles não registraram no primeiro dia e tava pra expirar o prazo e ficamos com receio de expirar, porque sabíamos de certa forma que eles iam impedir o processo de registro de nossa chapa. Aí, como foi feito? Fomos lá e registramos a chapa como chapa 1. só que pra registrar a chapa sabíamos que ia ter uma reação muito forte do sindicato, aí já deixamos um exército de pessoas articuladas pra garantir esse registro. No dia do registro da chapa, nós fomos para o sindicato cedinho. Lá abria 7h30, [às] 7h a gente tava lá... umas 120 pessoas. Todos nós da chapa, mais um grupo muito grande de apoiadores, gente de outros sindicatos e muitas pessoas do movimento social que nós arregimentamos, pessoal que militava na Igreja, nos movimentos sociais. Todos nós, cada uma com uma placa de papelão [onde estava] escrito “Chapa Ferramenta” — que [é como] a gente chamava — e com um bastão de uns dois metros... dessa grossura assim, ó [faz o gesto], segurando aquela plaquinha. Todo mundo lá dentro do sindicato segurando aquele porrete. Nós chegamos, e [inclusive] o presidente do sindicato na época não sei, acho que era Paulinho... não me lembro o nome dele, mas era alguma coisa nesse sentido; e ele era presidente da Cooperativa de Crédito também... [que] era onde rolava o dinheiro... dos trabalhadores.<sup>119</sup>

O relato de Cleber dá pistas de como foi formada a chapa de oposição e toca num assunto fundamental: o apoio aos candidatos da oposição na luta pelo poder sindical e em outras modalidades de luta que seriam desencadeadas por esses trabalhadores após o processo eleitoral do sindicato. Os componentes da chapa buscaram apoio entre os padres progressistas e outros movimentos sociais da região para construir a teia de sustentação da chapa de oposição e cuja construção começou com a escolha dos componentes da chapa: pessoas com experiências em lutas sociais como participação nas pastorais dirigidas pelos padres progressistas e militantes de grêmios estudantis. Foi uma maneira de uniformizar os objetivos entre os componentes.

A necessidade de suporte técnico para consolidar a chapa envolveu estratégias especiais. A USIMINAS tinha um serviço de inteligência condizente com suas propostas; logo, aos desafiantes cabia delinear estratégias. Até na busca de apoio no que Cleber identifica como “movimento sindical articulado” as viagens eram camufladas por estratégias específicas que Ivo José identifica nestes termos:

---

<sup>119</sup> SANTOS, 2011.

É, fazíamos isso [as viagens] com todo cuidado! Eu viajava. Às vezes outro companheiro viajava também. Por exemplo, a gente doava sangue, doava sangue meia-noite. Se tinha alguma reunião em Belo Horizonte... doando sangue, você ganhava o dia. A gente saía meia-noite para o hospital para doar sangue e pegava o ônibus ou um carro. Pegava aquele dia de folga para fazer alguma... Exemplificando, existem coisas que a gente fazia assim pra fazer alguma [coisa para melhorar a situação]. O comprometimento era tão grande! Muito grande! Essa determinação de seguir aquela metodologia, de analisar o contexto pra saber quem que era aliado, quem não era, que tipo de comportamento você tinha com cada um. E ações, e tarefas... [...] às vezes, a gente reunia às três, quatro horas da manhã... e ia observando as pessoas até fazer a abordagem final.<sup>120</sup>

A fala desse entrevistado, assim como a de Edson e Cleber, dá indícios de como seria a identificação de elementos comuns na luta pela organização da resistência. As estratégias a fim de obter as informações necessárias a essa organização envolvia os sacrifícios de quem estava disposto a chegar ao termo proposto. Portanto, um sacrifício imposto aos membros — por exemplo, doar sangue para folgar no trabalho — só seria aceito se a pessoa estivesse absolutamente comprometida com a luta. Como os cuidados tomados até o momento permitiam inferir que o outro lado ainda não desconfiava dos mecanismos empregados, isso garantia aos membros da chapa certa segurança em relação àqueles que aceitaram as tarefas.

Além disso, a unificação do discurso e certa homogeneidade de pensamentos entre os pleiteantes aos cargos da administração dariam mais credibilidade à iniciativa, visto que as práticas das diretorias anteriores estavam aparentemente desgastadas na opinião pública. Em segundo lugar, os postulantes não se aventuraram em um caminho desconhecido sem o amparo de outras instituições sindicais cujos líderes tinham experiência em organizações reivindicativas. Das consultas realizadas, aparentemente as questões jurídicas estavam no topo da agenda dos visitantes, pois envolvia o conhecimento de uma defesa prévia caso houvesse armadilhas que impedissem o registro da chapa. Como a proposta era uma alternativa ao assistencialismo, o apoio técnico foi procurado entre líderes cujos sindicatos estavam vinculados ao movimento da CUT.<sup>121</sup>

A consolidação desse movimento foi outra história de lutas. Após anos de superação de desafios em busca da unificação e do fortalecimento das entidades sindicais, seus líderes conseguiram estabelecer critérios norteadores para a CUT, fundada em 28 de agosto de 1983. As condições iniciais determinaram que

<sup>120</sup> JOSÉ, 2011.

<sup>121</sup> O Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, conhecido por sua postura de defesa dos trabalhadores, deu mais suporte aos membros da Chapa 1, sobretudo por se tratar de um sindicato combativo e ser o mais próximo de Ipatinga — 110 quilômetros.

A CUT defende a liberdade e autonomia sindical com o compromisso e o entendimento de que os trabalhadores têm o direito de decidir livremente sobre suas formas de organização, filiação e sustentação financeira, com total independência frente ao Estado, governos, patronato, partidos e agrupamentos políticos, credos e instituições religiosas e a quaisquer organismos de caráter programático ou institucional.<sup>122</sup>

Embora eu tenha uma concepção de que a independência total dos sindicatos de trabalhadores em relação ao Estado seja utópica, reconheço o esforço e o direcionamento correto da CUT, que avança na tentativa de canalizar, para o mundo dos trabalhadores, as discussões ainda centradas no mundo do trabalho. Em que pese o termo utópico nessa descrição, considero que desde a fundação dos primeiros sindicatos no Brasil essas entidades ficaram sob a tutela do Estado, pela institucionalização da dependência, sobretudo a econômica: fator de propagação do peleguismo para instituições que teriam, *a priori*, a função reivindicativa naquilo que o liberalismo denomina livre negociação. Ao que tudo indica, a opção pela política sindical da CUT era a tendência natural dos componentes da chapa em vias de consolidação.

As estratégias dos empregados da USIMINAS levam ainda a outro dado técnico utilizado na composição da chapa e que a fala de Cleber expõe. Como o sindicato é dos trabalhadores nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico de Ipatinga, os empregados das indústrias<sup>123</sup> satélites se alinhavam aos da siderúrgica como associados do sindicato. Todavia, como o sistema de vigilância e monitoração da massa operária tinha mais vigor nessa empresa, a chapa foi mesclada com trabalhadores de outras empresas, e isso ajudou a desfocar o olhar dos vigilantes atentos, incluindo a maior mobilidade que tinham para alcançar o suporte técnico necessário.

Cleber trabalhava na Sankyu, uma dessas empresas satélites, portanto tinha mais flexibilidade de tempo para visitar outros sindicatos. Com efeito, os estratagemas de despiste a fim de se desvincilharem dos vigilantes e órgãos internos de informação são admiráveis; isto é, a camuflagem de uma organização supostamente subversiva aos olhares vigilantes e que se valia dos princípios da empresa para suavizar a atribulada vida operária. Se esta agia fora de seus domínios institucionais — como nos clubes recreativos, cuja frequência era e estimulada pela administração —, os operários subvertiam essa ação dentro da empresa: um “*inocente*” clube de xadrez estimulador do desejo pela competição e diversão não despertaria suspeitas.

Essas práticas levantadas pelo entrevistado consolidam o projeto do crescimento da resistência na horizontalidade, contagiando as pessoas que discretamente eram integradas ao

---

<sup>122</sup> CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES/CUT. **Histórico**. O que é a CUT. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/institucional/38/historico>>. Acesso em: 22 jul. 2013, às 23h42.

<sup>123</sup> Indústrias criadas após a construção da USIMINAS e em função do produto fabricado pela siderúrgica. Processam o aço e o transformam em bens de consumo.

movimento e que, com sua capacidade de enfatizar a necessidade da iniciativa, iriam se tornar formadores de opinião após a deflagração do pleito. Cabe reiterar aqui a importância do silêncio: não só o silêncio imposto pelo sistema após o massacre — quando as discussões sobre esse assunto foram estrategicamente sufocadas por atividades lúdicas, dentre outras práticas; mas também o silêncio evidenciado pelos trabalhadores como arma eficaz para organizar a oposição. O elemento surpresa seria fundamental ao impacto político previsto após o “guizo ter sido pendurado no pescoço do gato” e a dinâmica do processo eleitoral estaria só começando; portanto, não havia como acreditar se essa dinâmica seria pacífica, sem reação da diretoria em ação.

Com efeito, segundo Cleber,

A CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] estabelecia que o registro deveria ser cumprido, mas mesmo assim o cara lá se recusou a fazer o registro, até que não tendo como resistir [ele fez]; só de advogado de outros sindicatos lá nós tínhamos uns seis. Tinha advogado de São Bernardo do Campo, tinha dos metalúrgicos de Betim. Tinha muitos apoiando e garantindo esse processo. Foi muito complicado, mas na parte da tarde conseguimos o registro da chapa. A partir daí houve o processo da campanha eleitoral, extremamente interessante. Houve assim situações muito engraçadas. Um dos pontos específicos foi que até aquela época só existia uma chapa que disputava eleição naquele sindicato. Não tinha oposição. Teve uma época em que houve uma oposição, mas foi uma oposição branca, mas logo depois que nós inscrevemos a chapa eles fizeram um processo que gastou mais uns dois ou três dias ainda. Não sei qual foi o grupo de inteligência da própria USIMINAS que fez isso, mas ficou estabelecido que deveria ser inscrito mais cinco chapas. [...] então teve um processo de seis chapas disputando um pleito eleitoral. Nunca tinha tido nenhuma oposição. Surgiu a nossa, que era a Chapa 1, de oposição. A Chapa 2 foi a chapa do pelego. Foi inscrita lá com o nome do Luis Carlos Miranda, que tá lá até hoje. [...] Depois inscreveram mais quatro outras chapas. [...] Toda pessoa que declarava que ia ser apoiador da Chapa 1 no período de campanha eles demitiam e publicavam: “Mandaram o fulano embora por que tava fazendo campanha pra Chapa 1 aqui dentro” pra criar um clima de terror mesmo — e houve um terror bastante acentuado nesse processo. Mesmo assim, tivemos quase 50% dos votos. E não sabemos se o processo de apuração foi totalmente seguro [por]que tinha pessoas especializadas em roubo em eleições do processo sindical. Cada chapa tem direito a indicar um fiscal e um mesário, né? Todos que trabalharam na nossa chapa, que trabalharam como fiscais e mesários na nossa chapa, no primeiro turno foram demitidos pra, no segundo turno, ninguém se encorajar; e o estatuto determinava que só pode fazer parte aquelas pessoas que trabalham na empresa. Nós tivemos dificuldade de fiscalizar no segundo turno. Acabamos perdendo as eleições e todos foram demitidos depois da eleição.<sup>124</sup>

---

<sup>124</sup> Os jornais *Diário do Rio Doce* e *Jornal do Vale* publicaram o edital de convocação para as eleições sindicais em 16 de abril de 1985. O primeiro escrutínio foi previsto para os dias 12, 13, 14, 15 e 16 de maio. A primeira solicitação do registro da chapa foi protocolada no sindicato nessa mesma data, enquanto o deferimento da primeira inscrição foi publicado às 14h45 do dia 19 de abril. A chapa encabeçada por A Ata de encerramento das inscrições foi lavrada em 6 de maio. Seis chapas se inscreveram.

Ainda que um tanto longa, essa passagem caracteriza o “rolo compressor” da USIMINAS; o qual, por si só já suficiente para aniquilar as aspirações, contou com seu aparelho a fim de concretizar o processo eleitoral. “O guizo estava amarrado no pescoço do gato”, e o fator surpresa deixou a administração sindical em situação de perplexidade, dada a bonança eleitoral constatada nas campanhas anteriores do SINDIPA. Uma chapa de oposição de fato — como se deduz do relato — era caso inédito nas campanhas eleitorais do sindicato; e aparentemente a administração sindical não acreditava que fosse possível tamanha ousadia. Os desafiantes estavam organizados. Contavam com aparato jurídico pertinente caso fosse necessário impetrar mandado de segurança ou instruir qualquer outro tipo de ação para garantir os direitos prescritos na legislação. O receio de vazamento era real, como salientou Cleber, e talvez os componentes da chapa estivessem no limite de suas capacidades emocionais nos momentos que antecederam o registro. A angústia de ver concretizado o desafio poderia pôr todo o projeto a perder caso houvesse anacronismos entre os personagens.

Uma vez registrada a Chapa 1 — a primeira a ser inscrita —, seus protagonistas lhe deram um nome mais próprio, supostamente para diferenciá-la e associá-la com possibilidade de “conserto do sindicato”. A chapa ficou conhecida como Ferramenta; e seu encabeçador — Chiquinho da pesquisa — passou a ser conhecido como Chico da Ferramenta. Embora não se possa creditar a esses personagens a condição de mitos fundadores da resistência, também não se pode relegá-los à condição de coadjuvantes do processo; isso seria incorrer no equívoco secular de aceitar que as instituições sobrevivem aos homens, isto é, não admitir que são eles quem as concretiza. Indiferentemente da posição social que ocupa ou ocupou, cada personagem deu sua contribuição para formular estratégias que permitissem reorientar e percursos caso os obstáculos encontrados no caminho configurassem barreiras ou armadilhas criadas pelo mando verticalizado.<sup>125</sup>

Na dinâmica do processo eleitoral da campanha de 1985, outra artimanha dos membros da Chapa 1 parece “plagiar” o sistema de “arapongagem” usado pela empresa para

---

<sup>125</sup> Esse processo veio se consolidando através do tempo. Por intermédio dos sujeitos sociais de cada período, permeou governos e suscitou atitudes contra a inoperância de administradores anteriores, pois a exterioridade lhes dá uma visão de mundo de que nada mudou antes de sua existência. Configura erro crasso ver o curso da história nesse viés, mas ele existe justamente porque cada um se enxerga como precursor maior de todas as mudanças. Por exemplo, para quem nasceu durante a ditadura militar, era imprescindível mudar o sistema e buscar uma alternativa democrática, assim como era claro para os petistas dos anos 90 a necessidade de se desvincilharem de uma suposta visão privatista do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Este, por sua vez, pleiteia, no terceiro milênio, uma reforma política que não permita a perpetuação do Partido dos Trabalhadores no poder. Cada um se vê como tábua de salvação da humanidade e ambos passaram a compor o cenário político como partidos criados após a redemocratização e a recriação do pluripartidarismo. Essa é a dinâmica social, cujas mudanças só são concretizadas mediante um embate contínuo com as forças temporariamente estacionadas no poder, o que configura uma luta de classes através da qual — e só através dela — promove-se o desenvolvimento da humanidade.

espiar a vida dos trabalhadores. Vinte e seis anos após a campanha citada, Edson Ferramenta relembra a habilidade e sagacidade usada por eles para despistar o esquema de vigilância da USIMINAS e munir a Chapa 1 com informações sobre os passos tomados pela situação na mais forte disputa eleitoral da região. Afirma ele:

Nós fizemos uma operação bastante estratégica e sigilosa, de forma que jamais a empresa pudesse... *Se pegasse um, ela detonava o esquema.* [...] nós conseguimos lograr êxito até o registro da chapa. *É fomos até inteligentes a ponto de estar em outra chapa, que era ligada à empresa* e através dessa outra chapa que nós estávamos dentro dela a gente trazia informação de qual eram as ações que a USIMINAS estava... [...] *Nós... o presidente do sindicato hoje, que tá aí no sindicato, que é o Luiz Carlos Miranda...* nós chegamos a compor a chapa com ele. É tanto que ele ficou extremamente surpreso que, quando ele foi registrar a chapa dele, nós estávamos... a primeira chapa a registrar... e ele foi pego de surpresa porque achava que os nossos membros estavam na chapa dele.<sup>126</sup> (Grifos meus).

Alguns pontos dessa passagem merecem reflexão. O primeiro seria a possibilidade de a empresa agir contra o esquema da chapa. O verbo detonar dá uma medida de como os trabalhadores viam a administração empresarial. Nas práticas cotidianas, o que era conhecido como “cultura USIMINAS”, para muitos, era o terror estatal reproduzido no microcosmo empresarial. A “cartilha” estava dada, a fim que todos a seguissem conforme as determinações de quem detinha o mando. Recentemente, um funcionário que ocupa cargo de destaque na empresa fez esta declaração:

Aí descobriram que no Japão as indústrias passaram a usar corrimão em todas as escadas, para evitar algum tipo de acidente... Então aplicaram o mesmo recurso na USIMINAS, onde tem escada... colocaram corrimão. Aí... quem subir a escada sem usar adequadamente o corrimão recebe uma advertência. A partir daí, ficou criado o cargo de “vigia de corrimão”.<sup>127</sup>

É claro: essa fala encerra uma forma irônica pela qual seria possível identificar o responsável pelo patrulhamento e pelas retaliações da empresa a uma questão educativa. Mas o rigor do mando não admite insubordinação. Daí a ironia da resistência. Como não se enfrenta sozinho o poder burocrático do mando ou de quem o representava, ironizar os “delatores do uso do corrimão” parece ser a única forma de manifestar o descontentamento. Essa fala me foi dita em setembro de 2008, quando o modelo administrativo dos anos 80 já estava superado. Logo, isso poderia ser um ranço da “cultura USIMINAS” impregnado na

---

<sup>126</sup> CUNHA (FERRAMENTA), 2011.

<sup>127</sup> O entrevistado autorizou a publicar fragmentos da entrevista desde que seu nome fosse mantido em anonimato para evitar eventuais retaliações.

memória dos trabalhadores. Mesmo a exigência de anonimato leva a supor o receio de ser punido — demitido — por insubordinação. Ainda parece viger o arcabouço construído após os acontecimentos dos anos 60 que filtra as informações sobre tipos de funcionário supostamente indesejáveis para lhes impingir o corretivo necessário aos olhos da administração.

Edson ressalta outra estratégia dos trabalhadores, que me pareceu ousada: entrar numa chapa ligada à empresa com o fim de dissipar desconfianças. Com efeito, alguns trabalhadores protagonistas da Chapa 1 se ofereceram para formar uma chapa da situação: fariam um jogo duplo do ponto de vista da composição que lhes permitiria tirar proveito do contato com as estratégias da situação para enfrentá-la com as armas que usaria no embate eleitoral. (Os dirigentes sindicais do momento ainda não tinham conhecimento da formação da chapa oposicionista.) A precisão com que foi elaborada essa ação sugere uma operação astuciosa, assim como destemida — embora facilmente associável com a ideia de imprudência: se a operação fosse descoberta, certamente o plano seria desfeito com a demissão dos envolvidos.

Com a convicção de quem conhece os meandros da “cultura USIMINAS”, Edson afirma que a outra chapa era patrocinada pela empresa. Se sim, então talvez fosse para perpetuar um comando sindical administrativamente mais condescendente nos momentos de negociação salarial ou eventuais arroubos de rebeldia da classe operária. Eis como Edson se refere ao concorrente da chapa infiltrada: “Nós... o presidente do sindicato hoje que tá aí no sindicato é... que é o Luiz Carlos Miranda”. Essa frase parece expressar descontentamento com um estado de coisas e sua perpetuação, pois o dirigente não dá lugar a outros: “tá aí”; quer dizer, incólume no comando da entidade por 22 anos (1985–95, 2001–13), revivendo práticas que configuraram a condição de intermediador dos interesses da empresa em relação aos trabalhadores em detrimento do inverso, tido como o normal para sua condição.

Uma pergunta se impõe aqui: como seria posto em movimento o processo eleitoral deflagrado após o registro das chapas em um ambiente tão hostil? Certamente, à base de várias estratégias, sobretudo da oposição, para se infiltrar no estanque eleitorado, talvez ainda sob a pressão das chefias imediatas.

Convém esclarecer que não se trata de nortear a análise pela perspectiva dos entrevistados — de suas narrativas — entrelaçada ao contexto social do momento; tampouco de relatar as lutas sem rastrear perspectivas de futuro, forjadas nos embates cotidianos desses

trabalhadores, sem explorar os sentidos mais “[...] profundos dos seus enredos” — diria Yara Khoury.

Como o trabalho da memória está impregnado de perspectivas de futuro e como essas dimensões se moldam nas relações sociais vividas, atravessadas pelas lutas sociais; requer avaliar, sobretudo, como produzir uma narrativa histórica capaz de incorporar, com legitimidade, esses sujeitos; e como produzir uma narrativa que convide à reflexão.<sup>128</sup>

A possibilidade de elaborar uma narrativa que permita refletir exige priorizar a perspectiva de cada um — e sua contribuição pessoal — situada nesse “mosaico histórico” em busca de um novo enquadramento social aos envolvidos no processo. Romper esse casulo de que a sociedade, consciente ou inconscientemente, tornou-se refém parecia ser a questão-chave desses sujeitos sociais; suas falas levam a questionar o direcionamento que queriam para as famílias dos bairros operários de Ipatinga — quiçá de toda a cidade. Todas as atividades desse conjunto de pessoas denotavam a necessidade de caminhos alternativos às práticas sociais e políticas então vigentes.

Daí a preocupação em focar a narrativa na estratégia *sui generis* adotada pelos membros da Chapa 1 em busca dos votos necessários para mudar a realidade social dos trabalhadores e de suas famílias. Sua forma captar votos ia além dos limites do ambiente fabril — o que era incomum em circunstâncias tais. A adoção da medida simbolizava a utilização das mesmas armas manipuladas pela empresa a fim de submeter a família ao modelo disciplinar imposto no interior da fábrica. Noutros termos, se a empresa enquadrou os familiares em tais modalidades de controle, os sindicalistas lançaram mão do direito de cooptá-las às necessidades de mudança, cujos resultados também refletiriam no ambiente familiar. Caso a narrativa não estivesse focada nesse viés, seria perder o movimento que explicita o processo histórico das alterações ocorridas nesse campo de disputas. A fala de Edson clarifica mais esses momentos:

Na verdade, qual foi nossa estratégia? A nossa estratégia foi fazer um movimento... é... *de fora pra dentro e de dentro pra fora*. A nossa campanha pra disputa da eleição sindical, ela não se deu junto exclusivamente ao metalúrgico. Durante o dia, o que a gente fazia? Durante o dia a gente ia pros

---

<sup>128</sup> KHOURY, Yara Aun. **Do mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores:** história e historiografia. Cascavel: ed. Unioeste, 2009, p. 126. (Série Tempos Históricos. Volume 3.)

bairros, com panfletagem, com carro de som,<sup>129</sup> é... *conversando com as esposas dos metalúrgicos [...] durante o final de semana nas missas, nós tínhamos um trabalho junto às atividades religiosas, de forma que esse movimento nosso tomou corpo na cidade*. Todo mundo sabia que existia, pela primeira vez, uma eleição sindical que existia uma chapa. *Então assim, as pessoas passaram a discutir o assunto*: passavam pelas ruas estava escrito: “Chapa 1”, “Ferramenta”, cartazes escondidos, mas dava pra ver panfleto junto à comunidade. Muitos, mas muitos [enfático] trabalhadores levaram adesivos, colaram na porta de sanitário, colocaram em colunas de aço dentro da fábrica. *Tudo isso clandestinamente*. [...] nosso horário de pegar era às 7h, 7h15 da manhã e saía às 17h... 17h30. Nós ficamos na fábrica até o outro dia. À noite, nós circulamos a fábrica todinha, conversando com trabalhadores de setores diferentes, levando a campanha até eles pegarem a gente dentro da fábrica. Eu... a primeira advertência que levei depois de sete anos de USIMINAS [foi] porque eu estava num outro setor e alguém ligado a outras chapas me entregou. [...] fui advertido administrativamente porque estava fazendo campanha pra chapa. (Grifos meus).

O que seria “de fora pra dentro e de dentro pra fora”? Talvez se referisse ao surgimento de alternativas, aparentemente restritas ao ambiente fabril ou sindical que influenciariam na aceitação familiar do voto do associado. No vetor inverso, a família teria um peso considerável na hora de decidir o voto do operário, pois a mudança atingiria indiretamente o todo. Assim, seria necessário dar à família visibilidade dos embates até então restritos aos ambientes descritos aqui antes. Nesse sentido, os membros da Chapa 1 avançaram no plano social ao reconhecer os familiares dos operários, também, como agentes do movimento. A premissa de que o provedor detém o monopólio das decisões perde força quando os militantes procuram o apoio das esposas, corresponsáveis pela família, senão articuladoras-chave do desenvolvimento desta.

A fala de Edson ressalta ainda a importância da conexão entre vários membros da chapa e os movimentos sociais de cunho religioso. Ele, Cleber e José Horta — indicado à vice-presidência da chapa — despendiam tempo em tarefas sociais de cunho religioso. Esse laime entre movimento sindical, família e movimentos sociais de cunho religioso se consubstanciou no cimento que deu rigidez ao processo histórico analisado nesse fragmento de tempo. O procedimento explicita a evolução desse processo, cujas mudanças se realizaram com base na resolução de desafiar o mando verticalizado. A realidade do momento estava, aparentemente, impregnada do desejo social de mudanças detonado pelo “gatilho” da chapa de oposição. Criou-se uma simbiose entre sindicalismo e sociedade: elementos dissociados no

---

<sup>129</sup> As “piruínhas” de propaganda referidas nas considerações iniciais ressurgiram para promover a campanha eleitoral do sindicato da categoria.

contexto histórico da maior parte dos núcleos sociais cujas perspectivas de futuro conotam o presente.

Compreender e explicar essas relações implica mergulhar nas imbricações elencadas pelas narrativas de quem viveu aquele momento e cujo teor dá sentido às construções que os sujeitos sociais projetam para o futuro. Não há como dissociar presente e passado do futuro: cada momento é a subsequência do outro; influencia os momentos futuros e são influenciados pelos momentos que o precederam. Caso se pudesse congelar a história nesse momento, seria possível perceber que todos os acontecimentos foram gestados em relações conflituosas do passado cujos embates, no tempo presente, norteariam as relações futuras em vários aspectos da sociedade. O movimento sugerido pela fala dá significado especial às narrativas, e esse significado, por si só, indicará os rumos que a sociedade quer. Isso dá certa dimensão às considerações do entrevistado quando afirma que “Então assim, as pessoas passaram a discutir o assunto”; e o assunto era a Chapa 1, isto é, desafiar o sistema era uma atitude até então inédita, e a população começou a discutir abertamente as relações e aventar novas perspectivas de vida caso a novidade fosse consolidada.

Enquanto as teias entre a Chapa 1 e a sociedade eram tecidas, no interior do ambiente fabril os empregados vinculados ao movimento oposicionista iniciavam uma operação de convencimento e conquista de votos. O primeiro passo da consolidação estava consumado: “o guizo foi amarrado”. As movimentações subsequentes com foco na materialização do sonho de conquistar o sindicato se evidenciam quando Edson relata o destemor dos colegas: “Nós ficamos na fábrica até o outro dia. À noite, nós circulamos a fábrica todinha, conversando com trabalhadores de setores diferentes, levando a campanha até eles pegarem a gente dentro da fábrica”.<sup>130</sup> Essa modalidade de conquista de intenção de votos que se difunde na horizontalidade expressa a necessidade de mudanças que a princípio foi aceita pelos trabalhadores e, por conseguinte, manifestada nos resultados das eleições.

Contudo, não cabia esperar que tal movimentação fosse contar com a aquiescência da chefia. Marcar o cartão de saída, voltar ao interior da fábrica em campanha eleitoral durante a noite e reassumir a jornada de trabalho ao alvorecer excedia qualquer pensamento pré-elaborado sobre o desenvolvimento da campanha. Não por acaso foram punidos com advertência, cujos objetivos visavam penalizar os intrépidos personagens pelo procedimento e inibir possíveis movimentações políticas em torno do pleito que se aproximava. Com isso, a folha de serviços até então imaculada de Edson ganhou uma “mancha” irremovível no

---

<sup>130</sup> CUNHA (FERRAMENTA), 2011.

descritivo de sua trajetória profissional graças à militância em nome de uma mudança substancial no estado de coisas.

Embora as eleições se aproximassesem, a espera provocava certo frenesi, alimentado por embates entre as posições diametralmente opostas da Chapa 1 e as demais chapas. O clima de tensão em que transcorreu o processo pré-pleito era tal, que as muitas discussões e os olhares diferenciados motivaram advertências de conduta inadequada na empresa. Concorriam seis chapas; e tudo apontava a possibilidade de decisão em primeiro turno — a maioria absoluta, como prefere as leis trabalhistas. Numa disputa eleitoral com esse peso, Edinho Ferramenta atribui significado especial à formação da Chapa 1. Contudo, mais que disputa pelo controle dos metalúrgicos da região — pelo poder sindical —, conquistar o sindicato significava a possibilidade de quebrar os efeitos que a “cultura USIMINAS” provocava nas pessoas. Nas palavras de Edson,

O [presidente] Rinaldo Campos Soares era o chefe da laminação de placas do UDL [departamento das laminações] e aí nós nos rebelamos e decidimos romper definiti... Era o risco. Era o rompimento com a “cultura USIMINAS”. Obviamente, nós tínhamos consciência do preço que iríamos pagar: é por essa coragem e ousadia... Eu recordo muito bem que Ipatinga transformou numa praça de guerra, nunca se viu tanto aparelho de segurança do estado de Minas Gerais nessa cidade. A USIMINAS chegou ao ponto de dentro da fábrica no período, no processo eleitoral, dizer que ela tinha dentro de cada urna uma câmara escondida e ia identificar o voto de cada metalúrgico e demitir. Ela chegou ao ponto de, na votação (cada chefe levava sua turma na fila pra votar), chegou ao ponto de dizer que cada aeronave que descia no aeroporto da cidade que tinha o prefixo PT era o pessoal... os guerrilheiros do PT, os vermelho, comunistas que estavam chegando pra explodir a empresa. Então a cidade transformou num clima de guerra.<sup>131</sup>

Desvendar os significados expressos na memória desses trabalhadores implica tomar partido da luta, embora alguns pensadores acreditem ser aconselhável manter certa distância dos fatos e olhá-los pelo viés do racionalismo. Ao perceber que cada vez mais historiadores passaram a visitar mais amiúde os embates provocados pelo calor da luta de classes e, desses choques, abstrair experiências que permitiram visualizar novos caminhos e formular novas perspectivas, tornou-se possível concluir que na década de 80 novos personagens realmente entraram em cena, abalando o cenário político nacional. A constatação não decorre unicamente das lutas empreendidas pelos trabalhadores nessa escalada contra a opressão e a ânsia desmedida pelo lucro — como é natural nas entranhas do capitalismo. Rastreia-se também pela trilha daqueles que, através da historiografia, empreenderam novas formas de

---

<sup>131</sup> CUNHA (FERRAMENTA), 2011.

expressar tais enredos, que em última instância pode significar grande avanço na participação desses personagens no processo de transformação social.

Esse aspecto se mostra na memória de Edson quando evidência a existência do que pode ser considerado terrorismo de Estado sobre a população. Digo terrorismo de Estado em virtude de este estar submetido às atividades capitalistas, controlando-as e por elas sendo controlado. Logo, essa simbiose entre Estado e empresa permite evidenciar a corresponsabilidade nas ações desencadeadas pela disputa em questão. Embora as considerações sobre o PT não pudessem ser diretamente creditadas à empresa como forma de se impor na campanha sindical, eram reconhecidas pela categoria como tal — e mesmo que expressassem a insegurança da chefia de setores localizados da empresa. Mas conviver com as chamadas centrais de boatos se tornou comum no Brasil em momentos políticos expressivos,<sup>132</sup> fato que permitiu admitir a existência dessas manifestações e as influências que provocariam no cenário político, denotando sua ligação com a dominação.

Pela fala desse entrevistado, não há como negar a existência de manipulação eleitoral que o poder instituído fez no momento abordado. Caso acontecesse essa negação, seria como aniquilar toda a interpretação dos trabalhadores para as ocasiões de tensão e eventuais consequências que a disputa traria aos familiares de quem buscava o exercício pleno da democracia. Para a classe dominante, cuja perspectiva era permanecer na “cabina de comando” da nação, soava como certa temeridade a possibilidade de um partido político formado pela massa trabalhadora tomar as rédeas do poder político. Daí a necessidade de ampliar o controle em focos regionalizados, principalmente em regiões de grande densidade operária.<sup>133</sup>

Uma tentativa de aniquilar o mal pela raiz seria mais eficaz se os sindicatos fossem blindados contra a malha das centrais sindicais consideradas mais radicais pela elite industrial; e era plausível a possibilidade de o SINDIPA passar por essa espécie de turbulência. Tudo levava a crer que o pleito ocorreria sob tensão; que os ânimos acirrados no

---

<sup>132</sup> Os exageros em momentos de tensão política incluem associações do PT com o sequestro do empresário Abílio Diniz porque um sequestrador supostamente usava uma camiseta com a insígnia do partido, como alardearam os meios de comunicação durante a campanha para o cargo de presidente da República de 1989 — disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/livrariadafolha/ult10082u665157.shtml>>. Acesso em: 19/07/2014, às 22hs15min. Ou então associar o prefixo do número de identificação de uma aeronave com um partido político e suas possíveis conexões com planos terroristas, como se leu na fala de Edson.

<sup>133</sup> Na região identificada como Quadrilátero Ferrífero, diversos sindicatos estavam sob controle das centrais sindicais focadas nos interesses dos trabalhadores. Era o caso de Contagem, Betim e João Monlevade. Todos ligados à CUT.

calor da disputa podiam levar ao embate corpóreo. Participante ativo dessa disputa, Cleber ajuda compreender o que aconteceu naqueles momentos:

Bom, mas esse Luiz Carlos inscreveu a Chapa 2, depois eles inscreveram mais quatro outras chapas. Eram seis chapas disputando o mesmo pleito. E numa jogada de inteligência eles conseguiram monopolizar. Nós tivemos 48% dos votos da eleição, alguma coisa em torno assim. A Chapa 2 teve algo em torno de 20[%] e as outras tiveram o restante, para inteirar os 100%, descontados os nulos e brancos e tal, e o que fez com que houvesse o segundo turno. No segundo turno, as outras chapas se unificaram com a Chapa 2. Aí passaram a ser só duas chapas no segundo turno. Nós perdemos a eleição. Ganhamos fragorosamente no primeiro [turno]. Ganhamos! Ah, nesse período da campanha houve situações de extrema perseguição dentro da USIMINAS, em que todo chefe teve que chamar o subordinado na sala e ameaçar: “Se a Chapa 1 ganhar nós vamos te demitir... sua família vai ficar desempregada...”. [...] com todo mundo, a pressão foi absurda dentro da usina. E tudo isso foi denunciado assim nos boletins que nós fizemos. [Por]que, quando a gente via essa situação, nós já íamos pra campo e fazíamos boletim e distribuímos lá na porta da USIMINAS. E pra distribuir o boletim a gente tinha que ir numa turma muito grande, um batalhão. Assim, pelo menos 40 pessoas. Senão não conseguia ir por conta do risco de sermos agredidos lá, assim como fomos algumas vezes. quando tinha grupo menor, eles chegavam e agrediam, a polícia da própria USIMINAS chegava e agredia a gente. Era comum isso nesse período da campanha.<sup>134</sup>

A visão de Cleber contribuiu para formar o que a população de Ipatinga imaginou como certo ou errado no fogo cerrado provocado pela luta de classes. O que foi dito ou visto naquele momento e compartilhado com as pessoas envolvidas, naturalmente, tornou-se verdade à medida que a fala contagiou os envolvidos. Mas sua fala não encerra a opinião da maioria nem é melhor — ou pior — que as demais: no contexto analisado, todas têm o mesmo valor. Como são permeadas por emoções e sentimentos, estes dão um significado mais particular, mais singular a cada uma delas, embora tratem do mesmo objeto. O que é significativo para um não o é para outro. Tais sentidos tendem a ser captados na exaltação dos gestos e nas peculiaridades da fala: o tom, o ritmo e o volume, a ênfase, as hesitações e as suspensões... Na perspectiva da História Oral, a somatória desses significados — os gerais e os singulares — compõe o imaginário do conjunto da sociedade.

As disputas pelo comando dos sindicatos provocaram uma busca pela reorientação da administração sindical. Mas a análise de Sader sobre a atuação dos trabalhadores nos anos 70 e 80 esvazia a possível ideia de que esses embates fossem privilégio dos trabalhadores da USIMINAS.

---

<sup>134</sup> SANTOS, 2011.

As características dos sistemas repressivos vigentes nos anos 70 no interior das empresas já foram expostas por Celso Frederico, Amneris Maroni, Hamilton Feria, Lais Abramo, entre outros. O que vemos é o despotismo inerente à organização capitalista do processo de trabalho exacerbado pelo desconhecimento de qualquer interlocutor coletivo e pelo controle sistemático no sentido de tentar eliminar toda discussão e eventual contestação. Contando com a plena colaboração da repressão estatal, os sistemas de controle de mão-de-obra manejadas pelos empresários visavam pulverizar os trabalhadores, aguçando os mecanismos de concorrência entre eles, de abandono de qualquer veleidade de resistência sindical e de integração às políticas patronais.<sup>135</sup>

Como se lê, o pensamento de Sader converge para o que disseram os entrevistados: dá mais contornos a percepções relativas ao controle das organizações sindicais aos discutir acontecimentos ocorridos a partir dos anos 70, sobretudo no que se refere ao interlocutor coletivo. Seu pensamento permite inferir a intenção de remover, dar continuidade no processo produtivo a iniciativas que objetivasse grassar a luta dos trabalhadores em detrimento de um pensamento focado na produção. Melhor seria se esse interlocutor coletivo estivesse disponível a suavizar a luta e enaltecer a empresa como a grande mantenedora da cidade e das famílias, a melhor fonte de emprego. Se esse padrão era utilizado pelas empresas com norteamento jurídico do Estado em momentos de bonança, em momento de conflitos eleitorais certamente o aparelho repressor, interno e externo, entraria no campo das disputas para fazer valer o olhar atento das administrações voltadas exclusivamente aos interesses capitalistas.

Com base nos relatos sobre a eleição de 1985 apresentados e comentados até aqui, percebe-se a formação de um projeto predominante de interferência da USIMINAS no processo eleitoral do sindicato. Cleber indica que supervisores e chefes de seção intimidavam os trabalhadores, ameaçando individualmente com a possibilidade de demissão caso a Chapa Ferramenta vencesse. Esse procedimento foi denunciado nos panfletos distribuídos pelos militantes e candidatos da oposição, para que o conjunto dos trabalhadores se sentisse seguro quanto às iniciativas tomadas pela empresa durante a campanha eleitoral. Além desse aparato interno citado pelo entrevistado, colaboradores externos diversos estavam de plantão a fim de repassar informações da escalada da conquista de votos. A rede de “arapongagem”, supostamente criada pela empresa, e os informantes autônomos e anônimos (dedos-duros, bajuladoras) compunham uma teia cuja finalidade era desarticular um processo eleitoral que poderia tirar o sindicato do controle da empresa. Se o sigilo — o silêncio — dos trabalhadores

---

<sup>135</sup> SADER, 1988, p. 74.

vinculados à Chapa Ferramenta foi marcante até o seu registro; uma vez divulgada a candidatura, o corpo a corpo — a conversa, o diálogo, a fala — tornou-se estratégia-chave, a ponto de deixar a empresa e a diretoria do sindicato em uma situação de perplexidade (FIG. 13). Esse dado seria explorado na campanha.

**CHAPA 1 SURPREENDE USIMINAS**

A direção da Usiminas que sempre controlou o Sindicato e os trabalhadores, foi surpreendida com o registro da CHAPA 1 de oposição. Isto porque a CHAPA 1 foi a única que não pediu autorização à direção da empresa para concorrer às eleições sindicais.

Tivemos que trabalhar em sigilo para conseguir registrá-la. Não foi fácil fugir da repressão e da investigação.

**USIMINAS PRESSIONA CHAPA 1**

Por propormos um Sindicato p'ra lutar, sofremos após o registro da CHAPA 1, as mais diversas pressões. Vários companheiros foram chamados à presença de seus chefes e pressionados a deixar a CHAPA 1. Nada disso nos intimidou.

Continuamos firmes na luta pela construção de um Sindicato representativo, autônomo e combativo.

E denunciaremos toda forma de pressão que impeça a livre organização dos trabalhadores.

Pela CHAPA 1 - FRANCISCO CARLOS DELFINO

**Chapa 1 Oposição**

A única que não pediu ordem ao patrão para concorrer à eleição!

**Chapa 1**  
**é Oposição**

**O RESTO É DO PATRÃO**

**SINDICATO É PRÁ LUTAR!**

8/10/1982

ESTA É A QUINTA PUBLICAÇÃO DA CHAPA 1 – FERRAMENTA

*Companheiro,*  
Converse conosco, o Comitê da Chapa 1 fica na Rua Ouro Preto, 55 (ao lado do Zero hora), no centro de Ipatinga – Telefone 821-4704.

**ELEIÇÕES SINDICAIS DE 12 À 16 DE AGOSTO**

FIGURA 13 – O trabalho de panfletagem nas portarias da empresa, constantemente monitorado, dá pistas da perplexidade da USIMINAS, assim como da diretoria do sindicato.

Por ser novidade, a ousadia dos membros da chapa deve ter contagiado o conjunto dos trabalhadores; é provável que não tivessem imaginado ver concretizadas as tentativas de oposição à administração sindical. Também cabe supor que a empatia desenvolvida após esse ato de destemor tenha sido a mola motora do número de votos obtidos pela Chapa Ferramenta no primeiro escrutínio do pleito. Eis por que foi preciso ir às bases divulgar os avanços: embora estivessem cientes dos acontecimentos, necessitavam de uma liderança que ousasse expor em público as questões que aparentemente fugiram ao controle da empresa, pois chegaram ao conhecimento da população de Ipatinga.

Além de alardear a perplexidade da empresa, os boletins distribuídos nas portarias evidenciaram o suposto compromisso de todas as chapas inscritas com a administração da estatal, caracterizando um aparente conluio eleitoral cujo objetivo era se desvencilhar de uma possível vitória da Ferramenta. Outro fato relevante nos embates foi a reorientação de percurso proposta pela chapa: em vez de assistencialismo — patente desde a fundação do sindicato —, os candidatos propuseram fazer da entidade um sindicato reivindicativo conforme evidenciado no panfleto.

A “queda de braço” começou tão logo a empresa soube do registro da chapa de oposição. O boletim denuncia a pressão sobre cada operário que disponibilizou seu nome para formá-la. Resistir a pressões quando o grupo está junto é uma coisa, isoladamente o risco é grande — e a empresa sabia disso. Na abordagem do operário individualmente se falava da possibilidade de demissão, das dificuldades que um desempregado enfrentaria com sua família: tudo era instrumento de coação destinado a dissuadir o funcionário de sua decisão. Mas, ao que tudo indica, a decisão estava tomada, e nenhum membro da chapa mudaria sua decisão. Uma vez composto o cenário da eleição, marcado pela pressão de boca de urna e pela propaganda na cidade, o primeiro turno foi marcado. Com isso, 1985 se tornou incomum na história das disputas políticas da cidade, que conseguiram envolver a população. Cada um a seu modo defendia seus interesses inseridos na polarização ideológica entre a Chapa 1 e a 2 — esta contava com a simpatia da empresa. As demais se tornaram coadjuvantes no primeiro turno — acredita-se até que dividir para dominar tenha sido estratégia da empresa, a julgar pelo que veio depois do resultado do segundo turno: retaliação apenas aos membros da Chapa Ferramenta no fim geral das eleições.

Um boletim divulgado pelo sindicato como oficial expôs os resultados dos escrutínios. Ficou clara a situação no segundo turno: a Chapa 1 teve 3.235 votos no primeiro momento e 3.257 no segundo — 41,41% em pontos porcentuais; a tendência ao segundo escrutínio seria pulverizar os votos das demais chapas entre as duas mais votadas. Todavia, o que se percebeu foi

seu alinhamento à Chapa 2. Eis por que se pode dizer que, dada a pressão arquitetada pela USIMINAS, o direcionamento dos votos a essa chapa resultou da articulação das quatro chapas restantes para garantir a vitória de uma chapa alinhada às propostas da empresa.

O segundo turno terminou em 30 de agosto de 1985. Findo o período de imunidade provisória a que os componentes da Ferramenta tinham direito segundo a CLT, em novembro a siderúrgica os demitiu e divulgou publicamente a demissão. Os demitidos não se intimidaram com a derrota. Assim, enquanto o jornal interno da empresa louvava os recordes de produção e os eventos internos patrocinados pela administração, o boletim da chapa virou instrumento de denúncia de arbitrariedades internas da empresa — ao que parece, bem acolhido pela população como veículo de comunicação fidedigno. Doravante *Ferramenta*, o boletim evidenciava o lado obscuro da relação: “as maracutaias”.

Essa novidade permitiu que os laços de identificação com os membros da chapa se fortalecessem sobremaneira até o fim de 1985. A tendência natural da USIMINAS para finda à oposição — demitir o grupo vinculado à Ferramenta —, na verdade, instaurou um processo de oposição política que mudaria aspectos da história da cidade. Da disputa pelo poder político-sindical, os trabalhadores passaram a disputar o poder político-administrativo. Diria Edinho Ferramenta: “Chegamos à conclusão que: se os trabalhadores estavam preparados para produzir, se tá preparado para produzir a riqueza do país, tá preparado também para administrar”.<sup>136</sup> Com efeito, a análise da classe trabalhadora e dos movimentos de “rebeldia” no ABC paulista que faz Sader levanta um dado útil aqui: a forma de organização das categorias.

As classes populares se organizavam numa extrema variedade de planos, segundo o lugar de trabalho ou de moradia, segundo algum problema específico que as motiva ou segundo algum princípio comunitário que as agrupa. Em cada forma de organização se manifesta a obsessiva preocupação com a própria autonomia. Suas formas de expressão são as mais variadas, mas privilegiam as “ações diretas”, através das quais manifestam suas vontades. Por isso tudo são muito intermitentes, mutáveis, ágeis, tanto quanto instáveis.<sup>137</sup>

Enquanto em São Paulo essa diversidade era notada na forma de organização das classes sociais, em Ipatinga a movimentação política girava em torno da tomada do poder sindical. Esses novos personagens seriam identificados como possíveis protagonistas de mudanças políticas.

---

<sup>136</sup> CUNHA (FERRAMENTA), 2011.

<sup>137</sup> SADER, 1988, p. 313.

### III

## DA DISPUTA PELA DIREÇÃO SINDICAL À DISPUTA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA

**O**saldo do embate eleitoral para escolher a chapa que presidiria o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Ipatinga (SINDIPA) a partir de 1985 oferece caminhos para saber se o processo de formação da Chapa Ferramenta foi surto oposicionista ou se os operários estariam determinados a consolidar uma política que se abrisse à discussão das questões trabalhistas em suas dimensões múltiplas. Recém-empossada, a diretoria do SINDIPA se viu ante a campanha salarial de 1985, que estava não só com assembleia marcada a fim de discutir a questão, mas também na boca do povo. É presumível que fossem altas as expectativas quanto ao desenvolvimento da convocação e a forma com que a diretoria conduziria o processo. Embora tenham perdido no pleito, os membros da Ferramenta mantiveram a imunidade provisória, garantida pelo artigo 543 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); quer dizer, legalmente poderiam participar da assembléia, e tal possibilidade pode ter sido motivo de apreensão para o sindicato.

Essa assembleia ficou conhecida como “assembleia da corda”. Segundo Edson Ferramenta, ocorreu no campo do Jabaquara Esporte Clube<sup>138</sup> com empenho da USIMINAS. Como de praxe, a empresa apresentou uma proposta de recomposição salarial provavelmente aquém das reivindicações e inferior ao supostamente justo. Nas palavras de Edson,

---

<sup>138</sup> Pelo grande número de associados e pelo empenho da empresa em ver aprovada sua proposta, a suposição era que a sede do sindicato seria pequena para abrigar tantas pessoas. O presidente achou por bem realizar a assembleia no campo de futebol mais próximo da sede, o do Jabaquara Esporte Clube.

A assembleia para decidir o acordo... O sindicato já tinha praticamente fechado o acordo com a empresa garantindo que os metalúrgicos iriam aprovar aquela proposta. A USIMINAS, a partir das 16h... A assembleia era as 17h30... A partir das 16h [a empresa] remete pra dentro do local onde ia ser a assembleia, um campo de futebol, todos os trabalhadores sob pressão, dentro do ônibus, coloca... nós tivemos nessa assembleia, calcula... calcula... aproximadamente umas... uns quatro ou cinco mil trabalhadores. Muita, mas muita gente! E aí, na hora da votação por aclamação, a proposta dos trabalhadores rejeita a proposta da USIMINAS. O sindicato não ti... a direção do sindicato... Como tinha um compromisso com a USIMINAS de, naquele dia, passar a proposta, eles alegam que não tava dando pra contar por aclamação. Eles decidem dividir a assembleia por corda: quem era favorável à proposta fica de um lado, quem é contrário fica do outro. Aí o quê que acontece? Acontece que a maioria que é contra a firma fica de um lado e a minoria, que era os chefes e os capachos, eles ficam do outro. O presidente do sindicato [Luiz Carlos Miranda], o quê que faz? Ele pula o muro. Pula o muro do estádio, foge da assembleia, cancela aquela assembleia e no outro dia chama uma votação secreta. Passa a decisão do dissídio coletivo para uma votação secreta, que tem *todo* [enfático] o controle do sindicato [...] Essa campanha salarial já foi comandada pelo presidente supostamente eleito nesse processo que nós participamos. No outro dia, ele chama a assembleia para a votação secreta, a votação ocorre durante todo o dia. Urna sob controle dele, fiscalização sob controle dele, e a USIMINAS levando os trabalhadores de ônibus sob pressão durante todo dia pra votar. Só os que normalmente votariam contra, que iria lá individualmente à tarde depois das 17h votar, aí... a votação secreta... a votação secreta... dá o resultado positivo. Aí, o que ocorre? Novembro passou, a USIMINAS começa a demitir esse grupo de trabalhadores. Ela demite três, quatro por final de semana. Eu recordo como se fosse hoje: a primeira demissão ocorrida foi a minha, a do presidente da chapa, que é o Francisco Carlos Delfino, conhecido também como Chico Ferramenta, e do Zé Horta, que era o vice-presidente da nossa chapa.

A rejeição da proposta da empresa pode ser entendida como resposta à repressão<sup>139</sup> ocorrida no processo eleitoral e uma espécie de ruptura com a “cultura USIMINAS”, que norteou e permeou o cotidiano dos trabalhadores no ambiente fabril e na vida extramuros. Se a massa resolveu desafiar o mando verticalizado em uma situação de oposição, era sinal de que havia fissura na hegemonia e que os embates tinham de ocorrer noutro campo; no mínimo, de outra forma. Individualmente, na relação entre chefe e operário prevalecia a imposição da empresa; porém, em um contexto de oposição compartilhada, o norteamento das questões ganhava outra dimensão.

O relato de Edson ajuda a compreender as circunstâncias criadas pelo resultado das eleições. Enquanto a necessidade de reprimir o núcleo oposicionista era posta em prática pela

---

<sup>139</sup> A opressão é lenta e contínua, enquanto a repressão acontece quando a opressão não surte os efeitos desejados. Se mesmo mantendo uma política de opressão sobre os trabalhadores eles conseguiram desafiar o sistema, a solução seria usar a repressão como forma de impedir a eleição dos trabalhadores e reprimi-los com a demissão.

empresa, a oposição “derrotada” estabelecia um nexo entre esse núcleo de resistência e o vácuo deixado pela perda na votação mediante um veículo de comunicação entre oposição sindical e trabalhadores: o informativo *Ferramenta*. Publicado informalmente, teve circulação e recepção sólidas no cotidiano operário de Ipatinga. O nome — é óbvio — carregava o significado da única chapa de oposição que conseguiu desafiar o poder do capital sobre a força de trabalho. Os textos estabeleciam diretrizes da classe e instruíam quanto aos passos a ser dados, a ponto de se evidenciarem como instrumento eficaz para transformar<sup>140</sup> o paradigma cultural que se arrastava havia décadas.

Se o *Ferramenta* foi elemento sólido dessa construção, não se pode lhe dar o crédito de agente transformador de toda a realidade nem a condição de vetor único da construção do processo histórico que resultou em mudanças. Igualmente, não se pode afirmar que a “cultura USIMINAS” estivesse sendo sepultada de vez. Mas as relações tomaram outros contornos após o desafio eleitoral no sindicato, que abriu caminho a possibilidades — talvez até a uma revisão nas relações entre empregador e empregado. Assim, a tendência notada nesses movimentos foi a de desafiar a “cultura” inibidora das ações dos trabalhadores que se arrastava anos a fio.

No dizer de Vesentini, na construção do fato enredado por uma teia ampla,

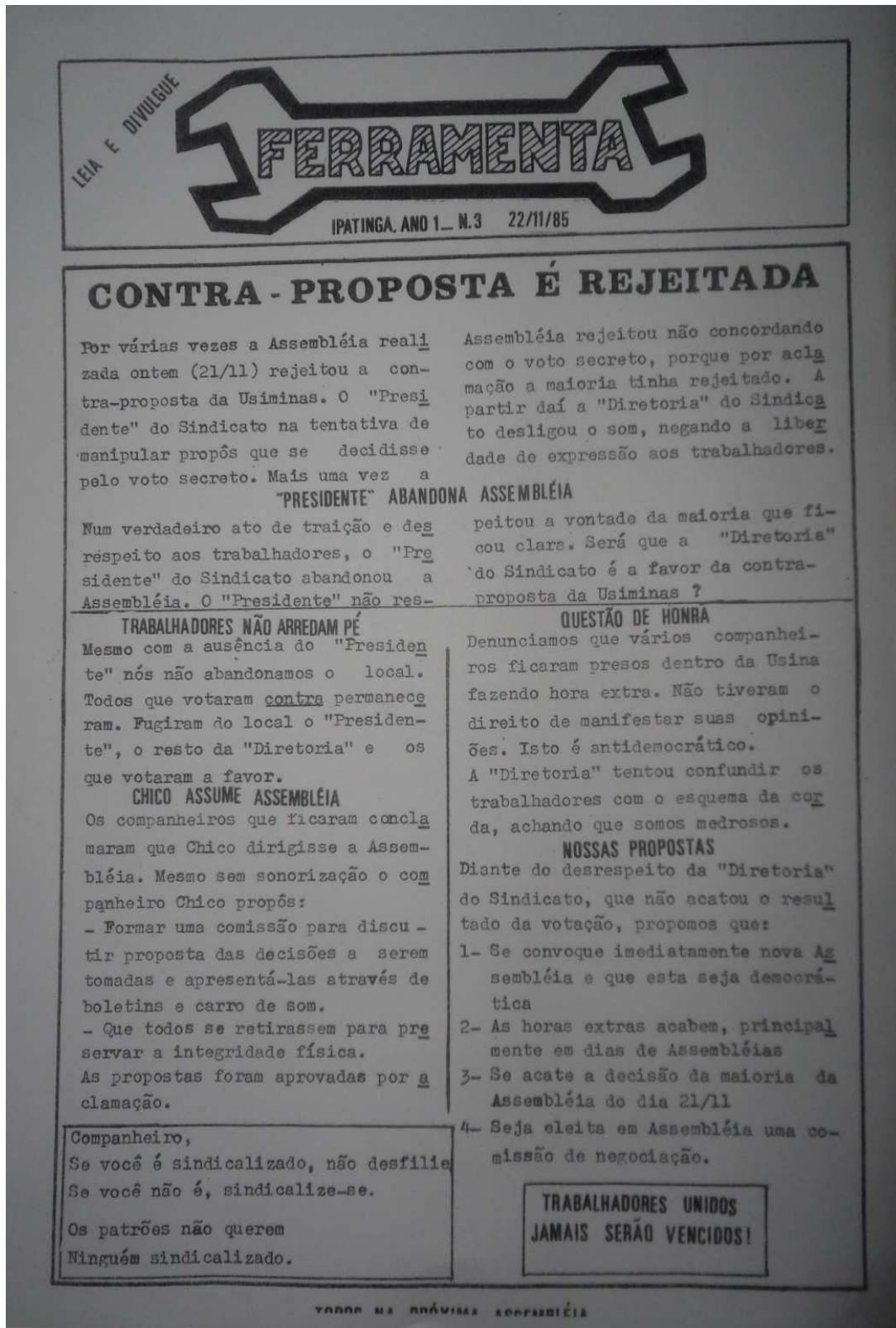
Uma série de práticas, localizada cronologicamente, parece ter tido a capacidade de se unir a significações amplas, constituindo o fato, exatamente porque, no conteúdo e no interior dessas últimas, todos (além do eu) se encontram pelos efeitos decisivos dessas práticas, mais importantes que a pura participação.<sup>141</sup>

Vesentini elabora seu pensamento na construção de uma ideia dos acontecimentos. Sua contribuição supera a tendência do senso comum que atribui conceitos repentinos às mudanças de significado histórico. A substituição de uma cultura por outra demanda tempo e aceitação, que, por sua natureza, estão permeados por construções e significados; envolve eventos elaborados lentamente, e uma será sempre permeada por práticas anteriores. Nessa lógica, os fatos constituídos pelas teias propostas permitem derivar outros que resultam na construção da história. Atentos às conexões entre o vivido e o porvir, os panfletos (FIG. 14) produzidos pela oposição alertavam quanto aos acontecimentos então mais recentes, daí que contêm evidências úteis para clarear o cenário de mudanças que estava em curso.

---

<sup>140</sup> Falar das transformações requer considerar que se formam na confluência de muitas forças desenvolvidas através do tempo e não podem ser pensadas como fruto de um dado ou um elemento isolado. São gestadas em ambiente hostil e só ocorrem em virtude de ter havido uma forma constante de adversidades enfrentadas pelo conjunto dos trabalhadores.

<sup>141</sup> VESENTINI, 1998, p. 43–4.



FIGURA<sup>142</sup> 14 – A datação do panfleto sugere que o *Ferramenta* foi criado para durar como instrumento de comunicação entre os operários da empresa. Se 1985 foi o primeiro ano de circulação, pressupõe-se que a esperança era de que continuasse na condição de órgão informativo da oposição sindical.

<sup>142</sup> Meu acervo — original gentilmente cedido pela associação dos empregados anistiados.

Pela primeira vez na história do SINDIPA, os trabalhadores rejeitaram a proposta da empresa. Na interpretação de Edson, era possível ter acontecido alguma articulação entre USIMINAS e sindicato quanto a aprovar a proposta e, assim, consolidar a liderança da diretoria, atendendo em paralelo aos interesses do capital. O que se pode perceber no decorrer da assembleia é que o presidente parecia perplexo com a situação — então inusitada. A rejeição à proposta deixou a diretoria sem ação; para ganhar tempo, o presidente Luiz Carlos Miranda propôs que os prós e os contras fossem separados por uma corda estendida ao longo do campo. O resultado reiterou a rejeição da proposta, e o episódio ficou registrado na memória dos envolvidos como a “assembleia da corda”.

Como o momento era significativo a quem vivenciou tantas apreensões, é natural que tais acontecimentos permaneçam indeléveis nas construções que os sujeitos fazem desses movimentos. Com efeito, em texto sobre memória e imagens, Heloisa Helena Pacheco Cardoso diz que

A memória se situa tanto no campo da construção do hegemônico como no campo do descontínuo, das sensibilidades, dos desejos individuais e de *grupos fora da estrutura de poder dominante*. Se a memória social se alimenta no quadro de tensões em que é forjada, ela é ao mesmo tempo expressão das memórias das pessoas que viveram um acontecimento como protagonistas. Nas suas narrativas elas expressam ideias e valores constituídos no movimento de sua formação enquanto classe e, nesse movimento, elementos residuais e novos vão se realocando na reconstituição do passado que se quer lembrar. (Grifos meus).<sup>143</sup>

Essa ponderação instiga à elaboração de algumas reflexões. Embora a USIMINAS tenha disponibilizado os ônibus a fim de levar os operários ao estádio do Jabaquara e trazê-los de volta, a rejeição da proposta me soa como entendimento de que um campo neutro — se analisado do ponto de vista físico — seria o local adequado à livre manifestação das ideias, ou seja, longe do poder dominante — conforme diz Cardoso. É provável que esse dado tenha encorajado os operários a formular a livre manifestação de seus anseios embalados por um quadro de tensões em que sempre estiveram inseridos, sobretudo pela “ressaca” eleitoral e pela forma com que o pleito foi conduzido. Esse tipo de sentimento, que pode promover uma reorientação de percurso, serve para conduzir os trabalhadores a uma consciência de classe que descarta até um possível sentimento de remorso por ter consagrado, no pleito, uma chapa desalinhada aos anseios do operariado.

---

<sup>143</sup> CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Memórias e imagens. In: ANTUNES Maciel Laura; ALMEIDA Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org.). **Outras histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho D’água, 2006, p. 179.

Igualmente, a fala de Cardoso pode servir de norte à compreensão dos acontecimentos relativos ao movimento de formação de classe. Seria possível compreender esse aglomerado humano presente no campo do Jabaquara como classe? De imediato, a resposta seria não. Todavia, por força das circunstâncias, é necessário reconhecer que a opressão exercida sobre os trabalhadores durante anos poderia instigar novas alternativas nessa relação. Portanto, caberia ser repensada. A percepção mais viável é que, aos poucos, a resistência compartilhada e os anos de submissão ao mando verticalizado formaram a base necessária para formular diretrizes de convivência e divisão dos espaços. Estes, uma vez consolidados por uma oposição politicamente consistente, foram imprescindíveis à germinação de uma consciência de classe; nascia com a oposição uma maneira de lidar com a luta de classes, de atender ao conjunto da sociedade, e não apenas a um grupo dominador — como convém ao sistema capitalista.

Caso se possa afirmar a tentativa de construção do hegemônico pela empresa mediante a nutrição de um poder consolidado e amparado ideologicamente na “cultura USIMINAS”, também se pode afirmar a predominância emergente dos anseios individuais e das necessidades do grupo, sempre alicerçadas na descontinuidade e nas sensibilidades, conforme reconhecido por Cardoso. Ao que parece, a formação da classe começa quando seus componentes percebem a necessidade de mudar o rumo dos acontecimentos e assumir as rédeas da situação, impondo-se como classe, e não só como aglomerado de operários.

A identificação de campos comuns abriu uma fresta para formar áreas mais abrangentes de atuação, sobretudo no fortalecimento do poder reivindicativo e de posicionamento ideológico no âmbito das disputas mediante uma liderança comprometida com os trabalhadores. E o panfleto contém um dado importante nesse quesito: o abandono da assembleia pelo presidente do sindicato. Isso demonstra a fragilidade no gerenciamento da massa que necessitava de um comando firme que ajudasse a organizar as ideias. Chico Ferramenta assumiu a condução e propôs tanto criar uma comissão para formalizar propostas a ser discutidas quanto dissolver a assembleia a fim de preservar a integridade física dos trabalhadores. Com essa decisão, arrebatou a confiança da plateia. Reunir muitas pessoas com o fim de discutir uma proposta feita pelo patrão que não é respeitada pelo comando leva a uma reação óbvia, a uma resposta coerente com a natureza humana; isto é, imprevisível. Daí que o mais sensato foi aconselhar o público a deixar o local e se preparar para novos encontros decisivos.

Contudo, não houve mais encontros públicos. Segundo Edson, um escrutínio secreto foi convocado, e a empresa disponibilizou ônibus para transportar trabalhadores previamente instruídos pelas chefias quanto a aprovar a proposta patronal. Esse ponto da descrição deixa entrever um elemento identificado por Hobsbawm como aristocracia operária, decorrente da estratificação da classe:

A estratificação foi produto conjunto de uma forma arcaica de industrialização e do sistema de valores de uma confiante burguesia liberal, que se tornaram dominantes à medida que as contra-ideologias perdião seu impacto entre as classes trabalhadoras com o declínio dos movimentos de massa anteriores a 1848, bem como a expansão econômica. No alto da hierarquia da classe operária havia uma “aristocracia operária” auto-reconhecida e reconhecida pelos outros como uma camada superior e até certo ponto separada dos restantes. Seus membros consideravam-se diferentes dos outros “operários” por sua “especialidade”.<sup>144</sup>

Embora esse autor se refira à forma arcaica de industrialização e estratificação dela decorrente, cabe salientar que tal modelo permanece nos processos contemporâneos de industrialização e formação hierárquica das empresas. Se na visão desse historiador o sistema de valores da burguesia liberal se expandia enquanto os movimentos de massa arrefeciam, na minha a estratificação da classe operária pode ser vista, em momentos atuais, como medida profilática para evitar a propagação de movimentos de massa. Trata-se, portanto, de um proselitismo que visa engendrar um modelo cultural preestabelecido como forma de delinear a proscrição dos não enquadráveis no modelo. Nesse sentido, a parcela da classe identificada pelo autor como aristocracia operária permanece consistente nos modelos atuais.

No caso da USIMINAS, a hierarquia previa a divisão do conjunto de trabalhadores entre mensalistas e horistas (chefia e operadores). Esses últimos registravam sua entrada no trabalho através do relógio de ponto e tinha sua remuneração calculada por hora trabalhada. Do cargo de supervisor a cargos mais elevados da hierarquia,<sup>145</sup> a remuneração era definida por mês trabalhado, e o registro de presença era feito mediante a assinatura do livro de ponto. Em que pese os impactos econômicos de tais distinções na remuneração de ambos, elas atribuíam aos mensalistas certa “superioridade” porque estavam em posição intermediária nos extremos do conjunto. Portanto, aos supervisores cabia a tarefa de legitimar o discurso dominante pré-elaborado pelos administradores da unidade de produção; ou seja, cabia tanto orientar os operários sobre como votar quanto apresentar as possibilidades em caso de insubordinação. O resultado do escrutínio secreto era previsível: a proposta da empresa foi imposta, mesmo que os trabalhadores a vissem como injusta.

Assim como os membros da Chapa 1, a diretoria do sindicato manteve um veículo de informação: o *Olho Vivo*, onde se manifestou sobre o acordo assinado com a USIMINAS. Como a história tem de considerar todos os lados do problema, convém

---

<sup>144</sup> HOBSBAWM, Eric. **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 246.

<sup>145</sup> No topo da hierarquia, estava o presidente, abaixo dele vinham os diretores. Na hierarquia da fábrica propriamente dita, vêm o chefe de departamento, o chefe de divisão, o chefe de seção, o supervisor, o líder de grupo e o operador.

considerar esse. No informativo, a diretoria enaltece os “exaustivos esforços” envidados para melhorar a primeira proposta da empresa, considerando o acordo como uma vitória significativa dos trabalhadores. De certa forma, esses esforços podem ser tidos como tentativa de superar a decepção provocada pela “assembleia da corda”: a diretoria necessitava dar satisfação ao operariado.

A polarização ideológica estava estampada nos panfletos produzidos por grupos distintos. De um lado, o *Ferramenta*: publicado extraoficialmente pelos membros da Chapa 1 e que instituiu uma espécie de sindicato paralelo denunciador dos descasos da diretoria sindical e os supostos compromissos com a empresa. De outro lado, o *Olho Vivo* (FIG. 15): veículo informativo do sindicato que, pelo que expôs, tendeu a enaltecer os trabalhos da diretoria. Embora essa polarização fosse clara (a chapa eleita recebeu suporte logístico da USIMINAS nas eleições), a diretoria do sindicato criticava o posicionamento da empresa em relação às lutas salariais, como se fizesse oposição a ela. Esse procedimento pressupõe uma forma dissimulada de alardear falsos descontentamentos com práticas capitalistas presentes no cotidiano da empresa em relação aos trabalhadores. Na edição do *Olho Vivo* de 23 de novembro de 1985, a diretoria apresentou um balanço do acordo salarial e das assembleias mais recentes, além de uma suposta crítica às práticas patronais colocando o escrutínio secreto como se fosse a ferramenta utilizada a fim de quebrar a resistência da empresa. Também evidencia porcentuais distintos de reajuste para cada tipo de jornada.<sup>146</sup> Dadas a inflação anual em 1985 e as perspectivas inflacionárias dos anos 70 e 80, cabe supor que o acordo entre SINDIPA e USIMINAS não permitiu ganhos reais de salário, nem sequer a recomposição total da inflação.

A partir de 1974, segundo Cerqueira,

[...] a taxa de inflação torna-se instável, mas a tendência geral é de crescimento persistente, moderado até 1978 e que recrudesce progressivamente entre 1979 e 1982. Em 1980 a taxa anual de inflação dobra em relação a 1976, chegando à marca de 100% e se mantendo nesse nível até 1982. No entanto, no período de 1974 a 1982, a taxa média se situa em torno de 4,06% (com desvio padrão de 1,89%), contra 2,56% (desvio padrão de 1,92%) do período de 1960–1973, ratificando o comportamento de alta continuada, porém com crescimento ainda relativamente moderado. Sem ainda entrar nas causas, a taxa de inflação em 1983 salta para 211% ao ano e para 224% e 235%, respectivamente, em 1984 e 1985.<sup>147</sup>

---

<sup>146</sup> Expediente normal: 8h as 16h, seis dias por semana; semana inglesa: 7h as 17h30, com intervalo para almoço e sábado até 11h30; dois turnos e três turnos de oito horas cada.

<sup>147</sup> CERQUEIRA, Luiz Fernando. **Dinâmica da inflação no Brasil, 1960–2005** — uma sinopse. 2007. 45 p. Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense. ISSN 151946-12. Disponível em: <[http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF\\_TD228.pdf](http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD228.pdf)>. Acesso em: 9 jan. 2014, às 7h46.

 **OLHO VIVO**

Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Ipatinga— MG

DIRETOR: LUIZ CARLOS DE MIRANDA FARIA / EDITOR: JOÃO BATISTA LIMA FERNANDES

Nº. 06 IPATINGA, 23 DE NOVEMBRO DE 1985.

— APROVADO O ACORDO SALARIAL: —

**85,2% PARA TODOS (EM 1-11)**

**94,87% PARA SI, HN E 2T (EM 1-12)**

**9% (ADICIONAL) PARA 3T (EM 1-11)**

O escrutínio secreto realizado sexta-feira (22/11) aprovou o Acordo Salarial com a USIMINAS, que passa a vigorar a partir de 19 de novembro/85. Apesar da USIMINAS ter jogado tudo para desgastar o Sindicato e enfraquecer nossa luta (Olho Vivo de 05/11), soubemos reagir e reprovamos a primeira contra-proposta da empresa (assembleia de 05/11).

Respaldados nesse NÃO as intensas e exaustivas negociações que se seguiram resultaram num avanço. A segunda contra-proposta saiu melhor, acabamos conquistando um dos maiores índices de aumento real do país (superior ao da Petrobrás, Banco do Brasil e Companhia Vale do Rio Doce), embora na verdade isso não é o que realmente merecemos e necessitamos, pois fomos escandalosamente roubados e explorados pelo governo nos últimos anos.

**ALUTA CONTINUA !**

Agora é continuar com as mangas arregaçadas, ampliar e fortalecer a mobilização e a união, e prosseguir firmes na luta, pois a inflação vem comendo criminosa e desavergonhadamente o nosso salário.

Enquanto o padrão de vida do assalariado despensa para o fundo do poço os ricos e os patrões aumentam cada vez mais os lucros.

Por isso, VAMOS COMEÇAR DESDE JÁ A LUTA POR UM NOVO AUMENTO DE SALÁRIO PELA CONQUISTA DO REAJUSTE TRIMESTRAL E DEPOIS MENSAL (não se pode aceitar que tudo suba de preço de 15 em 15 dias, enquanto nossos salários são reajustados de seis em seis meses).

VAMOS CONQUISTAR UM NOVO AUMENTO REAL DE SALÁRIO PARA SAIR JUNTO COM O REAJUSTE DE MAIO/86 !

Vamos lutar por mais um AUMENTO IMEDIATO para os companheiros dos 3 turnos (trabalhar de madrugada não é mole, não).

VAMOS EXIGIR QUE A USIMINAS RETOME A ADMINISTRAÇÃO DE SALÁRIOS PARA QUEM ESTÁ PREJUDICADO (concessão de letras) !

É ISSO AÍ !

FIGURA<sup>148</sup> 15 – SI: semana inglesa; HN: horário normal, de 8h as 16h, de segunda-feira a sábado; 2T: dois turnos; 3T: três turnos (horários de revezamento de turnos, de 8h as 16h, de 16h as 24h, de 0h as 8h).

<sup>148</sup> Meu acervo. OLHO VIVO. Ipatinga, MG, 23 de novembro de 1988, n. 6, p. 1.

Com efeito, se a taxa anual de inflação em 1985 se elevou a 235%, mesmo com a correção salarial semestral, a recomposição ficaria aquém do mal financeiro provocado pela corrosão inflacionária. Para a empresa, presumivelmente as dificuldades estavam superadas. Uma administração sindical que atendesse a seus interesses e uma proposta de recomposição salarial vencedora dariam o fôlego necessário para manter a dominação. Entretanto, nos demais setores havia clima de expectativa. A imunidade dos trabalhadores que participaram do pleito estava vencida e a certeza de retaliação deixava a cidade em alerta. Digo a cidade — e esse dado é central neste estudo — porque a campanha eleitoral visando à conquista do poder sindical não ficou restrita à fábrica: membros da Chapa Ferramenta — cabe reiterar — buscaram esclarecer pessoalmente as famílias sobre a necessidade de uma direção sindical voltada aos interesses de todos: operários e familiares. Ficou clara a proposta de um sindicato combativo e a tentativa de superar uma “cultura” que legitimava a opressão; e as expectativas de mudanças envolveram a população a ponto de colocá-la em um estado aparente de preocupação com quem se expôs para promover mudanças. Os laços entre a Chapa 1 e a população se fortaleceram de tal modo, que as pessoas em geral reconheciam o trabalho dos militantes como imprescindível ao alcance do êxito desejado há tempos.

Ao se analisar a complexidade das relações sociais travadas nesse ambiente de produção social, fica claro que toda divergência está fundamentada na luta de classes e que esta não foi construída no imediatismo das necessidades. Antes, ancora-se no longo período de formação de uma rede de sociabilidades, descontinuidades e, sobretudo, carências.<sup>149</sup> Do início da construção da empresa ao massacre ocorrido em outubro de 1963, das aflições vivenciadas por esses operários em um lugar ermo à submissão a uma “cultura” opressora: todas as circunstâncias convergiram para os antagonismos daquele momento, já nutridos pela privação de moradia, abastecimento, escola e amores.<sup>150</sup>

Se a população local demonstrava insatisfação com as condições subumanas de sobrevivência, a empresa parecia entender que tudo aquilo contribuiria para construir uma política de dominação, que a meu ver supera em proporção a “singleza” da ideologia. Ao municiar a população com o aparato necessário à sobrevivência, o capital instalado e personificado na USIMINAS cria as regras de convivência que legitimam a dominação e submetem o indivíduo aos interesses capitalistas sem considerar as necessidades e a capacidade de criar que o ser humano tem em todos os aspectos. A instituição de uma “cultura

---

<sup>149</sup> CARDOSO, 2006, p. 179.

<sup>150</sup> Em uma população operária predominantemente masculina, as relações amorosas foram dificultadas, em especial, pela ausência das famílias nos primeiros anos.

determinante”, a adoção de um patrulhamento ideológico consubstanciado no sistema de “arapongagem” e nos princípios do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), o estímulo às associações burguesas e a infiltração de uma moral cristã que delimitava as ações levam a compreender que estava em curso o que Gramsci chama de sistema hegemonic; sem contar certo sincronismo do sindicato — criado para defender os interesses do trabalhador — com os interesses do capital. O preço dessa sucumbência seria cobrado nos acordos firmados entre sindicato e empresa.

Esse aparato pressupõe a existência de algo total que atravessa os limites da ideologia e da dominação. Cabe aqui o pensamento de Raymond Williams sobre a teoria cultural marxista:

Acima de tudo, temos de fornecer uma explicação que leve em conta os elementos de mudanças reais e constantes. Temos de deixar claro que a hegemonia não é algo unívoco; que, de fato, suas próprias estruturas internas são altamente complexas, e têm de ser renovadas, recriadas e defendidas continuamente; e que do mesmo modo elas podem ser continuamente desafiadas e em certos aspectos modificadas.<sup>151</sup>

Nessa lógica, hegemonia pode ser entendida como conjunto de valores e significados vividos, revividos e consequentemente incorporados pela população como práticas sociais que conduzem a vida em grupo dinamicamente; por conseguinte, de informações sucessivas que delineiam o modo de vida das pessoas. Pressupõe também o emprego de métodos de controle que se infiltram na sociedade, preenchendo todas as frestas possíveis através das quais se obtém o controle social — seja pela sutileza, seja pelo temor. Talvez o medo seja o instrumento mais contundente de apoio ao sistema hegemonic; e o tempo histórico dá o testemunho dessa afirmativa: na Idade Média, o medo da condenação dominava a sociedade; acreditava-se que alguém na terra poderia determinar o percurso da eternidade. Na época da sociedade capitalista, ocorre um deslocamento de significados: o medo do sobrenatural — do que poderia acontecer detrás da porta aberta pela morte — transformou-se parcialmente em receio de perder o emprego, o amor, os filhos, a pensão alimentícia ou o dinheiro.<sup>152</sup> Assim, as frestas por onde se infiltram as formas de controle podem ser entendidas como espaços

<sup>151</sup> WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. Tradução de Bianca Ribeiro Manfrini com revisão técnica de Maria Elisa Cevasco. **Revista USP**, São Paulo, n. 65, 2005, p. 216.

<sup>152</sup> O confisco dos ativos financeiros determinado por Zélia Cardoso, ministra da Economia do governo Collor, causou uma corrida aos bancos e trabalhos extras aos plantonistas das unidades de pronto-socorro. Muitas pessoas se sentiram sem chão, despossuídas e empobrecidas pela determinação de Collor. Esse sentimento de ausência do dinheiro causou uma comoção nacional, sobretudo em relação às pessoas fortemente dependentes dele. O medo de perder definitivamente aquilo que angariaram ou herdaram provocou instabilidade cardíaca em boa parte da população. Ao fim, percebeu-se que no sistema capitalista, economia ou inflação não se controlam mediante adoção de medidas heterodoxas.

educacionais, religiosos, políticos familiares, trabalhistas e sociais; como frinhas que permitem incutir valores a ser defendidos por meio de recursos de coerção como o medo.

A dinâmica social de Ipatinga permite perceber a competência dos administradores nas propostas de mudança para fortalecer a dominação. Mas, como alerta Williams, à medida que ela encontra meios eficazes de mudança e reafirmação, também pode ser desafiada e submetida a mudanças que não compõem a perspectiva dos dominadores.

Em virtude do desafio proposto pelos trabalhadores a fim de arrebatar o controle sindical e seu comando, a empresa respondeu com sua capacidade de se renovar e defender suas convicções. No dia 26 de novembro, teve início a “degola das oposições”. Um a um, os operários que montaram à Chapa 1 foram demitidos; aqueles ligados às empreiteiras não tiveram destino melhor, pois as empresas prestavam serviços à siderúrgica. A decisão de se desvincilar dos “revoltosos” não era só corretiva; isto é, previa fortalecer a “cultura USIMINAS” e formas de perpetuação da hegemonia mediante a dominação até então vitoriosa. A notícia chegou à população de Ipatinga antes do fim do expediente administrativo. Na fábrica, a notícia se propagou em poucos minutos, deixando temerosa uma maioria expressiva quanto ao que poderia vir do mando verticalizado.

O primeiro a ser demitido, segundo os entrevistados, foi Eugênio Pacelli do Carmo, que, curiosamente, não compôs a Chapa Ferramenta; mas foi presidente da mesa coletora 13, indicado pela chapa para dirigir os trabalhos eleitorais da urna 15520. Sua participação como associado o pôs em evidência em virtude de suas manifestações nas assembleias. O informativo *Ferramenta* abordou a decisão da empresa nestes termos:

Porque os trabalhadores não podem usar da palavra nas Assembleias? Quando usam da palavra são demitidos. Exemplo disso foi a demissão do companheiro Eugênio Pacelli do Carmo. Será que a diretoria do Sindicato defende apenas os interesses das chefias e da direção da empresa? Será que confirmam as denúncias feitas pela Ferramenta em campanha eleitoral?<sup>153</sup>

As demissões sucessivas de Chico Ferramenta, presidente da chapa, Edson Cunha e José Horta, o vice-presidente, levam a crer que a retaliação estava em curso a fim de aniquilar qualquer diligência que visasse tomar o sindicato. Caso os líderes fossem mantidos no ambiente fabril, a oposição poderia ganhar corpo e ensejar tornar realidade a proposta de transformar a entidade de classe em órgão combativo e reivindicativo. A solução, portanto, seria romper o contrato de trabalho para evitar a expansão da oposição. Os desdobramentos,

---

<sup>153</sup> DEMISSÕES não acabam com a luta. **Ferramenta**, Ipatinga, MG, 27 de novembro de 1985, ano 1, n. 6, p. 2

porém, seguiram sentido oposto. Os trabalhadores demitidos continuaram sua campanha nas portarias da fábrica, denunciando os acontecimentos e tentando manter acesa a chama da oposição. O *Ferramenta*, além de noticiar a demissão, questionou a passividade da diretoria do sindicato em não se mobilizar para impedir o “efeito dominó” das demissões.

Com efeito, a decisão de resolver a peleja por meio do viés normalmente seguido pelo modelo capitalista sugeriu a possibilidade de resistência da classe operária. Em um contexto de radicalização das ações, a tendência seria assegurar uma oposição de proporção igual ou maior, pois estava próximo o limite das possibilidades em se tratando de suportar uma pressão que atravessava os anos, cada vez mais opressora. Esse momento pode ser considerado o tempo apropriado para a metamorfose acontecer. O limite imposto suscita, muitas vezes, alternativas que tendem a acirrar mais ainda os ânimos. E quando falo de resistência falo de capacidade coletiva, de organização de um aglomerado humano que possa determinar rumos e alternativas à exploração da mão de obra. De maneira geral, consciente ou inconscientemente os trabalhadores me parecem relativamente conformados com a *mais-valia* e os lucros desmedidos dela decorrentes. Mas quando se trata de estabelecer a demarcação a esse controle total, que se manifesta de forma hegemônica, infiltrando em todas as frestas existentes, faz parte da natureza humana dar o basta às ações, por mais desinformadas que sejam as pessoas.

Entretanto, é necessário entender que a classe operária do Brasil sempre esteve sob a tutela do Estado. Mesmo as contribuições europeias sobre formas de resistência do século XIX para o XX não impediram o governo Vargas de alargar os limites dessa subserviência ao vincular sua figura como o grande benfeitor da classe trabalhadora. Daí o retardo nas ações da classe. Se assim o for, como estabelecer essa demarcação se o poder instituído herdou do passado a capacidade de controlar a classe? Uma alternativa adotada foi a vinculação à Central Única dos Trabalhadores, cuja sigla — CUT — era “proibida” de ser dita no ambiente fabril, pois a central era vista como inimiga do capital e estimuladora da luta de classes na concepção do lado dominante da sociedade. O *Ferramenta* deu pistas de como essa vinculação foi proposta: “O coro que ouvimos na assembleia de 21/11/85, CUT, CUT, CUT... fez com que a Ferramenta discutisse e colocasse para a categoria a bandeira da CUT. Afinal a Central Única dos Trabalhadores luta pelos objetivos imediatos e históricos da classe trabalhadora”<sup>154</sup> Daí em diante o logotipo da CUT foi incorporado ao *Ferramenta* (FIG. 16). Entretanto, é necessário compreender que a bandeira da CUT não foi abraçada pelo sindicato; foi apenas proposta pela Chapa Ferramenta.

---

<sup>154</sup> EDITORIAL. **Ferramenta**, Ipatinga, MG, 22 de novembro de 1985, ano 1, n. 5, p. 1.



FIGURA<sup>155</sup> 16 – Mesmo um impresso de duas páginas produzido artesanalmente demandaria tempo de produção coerente com a urgência do debate. A escolha do que publicar, do enfoque e do alvo, a redação dos textos, a diagramação das páginas, a reprodução e a distribuição de cópias devem ter demando esforços não só dos editores, mas também de mais pessoas a fim de publicar edições diárias.

<sup>155</sup> Meu acervo.

Cabe aqui uma reflexão sobre a atuação da CUT no movimento identificado como “novo sindicalismo” e a decisão da Chapa Ferramenta de levar essa discussão para as bases. A consolidação da CUT decorreu da ruptura de um conjunto que originou dois blocos. Um é o dos chamados sindicalistas autênticos: associáveis com os metalúrgicos do ABC Paulista — considerado o berço da resistência ao autoritarismo militar — que, por sua natureza, autodenominaram-se bloco combativo; outro é o conjunto de sindicalistas tradicionais que resultou na criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Na realidade, esse último se consolidou como sindicalismo de resultados, enquanto a CUT arrebatou a maioria dos movimentos oposicionistas que tinha por objetivo desbancar os denominados pelegos do sindicalismo de resultados. No contexto da luta de classes, essas organizações sindicais se digladiavam ideologicamente em torno das opções que norteariam a luta do operariado. As greves da Scania e os demais movimentos desencadeados no ABC e proliferados para outros aglomerados de grande densidade operária acabaram por consolidar lideranças que resultariam em conquistas políticas. Em sua tese de doutoramento, o professor Paulo Roberto de Almeida elabora um pensamento consistente sobre o movimento grevista que amplia a percepção de novas formas de pensar na política. Diz ele:

O acontecer das greves, englobando cada vez mais um maior número de trabalhadores de diversas categorias, revela uma capacidade sempre crescente de reação e da emergência de novas propostas. É interessante notar como o aprendizado nas greves, no confronto com o patronato e a repressão, vale dizer a dinâmica da luta de classes, modificam as análises de conjuntura e a própria percepção política.<sup>156</sup>

Na esteira dessas percepções, os trabalhadores passaram a reivindicar postos de comando na área política. (Preparados que estão para produzir as riquezas, também podem “administrá-las” — diria Edson Ferramenta.) Movidos pela disposição de participar das esferas de poder, esses personagens entraram em cena, de vez, ocupando espaços políticos no Legislativo e no Executivo, aos quais trouxeram experiências angariadas nas lutas sindicais. Em sua fala, Almeida deixa claro que o aprendizado nas greves e o confronto com o patronato alavancou novas formas de ver a política e, por conseguinte, maneiras próprias de avaliar a densidade de tais conflitos. A contribuição de Almeida instiga avançar nesse segmento —

---

<sup>156</sup> ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O movimento operário e a construção da Central Única dos Trabalhadores no Brasil: disputas e concepções. 1977–1983.** 1998. Tese (Doutorado em História Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

arriscaria até dizer que as práticas nas negociações e no enfrentamento ao patronato e ao poder do Estado deram a esses personagens um conhecimento acumulado valioso para o exercício de cargos políticos, a exemplo de habilidades para resolver problemas que demandam mediação de partes em conflitos.

Com essa carga de experiência já consolidada, sindicalistas ligados ao movimento denominado novo sindicalismo se projetaram como políticos estadual e nacionalmente. Dentre outros, Luiz Inácio Lula da Silva, Jacó Bittar, Vicentinho, Jair Meneguelli e Paulo Paim se lançaram na arena política para disputar os cargos disponíveis. A CUT seria, a partir de então, o braço de sustentação do PT, partido político de identificação total com os militantes do novo sindicalismo. Após a formalização do PT na esfera nacional, a 11 de fevereiro de 1982, os diretórios estaduais e municipais deram início à organização, identificando os operários que aparentemente tinham afinidade com a luta dos trabalhadores na expectativa de cooptá-los a compor um partido estadual ou municipal politicamente forte.

O olhar atento de líderes políticos é capaz de identificar, de pronto, elementos com capacidade de angariar votos; em nome do crescimento do partido, disputam pessoas com esse tipo de dom natural. No caso dos empregados da USIMINAS, a filiação a essa nova agremiação partidária cuja proposta atendia aos “insatisfeitos com a política” seria opção natural para consolidar qualquer pretensão política. Ao tomar conhecimento da demissão dos operários, o diretório municipal do PT em Ipatinga imediatamente publicou uma nota de repúdio ao procedimento da empresa: “A cidade não pode calar”, onde se lê:

Solidário aos funcionários da USIMINAS, o PT de Ipatinga reafirma seu compromisso de luta em defesa do trabalhador, da garantia do emprego e do salário como pressupostos básicos da cidadania e da dignidade. O PT não aceita a forma como a USIMINAS administra a crise, debitando todo o ônus na conta do trabalhador, que ajudou durante tantos anos no crescimento do patrimônio da empresa. É inegável a crise econômica mundial, mas também é inaceitável não se buscar alternativas que garantam a função social de uma empresa como a USIMINAS, que tem na história de Ipatinga compromissos indissociáveis de existência mútua na cidade. Se a empresa afirma que demissões são inevitáveis; o PT afirma que, inaceitáveis são as consequências que tais demissões acarretam, e por isso se posiciona contrário a tais medidas, pedindo à empresa a reconsideração das demissões, revisão de métodos e que encontre alternativas capazes de garantir o direito ao trabalho desses homens que não são os causadores da crise e, sim, os responsáveis por este grande patrimônio que é a USIMINAS.<sup>157</sup>

---

<sup>157</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. Diretório da cidade de Ipatinga, MG. **A cidade não pode calar.** Nota de repúdio. Arquivo do diretório. Consulta feita em 28/7/2011.

O título do texto sugere aproximação da população com a causa desses operários: a cidade não poderia ficar silente. Soa como apelo à população para que se manifeste em defesa de quem se propôs a lutar por mudanças substanciais aos trabalhadores e a população da cidade; isso porque na campanha da Chapa 1 as famílias foram visitadas e os problemas expostos lhes deram clareza de que a luta não era meramente sindical: envolvia grande parte da população de Ipatinga. Imbuído da necessidade de reforçar nomes com projeção na cidade e no estado, o diretório do PT fez um convite de filiação aos militantes da Chapa Ferramenta que ainda não tinham optado por um partido político. Dentre eles, o candidato à presidência da chapa foi convidado a compor o rol de filiados com possibilidades mais plausíveis de se eleger a cargos públicos. Francisco Delfino aceitou o convite. Como agremiado, adotou o nome político de Francisco Carlos Chico Ferramenta Delfino — ou Chico Ferramenta;<sup>158</sup> e como tal propôs oposição ao governo associado com a nova república (FIG. 17). A entrada dos membros da chapa na militância política deu nova perspectiva ao partido. Como o nome de Chico ganhou grande projeção na região durante o processo da eleição sindical, nas eleições para o Legislativo mineiro ele foi escolhido candidato a deputado estadual. Eis o que diz Cleber Pereira sobre a candidatura:

Acontece que poucos meses depois houve o processo eleitoral pra político. O Chico Ferramenta foi candidato. O Chico como deputado estadual. A média de votos pelo PT... o partido que ele... foi ele... elegia o candidato... com margem de 8.500 votos. O Chico teve 50 mil e 100. Foi o deputado mais votado do estado. Aliás, o segundo. O mais votado havia sido o deputado Paulo Delgado, que é de Juiz de Fora, que já era tradicionalmente deputado “show” do PT e tal. O cara que tinha muito cacife eleitoral. Então foi assim.<sup>159</sup>

Com efeito, espanta uma pessoa sem experiência política ser eleita a um cargo tão ambicionado — disputado por políticos de carreira — e com votação tão expressiva. É provável que a aceitação de Chico Ferramenta como político traduzida pelos votos tenha resultado das propostas apresentadas por ele na campanha sindical, da exposição das aflições e da capacidade de ouvir a população em suas necessidades. Tais ações teriam contribuído para o sucesso de uma candidatura reconhecida pela população como inovadora. Diferentemente de pleitos anteriores, novos personagens entravam em cena, exibindo a capacidade de interlocução com o povo porque vieram do povo e trouxeram promessas de atender o povo.

<sup>158</sup> Ao que tudo indica, a palavra ferramenta foi assimilada pela população como sinônimo de oposição sindical. Chapas de oposição que concorreram à direção do sindicato em anos seguintes a adotaram como nome. Com a entrada dos militantes na carreira política, ferramenta se tornou sinônimo, também, de oposição política.

<sup>159</sup> SANTOS, 2011.

**SINDIPA CONTINUA SENDO  
UM DEPARTAMENTO DA USINA**

O Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Ipatinga continua sendo um departamento da Usiminas. As demissões de operários combativos continuam acontecendo sem que o Sindicato tome nenhuma medida prática para colocar paradeiro nestes injustiças e arbitrariedades. Vários companheiros têm procurado o Sindicato cobiçando alguma posição da Entidade sem obter nenhum resultado.

**I CONGRESSO DA CUT VALE DO AÇO**

Foi realizado nos dias 1 e 2 de fevereiro, no colégio Angélica, em Cel. Fabriciano o I Congresso Regional da Central Única dos Trabalhadores. A executiva eleita é a seguinte: Presidente: Francisco Carlos Delfino (FERRAMENTA); Vice-presidente: Maria da Conceição Monteiro de Castro (APVA); Secretário Geral: Sebastião Aquino (SEM CENSURA - CHAPA 1 METASITA); Tesoureiro: João Magno de Moura (SIND. BANCÁRIOS); Sec. de formação e oposição sindical: Maria da Conceição Godoi (APVA); Sec. de divulgação e imprensa: José Célio da Silva (SIND. EXTRATIVA DE TIMÓTEO); Sec. Rural: Nathan Celestino (FASTER).

Alguns pontos da plataforma de lutas tiradas no Congresso são os seguintes:

- Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução do salário
- Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores
- Reajuste trimestral
- Congelamento dos preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade
- Liberdade e autonomia sindicais
- Não pagamento da Dívida Externa e não aceitação do Pacto Social proposto pela "Nova República".

**ELEIÇÕES: RURAIS E METALÚRGICOS**

Para fortalecer a CUT e a luta dos trabalhadores a FERRAMENTA apoiará todas as oposições sindicais combativas.

Estamos apoiando a CHAPA 2 - Oposição dos Rurais de Timóteo que concorre às eleições no dia 2 de março.

Apoiamos também a CHAPA 1 - Oposição - SEM CENSURA que concorre às eleições no mês de abril para a Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Cel. Fabriciano - Metasita.

**CHICO VAI FILIAR AO PT**

Colocando-se em franca oposição ao governo da "Nova República" e à sua política de arrocho sobre a classe trabalhadora, o presidente da Central Única dos Trabalhadores do Vale do Aço e membro da Oposição FERRAMENTA, Francisco Carlos Delfino, vai filiar-se ao Partido dos Trabalhadores. Segundo ele, esta decisão visa a fortalecer no plano político-partidário a luta da classe operária contra a Aliança Democrática (PFL-PMDB), que vem garantindo as suas missões na Usiminas e iludindo o povo brasileiro e os trabalhadores com suas propostas mudancistas que até hoje não foram colocadas em prática. É preciso ressaltar que estas mudanças só serão realizadas através da luta dos trabalhadores organizados na Central Única dos Trabalhadores e no Partido dos Trabalhadores.

**DIA DA MULHER**

O Partido dos Trabalhadores - PT - realizará dia 8 de março, às 18:00 horas na Câmara Municipal de Ipatinga, debate sobre "A Mulher e a Constituinte". Será coordenado pela professora Sandra Starling e estarão presentes também vários membros do Conselho Nacional da Mulher.




**SINDICALIZE-SE**

FIGURA<sup>160</sup> 17 – A notícia de filiação de Chico Ferramenta ao PT vem anunciada com seus supostos propósitos, que dão uma medida do alcance de sua política de oposição: o alvo era o governo da "Nova República" e sua política de arrocho sobre a classe trabalhadora. Essa postura se mantém consistente com a campanha para a eleição sindical.

Perguntado sobre o sucesso dessa primeira candidatura, Cleber mostra que enxerga o todo e não dá margem para tornar algum personagem em lenda; antes, elabora um discurso de quem percebe com facilidade as questões sociais:

<sup>160</sup> ÓRGÃO INFORMATIVO DA OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA FERRAMENTA. Ipatinga, MG, 29 de maio de 1986, ano 1, n. 11

[Essa votação expressiva do Chico eu atribuo] à transformação social que teve *por causa do processo da Chapa Ferramenta*. O processo de mudança lá em Ipatinga — e eu acredito em mudança — não se deu só com o processo eleitoral da chapa. Por quê? Porque o perfil das pessoas que estavam envolvidas *eram todas elas de pessoas que participavam dos movimentos sociais*. *O Deusdeth veio a ser vereador*. Ele era líder lá no bairro dele. Ele era moleque de 17 anos... 18 anos... Era o mais novo da nossa chapa. Ele foi [...] *foi eleito vereador logo que teve oportunidade*. Ele foi candidato e foi eleito vereador em Ipatinga. Outros muitos foram eleitos: *o Ivo foi eleito deputado federal*. Foi depois deputado estadual; *o Chico foi eleito*; *o Edinho Ferramenta foi eleito*; *o Eliel* foi um dos fiscais que foram demitidos da nossa chapa, logo depois... ele... Eliel era um companheiro que o pai dele tinha sido perseguido naquele período anterior. Sabe tudo isso. As pessoas tinham envolvimento mais acirrado. Na cidade então ficou aquele clima de insatisfação com a USIMINAS, que não passou despercebido pra todo mundo: que a empresa, ela controlava a cidade, e que havia a necessidade do enfrentamento pra melhorar as coisas. A situação social já denunciava isso: o plano Cruzado, os outros planos econômicos que se sucediam um atrás do outro mostrava que a sociedade tava perdendo o poder de compra. Só precisava de alguém pra falar isso pra eles: “Nós tamo numa situação delicada aqui, muito ruim”. Antigamente, há 15 anos atrás, trabalhar na USIMINAS era um processo muito interessante, ganhava muito dinheiro, ganhava muito bem. Aquelas pessoas mais especializadas e tal. Mais que no resto do país. Mas aquele era o momento muito crítico, com o cruzado; e aí alguém tinha que ficar falando o tempo todo pra eles, fazendo contraposição da política que a empresa implementava através do controle da mídia, o *Diário do Aço*, do Vale do Aço. [...] Aí nós começamos a questionar tudo isso. Foi quando a Igreja progressista fez um... [inaudível]. Logo depois, nós fundamos a *Sociedade Cultural 7 de Outubro*. Eu fui o primeiro secretário-geral [...].<sup>161</sup>

A fala de Cleber permite compreender o vínculo entre as mudanças políticas envolvendo a eleição de membros da chapa e o trabalho desenvolvido na campanha sindical. Problemas decorrentes dos planos econômicos teriam deixado a população insatisfeita e até vulnerável do ponto de vista político; e tal vulnerabilidade permitiu que novas propostas encontrassem respaldo nos anseios da população. Quando essas necessidades são colocadas ao lado das lutas que se estenderam desde a implantação da USIMINAS, percebe-se que era necessário apenas alguém para clarificar essa situação e levar à população uma mensagem suficientemente forte a fim de identificar a origem dos problemas pelos quais o conjunto da sociedade passava. A associação dos percalços da população com os planos heterodoxos de combate à inflação e com a composição da Chapa 1 — formada por pessoas comprometidas com os movimentos sociais — dá pistas do trabalho para estreitar a proximidade entre população e candidatos. A interlocução no período de campanha sindical fez que esses sujeitos fossem vistos como pessoas aptas a galgar cargos políticos municipais, estaduais e federais (FIG. 18).

---

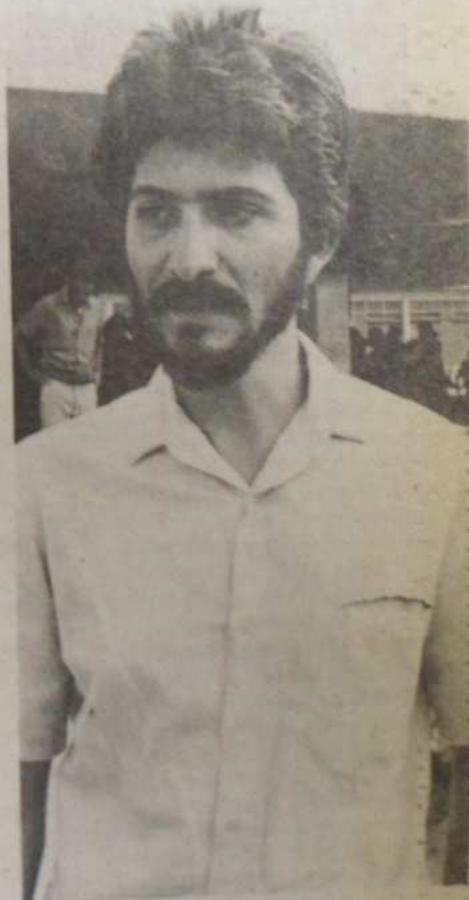
<sup>161</sup> SANTOS, 2011.

# Ferramenta, do PT, fenômeno de voto

Beto Magalhães

Simples, trajando calça “jeans” e calçando tênis, o candidato mais votado em Minas para deputado estadual não consegue percorrer um quarteirão sem ser cumprimentado dezenas de vezes em Ipatinga. Essa é a rotina vivida agora por Francisco Carlos Delfino, o Chico Ferramenta, um dos campeões de votos nestas eleições. Filiado ao PT há menos de um ano, Chico é metalúrgico por vocação. O candidato eleito se diz compromissado com os trabalhadores e o povo e tem dúvidas sobre como irá conseguir dinheiro para comprar os ternos para frequentar a Assembléia, pois está desempregado há meses. Sua campanha produziu mais de 40 mil votos e foi sustentada por menos de 60 mil cruzados. Para ele, aos 27 anos, agora é concluir um projeto de trabalho e esperar a posse.

(Página 4)



Chico Ferramenta

tarde

FIGURA<sup>162</sup> 18 – A edição de 23 de novembro de 1988 do jornal *Estado de Minas* oferece uma visão externa à chapa e à candidatura de Chico Ferramenta: o enfoque noticia o ex-sindicalista como fenômeno eleitoral. A julgar pelos gastos com a campanha, a população parecia estar determinada a eleger os personagens que tiveram trajetória sindical efêmera, assim como o trabalho desenvolvido na eleição sindical parece ter tido efeitos positivos na campanha política. Àquela altura do processo seria quase impossível eleger um candidato sem experiência no meio político com investimentos tão tímidos na construção de uma imagem favorável. O candidato apresentado pelo diretório de Ipatinga para uma vaga na Assembleia Legislativa só teve menos votos que Paulo Delgado, de Juiz de Fora, razão por que a imprensa mineira passou a identificar Chico Ferramenta como fenômeno eleitoral do Vale do Aço. Embora não seja consensual essa opinião, ela dá uma boa medida da projeção da luta sindical e da realidade política que passaria a compor o cotidiano da população de Ipatinga e de outros municípios do país: a presença de trabalhadores na arena política, fortalecendo nacionalmente o PT, que surgiu como novidade política, como nova perspectiva e como espaço para abrigar o operariado disposto a participar da luta política.

<sup>162</sup> FERRAMENTA, do PT, fenômeno do voto. **Estado de Minas**, MG, domingo, 23 de novembro de 1988, “Eleições”, p. 4 (reproduzido do acervo da Biblioteca Pública de Minas Gerais).

A fala de Cleber cita outro assunto relevante quando se considera a importância de preservar o que se quer lembrar: o significado da Sociedade Cultural Sete de Outubro, organização não governamental criada para, dentre outros objetivos, não deixar que o evento reconhecido como “massacre de Ipatinga” se esmaeça com o tempo. O evento ocorrido em 7 de outubro permeia a memória da população, pela qual há uma disputa intensa: enquanto as iniciativas do poder instituído parecem tentar apagá-la, a população e organizações por ela criadas buscam preservá-la. Nos anos 90, essa instituição patrocinou um jornal de oposição: o *Outro Lado* (FIG. 19), que denunciou a precarização do trabalho e o poder hegemônico da USIMINAS e de outras empresas, além de difundir alternativas criadas pelos trabalhadores para se desvincilharem dessa opressão, abrindo trincheiras em nome da qualidade de vida dessa população. Um exemplar desse jornal, cuja circulação era quinzenal, contesta as práticas da empresa ACESITA,<sup>163</sup> que propalava uma espécie de “cultura” à moda da USIMINAS. A data do jornal — 1993 — sugere que os tempos haviam mudado e a discussão já não era mais a mesma dos anos 80, sempre submetida à “cultura USIMINAS”. Tratava-se de um jornal de apoio aos movimentos populares e sindicais.



FIGURA<sup>164</sup> 19 – A edição de fevereiro de 1993 do jornal *Outro Lado* permite pressupor que processos de resistência e denúncia nem sequer imaginados em meados dos anos 80, quando os empregados eram submetidos a formas variadas de patrulhamento, baniram da “cartilha” de conduta do operariado brasileiro a subserviência. A revitalização da luta de classes referida Khoury estava em desenvolvimento, pois os trabalhadores ousaram falar de boca própria.

<sup>163</sup> Originalmente chamada de Aços Especiais de Itabira, a Acesita é uma das poucas empresas das Américas dedicada a fabricar aço inox. A empresa foi fundada no governo Vargas e teve participação do empresário americano Percival Farkhuan. Hoje pertence ao grupo Acelor Mital.

<sup>164</sup> OUTRO LADO. Vale do Aço, MG, 7–21 de fevereiro de 1993, ano 1, n. 47, “Capa”. Disponível em: <<http://www.euamoipatinga.com.br/fotos/janela.asp?codigo=810>>. Acesso em: 2 jun. 2014, às 5h52.

Além desse jornal, órgãos diversos foram criados para dar visibilidade às necessidades operárias e pôr no centro da explicação histórica as novas condições sociais deflagradas pelo “gatilho” da Chapa Ferramenta e desdobrada pela eleição. Igualmente, outros setores ajudaram a construir essa realidade. Ao montarem a chapa, os idealizadores tiveram cuidados extremos nas escolhas de quem a comporia: chamaram apenas pessoas que tinham comprometimento com lutas sociais através de movimentos religiosos, esportivos ou de associações de bairros; isto é, que tinham viés político, conduta filosófica e foco na preocupação.

Essas vertentes podem ser identificadas como determinantes na consolidação do poder político na mão dos trabalhadores remanescentes da chapa. E ao elaborar essa dinâmica social Cleber não atribui o significado da mudança a *um* protagonista; antes, puxa pela memória e desvenda o processo histórico que resultou em mudanças significativas em Ipatinga a partir dos anos 80: as mudanças foram alicerçadas na formação da chapa, isto é, na dinâmica da luta de classes, por sua vez ancorada em acontecimentos anteriores. Assim, a teia que se tecia desde o massacre de 1963 integra o processo da conquista do poder político na cidade.

Outro dado relevante a ser observado é a conjuntura político-econômica daquele momento. Os efeitos das mudanças na economia, em sua maioria de natureza heterodoxa, provocaram dificuldades de abastecimento, determinantes da crise econômica. O congelamento de preços decorrente dos sucessivos planos, que em tese seria benéfico à população, foi contestado pelos produtores, rurais e urbanos, acostumados à cultura inflacionária que solapava o poder de compra da população. Assim, o sacrifício da população, a crise econômica, o desabastecimento, a inflação, a “cultura USIMINAS” e um ressentimento presente na memória da população criaram o contexto para identificar elementos com discursos diferenciados do ponto de vista político. Tais fatores confluíram para identificar na população necessidades de mudanças — que vieram.

Contudo, o dinamismo da história não permite que lacunas permaneçam abertas em qualquer seguimento elaborado pelo conjunto da sociedade. Tão logo o discurso dominante caia no vazio, seja por desuso ou rejeição, outro é elaborado para ocupar seu lugar. Essa dinâmica se nota quando o regime militar deu sinais de esvaziamento, provocado até pela agonia do chamado milagre econômico. Em 1987, foi deflagrada a campanha eleitoral na esfera municipal, e o pluripartidarismo<sup>165</sup> — reinstituído no país em 1979 — aparentemente

---

<sup>165</sup> O pluripartidarismo foi reinstituído no Brasil através da lei federal 6.767, de 20 de dezembro de 1979, e fazia parte de um conjunto de decisões desenvolvido ainda no governo Geisel, reconhecido como “Abertura lenta, gradual e segura”. A leitura que se faz hoje é que essa iniciativa só ocorreu porque a população já estava cansada do autoritarismo, então seria melhor atender ao conjunto da sociedade que desmoralizar as Forças Armadas.

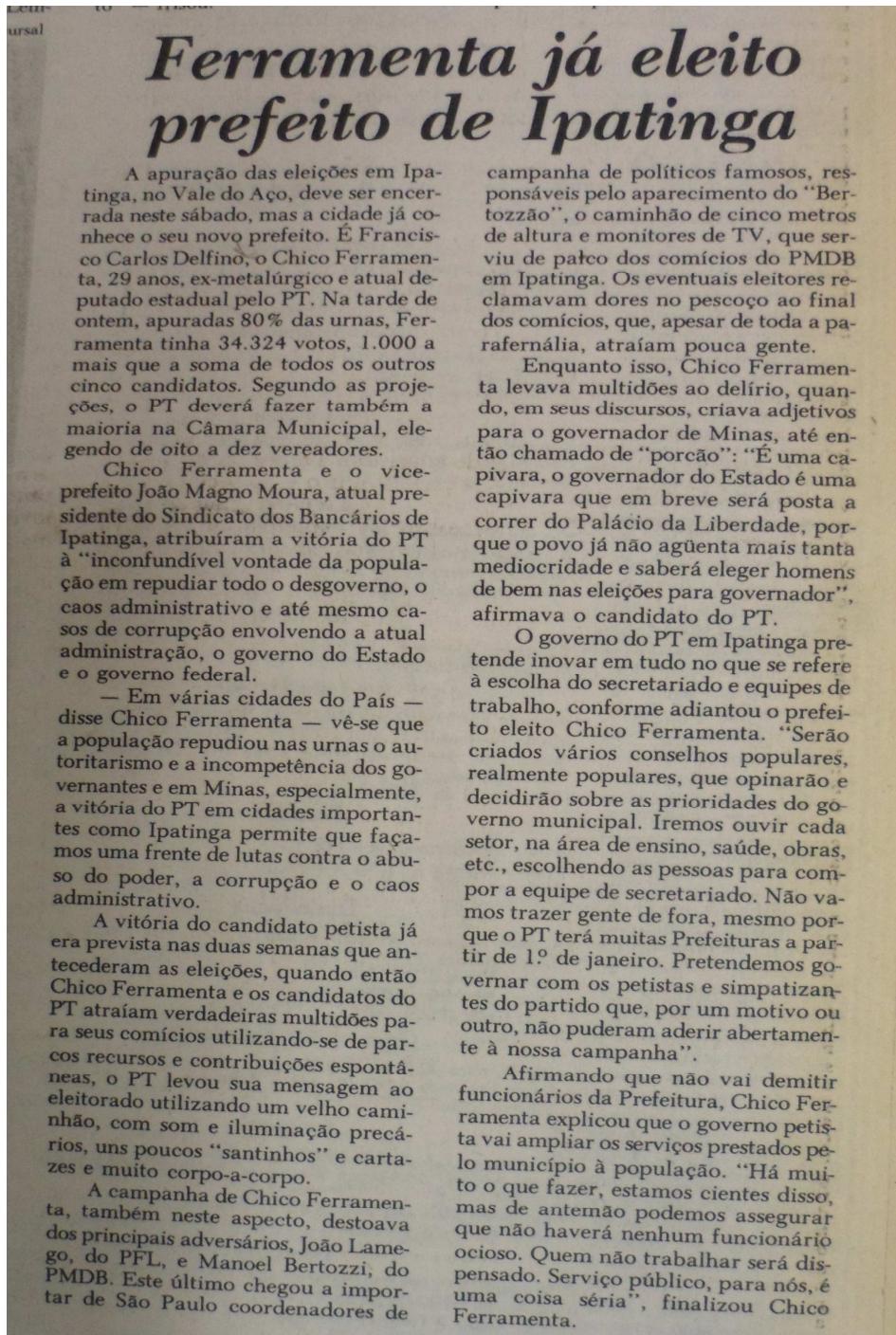
permitiu a construção de mais partidos políticos; ainda que essa iniciativa possa ser entendida como conquista da sociedade, cansada que estava do autoritarismo. Com o retorno parcial ao Estado democrático de direito é que pessoas de diversos seguimentos sociais assimilaram a novidade político-partidária PT: de intelectuais a operários, de professores a caminhoneiros, de donas de casa a estudantes: a proposta teve aceitação pela população em geral, assim como rejeição nos setores da classe supostamente dominante. Num contexto em que a polarização eleitoral estava entre PDS e PMDB (fusão do Movimento Democrático Brasileiro/MDB, de Tancredo Neves, com o Partido Progressista/PP, de Magalhães Pinto), o PT era o fenômeno eleitoral nas cidades industrializadas.

Em Ipatinga, a política se polarizou entre Jamil Selim de Sales — remanescente da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) — e João Lamego Neto — ícone político do MDB, desde a emancipação do município. Contudo, as eleições para deputado estadual em 1986 foram suficientes para projetar outro nome, patente na imprensa mineira, que deu mais projeção ao que considerava o “Novo fenômeno eleitoral de Ipatinga” (FIG. 20). Esse novo nome estaria presente nas eleições majoritárias para o município de Ipatinga em 1988. De acordo com os resultados parciais das eleições, Chico Ferramenta ultrapassava a soma dos votos dos demais candidatos, demonstrando que a novidade política do momento encontrou respaldo na população. O poder político em Ipatinga foi conquistado por esse novo grupo para o exercício 1989–92.

Pairava no ar uma grande expectativa sobre os possíveis efeitos da guinada eleitoral provocada pela sociedade de Ipatinga. Em entrevista concedida no dia da posse, em 1º de janeiro, o novo prefeito afirmou ter determinado o retorno de todos os trabalhadores demitidos pela gestão anterior, em função de uma greve deflagrada por atrasos de salários.<sup>166</sup> Essa primeira iniciativa parece ter sido entendida pela população como um aviso de que ela teria participação na administração da cidade. As evidências nos permitem afirmar que a nova administração optou por uma forma de se fazer política e é possível dizer também que essa orientação não teve sua gênese nesse novo grupo, pois este seguia as determinações do programa nacional e das discussões democráticas existentes nas teses desenvolvidas pelas numerosas tendências do partido.

---

<sup>166</sup> Não se trata aqui de uma entrevista formal para a realização deste trabalho. Essa afirmação do prefeito eleito foi dada em uma reunião de sindicalistas que foram a Ipatinga hipotecar seu apoio ao novo prefeito. Nessa comitiva, estava representado ainda o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Adubos e Corretivos Agrícolas de Uberaba (STIACAU). Na ocasião, reiterei o pedido de readmissão dos trabalhadores exonerados pela gestão anterior.



FIGURA<sup>167</sup> 20 – A julgar pela edição do *Estado de Minas* de 23 de novembro de 1988, as eleições municipais de 88 consolidaram a liderança: o Grupo Ferramenta arrebatou a prefeitura de Ipatinga ao controle dos operários remanescentes da disputa pelo poder sindical. Duas semanas antes da data prevista para as eleições, a imprensa dava como certa a eleição dos trabalhadores então ligados ao PT e demonstra como a população reconheceu essa candidatura como legítima representante de seus anseios; também ressaltou a modesta campanha ante os recursos usados pelos demais candidatos.

<sup>167</sup> ESTADO DE MINAS, 1988.

A verticalidade do mando sempre deixa lacunas no processo administrativo, pois esse tipo de comando irradia do centro para a periferia e na maioria das vezes prioriza as aparências e o bom funcionamento das atividades centrais em detrimento das condições de vida da população periférica. Documento organizado pela empresa jornalística *Diário do Aço*, cujo levantamento das condições gerais da população retrata o modo de viver dos moradores periféricos, deixa entrever como a administração pública tratava dessas questões com um rigor típico dos tempos do militarismo. Afirma o documento:

Sem saneamento básico, escolas, unidades de saúde, a situação dos moradores se deteriorava paulatinamente. Aliado a estas condições, o crescimento da ocupação desordenada do solo urbano, levava os governos municipais, particularmente em Ipatinga, a tentar resolver o problema com repressão. A pobreza era tratada como caso de polícia. De forma cruel e desumana, famílias inteiras tinham seus barracos destruídos em ações organizadas durante as madrugadas, com cobertura da Polícia Militar. Homens, mulheres e crianças eram despejados, tinham os móveis e utensílios quebrados ou apreendidos, pais e mães de famílias eram agredidos violentamente. Os governos municipais, profundamente arraigados do regime militar, pautavam a administração pública por ações tradicionais, retrógradas e reacionárias, em nada condizentes com os novos padrões de comportamento defendidos pela oposição, e que a própria população já começava a perceber, ainda que de forma incipiente.<sup>168</sup>

O texto se refere às administrações municipais da primeira metade dos anos 80 — embora revele pontos de semelhança com práticas da década de 60, quando ocorreu o movimento migratório para o Arraial de Ipatinga. Noutros termos, refere-se a um período que antecede em dois ciclos administrativos a chegada dos novos personagens ao cenário político. Se o olhar das administrações anteriores focava no desenvolvimento do Centro como forma de apresentar um novo modelo de cidade, as propostas das bases foram importantes na reconstrução da cidade e, ao mesmo tempo, entendidas como tratamento respeitoso da administração pública a toda a sociedade, e não só à parte elitizada. Esse conjunto de trabalhadores não conseguiu mudar a cultura corporativa da empresa nos tempos da luta pelo poder sindical; mas com sua participação na administração pública, iniciativas que priorizavam a modernização da infraestrutura na cidade receberam incentivo da nova administração.

A mobilidade urbana dos anos 80 — cabe reiterar — era prejudicada pela ferrovia Vitória-Minas, que cindia a cidade em duas partes: à esquerda, bairros da cidade; à direita, bairros da USIMINAS. Os trens que abastecem a indústria transportam hoje o equivalente a

---

<sup>168</sup> DIÁRIO DO AÇO. Vale do Aço [Ipatinga]: Revisão, 2000, p. 33.

13 milhões de toneladas de minério por ano, e esse transporte é feito pela ferrovia.<sup>169</sup> Os comboios carregados de minério de ferro que atravessam a cidade para abastecer a siderúrgica, normalmente, são compostos por mais de 350 vagões. Assim, enquanto o trem estivesse passando, não era possível ir do lado direito ao esquerdo, e vice-versa. Durante anos, a população reivindicou algum recurso que pudesse dar mais mobilidade urbana. Iniciada em 1987, a obra ficou paralisada por certo tempo e foi concluída pela nova administração. Esse dispositivo de mobilidade e ligação entre as duas partes distintas da cidade ficou conhecido pela população como “mergulhão”. Sobre os dois pontilhões passariam a BR-381 e a ferrovia, que abasteceria a ACESITA (hoje Acelor), a Companhia Belgo-mineira, de João Monlevade, e a USIMINAS, além de transportar o minério extraído na jazida de Itabira, exportado através do porto de Tubarão, em Vitória (ES). Sob os pontilhões (FIG. 21), passariam carros, motos e pedestres livremente e sem o incômodo dos trens que impediam esse traslado. Com o tempo, essa ideia de uma cidade dicotomizada caiu em desuso; o trânsito entre as partes hoje acontece como se nunca tivessem existido entraves.



FIGURA<sup>170</sup> 21 – Construção do “mergulhão” em Ipatinga. Em primeiro plano, a parte limítrofe do bairro Horto; em segundo plano, à esquerda, o bairro Bom Retiro, à direita, o Imbaúbas — data desconhecida.

Posto isso, repensar na cidade do presente contrastivamente com a cidade submetida à “cultura USIMINAS” leva a uma pergunta: como ficou o relacionamento da direção da empresa com a administração municipal? Afinal, Chico Ferramenta se reelegeu em três outros pleitos.<sup>171</sup>

<sup>169</sup> VALE. **Especial logística**. Fevereiro, 2011. Disponível em:

<<http://simineral.org.br/arquivos/EspecialLogsticaVALE.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2014, às 4h02.

<sup>170</sup> ACECIVA. Blog com fotografias do Vale do Aço, MG. Disponível em:

<<http://aceciva.blog.terra.com.br/tag/mergulhao/>>. Acesso em: 7 set. 2014, às 4h20 (reproduzido da acervo particular de Viviane Fontoura).

<sup>171</sup> Chico Ferramenta foi eleito prefeito de Ipatinga para o mandato 1989–92. Depois elelegeu seu sucessor, João Magno. Retornou ao cargo em 1997 e o manteve até 2000. Em 2008, conseguiu se reeleger, mas pendências na justiça o impediram de tomar posse. Em 2011, sua esposa, Cecília Ferramenta, assumiu a prefeitura de Ipatinga após cumprir dois mandatos seguidos como deputada estadual.

Como a vida pública não reserva a seus protagonistas a oportunidade de nutrir ressentimentos — homens públicos estão a serviço do público —, então as diferenças pessoais devem ser deixadas na vala do esquecimento. Assim, em anos subseqüentes, pode-se notar outro tipo de interlocução na cidade. Os pais envelhecem, aposentam-se e morrem. Os filhos se casam e compõem novas famílias nucleares, que suplantam a primeira família nuclear. Casas compradas pelos antigos empregados da siderúrgica hoje estão alugadas ou foram vendidas a outras pessoas sem ligação com a empresa. Há operários que moram nos novos bairros construídos pela administração municipal. Monumentos públicos que sugeriam disputa por memórias e deram visibilidade ao aço — mas não ao ser humano — cederam lugar a monumentos que reconhecem a participação do homem na construção da cidade (FIG. 22).



FIGURA<sup>172</sup> 22 – Vários monumentos deram visibilidade à importância da ação operária na cidade. Na praça Primeiro de Maio, Centro de Ipatinga, destaca-se uma homenagem aos trabalhadores, traduzida por modalidades de expressão artística: a escultura e a poesia. A chancela da prefeitura — de administração petista — parece indicar suas boas relações com a USIMINAS, que passou a apoiar as manifestações culturais, em vez de ditar uma “cultura”.



FIGURA<sup>173</sup> 23 – A unificação geográfica parece ter contribuído para haver mais interação da suposta cidade livre com a suposta cidade cativa: a avenida Usiminas, construída pela prefeitura, contorna grande parte dos bairros operários e os liga ao Centro.

<sup>172</sup> Meu acervo — fotografia de 2011

<sup>173</sup> Meu acervo — fotografia de 2009.

As evidências nos levam a considerar que a antiga cidade dicotomizada deu lugar a uma cidade do povo e que a resistência é a grande responsável por promover a reorientação de percurso em qualquer área da atividade humana.

A USIMINAS, ao longo do tempo, transformou-se na grande empregadora da região. Além disso, em função dela, outras empresas — as chamadas satélites — foram se instalando com a finalidade de processar o produto primário — o aço — em instrumentos de bens de consumo. Esse conjunto de empresas gerou não só os empregos diretos, como também os empregos indiretos para a grande massa de trabalhadores que se deslocou para a região. Há que acrescentar que, sobre o faturamento anual dessas empresas, incidiam algumas alíquotas de impostos que serviram para alavancar o desenvolvimento da cidade, na ampliação da malha rodoviária municipal, na construção da infraestrutura necessária ao bem-estar de toda a população. Com isso, não há como dissociar as atividades produtivas da empresa das práticas da administração pública, pois prefeitura e administração empresarial formavam uma simbiose cujos objetivos transitavam entre atender aos interesses dos investidores, gerar empregos e desenvolver a região. Com efeito, se a administração empresarial e administração pública formavam um corpo em prol do desenvolvimento, as rusgas do passado deveriam ser suplantadas, pois os homens públicos têm a missão de gerenciar as atividades públicas, e não os interesses individuais.

Com esse pensamento, verifica-se que aqueles que outrora estiveram em lados opostos passaram a trabalhar em busca do aprimoramento não somente da cidade de Ipatinga, da região do Vale do Aço e de todas as relações travadas nesse ambiente de farta produção social. Esse relacionamento ficou claro na instalação desse monumento na principal praça de Ipatinga: o monumento é feito em aço fabricado na siderúrgica; e a prefeitura homenageia os trabalhadores pela data comemorativa do Dia do Trabalho, associando o nome da empresa com homenagens prestadas àqueles que produziram o aço que leva o nome USIMINAS.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

**M**inha trajetória profissional foi marcada por empregos em três empresas de grande porte antes de abraçar a educação: Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS); Alcoa — no setor de alumínio; e Fosfértil — no setor de fertilizantes. Todas são tidas como líderes em seus seguimentos. A indústria de aço e a química foram privatizadas no governo Collor; a de alumínio, com status de multinacional, era vista como a maior produtora da América Latina. Em que pese a relevância dessas empresas no contexto econômico nacional, reconheço que não posso fugir totalmente dessa linha, pois se referem às relações sociais travadas no interior de todas e nos aspectos que influenciariam a sociedade das cidades onde estavam implantadas. A USIMINAS — cabe frisar — implantou uma cultura capitalista em uma região de práticas rurais que influenciou o modo de vida dos moradores remanescentes de tempos anteriores. A Alcoa foi instalada em uma região turística — Poços de Caldas (MG) — rica em bauxita, matéria-prima do alumínio.<sup>174</sup>

Dos três casos abordados, talvez a relação Alcoa/Poços de Caldas seja a que oferece maior sincronismo entre empresa e população ao considerar as proximidades com São Paulo e a forte tendência a industrialização em toda região. Portanto, a instalação de uma indústria de

---

<sup>174</sup> Do ponto de vista científico, a bauxita é a matéria-prima do alumínio; no sentido prático, é a energia. Isso porque se gasta muito mais com eletricidade do que com a bauxita na fabricação de alumínio. Fundir a alumina requer primeiramente misturar a bauxita com soda cáustica em estado líquido. A soda isola a alumina do barro, e essa alumina (pó fino colocado nas ampulhetas) é derretida mediante uma corrente elétrica conduzida por dois eletrodos. A condução da energia elétrica em corrente contínua através da alumina aquece o produto, o que o transforma em alumínio.

grande porte obviamente mudaria o cotidiano das pessoas, porém manteria a cultura local sem os sobressaltos apresentados nas demais empresas abordadas. Por ser uma cidade onde o clima é frio e a existência de fontes de água sulfurosa se configura como atrativo para turistas, o contingente de pessoas que a frequenta a fim de melhorar suas condições de vida é grande. Essa população flutuante contribui para mudanças na cultura local, mas nada tão significativo que possa alterar radicalmente a forma de pensar, agir e viver da população.

Em Uberaba (MG), a Fosfértil transformou profundamente o cotidiano da cidade. A região foi escolhida para instalação da empresa porque havia água em abundância e está próxima às jazidas de fosfato de Tapira, município de Araxá. O que se notou com a instalação da empresa é que uma sociedade voltada a práticas do campo e da agropecuária<sup>175</sup> e marcada por grandes fazendeiros e criadores de variedades zebuínas trazidas da Índia não via com bom gosto a mudança de foco e de fonte de renda da cidade. O conservadorismo estava presente por todos os cantos e em todas as relações que travávamos com a população local. Às vezes fomos até hostilizados, pois aparentemente estávamos “tomando” os postos de trabalho que, em tese, deveriam ser da população local. A princípio, o raciocínio fazia sentido, pois em consonância com os fundamentos morais defendidos pela ética empresarial, uma das funções das empresas é gerar empregos para a população local.

A razão de ser de uma empresa não é produzir lucros nem fazer com que seus acionistas enriqueçam, mas produzir e distribuir bens e serviços, bem como criar empregos. O sistema que a sociedade definiu para seu funcionamento é da livre iniciativa em regime de competição econômica. A sociedade acredita e espera que, para satisfazer aos clientes, a empresa privada, operando em ambiente competitivo, produza uma variedade, quantidade e qualidade de bens maior que aquelas que seriam produzidos em outros regimes econômicos. [...] Como instituição social, a empresa é um agente da sociedade criado para satisfazer necessidades sociais básicas; esta é, pois, sua finalidade, sua razão de ser. A empresa é autorizada a funcionar pela sociedade e funciona segundo as formas admitidas pela sociedade. A sociedade concorda com a criação de empresas porque considera benéficas ao corpo social. Este é o fundamento moral da existência de entidades econômicas.<sup>176</sup>

---

<sup>175</sup> Em Uberaba está instalada a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), que promove uma exposição anual de gado, tida como a festa mais tradicional na cidade, entre os dias 1º e 10 de maio de cada ano. Participam de criadores de todo o Brasil e do exterior. Artistas em projeção na música sertaneja eram um dos atrativos que movimentavam a cidade de tal forma, que a festa era vista como marco dos acontecimentos. Com o tempo, outras formas de ver a economia, o mercado e as relações de toda espécie surgiram em virtude de a sociedade agregar conhecimentos e vivências de trabalhadores que vieram de outras partes do país para fazer funcionar o que era considerada a maior fábrica de fertilizantes da América. Mesmo assim, a festa da exposição continua a ter importância para a economia da cidade.

<sup>176</sup> FARAH, Flávio. **Ética na gestão de pessoas**: uma visão prática. São Paulo: EI-Edições Inteligentes, 2004, p. 39–40.

Como teoria, o liberalismo parece perfeito. A preocupação com a função social da empresa, caso funcionasse como discorre Farah, seria justa na relação entre empresa e cidade. Mas quando essa forma administrativa é confrontada com as necessidades dos *stakeholders* — grupos de interesses —, prevalece a conveniência liberal: os interesses de curto prazo; e essas práticas têm provocado numerosos confrontos entre capitalistas, ambientalistas e sindicalistas. Em nome da busca desmedida pelo lucro, a degradação do ambiente e a precarização do trabalho se tornam justificativas pálidas, contrariando a visão liberal que faz delas o preço do progresso. Com isso, a geração de empregos para mão de obra local ficou prejudicada em Uberaba, pois a necessidade de colocar a empresa em funcionamento justificava a busca de mão de obra especializada em outras praças.

De todas essas experiências, vivenciadas intensamente, posso dizer que obtive um conhecimento muito grande, sobretudo em Uberaba, quando pude participar da fundação e da diretoria de um sindicato ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Quando se tem a oportunidade de conviver com o trabalhador na condição de interlocutor de suas necessidades e porta-voz de suas decisões, a vida pode ser contemplada de outra perspectiva, e o conceito de luta de classes ganha nova dimensão. A visão de como o capitalismo fragiliza os verdadeiros produtores de riquezas se torna mais clara, em especial quando se percebe que os administradores do capital quebram a solidariedade entre os empregados ao melhor estilo taylorista e quando a maior parte das práticas administrativas impõe a esses sujeitos sociais a necessidade de homogeneização das ações cotidianas, sempre respaldadas na necessidade de ampliar os recordes de produção.

Na maioria das situações expostas, a dominação e o mando verticalizado são viabilizados através da sedução monetária. Todavia, a percepção de uma dominação que se impõe através da implantação de uma espécie de cultura só foi ratificada na USIMINAS; e foi nesses ambientes de trabalho que fui construindo a ideia de um dia explorar aspectos da dominação e da resistência. Se a esta altura deste estudo teço considerações sobre minha experiência profissional, é em virtude de eu ser tomado por um sentimento de emergência voltado a clarificar muitas práticas que são camufladas pela sociedade liberal e pelos donos do capital. Ele não atenderia ao que foi inicialmente proposto se não aprofundasse um pouco na questão da exclusão social.

Sinto-me à vontade a dizer que das oportunidades de trabalho que tive nenhuma me colocou em maior contato com as desigualdades sociais do que trabalhar com moradores

de rua de Uberaba;<sup>177</sup> isto é, pessoas em estado de vulnerabilidade social. Nessa experiência pude constatar que a sociedade liberal tem como filosofia não somente a opção pelos enclaves fortificados como moradia, mas também um completo distanciamento daqueles que por ela são vistos como nocivos. Como justificativa pela sua aversão ao público e sua defesa do privado, é comum aos defensores do liberalismo elaborar o seguinte pensamento: “Corre atrás! Eu consegui sem Bolsa Família, por que eles precisam ser sustentados pelo governo?”.

Quando se coloca em evidência a questão do programa social identificado como Bolsa Família, percebo que grande parte das pessoas de classes mais abastadas nutre ojeriza pelos programas que visam transferir renda e justificam a condição das pessoas moradoras de rua como se fosse uma opção delas. A esse tipo de pensamento, não é relevante analisar que muitas vezes as mães são obrigadas a deixar os filhos em casa para cavar a sobrevivência; como as crianças são as maiores vítimas da violência social, se tornam presas fáceis a criminosos e inescrupulosos.

As chamadas redes sociais — espaços na internet que permitem às pessoas se interconectarem e estabelecerem relacionamentos em função de interesses comuns — acabaram por se transformar em uma espécie de termômetro avaliador do pensamento predominante no meio social. Recentemente, deparei com a seguinte frase, amplamente reproduzida por essa forma de interação.

O Ibama [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis] proíbe fazer bolsa com couro de jacaré, mas nenhum órgão reprime a confecção de bolsa-família com o couro da classe média. Pode ser sadia uma sociedade que admite *ser sistematicamente roubada pelo Estado*, sem esboçar a mínima reação?<sup>178</sup> (Grifos meus).

Percebo nessa fala uma carga enorme de preconceito, ideologia e tendência ancorada a não permitir que pessoas das “classes baixas” invadam o território supostamente delimitado pela percepção burguesa de vida. Como o couro é da classe média se a maior carga de impostos recai sobre os mais pobres? Enquanto a CPMF<sup>179</sup> (Contribuição Provisória sobre Movimentação

<sup>177</sup> Aprovado em concurso público de 2011, tomei posse em 4 de outubro no Albergue Municipal de Uberaba, onde tive oportunidade de lidar com moradores de rua e dependentes químicos e etílicos. Essa experiência foi de grande valia para compreender a realidade social do meu município, por conseguinte do meu país.

<sup>178</sup> Disponível em: [http://navblog.uol.com.br/comment.html?postFileName=2006\\_12-14\\_23\\_32\\_48-9548565-0&idBlog=1075199](http://navblog.uol.com.br/comment.html?postFileName=2006_12-14_23_32_48-9548565-0&idBlog=1075199). Acesso em 17 jan. 2014, às 7h17.

<sup>179</sup> Imposto criado no governo de Fernando Henrique Cardoso, a CPMF foi elaborada com a finalidade de obter recursos para dar sustentação à saúde. O que se observou é que o imposto acabou camuflando a inflação que se queria combater com o Plano Real. Segundo as informações disponíveis, ele acabou por fazer a compensação de

ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira) descontava apenas 0,38% na conta corrente do depositante, excluindo os depósitos realizados na condição de salários, e também os depositantes de pequenas quantias definidas, o ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) é implacável: não faz distinção entre ricos e pobres, sobretudo em Minas Gerais, onde o porcentual chega a 18%. Essa modalidade de tributo incide com maior intensidade sobre bens de consumo como alimentos, vestuário e remédios,<sup>180</sup> e esse tipo de emolumento compulsório que sustenta o Estado é pago por toda população, inclusive a maior parte dela, que se encontra nas classes sociais mais baixas.

A obsessão em colocar a CPMF com o maior vilão da carga tributária não partiu das classes menos abastadas, mas certamente foi originada daqueles que tinham suas contas comparadas com as declarações de imposto de renda, cujo confronto permitia desvendar os mistérios das contas fantasmas, da lavagem de dinheiro e propinas decorrentes de acordos políticos, até mesmo do tráfico, até então não desvendados. Se a questão era a carga tributária, o combate ao ICMS deveria ser mais intenso que o ocorrido com a CPMF. Assim, cabe perguntar: é o Estado o explorador do cidadão, ou é a classe mais abastada que suga dele todos os recursos imbuída da ideia de que o Estado é sustentado por ela e que, em nome dessa hipótese, deve fazer de tudo para preservar os interesses de classe por ser ela a suposta mantenedora? Certamente esta pergunta não terá respostas, mas permitirá algumas reflexões sobre a dinâmica empreendida pela ordem capitalista.

Nessa dinâmica, a meritocracia determina que é preciso “correr atrás”: o poder do mérito é evocado a cada necessidade de justificar promoções internas nas empresas. Mas como exercitar esse poder se nem todos largam em igualdade de condições? Ao pensar em largada, se alguém parte em posição privilegiada, certamente chegará à frente, embora existam outros com mais competência que o denominado *pole position*. A generalização do termo, muitas vezes modificado por adjetivações, cerceia a possibilidade de todos partirem e chegarem ao ponto determinado em função única e exclusivamente de suas habilidades. Em alguns casos, a meritocracia é invocada para justificar as preferências; e essa prática é muito

---

uma cultura inflacionária presente na sociedade desde muito tempo. Uma nota de R\$ 100, quando depositada em determinado banco, teria descontado dela R\$ 0,38%; portanto, se na média de depósitos cada nota entrasse na conta dez vezes por dia, seria descontada a importância diária de R\$ 3,80. A inflação, dessa forma, era supostamente descontada em caráter antecipado na conta corrente do cliente. Mas o maior problema da CPMF não era esse desconto de cada vez que uma nota fosse entregue como depósito. Como o governo tinha as informações do montante depositado, a confrontação com a declaração de imposto de renda e a movimentação da conta corrente, poderia elucidar qualquer tentativa de lavagem de dinheiro.

<sup>180</sup> Exceto os contemplados por legislação específica.

utilizada no ambiente fabril, sobretudo naqueles com os quais me relacionei ao longo de minha trajetória profissional.

É possível reverter essa situação? Sim! Mas enfrentar essa questão é reavivar uma luta de classes histórica que tanto amedronta os donos dos meios de produção. Ainda assim, exemplo de possibilidades podem ser os programas sociais criados pelo Estado; embora tendam a reverter essa situação, percebe-se que não conseguem acompanhar o crescimento da demanda da sociedade. Acrescente-se que as dimensões continentais muitas vezes inviabilizam a extensão desses programas a quem habita lugares remotos, isto é, impede que várias famílias sejam contempladas pelas iniciativas de erradicar a pobreza.

Questões geográficas à parte, o maior obstáculo a essas iniciativas, a maior oposição à ascensão de classes menos abastadas — cabe salientar — são gestados no seio da sociedade, configurando a luta de classes: entre um grupo que tenta melhorar suas condições de vida e um grupo que não se dispõe dividir espaços com quem busca essa mobilidade. Daí a recepção hostil a iniciativas que tendem a suprimir as diferenças sociais nessa sociedade plural; isto é, o uso da condição econômica para pressionar os governos a não acatar esse tipo de reivindicação.

Outra iniciativa cabe ser citada: o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) se tornar porta principal de entrada à educação é uma possibilidade de oferecer a igualdade na largada, pois evita que pessoas de mais posses disputem numerosos vestibulares, enquanto os demais amargam, quando muito, *uma* possibilidade. Essa iniciativa suscitou a resistência de parte das classes consideradas superiores, pois seus filhos seriam supostamente prejudicados com a concorrência de um contingente bem maior de estudantes que o previsto antes do ENEM. Curiosamente, as universidades públicas foram criadas para suprir a demanda da população que não dispunha de recursos de custeio da educação em escolas particulares; e mesmo o ENEM, aplicado com o intuito de ampliar a presença das classes desprivilegiadas economicamente nos *campi*, é patente um contingente expressivo de alunos que aparentemente prescindem de recursos governamentais para custear seus estudos.

Dessas experiências envolvendo empresas privadas e iniciativas governamentais — grande parte das relações travadas no meio da sociedade —, o que se pode inferir é que a luta de classes continua em todos os âmbitos nos quais existam comandantes e comandados, donos dos meios de produção e portadores da força de trabalho, classe abastada e classe pobre. Se assim o for, então qual é a conexão a ser feita entre essas questões de largada em condições diversas e as lutas empreendidas pelos trabalhadores da USIMINAS?

Com efeito, há um vínculo que é comum a todos os tipos de relações envolvendo partes diversas no sistema produtivo, pois qualquer iniciativa que tende a promover distribuição de

renda e minimizar diferenças sociais implica mover a classe dominante em sua zona de conforto — às vezes até para fora dela. Esse vínculo se chama resistência, ou seja, a infiltração por caminhos frágeis no percurso da dominação, de forma a fincar marcos nessa trajetória e angariar conquistas que possam colocar os trabalhadores na condição de participantes e até gestores dos meios de produção ou do poder público em qualquer dos níveis.

A diversidade cultural do Brasil permite verificar a existência da exploração desde os tempos da colonização, nos quais a escravidão se configurou como a forma mais cruel de obter o lucro mediante mão de obra alheia — nesse caso, compulsória e gratuita. Paralelamente verifica-se o crescimento dos processos de oposição ao mando verticalizado; os escravos, aos poucos, foram imprimindo formas de resistência que culminaram em sua libertação, depois institucionalizada pela aristocracia rural dominante. Nos anos iniciais da República, as relações de trabalho não foram muito diferentes daquelas dos tempos da escravidão: os trabalhadores eram explorados ao limite de suas possibilidades. No presente, muitos são submetidos aos regimes de semiescravidão. Essa constatação vale para os trabalhadores da cidade e os do campo — talvez no meio rural a exploração seja até ainda maior (vide as quebradeiras de coco do Piauí). Josoaldo Lima Rêgo e Maristela de Paula Andrade expandem essa linha de pensamento:

[...] a grilagem das terras, associada ao avanço da pecuária, levou as famílias camponesas a uma condição de submissão que culminaria em uma situação de conflito, evidenciando o problema da concentração de terras e da restrição de acesso aos babaçuais. Na região do Médio Mearim fortes conflitos foram travados, principalmente na década de 1980, tendo como foco de resistência centenas de famílias camponesas que lutaram, e lutam, dentre alguns outros motivos, contra a submissão causada pela apropriação das terras por grandes proprietários. A redução brusca do estoque de terras disponível à agricultura camponesa e ao extrativismo fez surgir, além de um confronto direto com vaqueiros, capangas, milícias privadas a serviço daqueles proprietários e policiais, outras formas de relações econômicas, além de situações conflitantes no momento das práticas extrativistas. O relato da situação de conflito em alguns povoados, como em Ludovico — no Município de Lago do Junco — revela muito dos problemas enfrentados por esses grupos camponeses do Estado do Maranhão no decorrer da segunda metade do século XX. Essas situações implicavam em casos que iriam desde os conflitos diretos, verdadeiras guerras, com muitas mortes inclusive, assim como formas diversas de privatização das terras e redução das áreas de plantio (nas áreas usadas para produção).<sup>181</sup>

---

<sup>181</sup> RÊGO, Josoaldo Lima e ANDRADE, Maristela de Paula. História de mulheres: Breve comentário sobre territorialidade e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. **Agrária**, São Paulo, n. 3, p. 49. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/download/87/86>>. Acesso em: 16 jun. 2014, às 9h33.

A submissão imposta pelos donos do capital aos donos da força de trabalho é clara. Em alguns casos, chegou ao limite do conflito, transformando-o em ações de massacre contra trabalhadores que lutavam contra essa submissão. No espaço urbano esse tipo de conflito está caindo em desuso, talvez por influência dos espaços políticos ocupados pelos novos personagens a que se refere Eder Sader. Mesmo assim, tais ações são notadas como na ocupação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) pelo Exército no governo Sarney. Os trabalhadores foram alvos de tiros que mataram três. A ocupação da siderúrgica por grande parte deles provocou um conflito sem precedentes envolvendo Exército, Polícia Militar e Batalhão de Infantaria Motorizada. O jornal *Folha de S. Paulo* noticiou o evento em 10 de novembro de 1988 com estas palavras:

Um conflito entre soldados do Exército, policiais-militares e metalúrgicos em greve na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda (RJ), causou ontem a morte de três pessoas e ferimentos em pelo menos 31. A identidade de dois dos mortos — Valmir Freitas Monteiro, 28, da própria CSN, e William Fernandes Leite, 23, da Fábrica de Estruturas Metálicas — foi revelada pelo prefeito da cidade, Marino Clinger (PDT), depois de visita ao hospital da CSN. Eles foram alvejados a bala. A existência de um terceiro morto (sem identificação) foi anunciada às 0h40 pelo presidente licenciado do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Juarez Antunes (deputado federal pelo PDT), e confirmada em seguida pela CSN. Por volta das 20h30, tiros de metralhadora foram ouvidos no interior da usina, ocupada por cerca de 600 soldados do Exército, mas nenhuma informação sobre a situação dentro da usina foi obtida. À tarde, Marcelo Felício, que estava no interior da CSN, disse à Folha que os metalúrgicos iriam reagir caso o Exército tentasse ocupar a acearia [sic], onde estão cerca de 2 mil operários.<sup>182</sup>

O Brasil estava passando por um processo de redemocratização, entretanto a forma de lidar com os trabalhadores era a mesma dos militares: repressiva; o que pode ser fruto de uma herança cultural de 21 anos de autoritarismo. O tempo se incumbiu de eliminar esse tipo de prática, mas a exploração capitalista do trabalhador permanece, porém mais sutil. Essas reflexões conduzem a esta constatação: a luta de classes sempre opôs os explorados aos exploradores, com os explorados buscando todas as formas possíveis para manifestar sua indignação com a situação de exploração. E essas formas foram se desenvolvendo a custa não só de muito sofrimento, mas também de enfrentamento.

O curso da história avança por trincheiras muitas vezes inimagináveis. Mediante um processo articulado de resistência, os trabalhadores da USIMINAS que buscavam conquistar

---

<sup>182</sup> CONFRONTO entre Exército e metalúrgicos causa 3 mortes. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 10 de novembro de 1988, ano 68, n. 21.771, “Economia”, p. B.3. Disponível em: <[http://almanaque.folha.uol.com.br/cotidiano\\_10nov1988.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/cotidiano_10nov1988.htm)>. Acesso em: 16 jun. 2014, às 14h30.

o sindicato a fim de tornar a entidade voltada aos interesses deles acabaram conquistando o poder político na cidade, introduzindo uma gestão participativa na prefeitura de Ipatinga. É possível afirmar, com base nas descrições da tomada do poder político, que os trabalhadores tiveram um cabo eleitoral singular e eficaz nessas conquistas: a USIMINAS, cujo autoritarismo projetou o nome desses personagens que começaram sua carreira política na oposição sindical. Como diria Karl Marx, “[...] todo movimento em que a classe operária se apresenta como classe contrariamente às classes dominantes e procura impor-se por pressão externa, é um movimento político”.<sup>183</sup>

Após quase três décadas, a administração do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Mecânicas e de Materiais Elétricos de Ipatinga (SINDIPA) foi conquistada por uma chapa de oposição às chapas apoiadas pela USIMINAS. O presidente eleito em 1985 ocupou o cargo por 27 anos. Sua chapa — de novo orquestrada no silêncio — logrou êxito parcial na disputa pela condução da entidade, que durante esses anos demonstrou simetria com os interesses da siderúrgica e em constante assimetria com os interesses da classe trabalhadora. O website do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior (SINTET/UFU) publicou notícia sobre a conquista da chapa ligada à CUT:

No início deste ano, uma chapa de oposição formada pela Central Única dos Trabalhadores e pela Intersindical venceu as eleições no Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga (Sindipa), em Minas Gerais, e pôs fim a 27 anos de domínio de Luiz Carlos Miranda à frente da entidade. Representante da Força e do PSDB Sindical, o grupo de Miranda sempre demonstrou ter livre trânsito e apoio incondicional da Usiminas, principal empresa da região, o que tornou a vitória ainda mais valorosa. Em duas décadas de domínio, os ex-dirigentes do sindicato, que representa 17 mil trabalhadores — 80% deles da Usiminas —, sendo 9 mil sindicalizados, viram vários adversários perderem seus empregos por ousarem enfrentar uma direção pouco combativa e pouco transparente, conforme relata o representante do coletivo Cutista, Josias Lemos. De acordo com Lemos, que ocupará o cargo de secretário de Políticas Sociais na próxima gestão, essa pressão afetou, logo de cara, a formação da Chapa 2. “O medo de sofrer alguma retaliação era imenso. O nosso grupo foi se formando de *maneira meio clandestina, conversando com cada trabalhador*. Conversamos com mais de 100 pessoas que queriam mudar, mas na hora de assumir compromisso ficavam com medo, porque quem participou da oposição de 1985 e de 88 foi mandado embora. (Grifos meus).<sup>184</sup>

<sup>183</sup> MARX, Karl. Carta a Friedrich Bolte (em Nova Iorque). 23 de novembro de 1871. In: **Obras Escolhidas em três tomos**. São Paulo: Avante!, p. 459–61. Disponível em:

<<http://www.marxists.org/portugues/marx/1871/11/23.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

<sup>184</sup> CARVALHO, Luiz. Chapa apoiada pela CUT nos Metalúrgicos de Ipatinga (MG). SINDICATO DOS TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO DE UBERLÂNDIA/SINTET. **Notícias**. Últimas CUT. Disponível em:

<<http://www.sintetufu.org/2012/ultimacut.php?id=764>>. Acesso em: 16 jun. 2014, às 16h58.

Quando afirmo ser um êxito parcial, refiro-me a um mandado de segurança impetrado pela chapa da situação, questionando a lisura do pleito. A justiça achou por bem deferir a liminar; e a posse que seria realizada em junho de 2013 foi adiada. A disputa eleitoral feita novamente sob uma aura de tensão passou a se desenrolar na esfera jurídica. Um dos jornais da região noticiou a posse da seguinte forma.

IPATINGA – Depois de um longo tempo de espera e várias manifestações pela posse da diretoria eleita, a Chapa 2, de oposição, finalmente assumiu ontem o controle do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga (Sindipa). De acordo com representantes da Chapa 2, integrantes do Força Sindical se recusaram a deixar o prédio do Sindipa e assim que a decisão do TRT foi publicada tiveram que se retirar para que a Chapa eleita tomasse posse imediata. Na 1<sup>a</sup> Seção de Dissídios Individuais (SDI), do Tribunal Regional do Trabalho da 3<sup>a</sup> Região, em Belo Horizonte, foi realizada uma audiência na última quinta-feira (26), em que os desembargadores, por unanimidade, decidiram cassar a liminar que suspendia a posse da Chapa 2. Ontem, a posse no Sindipa foi garantida por um oficial de Justiça e pela Polícia Militar, já que houve resistência da antiga diretoria em deixar o sindicato. O secretário-adjunto da diretoria eleita, Domingos José Ferreira, disse que um dos primeiros atos será comunicar a categoria sobre a posse da Chapa 2. Adiantou também que será feita uma auditoria sobre a realidade do Sindipa para que a diretoria possa tomar outras decisões e definir o que será feito daqui para frente. Segundo Domingos, também será feita uma avaliação da pauta da Campanha Salarial e os pontos comuns serão mantidos, aqueles itens que contrariarem a proposta da Chapa serão eliminados da pauta. A Chapa 2, apoiada pela Intersindical e Central Única dos Trabalhadores (CUT), foi eleita em janeiro como a nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga (Sindipa), dirigida por Hélio Madaleno, que foi eleito com 2.897 votos, enquanto Francisco Cirilo, da Força Sindical teve 2.777 votos. Hélio deveria tomar posse em 11 julho, mas uma liminar assinada pelo Desembargador Fernando Antônio Viegas Peixoto, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 3<sup>a</sup> Região, em Belo Horizonte, impedi a posse dos eleitos.<sup>185</sup>

Após tantos anos tentando arrebatar o sindicato ao comando dos trabalhadores, enfim uma chapa composta por eles e sem o apoio da empresa consegue se estabelecer na direção do órgão. Mas cabe cogitar que talvez essa vitória não tivesse acontecido se alguém no passado não fosse corajoso o bastante para “amarrar o guizo no pescoço do gato”. É claro, mesmo uma vitória de tal importância não arrefece a luta de classes; no campo minado da memória, esses embates se avolumam de forma a tornar a luta cada dia mais acirrada mediante uma oposição sistemática cujo ápice se deu na década de 80. Vários desdobramentos foram notados a partir dessa data emblemática e ganharam corpo nas relações bilaterais envolvendo USIMINAS e

---

<sup>185</sup> CHAPA 2 assume o Sindipa. **Diário Popular**, Ipatinga, MG, 1º de outubro de 2013, ano VII, n. 1.782 “Cidades” [edição em pdf]. Disponível em: <[http://www.diariopopularmg.com.br/vis\\_noticia.aspx?id=6468](http://www.diariopopularmg.com.br/vis_noticia.aspx?id=6468)> Acesso em: 16 jun. 2014, às 17h22.

empregados. A empresa tratou de mudar seu comportamento usando recursos como o termo de ajuste de conduta (TAC), cujo escopo pressupõe a necessidade de se aproximar dos trabalhadores. Em um desses documentos assinados entre empresa e Ministério Público local (n. 40/2009 — IC 176/2008), a empresa se compromete a revisar seus métodos de contratação de empregados. A cláusula primeira desse documento prevê que

A Compromissada se obriga a não usar na admissão de trabalhadores qualquer distinção, exclusão ou preferência fundadas tanto na existência de ações trabalhistas movida contra a empresa ou outras empresas, em curso ou arquivadas, quanto na raça, gênero, cor, sexo, idade, estado civil, religião filiação, opinião política, ou origem social, que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão (Constituição Federal, artigos 1º, inciso III e 5º, caput, 7º, inciso XXX e Convenção 111 da OIT), sob pena de multa de R\$ 15.000 (quinze mil reais) por cada empregado que for discriminado nos termos supra, ressalvando o direito da empresa de realizar cadastro prévio das pessoas que adentrarão em suas unidades industriais/fabris como medida de segurança patrimonial da empresa.<sup>186</sup>

Com essas observações constata-se que o processo de resistência, embora não tenha surtido efeitos imediatos, deixou sementes para que em um futuro próximo pudessem se reverter em decisões benéficas à classe trabalhadora. Essas considerações são trazidas ao centro da reflexão histórica como forma de reafirmar a luta de classes e como meio eficaz de dar visibilidade ao combate à exploração secularizada em todas as relações de trabalho até então desenvolvidas. Mesmo que a administração do capital promova reformulações nessas relações, a sutileza das mudanças pressupõe a perpetuação da exploração que se arrasta por séculos. Quando trazemos ao centro das narrativas ações de resistência de indivíduos comuns, de sujeitos que constroem o cotidiano e que são sistematicamente tratados apenas como força de trabalho, recuperamos a condição de agentes modificadores de nossa realidade social, cujas ações servem de exemplos a outras categorias também tão exploradas quanto a dos trabalhadores da USIMINAS e empresas afins.

Entretanto, fazer esse trabalho de recuperação histórica desses agentes é tão trabalhoso quanto suas ações de enfrentamento em seu tempo. Nas palavras de Marc Bloch, é necessário observar “[...] aquilo que o passado quer nos mostrar”,<sup>187</sup> e nesse manancial de produção social fui buscar o necessário para compor este estudo. É evidente que não foi a primeira nem será a última, pois a sociedade é dinâmica em suas proposições, e a cada dia reformula suas

---

<sup>186</sup> BRASIL. Ministério Público do Trabalho. **Termo de ajuste de conduta 40/2009** — IC 176/2008. Coronel Fabriciano, MG, setembro de 2009.

<sup>187</sup> BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. São Paulo: Edições 70, 1982, p. 15.

convicções sobre sua existência. Espero, com isso, ter dado minha contribuição para recompor esse processo de enfrentamento ao mando verticalizado. Espero que essa tentativa de análise da realidade social dos trabalhadores da USIMINAS e da população de Ipatinga abra possibilidades de análises dos períodos abordados. O reconhecimento de que opressão e resistência compõem a luta cotidiana dos agentes históricos em qualquer situação não reduz a análise ao ambiente acadêmico (FIG. 23).



FIGURA<sup>188</sup> 23 – O senso comum reconhece e dá visibilidade à convicção de que a opressão e resistência integram cotidianamente a luta dos agentes históricos, seja qual for a circunstância; o muro da rua Dr. Manhães em Marília (SP) sugere isso.

Nessas expressões múltiplas do social se percebe que a luta de classes permanece em todos os flancos, e cada um dos sujeitos busca formas de dar visibilidade a seus problemas e suas aflições cotidianas. No âmbito das práticas, a sociedade busca formas alternativas de perpetuar fatos construídos ao longo de sua história que podem manter vivas as lembranças daquilo que não se quer esquecer (FIG. 24).

<sup>188</sup> Meu acervo: fotografia batida em 21 de junho de 2014.



FIGURA 24<sup>189</sup> – Em outubro de 2013, completaram 50 anos do “massacre de Ipatinga. Para que tal fato se mantenha vivo na memória do povo de Ipatinga e dos trabalhadores da USIMINAS, foi lançado um selo que alude à data e ao fato.

Por fim, desta reflexão resta a constatação de que nenhum avanço foi possível sem luta. Se em ocasiões específicas alguma concessão foi feita sem nenhuma reivindicação, é de pressupor que tal atitude tenha sido tomada para evitar um mal maior no contexto da luta de classes. No passar dos séculos, essas relações vão ganhando contornos cada vez mais específicos e muitas vezes sutis, mas em todas as circunstâncias a carga ideológica se faz presente como elemento norteador dos interesses. Mudanças inúmeras ocorreram nas relações de trabalho, nas relações sociais e nas relações de comércio. Entretanto, é necessário refletir que mesmo tendo havido avanços em áreas diversas, ainda há muito a fazer para que as relações sejam suavizadas e os excluídos tenham a liberdade de, ao menos, ter voz para reivindicar necessidades. Mas nada disso será possível se não existir resistência ao opressor.

<sup>189</sup> Meu acervo.

# REFERÊNCIAS E FONTES

## ■ TEXTOS CITADOS

ACELOR/MITTAL. **Histórico 1917–1960**. Disponível em: <[https://www.belgo.com.br/conglomerado/historico/linha\\_tempo/hist\\_1917\\_1960/hist\\_1917\\_1960.asp](https://www.belgo.com.br/conglomerado/historico/linha_tempo/hist_1917_1960/hist_1917_1960.asp)>.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O movimento operário e a construção da Central Única dos Trabalhadores no Brasil: disputas e concepções 1977–1983**. 1998. Tese (Doutorado em História Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

AMBRÓSIO, Andrea Nunes; RICCO, Adriane Santório. **Censura e repressão no regime militar: a imprensa silenciada e seus reflexos na sociedade**, p. 2. Disponível em: <<http://revistas.es.estacio.br/index.php/destarte/article/view/12/9>>. Acesso em: 22 abr. 2014, às 9h25.

ANDRADE, Maria Lúcia Amarante de; CUNHA, Luiz Maurício da Silva. **BNDES 50 anos — histórias setoriais: o setor siderúrgico**. 2012. Disponível em: <[http://www.bnDES.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bnDES\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro\\_setorial/setorial03.pdf](http://www.bnDES.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bnDES_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_setorial/setorial03.pdf)>. Acesso em: 1º maio 2014, às 8h10.

ANTUNES Maciel Laura; ALMEIDA Paulo Roberto de; KHOURY Yara Aun (Org.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho D’água, 2006.

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. São Paulo: Edições 70, 1982.

BRASIL. Ministério dos Transportes. **Estrada de Ferro Vitória–Minas — EFVM**. Resumo Informativo da Ferrovia. Histórico. Abril de 2007. Disponível em: <<http://www2.transportes.gov.br/bit/03-ferro/3-princ-ferro/1-princ-emp-ferro/efvm/links/inf-efvm.htm>>. Acesso em: 1º maio 2014.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. **Termo de ajuste de conduta 40/2009 — IC 176/2008**. Coronel Fabriciano, MG, setembro de 2009.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: ed. 34; ed. USP, 2000, p. 211.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Memórias e imagens. In: ANTUNES Maciel Laura; ALMEIDA Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho D’água, 2006, p. 177–93.

CARVALHO, Luiz. Chapa apoiada pela CUT nos Metalúrgicos de Ipatinga (MG).

SINDICATO DOS TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO DE UBERLÂNDIA/SINTET. **Notícias**. Últimas CUT. Disponível em: <<http://www.sintetufu.org/2012/ultimacut.php?id=764>>. Acesso em: 16 jun. 2014, às 16h58.

CASTELLO BRANCO, Marco Antonio S. C. Discurso (despedida do cargo). In: USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS/USIMINAS. **Assembleia geral ordinária**, 30 de abril de 2010. Ipatinga, 2010.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de sociologia jurídica**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

CEMIG. **Subsidiárias da CEMIG**. Disponível em: <[http://www.cemig.com.br/pt-br/a\\_cemig/Nossa\\_Historia/Paginas/Subsidiarias.aspx](http://www.cemig.com.br/pt-br/a_cemig/Nossa_Historia/Paginas/Subsidiarias.aspx)>. Acesso em: 23 jul. 2013, às 7h31.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES/CUT. **Histórico**. O que é a CUT. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/institucional/38/historico>>. Acesso em: 22 jul. 2013, às 23h42.

CERQUEIRA, Luiz Fernando. **Dinâmica da inflação no Brasil, 1960–2005** — uma sinopse. 2007. 45p. Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense. ISSN 151946-12. Disponível em: <[http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF\\_TD228.pdf](http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD228.pdf)>. Acesso em: 9 jan. 2014, às 7h46.

COSTA, Edmilson Silva. **A política salarial no Brasil: 1964–1985** — 21 anos de arrocho salarial e acumulação preditatória. 1996. Tese (Doutorado em Economia) — Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. (Versão em pdf disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?view=vtls000108384>>).

DARCI di Mônaco. Entrevista com Darci di Mônaco — programa de TV Panorama Cultural — especial sobre o dramaturgo. **Youtube**. Conta de Alex Pereira — vídeo publicado em 12 de setembro de 2009. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=vNrqTL9IXW8>>. Acesso em 20 set. 2013, às 16h59.

DELGADO, Ignacio Godinho. **A estratégia de um revés**: Estado e Associações Empresariais em Minas. Juiz de Fora: ed. UFJF; 1997.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, Luiz Fernando dias *et al.* **Cultura e identidade operária**. Aspectos da cultura da classe operária. São Paulo: Marco Zero, 1982.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FARAH, Flávio. **Ética na gestão de pessoas**: uma visão prática. São Paulo: EI-Edições Inteligentes, 2004.

FARIAS, Rita de Cássia Pereira. **Entre a igualdade e a distinção**: a trama social de uma grande empresa corporificada no uniforme de trabalho. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e fordismo. GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 4. Ed. Rio do Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e fordismo. In: \_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. V. 4.

HALBWASCHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HARDY FILHO, Raphael. Ipatinga, cidade aberta. **Revista USIMINAS**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, 1970.

HOBSBAWM, Eric. **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KANASHIRO, Milena. Da antiga à nova Carta de Atenas — em busca de um paradigma espacial de sustentabilidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba: ed. UFPR, n. 9, p. 34, jan./jun. 2004.

KHOURY, Yara Aun. **Do mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores**: história e historiografia. Cascavel: ed. UNIOESTE, 2009. (Série Tempos Históricos. Volume 3.)

KOWARICK, Lucio. As metamorfoses do trabalho. In: \_\_\_\_\_. **A espoliação urbana**. São Paulo, 1980.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia geral**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LANARI JÚNIOR, Amaro. Discurso de inauguração do alto-forno 1, 26 de outubro de 1962.

LINHA do tempo. In: USIMINAS. **Website corporativo**. Disponível em: <[http://www.usiminas.com/irj/servlet/prt/portal/prtroot/pcd!3aportal\\_content!2fusiminas!2fcomum!2fconteudo!2fviews!2fbr.com.su.i.iview.JAI\\_iView\\_Publica\\_do\\_KM/prtl\\_hs/Usiminas/pt/LinhaDoTempo/linhaTempoLinguas.swf](http://www.usiminas.com/irj/servlet/prt/portal/prtroot/pcd!3aportal_content!2fusiminas!2fcomum!2fconteudo!2fviews!2fbr.com.su.i.iview.JAI_iView_Publica_do_KM/prtl_hs/Usiminas/pt/LinhaDoTempo/linhaTempoLinguas.swf)>. Acesso em: 4 mar. 2014, às 9h24.

MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de. KHOURY, Yara Aun (Org.). **Outras histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olhos d'Água, 2006.

MARX, Karl. Carta a Friedrich Bolte (em Nova Iorque). 23 de novembro de 1871. In: \_\_\_\_\_. **Obras escolhidas em três tomos**. São Paulo: Avante!, p. 459–61. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1871/11/23.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativo. **Projeto n. 679/63** — resolução: autoriza o Senhor Governador José de Magalhães Pinto a ausentar-se do território do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 6 de dezembro de 1963. Arquivo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

MORES, Ridendo Castigat. **Fábulas (imitadas de Ésopo e La Fontaine)** — [compiladas por] Justiniano José da Rocha (1812–1863). Edição e-book (domínio público). S. l., e BooksBrasil, s. d.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Diretório da cidade de Ipatinga, MG. **A cidade não pode calar**. Nota de repúdio. Arquivo do diretório. Consulta feita 28/07/2011.

PERFIL Rinaldo Campos Soares, CEO da Usiminas. **CEOBrasil**. São Paulo: PricewaterhouseCoopers, ano 2, n. 8, p. 6–13, 2006.

PORTELLI, Alessandro. História Oral e memórias. **História e Perspectivas**, Uberlândia: ed. UFU/Curso de História e Programa de Mestrado em História, n. 25 e 26, p. 32, jul./dez. 2001–jan./jul. 2002.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RÊGO, Josoaldo Lima; ANDRADE, Maristela de Paula. História de mulheres: breve comentário sobre territorialidade e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. **Agrária**, São Paulo, n. 3. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/download/87/86>>. Acesso em: 16 jun. 2014, às 9h33.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena** — experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970–1980). São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTANA, Marco Aurélio. Piquetes pioneiros. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio do Janeiro: Biblioteca Nacional, 9 dez.. 2000, “Perspectiva”. ISSN 1808-4001. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/perspectiva/piquetes-pioneiros>>. Acesso em: 21 mar. 2014, às 16h25.

SARLO, Beatriz. **Cenas da vida pós-moderna**: intelectuais, arte, videocultura na Argentina. 5. ed. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2013.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL/SENAI. **Institucional**. Disponível em: <[http://www.senai.br/portal/br/institucional/snai\\_his.aspx](http://www.senai.br/portal/br/institucional/snai_his.aspx)>. Acesso em: 4 mar. 2014, 22h10.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE IPATINGA/SINDIPA. **Galeria dos presidentes**. Disponível em: <<http://www.sindipa.org.br/PDF/35.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2013, às 13h43.

SINDIPA Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga. **40 Anos de história**. Diário do Aço, Ipatinga: 2005.

SOUZA, Paulo Roberto de. **Cultura, trabalho e conflitos em Ipatinga nos anos 60**. 2007. 151 f. Dissertação de (Mestrado em História) — Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. 2.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: \_\_\_\_\_. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

USIMINAS. **Histórico** — anos 50. Disponível em:

<[http://www.usiminas.com/irj/servlet/prt/portal/prtroot/pcd!3aportal\\_content!2fusiminas!2fcomum!2fconteudo!2fviews!2fbr.com.su.i.iview.JAI\\_iView\\_Publica\\_do\\_KM/prtl\\_hs/Usiminas/pt/LinhaDoTempo/linhaTempoLinguas.swf](http://www.usiminas.com/irj/servlet/prt/portal/prtroot/pcd!3aportal_content!2fusiminas!2fcomum!2fconteudo!2fviews!2fbr.com.su.i.iview.JAI_iView_Publica_do_KM/prtl_hs/Usiminas/pt/LinhaDoTempo/linhaTempoLinguas.swf)>. Acesso em: 19 abr 2014, às 20h08.

VALE. **Especial logística**. Fevereiro, 2011. Disponível em:

<<http://simineral.org.br/arquivos/EspecialLogisticaVALE.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2014, às 4h02.

VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato**. Uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo, Hucitec/História Social-USP, 1998, 219 p.

VIEIRA, André. Arapongas da Usiminas. **IstoÉ**, São Paulo: Três, abril 1998.

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. Tradução de Bianca Ribeiro Manfrini com revisão técnica de Maria Elisa Cevasco. **Revista USP**, São Paulo, n. 65, 2005, p. 212–24.

#### ■ FONTES ORAIS — ENTREVISTADOS

CUNHA (FERRAMENTA), Edson Cunha. Ipatinga, MG, 28 de julho de 2011. Arquivo de mp3 (96 minutos). Entrevista concedida a mim na sede da Associação dos Trabalhadores Anistiados, presidida pelo entrevistado. Trabalhou na USIMINAS por sete anos. Um dos fundadores da Chapa Ferramenta, depois de demitido foi suplente de deputado federal e hoje é Presidente da Associação dos Anistiados políticos com sede na rua 29 de Abril em Ipatinga Minas Gerais.

FARIAS, Edson. Uberaba, MG, 6 de agosto de 2006. Fita de áudio (73 minutos). Entrevista concedida a mim, na residência do entrevistado. Após terminar o curso do SENAI, teve seu primeiro emprego na USIMINAS. Trabalhou ainda na Alcominas e na Fosfértil. Embora já esteja aposentado, Edson continua prestando serviços como técnico de instrumentação eletrônica para várias empresas. Reside em Uberaba, Minas Gerais.

JOSÉ, Ivo. Belo Horizonte, MG, 30 de julho de 2011. Arquivo de mp3 (67 minutos). Entrevista concedida a mim em um café do BH. Deputado estadual 1991–5, 1995–9, 1999–2003, é técnico em eletrônica e metalúrgico. Foi diretor da Central Única dos Trabalhadores (CUT/1986), chefe de gabinete da prefeitura de Ipatinga (1989–90), técnico eletrônico e telecomunicações da Ericsson do Brasil, em São Paulo/SP (1974–6), da Telemig em Itabira (1976–9), da USIMINAS, em Ipatinga (1979–85), da Telemig em Timóteo (1985–90). Durante sua permanência como empregado da USIMINAS, Ivo José foi um dos mentores intelectuais da Chapa Ferramenta, em 1985.

LACERDA, Moacir. Ipatinga, MG, 29 de junho de 2005. Fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a mim na residência do entrevistado. Participou da montagem da USIMINAS, residiu nos primeiros alojamentos construídos pela empresa e hoje é aposentado. Reside em Uberaba, Minas Gerais.

RIBEIRO, Nelson. Ipatinga, MG, 29 de junho de 2005. Fita cassete (58 minutos). Entrevista concedida a mim em sua residência. Trabalhou na fábrica da Peugeot em Montes Claros, Minas Gerais, na USIMINAS e na Fosfértil, em Uberaba. Hoje Nelson Ribeiro é aposentado e

trabalha na iniciativa privada. Possui uma fábrica de salgadinhos para festas em Uberaba, Minas Gerais.

SANTOS, Cleber Pereira dos Santos, Uberlândia, MG, 11 de maio de 2011. Arquivo de mp3 (73 minutos). Entrevista concedida a mim em sua residência. Membro fundador da chapa Ferramenta, trabalhou na Sankyu, de onde foi demitido em virtude de sua militância sindical. Trabalhou ainda na iniciativa privada. Mudou-se para Uberlândia, onde passou a exercer outros cargos de direção sindical.

#### ■ FONTES JORNALÍSTICAS — JORNAIS E REVISTAS

DIÁRIO DO AÇO. Vale do Aço [Ipatinga]: Empresa Jornalística Revisão, 2000.

DIÁRIO POPULAR. Ipatinga, MG, 1º de outubro de 2013, ano VII, n. 1.782 “Cidades” [edição em pdf]. Disponível em:

<[http://www.diariopopularmg.com.br/vis\\_noticia.aspx?id=6468](http://www.diariopopularmg.com.br/vis_noticia.aspx?id=6468)> Acesso em: 16 jun. 2014, às 17h22.

ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, MG, 2 de junho de 2003.

ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, MG, domingo, 23 de novembro de 1988, Política (reproduzido do acervo da Biblioteca Pública de Minas Gerais).

FERRAMENTA. Ipatinga, MG, 22 de novembro de 1985, ano 1, n. 5.

FERRAMENTA. Ipatinga, MG, 27 de novembro de 1985, ano 1, n. 6.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, 10 de novembro de 1988, ano 68, n. 21.771, “Economia”, B.1–B.13. Disponível em: <[http://almanaque.folha.uol.com.br/cotidiano\\_10nov1988.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/cotidiano_10nov1988.htm)>. Acesso em: 16 jun. 2014, às 14h30.

HOJE EM DIA. Belo Horizonte, MG, 1º de novembro de 1988.

HOMENS EM SÉRIE — a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens, Ipatinga: Prefeitura municipal, v. 1 e 2, 1991.

O SUL DE MINAS. Itajubá, MG, 7 de setembro de 2013, “Notícia”. Disponível em: <<http://www.osuldeminas.com/osuldeminas/Pagina.do;jsessionid=mh0sqy2qfd0?idSecao=5&idNoticia=12827>>. Acesso em: 21 abr. 2014, às 7h43.

OLHO VIVO. Ipatinga, MG, 23 de novembro de 1988, n. 6, p. 1.

ÓRGÃO INFORMATIVO DA OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA FERRAMENTA. Ipatinga, MG, 29 de maio de 1986, ano 1, n. 11.

OUTRO LADO. Vale do Aço, MG, 7–21 de fevereiro de 1993, ano 1, n. 47, “Capa”. Disponível em: <<http://www.euamoipatinga.com.br/fotos/janela.asp?codigo=810>>. Acesso em: 2 jun. 2014, às 5h52.

REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio do Janeiro: Biblioteca Nacional, 9 jun. 2009, “Artigos”. ISSN 1808-4001. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/onde-estao-os-grupos-de-onze>>. Acesso em: 4 mar. 2014, às 6h58.

VALE DO AÇO 2000. História regional. Ipatinga: Revisão, p. 6–8, 2000.

#### ■ FONTES ICONOGRÁFICAS

ACECIVA. Blog com fotografias do Vale do Aço, MG. Disponível em:

<<http://aceciva.blog.terra.com.br/tag/mergulhao/>>. Acesso em: 7 set. 2014, às 4h20 (reproduzido da acervo particular de Viviane Fontoura).

IPATINGA. Prefeitura municipal. Acervo da Prefeitura Municipal de Ipatinga, 2014

**SILÊNCIO 63. Diretor.** Disponível em:

[http://www.silencio63.com/Silencio\\_63/Silencio\\_63\\_Diretor.html](http://www.silencio63.com/Silencio_63/Silencio_63_Diretor.html). Acesso em:

**SKYSCRAPERCITY. Ipatinga, MG** — A construção de uma cidade (fotos históricas).

Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=585491>>. Acesso em: 17 jul. 2014, às 21h35.

#### ■ TEXTOS DE FUNDAMENTAÇÃO

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso:** cem anos de política econômica republicana — 1889–1989. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. O tecelão dos tempos: o historiador como tecelão das temporalidades. **Boletim do Tempo Presente**, Rio do Janeiro: UFRJ, v. 19, 2009.

ALMEIDA, Antonio. **Experiência política no ABC Paulista:** lutas e práticas culturais dos trabalhadores. Uberlândia: ed. UFU, 2009.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964–1984)**. Petrópolis: Vozes, 1985.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro Barbosa de Almeida. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1972.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BELUZZO, Luiz Gonzaga M.; COUTINHO, Renata (Org.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil:** ensaios sobre a crise. V. 1, São Paulo: Brasiliense, 1982.

BENEDITO JÚNIOR, Fernando. **Vale do Aço 2000** — um século de história. Diário do Aço, Ipatinga: 2000.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** ensaio sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2007.

BOURDIEU, Pierre A identidade da representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

BRAGA, Tânia Moreira. **Política ambiental, conflito e produção social do espaço sob o sinal da monoindústria:** um estudo de caso sobre Ipatinga, MG. 1998. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de São Paulo.

BRESCIANI, Maria Stella. **Jogos da política:** imagens, representações e práticas. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1992.

CALVO, Célia Rocha. **Trabalho e ferrovia:** a experiência de ser ferroviário da companhia paulista. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CALVO, Célia Rocha; CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco; ALMEIDA, Paulo Roberto. Trabalho e movimentos sociais: histórias, memórias e produção historiográfica, In: MACHADO, Maria Clara T.; CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco (Org.). **História:** narrativas plurais, múltiplas linguagens. Uberlândia: ed. UFU, 2006.

CARMO, Paulo Sérgio. **História e ética do trabalho no Brasil**. São Paulo: Moderna, 1998.

CASTELO BRANCO, Carlos. **Os militares no poder**. 2 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

CASTORIADIS, Cornelius. Freud, a sociedade, a história. In: CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto**: a ascensão da insignificância. V. IV. Trad. Regina Vasconcellos. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CERTEAU, Michel de. Introdução/culturas populares/fazer com: usos e táticas. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

CEVASCO, Maria Elisa. Diálogos Pertinentes marxismo e cultura. In: \_\_\_\_\_. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Bontempo, 2003.

CHARTIER, Roger. Leituras “populares”. **Formas e sentido, cultura escrita**: entre distinção e apropriação. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

CHESNAIS, F.; SERFATI, Claude. A questão ambiental. **Crítica marxista**, n. 16, 2003.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo**: sociedade e cultura no início da França moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990

D’ALESSIO, Marcia Mansor. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. **Projeto História**, São Paulo: PUC/SP, n. 17, 1998.

DIHEL, Astor Antonio. Memória e identidade: perspectivas para a história. In: \_\_\_\_\_. **Cultura Historiográfica**: memória, identidades e representações. Bauru: Edusc, 2002.

DUARTE, Luiz Fernando dias et al. **Cultura e identidade operária**. Aspectos da cultura da classe operária. São Paulo: 1982, Marco Zero.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: ed. UNESP, 2005

FEBVRE, Lucien. Como reconstituir a vida afectiva de outrora? A sensibilidade e a história. In: FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Trad. Leonor Marinho Simões e Gisela Moniz. 3 ed. Lisboa: Presença, 1989.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil** — uma hipótese preliminar. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 1986.

FONTANA, Josep. **A história dos homens**. São Paulo: Edusc, 1998

FONTANA, Josep. **História**: análise do passado e projeto social. Bauru: Edusc, 1998

FONTES, Rui de Siqueira. **Juá, a rua dos Desencantos**. Vitória: Delgraf, [1990].

FOUCAULT, Michel. Representar. In: FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. 38. Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

FURET, François. Da história narrativa à história problema. In: \_\_\_\_\_. **A oficina da História**. Lisboa: Gradiva, 1985.

GAY, Peter. **O estilo na história**: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GINZBURG, Carlo. Representação: a palavra, a ideia e a coisa. In: \_\_\_\_\_. **Olhos de Madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GLASER, André. **Raymond Williams materialismo cultural**. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2011.

GODELIER, Maurice. Trabalho. In: ROMANO, R. (Org.) **Enciclopédia Einaudi**. V. 7. Modo de produção/desenvolvimento/subdesenvolvimento. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986.

GOMBRICH E. H. **Meditações sobre um cavalinho de pau e outros ensaios sobre a teoria da arte**. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1999.

GRACIOLLI, Edílson José. **Um caldeirão chamado CSN**: resistência operária e violência militar na greve em 1988. Uberlândia: ed. UFU, 1997.

GUIMARÃES, Maria Cláriça Ribeiro. Movimentos e lutas sociais na realidade brasileira. **Debate & Sociedade**, Uberlândia, v. 1, n. 2, 2011.

HALL, Start. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: \_\_\_\_\_. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: ed. UFMG; Brasília: UNESCO, 2003

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1996

IANNI, Octávio. **O Colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

JOHNSON, Richard. **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 1999

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KOSELLECH, Reinhart. **Futuro passado: contribuição semântica dos tempos históricos**. Trad. MAAS, Wilma Patrícia. Rio de Janeiro: ed. PUC-Rio, 2006

LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

LOPES, José Sérgio Leite. **Cultura e identidade operária**: aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: UFRJ, Marco Zero, 1982.

LUCIANO, Fernando Firmino. **Transformações do trabalho e dos trabalhadores do aço na Acesita**. Tese (Doutoramento em Antropologia Social) — Universidade de Brasília, 2013.

MARCONI, Marina de; PRESOTTO, Zélia Maria Neves. **Antropologia**: uma introdução. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968–1978)**. São Paulo: Global, 1980.

MARTIN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações** — comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2003.

MATOS, Olgaria. História e memória. In: \_\_\_\_\_. **Contemporaneidades**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

MENDONÇA, Sonia; MOTA, Márcia (Org.). **Nação e poder**: as dimensões da história. Niterói: ed. UFU, 1998.

NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro: 1964–1985**. São Paulo: Atual, 1998.

NAVARRO, Vera Lúcia; PADILHA, Valquíria. **Retratos do trabalho no Brasil**. Uberlândia: ed. UFU, 2009.

ODALIA, Nilo (Org.). **Brasil, o desenvolvimento ameaçado**: perspectivas e soluções. São Paulo: ed. UNESP. 1989.

PACHECO, Heloisa. O massacre da GEB. In: \_\_\_\_\_. FENELON, Déa R. et al. **Muitas memórias, outras histórias plurais, múltiplas linguagens**. Uberlândia: ed. UFU, 2006.

PEREIRA, Valter Pires; OLIVEIRA, Ueber José de (Org.). O PT na institucionalidade democrática brasileira. Vitória: GM, 2011

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A aventura socialista no século XX**. São Paulo: Atual, 1999.

RICOEUR, Paul. **A memória, o esquecimento**. Tradução: Alain François [et al.]. Campinas: ed. UNICAMP, 2007.

SAID, Edward W. **Representações do intelectual**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

SANTOS, Milton. **Por outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SCHORSKE, Carl E. **Pensando com a história**: indagações na passagem para o modernismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi; KOLING, Paulo José (Org.). **Estado e poder**: questões teóricas e estudos históricos. Cascavel: ed. Unioeste, 2011.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo. 1964–1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Nair Heloisa Bicalho de. **Trabalhadores pobres e cidadania**: a experiência da exclusão e da rebeldia na construção civil. Uberlândia: ed. UFU, 2007.

STRINATI, Dominic. Cultura de massa e cultura popular. In: \_\_\_\_\_. **Cultura popular**: uma introdução. São Paulo: Hedra, 1999.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. V. 1 (A árvore da liberdade). Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. V. 3 (A força dos trabalhadores). Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TULER, Marilene. **O Massacre de Ipatinga**: mitos e verdades. Belo Horizonte: O Lutador, 2007.

VEYNE, Paul. Nada mais do que uma narrativa verídica. In: VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Trad. Antonio José da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70, 1987.

## ANEXOS

**E**ste anexo apresenta documentos não explorados na pesquisa nem na composição do texto da tese a que se vincula, embora se vincule a ambos secundariamente. Apresentá-los no corpo do trabalho seria sobrecregá-lo com ilustrações. Como historiador e pesquisador, porém, penso ser importante preservar, organizar e disponibilizar estes vestígios materiais do passado passíveis de ser usados como fontes históricas. Entendo que são peças úteis a pesquisadores interessados em aprofundar questões tratadas na tese ou desdobrar outras, a exemplo do papel da palavra impressa na luta dos trabalhadores em prol de um sindicato mais coerente com os interesses deles.

Com efeito, mesmo que informais, os jornais dos trabalhadores dão conta da evolução do quadro eleitoral, de novas proposituras decorrentes da derrota do grupo Ferramenta e dos discursos pertinentes ao momento. Em tese, não cabe ver os impressos explorados pelo grupo como uma cultura tal qual a “cultura USIMINAS”, mas penso ser aceitávelvê-los como produto de uma subcultura decorrente das práticas opressivas norteadas pela “cultura” da siderúrgica; senão isso, ao menos sinônimo de insubordinação às práticas do comando da empresa.

Igualmente, os documentos anexados permitem ver que o termo *ferramenta* foi se transformando em sinônimo de resistência ou oposição. Operários remanescentes da Chapa 1 que se lançaram na vida política o incorporaram ao seu nome de registro civil. Chapas que fizeram oposição sindical após 1985 o adotaram como nome. A campanha eleitoral para a conquista da prefeitura usou o *slogan* “Ipatinga tem conserto”: do ponto de vista do operariado, o conserto só seria possível com o uso da ferramenta.

Mais que deduzir uma consolidação do termo, os documentos apresentados permitem constatar a noção de movimento e deslocamento dos alvos a ser alcançados. A experiência adquirida no processo de disputa sindical habilitou os membros da Chapa Ferramenta a trilharem os caminhos de resistência que os levaram, da luta pelo poder sindical, à conquista do poder político; e as memórias em torno desse deslocamento permitem entender as lutas dos trabalhadores da USIMINAS entre 1960 e 1980.

Os documentos são apresentados em cinco partes em ordem cronológica dos fatos e das mudanças de discursos que evoluem com o tempo. A intenção é oferecer outra possibilidade de visualização do processo histórico descrito no corpo da tese.

**ANEXO 1 – Documentos de registro das chapas para eleição sindical em Ipatinga (1985)**

Esta parte foca na ata de registro das seis chapas que concorreram às eleições sindicais de 1985 em Ipatinga. O capítulo 2 da tese salienta o esforço dos operários na construção da chapa e a dificuldade na hora de registrá-la. De certa forma, a estratégia do silêncio utilizada na cooptação dos elementos necessários à sua composição causou perplexidade na administração sindical e na direção da USIMINAS. Nos registros obtidos na associação dos anistiados fica claro que a Chapa Ferramenta foi a primeira a se registrar, seguida da Chapa 2 (situacionista e supostamente apoiada pela siderúrgica) e das demais surgidas com a possibilidade de cumprir o papel de “dividir para dominar”. Nem em nenhuma das eleições anteriores foram lançadas chapas alternativas na disputa; alternativas não como sinônimo de oposicionistas, mas compostas de modo a renovar sem mudar o foco estabelecido desde a fundação do sindicato. Causa surpresa, portanto, o número de chapas inscritas para esse pleito, o que reitera a hipótese de divisão para pulverizar os votos que, em tese, seriam canalizados para a Chapa 1.



**Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Ipatinga**

Carta Sindical Reconhecida pelo M.T.P.S. em 01-05-65

Filial à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Minas Gerais e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria

REDE PRÓPRIA: Casa do Trabalhador - Itatiápolis de Ipatinga

Rua Fernando Noronha, 80 — Bom Retiro — PAIX 523-2555 — Ipatinga — Minas Gerais

**ELEIÇÕES SINDICATOS**

**AVISO**

Em cumprimento ao disposto no art. 21, item III, da Portaria nº 3.437, de 20 de dezembro de 1.974, comunico que foram registradas as chapas seguintes, como concorrentes à eleição a que se refere o Aviso publicado no dia 16 de Abril de 1.985 neste jornal.

**CHAPA NÚMERO UM**

**DIRETORIA - EFETIVOS**

Francisco Carlos Delfino  
 José Horta de Carvalho  
 Ivo José da Silva  
 Cleber Pereira dos Santos  
 Luiz Carlos do Carmo  
 Delair Jacinto Julião  
 Jerônimo Marques Assunção

**SUPLENTES DE DIRETORIA**

José Benedito da Silva  
 José Geraldo da Silva  
 Fernando Pereira dos Santos  
 Deusdete Pereira da Silva  
 Francisco Pereira de Lima  
 Antônio Torres de Araujo  
 Antônio Júlio Barbosa

**CONSELHO FISCAL - EFETIVOS**

Edilson Pina  
 José Elias Pessotti  
 José Lucio da Silva

**CONSELHO FISCAL - SUPLENTES**

Edson de Oliveira Cunha  
 Samuel Cirino da Silva  
 José Geraldo da Oliveira



**Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Ipatinga**

Carta Sindical Reconhecida pelo M.T.P.S. em 01-05-65  
 Filiado à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Minas Gerais e Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria  
 ANO 1988 FEDERAÇÃO: Casa de Trabalhador Metalúrgico de Ipatinga  
 Rua Fernando Noronha, 90 — Dom Heitor — P.A.D.X 533-2565 — Ipatinga — Minas Gerais

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO À FEDERAÇÃO

José Horta de Carvalho

Ivo José da Silva

SUPLENTE DE DELEGADOS REPRESENTANTES

Edson de Oliveira Curhe

Samuel Cirino da Silva

CHAPA NÚMERO DOIS

DIRETORIA - EFETIVOS

Luiz Carlos de Miranda Faria

Onofre Noneto da Silva

Afrâncio José de Souza

Paulo Lopes Dias

Ivo José de Oliveira

Robson Gomes da Silva

Jorge Alves Batista

SUPLENTE DE DIRETORIA

Isa Maria Silva Gravina

Otelino Cassimiro Soares

Edison Corrêa

Marcos Ferreira Torres Sobrinho

Raimundo Pastor da Fonseca

Dejair Geraldo de Almeida

Geraldo Lúcio da Silva

CONSELHO FISCAL - EFETIVOS

José de Carvalho Filho

José Fernandes Moura

Paulo Henrique Carvalho Duarte

CONSELHO FISCAL - SUPLENTE

José de Almeida Castro

Luiz Carlos da Silva

Nelson Coetano



**Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas  
e de Material Elétrico de Ipatinga**

Cópia Oficial Reconhecida pelo M.T.P.R. sob 01-05-03  
Muito à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Minas  
Gerais e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria  
SEUS FEDERATIVAS: Casa do Trabalhador Metalúrgico de Ipatinga  
Rua Fernando Noronha, 90 — Bom Retiro — FAX: 323-3555 — Ipatinga — Minas Gerais

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO À FEDERAÇÃO

Paulo Lúcio Caraza

Ademir Cláudio Dias

SUPLENTES DE DELEGADOS REPRESENTANTES

José Luiz Esquiel Cenilo

Fernando Alves Pereira

CHAPA NÚMERO TRÊS

DIRETORIA - EFETIVOS

Cid Soneo Pereira

Alaor de Sales Botelho

Violente Castor Pereira

Antônio Teofanes de Moraes Junior

Paulo Cesar Daumas Costa

Sebastião Familiar de Almeida

José Aparecido dos Santos

SUPLENTES DE DIRETORIA

Jáider Almeida de Moraes

José Bosco Milagres

Paulo Papa da Silva

Laurindo Delapicola

Jarbas Correa Ozari

Levi de Almeida Neto

José Carlos Guitart da Silva

CONSELHO FISCAL - EFETIVOS

José Pereira do Amaral

João Alves Vieira

Carlos Roberto de Carvalho

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

José João da Silva

Gessy Leite

José Carlos Pimenta



**Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Ipatinga**

Carta Sindical Reconhecida pelo M.T.P.S. em 01-05-65  
 Filial à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Minas Gerais e Distrito Federal dos Trabalhadores da Indústria  
 SEDE FEDERAL: Casa de Trabalhador Metalúrgico de Ipatinga  
 Rua Fernando Noronha, 90 — Bom Retiro — FADX 625-1510 — Ipatinga — Minas Gerais

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO À FEDERAÇÃO

Benedicto Pontes Nunes

Rubens Antunes Cortez

SUPLENTES DE DELEGADOS REPRESENTANTES

Geraldo Joaquim Martins

José Reinozo Filho

CHAPA NÚMERO QUATRO

DIRETORIA - EFETIVOS

Jairo Abreu

José Willian Gonçalves de Lima

Geraldo Pompeia Braga

Joaquim Avelino da Silveira

José Luiz da Fonseca Figueiredo

Ismael Ferreira Magalhães

José Francisco Mineiro Júnior

SUPLENTES DE DIRETORIA

Darcy Rezende Castro

Antônio Pereira

Mariza Gravina Assis

João Rodrigues Gabriel

Geraldo Paulo da Silva Filho

Bauer Siqueira

Fábio Gehino da Costa

CONSELHO FISCAL EFETIVOS

Antônio Carlos Henrique

Celso Sotelho da Silva

Celso José Brandão

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

Geraldo Afonso Martins

José Maria de Souza

Jurez Távora de Castro

Trabalho - Harmonia - Capital: Segurança de um Brasil melhor



**Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas  
e do Material Elétrico de Ipatinga**

Carta Sindical Reconhecida pelo M.T.P.S. em 01-05-03

Filiado à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Minas Gerais e Conselho Nacional dos Trabalhadores na Indústria

REDE PRÓPRIA: Casa do Trabalhador Metalúrgico de Ipatinga

Rua Fernando Noronha, 90 — Bom Retiro — PABX 833-2556 — Ipatinga — Minas Gerais

**DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO À FEDERAÇÃO**

Celio de Almeida Filho

José Pedro de Freitas

**SUPLENTES DE DELEGADOS REPRESENTANTES**

José Verneque

José Pereira da Souza

**CHAPA NÚMERO 01000**

**DIRETORIA - EFETIVOS**

Mauricio Rodrigues de Araújo

Wilson Carreiro

Antonio Mendes da Oliveira

Luz Antônio Ferreira

José Barbosa da Silva

Nilton Oliveira Silva

Demena Martins de Oliveira

**DIRETORIA - SUPLENTES**

Darci Galbino Pinto

Antenor Leite

Lair Gragólio de Almeida

Cláudio da Souza Costa

João Benedito Guilherme

José Meciel da Silva

Antônio Martins Siqueira

**CONSELHO FISCAL - EFETIVOS**

Manoel Viana da Silva

Sebastião Lagares da Souza

José Pascoal Costa

**CONSELHO FISCAL - SUPLENTES**

Walsechi Pereira

Francisco Carlos Oliveira

Lúcio José Nunes



**Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Ipatinga**

Carta Sindical Reconhecida pelo M.T.P.S. em 01-06-65

Filial à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Vale do Rio Doce e Distrito Federal e Distrito Federal das Trabalhadoras na Indústria

SEDE PRÓPRIA: Casa do Trabalhador Metalúrgico de Ipatinga

Rua Fernando Noronha, 80 — Bom Retiro — PABX 323-1253 — Ipatinga — Minas Gerais

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO À FEDERAÇÃO

Ilcem Rosa de Lima

Manoel de Souza Rêgo

SUPLENTES DE DELEGADOS REPRESENTANTES

Antônio Ribeiro

Carlos Alberto Lima

CHAPA NÚMERO SETE

DIRETORIA - EFETIVOS

Luiz Eduardo Marinho de Resende

Misaque Bernardino Ribeiro

Albetirdes Luiz Damasceno

Dalto Costa

Antônio da Silva Amaral

Arnaldo Cruzeiro Silva

Jeroy Lopes

DIRETORIA - SUPLENTES

Geraldo Ramos

Denilo Costa Freitas

José Belo de Oliveira

José Antônio Gomes Barbosa

Hecio Silva Maronari

Carlos Ferreira dos Santos

Geraldo Generoso Sobrinho

CONSELHO FISCAL - EFETIVOS

Joaquim Santiago de Carvalho

Benedito da Silva Vila Nova

José de Paula

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

João Damasceno de Lima

Diógenes Scárdua

Láz Degrime Afonso Fernandes

Trabalho - Harmonia - Capital: Segurança de um Brasil melhor



**Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Ipatinga**

Carta Sindical Reconhecida pelo M.T.P.E. em 01-05-00

Portaria: 2º Presidente dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Minas Gerais e Conselheiro Nacional dos Trabalhadores na Indústria

SEDE PRÓPRIA: Casa de Trabalhador Metalúrgico de Ipatinga

Rua Fernando Noronha, 90 — Bom Retiro — PABX 823-2555 — Ipatinga — Minas Gerais

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO À FEDERAÇÃO

João Cândido da Silveira

Antônio José de Aquino

SUPLENTES DE DELEGADOS REPRESENTANTES

Etelvino Martins Fraga

José Maria Borges.

Nos termos do art. 61 da Portaria mencionada, o prazo para impugnação de candidaturas é de 5 (cinco) dias a contar da publicação deste Aviso.

Ipatinga, de Maio de 1.986.

PAULINO FLORIANO MONTEIRO  
Presidente do Sindicato dos Trab. nas Ind.  
Metal, Mec. e de Mat. Elét. de Ipatinga.

## ANEXO 2 – Propaganda de campanha para eleição sindical em Ipatinga — 1985

Esta parte apresenta os primeiros comunicados que expõe aos trabalhadores da existência de uma chapa de oposição sindical. Se o registro da Chapa 1 deixou perplexas as direções do sindicato e USIMINAS, um boletim dando ciência à categoria de que alguém ousou “amarra o guizo no pescoço do gato”, provavelmente, deve ter “sacudido” a passividade eleitoral de outros tempos. É admissível que essa novidade tenha contribuído para trazer ao cotidiano dos trabalhadores reflexões sobre as condições de trabalho a que estavam submetidos. Se esse modelo disciplinar orientado por uma suposta cultura permaneceu intacto durante anos, a possibilidade de abrir novas perspectivas de diálogos ou confrontos foi incorporada à linguagem evidenciada pelos boletins.

Os documentos mostram: os candidatos da Chapa 1 e sua condição de oposição alicerçada em propostas de mudanças; os nomes e as ideias do presidente e vice; a sugestão inicial de *ferramenta* para nomear a chapa; a polarização entre o “novo sindicalismo” abarcado pela CUT e o “sindicalismo de resultados” com a orientação da CONCLAT; o “rolo compressor” da USIMINAS, colocado em ação durante a campanha eleitoral; o controle da siderúrgica sobre os vários setores da vida social (hospital, clubes, cooperativas e do sindicato, o que teria indignado os trabalhadores, dada a submissão do órgão aos interesses corporativos); enfim, o comprometimento da imprensa local com os interesses da empresa e seus tentáculos no cotidiano da vida social.

METALURGICOS DE IPATINGA  
**CHAPA 1**  
FERRAMENTA

ELEIÇÕES SINDICIAIS DE 12 A 16 DE AGOSTO



**Por um sindicato  
representativo,  
autônomo e combativo**

**VOTE NA CHAPA 1**

# Chico e Zé Horta: Inovação e Experiência



## Contra o arrocho

Chico de Paixão é o presidente da Chapa 1 de Oposição, que vai liderar os metalúrgicos de Ipatinga na próxima administração sindical.

Após 20 anos de militância, Chico é a voz da inovação, abrindo a data histórica.

Francisco Carlos Delfino, mais conhecido no interior da usina como "Chico de Paixão", 26 anos, é natural de Bom Despacho (MG). Vai para Ipatinga no início de 1980 onde ingressou na Uniminas com auxiliar técnico no Centro de Pesquisas.

Morador do bairro Ipuapé, Chico, logo no inicio passou a perceber a desigualdade social existente em Ipatinga, cidade predominantemente industrial. Sempre ligado ao movimento popular, começava a questionar uma forma de vida dos trabalhadores, sempre explorados e massacrados pelo arrocho, para uma vida mais digna.

Entendeu finalmente que esta saída era a luta sindical. Por isso, juntamente com outros companheiros, formou a Chapa 1 de Oposição.

## Com a palavra o presidente

"Nós, da Chapa 1 de Oposição, acreditamos que é chegada a hora de apresentarmos propostas de alternativas que até o momento não aconteceram. Para nós, o sindicato é a ferramenta do trabalhador e deve ser usada pelo trabalhador na conquista de melhores salários e melhores condições de vida e trabalho, como também na luta por uma sociedade mais justa e fraterna.

O que vimos até hoje foi o sindicato sendo usado como uma arma de opressão e perseguição contra o trabalhador. Por isso mesmo, nós da Chapa 1, nos apresentamos como uma ferramenta para conquistar o Sindicato.

Não podemos mais aguentar é essa situação em que estamos onde a democracia só fica na boca e não na prática. Nossa proposta é de transformação, para que possamos viver com dignidade, conscientes de que a liberdade de organização deve ser conquistada.

O sindicato tem que ser aberto para o trabalhador e a comunidade. Só mesmo uma ferramenta que poderá abrir as portas do atual sindicato para que os trabalhadores possam apresentar suas propostas.

Somos nós, trabalhadores quem produzimos a riqueza material deste Vale e deste país. Por isso nossa dignidade tem que ser respeitada. E só seremos respeitados com a construção de um sindicalismo forte, representativo, autônomo e combativo."

Chico.

## Mora há 25 anos na Baixada

Zé Horta é o vice-presidente da Chapa 1 de Oposição, que disputa o Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga. Com seus 25 anos de Baixada, 23 de Uminas, Zé Horta simboliza a experiência junto ao presidente Chico, sua apetição vai transformar a administração do nosso sindicato.

Como outros companheiros mais experientes da diretoria, ele é o testemunha pessoal da morte dos trabalhadores metalúrgicos que durante mais de 20 anos constituiu a grandeza da Uniminas, testemunha inquieta do "massacre de Ipatinga" e de tantos acidentes de trabalho que feriram companheiros dentro da usina.

Para que tudo disso se repita é que Zé Horta é candidato. Hoje ele trabalha na UNIME, como líder de grupo. Durante 20 anos, tem o Amaro Laranja como seu bairro, participando das lutas da comunidade.

A voz de experiência dos metalúrgicos de Ipatinga fala aos companheiros no primeiro jornal de campanha da Chapa 1 de Oposição.

## Com a palavra o vice

"Tenho 25 anos vividos na Baixada e 23 dentro da Uminas. Refletindo sobre esta caminhada, penso em muitos companheiros da área sindical e de todo o movimento popular, que procuraram manter acesa a chama da luta identificando-se no dia a dia com as aspirações do povo.

Tenho total consciência da decisão que tomou em participar desse luta. Qualquer que seja o resultado, os companheiros de hoje e de amanhã, verdadeiramente comprometidos com a Justiça, jamais se sentirão traídos por José Horta e seus companheiros.

Hoje com muita dificuldade, mas com total convicção, nós perseguimos os propósitos e as aspirações do povo brasileiro, no sentido de construir um mundo alicerçado no que pregou e viveu aquele jovem de Nazaré.

Os meus amigos sabem que esta tem sido a minha bandeira no trabalho, na comunidade e em todos os momentos de minha vida. Eleito, vou ser o mesmo companheiro de luta dentro de nosso Sindicato."

Zé Horta

## Chapa 1 - Ferramenta

# USIMINAS Pressiona mais uma Vez

A Chefia da Usiminas não admite a vitória da CHAPA 1. Será que ela teme alguma coisa com uma chapa que representa os interesses dos trabalhadores? Mas agora ela não segura mais. Ninguém vota pra perder. No voto secreto e com eleições limpas os trabalhadores construirão um sindicato de luta com a vitória da CHAPA 1.

Os chefes estão repetindo as reuniões de 82, pressionando os companheiros a votar na chapa 2. Mesmo sabendo que o voto é secreto e que nunca descobrirão em quem votamos, eles insistem em ameaçar.

CHAPA 1 é oposição e o resto é do patrão. A Chapa 2 agora é a única chapa do patrão, representando a direção e chefia da Usiminas. Ela tem ainda o apoio do atual presidente do Sindipa, Paulino Floriano Monteiro e do Ex-presidente Jorge Noman Neto. Por isso ela representa o peleguismo e o continuismo.

**Cut** - Representada no Vale do Aço pelo Metasita, SINTICEL - Trabalhadores na Cenibra e Sindicato dos Bancários de Ipatinga

**Conclat** - Representada no Vale do Aço pela atual diretoria do SINDIPA. Em Minas Gerais um de seus líderes é Jorge Noman Neto, ex-presid. do Sindipa.

Vote pra ganhar  
Vote  Chapa 1  
O voto é secreto!

Ass. Francisco Carlos Delfino

Presidente da Chapa 1

3243 Votos na 1.ª Votação



# CHAPA 1

## ferramenta

ELEIÇÕES SINDICAIS METALÚRGICOS DE IPATINGA DE 12 A 16 DE AGOSTO

### SINDIPA: um departamento da Usiminas

A Usiminas controla a vida dos trabalhadores dentro e fora da usina.

A Usiminas controla dentre outros, o Hospital Márcio Cunha, as cooperativas e os clubes recreativos.

Até o planejamento urbano da cidade de Ipatinga foi feito para facilitar a investigação da vida dos trabalhadores. Os bairros foram divididos hierarquicamente, discriminando cargos e funções dos trabalhadores. A separação que existe dentro da usina prevalece nos locais de moradia.

E como se não bastasse, também o Sindicato dos Metalúrgicos sempre esteve nas mãos da Usiminas. Desde que foi criado, o SINDIPA é um departamento da Empresa. Para se ter uma idéia, o primeiro presidente da entidade, Alberto Maciel Soares, foi indicado pela Usiminas e empossado pelo Marechal Castelo Branco.

Com o sindicato controlado pela Usiminas, os trabalhadores encontram dificuldades em se organizar para lutar contra tanta imposição, por melhores condições de vida e de trabalho. Apesar disso sempre houve resistência dos trabalhadores que sofrem na pele tamanhas humilhações. Muitos dos que resistiram foram sumariamente demitidos.

#### DEMISSÕES

Em 1978 dezenas de companheiros perderam o sagrado direito ao trabalho por manifestar suas insatisfações em assembleias no sindicato. Logo em seguida milhares de companheiros das empreiteiras e Usimex também foram demitidos, desta vez em nome da famosa "recessão econômica". O Sindipa, por interesse da Usiminas, procurou esconder o caso, não lutando junto aos companheiros que perderam o emprego.

#### HUMILHAÇÕES

Em 1982, com eleições partidárias, a Usiminas lançou pelo PDS dois candidatos: Rondon Pacheco, então presidente da empresa, e ZEQUITÁ, vice-presidente do Sindipa. Na ocasião, distribuição de boletins, cartas, reuniões e até mesmo comícios foram feitos na área interna da Usina. Nessa época também muitos companheiros que se posicionaram contrários a essa política suja e de pressão foram demitidos.

#### MAIS DEMISSÕES

Em 1984, na última campanha salarial, fomos novamente humilhados. A Usiminas fez pressões e manobras para ter sua proposta aprovada. Vários companheiros que se posicionaram contra a proposta da Usiminas foram demitidos, dentre eles o companheiro João Mucida, relator da comissão de negociação. Outros companheiros que faziam parte da mesma comissão sofreram pressões.



5



**CHAPA 1**  
*ferramenta*

ELEIÇÕES SINDICIAIS METALÚRGICOS DE IPATINGA DE 12 A 14 DE AGOSTO

## FERNANDO TONELLI DESMENTE ACUSAÇÕES FEITAS AO PRESIDENTE DA CHAPA 1



FERNANDO TONELLI E Chico

Nós, da CHAPA 1, tivemos em mãos o "Jornal" Diário do Aço do dia 23/07/85 com uma matéria denunciando nosso companheiro Chico, candidato a presidente do SINDIPA. De imediato tivemos a certeza que o depoimento atribuído a Fernando Tonelli havia sido forjado. A nossa certeza foi comprovada. Fernando Tonelli nos passou um documento assinado do próprio punho desmentindo a notícia.

Fala Chico da CHAPA 1: "além de desmentir o 'jornal' Diário do Aço de 23/07/85, Fernando Tonelli me afirmou pessoalmente que não apoia nenhumas das chapas concorrentes às eleições do SINDIPA em agosto próximo".

Éis a íntegra do documento assinado por Fernando Tonelli:

**FERNANDO AVELAR TONELLI DESMENTE ACUSAÇÕES FEITAS AO PRESIDENTE DA CHAPA 1.**

O presidente da Comissão de Negociação da última campanha salarial do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga, Fernando Avelar Tonelli desmentiu as acusações feitas pelo "Diário do Aço", edição de 23/07/85, contra o presidente da CHAPA 1, Francisco Carlos Delfino.

Fernando disse ter ficado "surpreso e estarrecido" com a série de mentiras divulgadas por esse "órgão de imprensa." Para melhor esclarecer aos companheiros da Usiminas, Fernando enumerou os seguintes pontos:

"1 - Não prestei entrevista a nenhum órgão de imprensa com relação à campanha para as eleições sindicais em Ipatinga. E nem autorizei ninguém a publicar nenhuma declaração em meu nome.

2 - Não apóio e nem apoiei nenhuma das chapas que disputam o Sindipa, mesmo porque não faço mais parte dos quadros de funcionários da Usiminas.

3 - Percebe-se que na referida matéria publicada há intenção maldosa de denegrir minha imagem juntos aos companheiros metalúrgicos, visando apenas atingir objetivos eleitoreiros de quem usou indevidamente meu nome, não se importando com as consequências danosas que isso poderia me trazer.

4 - Com relação às acusações contrárias ao Chico, presidente da CHAPA 1 e favoráveis à CHAPA 2, jamais poderia ter prestado tais declarações por estar totalmente fora do processo.

5 - Não disse a ninguém que "Chico traia a comissão de negociação e muito menos de que ele seria covarde, fugindo da luta e brincando de fazer demagogia com o sofrimento e a desgraça dos outros".

6 - Enfim, toda a matéria feita utilizando meu nome é mentirosa. Continuo não querendo interferir no processo eleitoral e acho que cada um deve votar com a sua consciência e, agora sim, aproveito para mandar o meu abraço a todos."

Vitória 24/07/85  
Fernando Avelar Tonelli



Fernando Tonelli mostra-nos mais uma vez sua dignidade

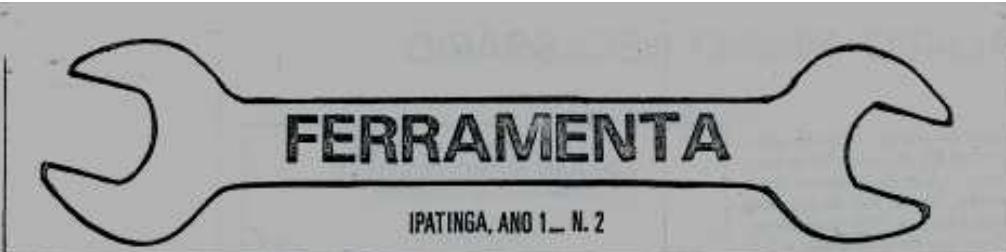
## O VOTO É SECRETO

**Vote na chapa 1 - as empresas não podem punir**

### ANEXO 3 – Edições do boletim *Ferramenta* — 1985

Esta parte os jornais informais em sequência, que permite perceber sua consolidação como veículo de oposição metalúrgica. Uma linguagem contendo denúncias das práticas arbitrárias utilizada pela chefia da empresa não era comum entre os operários. Se muitos sentiam a necessidade de evidenciar tais práticas, eram dissuadidos dessa iniciativa em virtude do potencial de retaliação da empresa, embasado na política de terror praticada pela chefia intermediária. Tais práticas adotadas pela empresa foram comparadas ao fascismo, talvez em virtude da truculência empresarial e do trato dado aos opositores da suposta parceria USIMINAS/sindicato. A sequência sugere ainda a sucumbência do sindicato na “assembleia da corda” e o plebiscito usado indevidamente com a finalidade de colocar a proposta da empresa “goela abaixo”.

Entretanto, esse meio de comunicação não se ateve só às denúncias, pois conclama os trabalhadores à sindicalização e a manter o *Ferramenta* em atividade, mediante a participação e contribuição de todos os trabalhadores para transformá-lo em “instrumento de libertação da classe trabalhadora”. O jornal *Ferramenta* aborda pela primeira vez a questão da candidatura do Francisco Delfino e celebra o primeiro aniversário de circulação. Noutros termos, as evidências permitem pressupor que o chamado foi atendido pela categoria: o *Ferramenta* sobreviveu.



## UNIR TODOS OS TRABALHADORES

*Nossa força é nossa união. Vamos juntar todas as forças e fortalecer nossa luta. Reafirmamos que ferramenta contínua, por que as melhores condições de vida e trabalho ainda não foram conquistadas. Todos juntos pelos 113,25 por cento de reajuste e pela conquista das demais reivindicações!*

### 113,25% PRA TODOS

*A desvalorização do nosso salário interessa aos patrões e ao governo. Portanto nenhum deles vai resolver nosso problema. Tudo depende de nós mesmos.*

*O reajuste de 113,25 por cento não é aumento de salários. Mas para conquistá-lo é necessário a presença de todos nas assembleias.*

*Por que 113,25 por cento de reajuste?*

*Com os decretos repressivos de 83 perdemos até hoje mais de 65 por cento. Estamos reivindicando apenas 25 por cento de reposição.*

*Conforme relatório da Usiminas, a produtividade de 1984 foi 18 por cento. Reivindicamos também 18 por cento de produtividade.*

*... "A política de austeridade, ... possibilitou expressiva redução dos custos operacionais, aumento da produção e desenvolvimento de produtos mais nobres, ..." relatório de administração da Usiminas - 1984.*

#### USIMINAS ENTRE AS "50" MAIORES ESTATAIS

- Em 1984 - 6º lugar
- Em 1985 - 4º lugar - até setembro
- Receitas - 2,203 trilhões de cruzeiros
- 1,194 bilhões de dólares
- Crescimento das vendas: 24 por cento
- Patrimônio líquido: 2,407 trilhões de cruzeiros
- Lucro líquido: 109,707 bilhões de cruzeiros

Fonte: Revista Exame - setembro/1985



#### QUANTO PESA O NOSSO SALÁRIO NO CUSTO TOTAL DA USIMINAS?

*Veja no quadro abaixo, extraído do relatório do Departamento Financeiro - UDF, quanto a Usiminas gasta com salários em relação às outras despesas:*

DESPESAS	PERCENTUAIS
Salários .....	6,604%
Encargos .....	11,282%
Manutenção .....	17,751%
Combustível .....	0,751%
Energia e Transp. ....	5,047%
Suprimentos p/operação .....	6,283%
Despesas gerais .....	4,070%
Matéria-Prima .....	48,212%
<b>TOTAL GERAL .....</b>	<b>100,000%</b>





## CONTRA-PROPOSTA É REJEITADA

Por várias vezes a Assembléia realizada ontem (21/11) rejeitou a contra-proposta da Usiminas. O "Presidente" do Sindicato na tentativa de manipular propôs que se decidisse pelo voto secreto. Mais uma vez a

### "PRESIDENTE" ABANDONA ASSEMBLÉIA

Nunca verdadeiro ato de traição e desrespeito aos trabalhadores, o "Presidente" do Sindicato abandonou a Assembléia. O "Presidente" não res-

Assembléia rejeitou não concordando com o voto secreto, porque por aclamação a maioria tinha rejeitado. A partir daí a "Diretoria" do Sindicato desligou o som, negando a liberdade de expressão aos trabalhadores.

peitou a vontade da maioria que ficou clara. Será que a "Diretoria" do Sindicato é a favor da contra-proposta da Usiminas?

**TRABALHADORES NÃO ARREDAM PÉ**  
Mesmo com a suméria do "Presidente" nós não abandonamos o local. Todos que votaram contra permaneceram. Fugiram do local o "Presidente", o resto da "Diretoria" e os que votaram a favor.

### CHICO ASSUME ASSEMBLÉIA

Os companheiros que ficaram concluíram que Chico dirigisse a Assembléia. Mesmo sem sonorização o companheiro Chico propôs:

- Formar uma comissão para discutir proposta das decisões a serem tomadas e apresentá-las através de boletins e carro de som.
- Que todos se retirasse para preservar a integridade física.

As propostas foram aprovadas por aclamação.

**Companheiro,**  
Se você é sindicalizado, não desfilie.  
Se você não é, sindicalize-se.

Os patrões não querem  
Ninguém sindicalizado.

### QUESTÃO DE HONRA

Denunciamos que vários companheiros ficaram presos dentro da Usina fazendo hora extra. Não tiveram o direito de manifestar suas opiniões. Isto é antidemocrático.

A "Diretoria" tentou confundir os trabalhadores com o esquema da coda, achando que somos medrosos.

### NÓSSAS PROPOSTAS

Diante do desrespeito da "Diretoria" do Sindicato, que não aceitou o resultado da votação, propomos que:

- 1- Se convoque imediatamente nova Assembléia e que esta seja democrática
- 2- As horas extras acabem, principalmente em dias de Assembléias
- 3- Se aceite a decisão da maioria da Assembléia do dia 21/11
- 4- Seja eleita em Assembléia uma comissão de negociação.

**TRABALHADORES UNIDOS  
JAMAIS SERÃO VENCIDOS!**

# FERAMENTA

ANO. I N. 4 — 22-11-85

## Garantir a Soberania da Assembléia

Não conhecemos outra decisão que não seja a tomada pela maioria da Assembléia de 21-11-85 ou seja:  
 1- Rejeitar a contra proposta da USIMINAS  
 2- Não aceitar votação secreta

Qualquer coisa que acontecer diferente disso é anti-democrática e traição à classe trabalhadora. A assembléia é soberana, e a vontade da maioria deve ser garantida.

## Plebiscito Sem Aprovação, é Anti-democrático

A Diretoria do Sindicato está divulgando que haverá plebiscito hoje de 14 às 18 hs. no CAMPO DO JABAQUARA. Se

isto acontecer lamentaremos o desrespeito a nossa dignidade.

## Votar e Fiscalizar

Mesmo sabendo que a assembléia decidiu contra a realização da votação secreta e que poderá ocorrer

tentativas de fraudes na apuração devemos VOTAR E FISCALIZAR

Todos devem ter direito ao voto, porque o acordo salarial é para toda categoria e não apenas para os sindicalizados.



COMPANHEIRO, SINDICALIZE-SE

LEIA E DIVULGUE

# FERRAMENTA CUT

IPATINGA, ANO 1 - N.5 26/11/85

## EDITORIAL

Para os companheiros da Usiminas, terminou a Campanha Salarial. Não conforme a vontade da maioria. Mas de forma anti-democrática e arbitrariedade, não interessando aos trabalhadores.

Os diretores pelegos não estão cedendo a liberdade e participação aos trabalhadores. Porque os trabalhadores não podem usar a palavra nas assembleias? Quando usam a palavra são demitidos. Exemplo disso foi a demissão do companheiro Eugenio Paccelli do Carmo. Será que a diretoria do Sindicato defende apenas os interesses das chefias e direção das empresas? Será que confirmam as denúncias feitas pela Ferramenta em campanha eleitoral?

Num boletim a pelegada diz: "A LUTA CONTINUA". Perguntamos: -Vai continuar a luta contra os trabalhadores?

Os diretores pelegos do Sindicato não querem a união da categoria. Pois permitem a divisão da categoria jogando os companheiros do turno contra os companheiros da semana inglesa e horário normal. Além de dividir Usiminas, Usimac e Empreiteiras em assembleias diferentes.

Para vencermos todas estas traições é necessário organizarmos e fortalecer mais nossa Ferramenta de luta. Unidos somos fortes.

O círculo que ouvimos na assembleia de 21/11/85, CUT, CUT, CUT...., fez com que a Ferramenta discutisse e colocasse para a categoria as bandeiras de luta da CUT. Afinal a Central Única dos Trabalhadores luta pelos objetivos imediatos e históricos da classe trabalhadora. Os objetivos imediatos da classe trabalhadora são: -Redução da jornada de trabalho, reajuste trimestral, aumento real de salários, estabilidade no emprego, etc. E os objetivos históricos são a libertação da classe trabalhadora e o fim da exploração.

ASSIM NÃO!



## FERRAMENTA PROTESTA CONTRA PLEBISCITO

Considerando que:

1. A realização do plebiscito contrariou a decisão da assembleia de 21/11/85, que votou contra sua realização;
2. A assembleia de 21/11/85 decidiu pela não aprovação da Contraproposta da Usiminas;
3. O plebiscito é um método que só interessa aos patrões, porque permite que as chefias pressionem e conduzem os trabalhadores a votarem na proposta da empresa;

A OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE IPATINGA - FERRAMENTA, REPUDIA A FORMA ANTI-DEMOCRÁTICA E ARBITRARIA USADA PELA DIRETORIA DO SINDICATO. O QUE JUSTIFICARIA A POSIÇÃO DA DIRETORIA DO SINDICATO? TERIAM GARANTIDO AS CHEFIAS DA USIMINAS A APROVAÇÃO DA CONTRAPROPOSTA?

Qual a defesa que a diretoria do Sindicato fará a este protesto? Este protesto também serve como denúncia para que este fato não se repita.



COMPANHEIRO, CONTRIBUA COM A FERRAMENTA, DOANDO DINHEIRO OU PAPÉL PARA SUATENTAR A NOSSA LUTA POR MELHORES DIAS. DEPO SITE NA CONTA 42.513-X BANCO DO BRASIL S/A - IPA, EM NOME DE FRANCISCO CARLOS DELFINO, OU PROCURE OS COMPANHEIROS DA FERRAMENTA E FAÇA SUA DOAÇÃO.

LEIA E DIVULGUE

# FERRAMENTA CUT

IPATINGA, ANO 1 - N.6 27/11/85

## DEMISSÕES NÃO ACABAM COM A LUTA

A Direção da USIMINAS e o Sindicato pensam que as pressões e demissões acabariam com a luta contra a opressão e por melhores condições de vida e trabalho.

Eles estão equivocados pois é justamente porque existem estes fatores que existe a luta e a FERRAMENTA.

... Não sabemos se é por irresponsabilidade ou incerteza, que eles insistem em resolver os problemas desta forma, com violência e arbitrariedades.

Além disto estes acontecimentos diminuem a produção e aumentam as acidentes de trabalho. E lamentável denunciar estas coisas.

Durante a Campanha Salarial, não denunciamos as demissões para não enfraquecer nossa luta e mobilização, que já era difícil por ter a diretoria do Sindicato do lado dos patrões.

A USIMINAS demitiu agora o CHICO, o EUGÉNIO, o EDSON e ZÉ HORTA, iludida que estes companheiros são a FERRAMENTA. A FERRAMENTA é um instrumento de luta dos trabalhadores. Por isso ela continua sesson com estes companheiros fora da USIMINAS. Se a USIMINAS tiver dúvida, basta olhar o resultado das eleições sindicais e o que ela teve que fazer para não perder o controle de nosso Sindicato.

A partir destas demissões e do ocorrido na Campanha Salarial 85, denunciaremos a diretoria da USIMINAS a nível nacional e internacional, através de parlamentares, entidades de classe, igrejas, imprensa, autoridades e da Central Única dos Trabalhadores.

Tomaremos também outras medidas, que oportunamente informaremos à categoria.

**ASSIM NÃO!**



CAMPANHA NACIONAL CONTRA A DEMISSÃO INJUSTA

## FERRAMENTA INCOMODA PATRÕES E PELEGOS

Por que será que a FERRAMENTA incomoda os Pelegos e os Patrões?

A verdade incomoda. A FERRAMENTA incomoda a empresa, que não convive com um Sindicato livre, autêntico e desatrelado.

Salário injusto, manutenção de uma polícia própria, controle de nossas vidas fora da empresa, desrespeito à organização dos trabalhadores, interferência nas eleições sindicais



e campanhas salariais, controle do nosso Sindicato, etc. Tudo faz parte da rotina dos chefes e diretores da USIMINAS.

Ao longo dos anos vários companheiros foram demitidos.

A necessidade de inverter esta situação, fez com que surgisse a FERRAMENTA, como instrumento de organização e luta pela libertação da classe trabalhadora.

### COMPANHEIRO,

CONTRIBUA COM A FERRAMENTA, DOANDO DINHEIRO OU PAPEL PARA SUSTENTAR A NOSSA LUTA POR MELHORES DIAS. DEPOISITE NA CONTA 42.613-X, BANCO DO BRASIL S/A - IPA, EM NOME DE FRANCISCO CARLOS DELFINO, OU PROCURE OS COMPANHEIROS DA FERRAMENTA E FAÇA SUA DOAÇÃO.

LEIA E DIVULGUE

# FERRAMENTA

IPATINGA, ANO 1 - N.7 - 02/12/85

ÓRGÃO INFORMATIVO DA OPÔSITIVA SINDICAL METALÚRGICA FERRAMENTA-IPATINGA - MG

NA "NOVA REPÚBLICA" TAMBÉM EXISTE  
DESEMPREGO!!!

É triste, na implantação da "Nova República", a gente ter que denunciar as atitudes arbitrárias da Usiminas. A Usiminas sempre controlou a vida dos trabalhadores através do medo. Ela era o monstro que ninguém ousava enfrentar; era a "mão" frente a qual todos deveriam se curvar.

A FERRAMENTA chegou para acabar com esse mito. Chegou para dizer que muito pior que o desemprego, é trabalhar sob atitudes repressivas de supervisores e chefes. Que muito pior que os favores da "mão", é enfrentar os descontos do BNH na folha de pagamento. E enquanto algumas têm privilégios, a grande maioria tem que se sacrificar.

O salário do trabalhador continua sofrendo perdas que nunca terão reposição, e por causa de toda essa injustiça que FERRAMENTA existe e tem lutado.

Portanto a "mão" Usiminas não admite que alguém a questione, que lhe diga a verdade.

Eis a lista dos que foram demitidos: CHICO, IUD, ZÉ HORTA, PINA, EUGÉNIO, LUIZ CARLOS, CLEBER, ELIEL, EDSON, HELI O COSTA, RONMULO, RAUL, VIRGÍLIO, ISMAEL, EUSÍDEZ.

Sera que é crime querer participar? Sera que é crime querer um Sindicato LIVRE, e AUTÉNTICO?

Sera que é crime lutar para que todos tenham salário justo e condições dignas de vida?

A "nova diretoria" do Sindicato, que durante a campanha eleitoral, dizia ser autêntica, estar do lado do trabalhador, e lutar pela defesa do trabalhador, tem assistido a tudo isto de braços cruzados.

Mas nós não vamos cruzar os braços. Vamos lutar pela readmissão dos companheiros demitidos.

Chega de massacres.



VAMOS PARTICIPAR DO ATO PÚBLICO!

3ª FEIRA AS 17:00  
EM FRENTE A CÂMARA MUNICIPAL  
DE IPATINGA.

CONTRA AS ATITUDES ARBITRÁRIAS  
DA USIMINAS!

CONTRA A OMISSÃO DA DIRETORIA  
DO SINDICATO!

PELA READMISSÃO DE TODOS OS  
COMPANHEIROS DA FERRAMENTA!  
PRESença DE SINDICALISTAS, DE  
PUTADOS E AUTORIDADES RELIGIOSAS.



FERRAMENTA  
NÃO VAI  
ACABAR!

A FERRAMENTA surgiu da necessidade do trabalhador metalúrgico de Ipatinga de ter seu instrumento de luta e liberdade.

O princípio fundamental da FERRAMENTA é a defesa intransigente dos nossos direitos e reivindicações. Através das lutas temos como perspectiva uma sociedade sem exploração onde impera a democracia política, social e econômica.

Historicamente o nosso sindicato sempre esteve atrelado aos patrões ao governo e aos partidos políticos. A FERRAMENTA se propôs acabar com esse atrelamento, garantindo a independência da classe trabalhadora; pois, entendemos que a defesa dos nossos direitos estão acima de qualquer outro interesse.

Mas os patrões e os palegós do sindicato não querem conviver com a democracia. Eles não querem que os trabalhadores se organizem e lutem para construir um sindicato LIVRE, AUTÉNTICO e DESATRELADO. Eles insistem em continuar praticando a ditadura do regime militar. Acreditando, assim, que podem acabar com a FERRAMENTA. Mas é impossível acabar com a FERRAMENTA.

A diretoria da Usina, através da chefia, insiste em nos exigir uma fidelidade e expressão ao seu modo. Alegando que "temos que vestir a camisa da Usiminas". O que é que eles querem com isso? Sera que é alem da nossa força de trabalho, querem também explorar as nossas ideias? Queremos "vestir a camisa da Usiminas" SIM, porque a Usiminas é nossa, dos trabalhadores. Mas tem de ser mantida a nossa dignidade e o respeito às nossas ideias. Que a justiça e a liberdade sejam comprovadas na prática.

Por isso a FERRAMENTA não vai acabar. A FERRAMENTA somos todos nós, é cada trabalhador que nas saídas as injustiças e que se uja na luta por melhores dias para nos e nossos filhos.



UOL E SÍNTESE



IPATINGA - ABRI - N. 10 - 28/02/86

ÓRGÃO INFORMATIVO DA OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA FERRAMENTAS - IPATINGA - MG

## O FACISMO DA USIMINAS NA NOVA REPÚBLICA

A Classe Trabalhadora brasileira vive atualmente uma situação de super exploração no capital. Esta situação impõe os trabalhadores a luta por melhores condições de vida, de trabalho e por liberdades políticas. As lutas várias em todos os níveis só entram de regras forte de os trabalhadores denunciarem seu descontentamento com o governo. Se em 1964 a ditadura militar utilizava tropas, canhões e tiros para impedir estas manifestações, a "Nova República" se utiliza das ameaças, das intimidações e meios para reprimir os trabalhadores. A Usiminas, bem ao estilo da "Nova República", continua denitindo e ameaçando seus funcionários.

### MAIS DEMISSÕES

Segundo a trilha de sua política antirreforma, arbitrarista e anti-democrática a Usiminas demitiu recentemente os companheiros SEBASTIÃO MARCO, ORFIZIO DE ALMEIDA PINTO (ULPE), OS AFONSO VENTURA (ULNA),AMILTON GONZAGA LIMA (ULNA), JOSÉ FIGUEIREDO DA SILVA (ULNA) e ARLOS LIMA DA SILVA (ULNA).

Os responsáveis por estes atos autoritários foram os chefes do UOL: Ildeu Fantini, da Eifel Cecílio Vieira; ULPE, Aluísio Soárez Corvalho e da ULN, Deli Daniel Moreira. As demissões sumárias mostram o caráter policial e repressivo da política desenvolvida pela Usiminas sobre os operários.

### UOL: TEM CHEFE COM MANIA DE NAZISTA

O ex-chefe da ULNA, Alberto Jenáuário Vello Neto, participou diretamente da demissão de companheiro Carlos Afonso (ULNA). Os companheiros estão desconfiados que o Alberto, tido como agente do SNI e do Exército, está com o enigma de Menga no cargo. Vale lembrar que o Alberto é apenas um, entre os muitos chefes da Usiminas com a mesma mania de perseguição.

### CONTRIBUA COM A FERRAMENTA

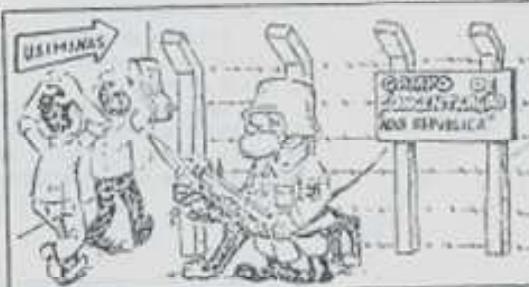
Conta 42613-X - Banco do Brasil Centro em nome de Francisco Carlos Delfino

### PRESIDENTE DA USIMINAS NÃO EXPLICA DEMISSÕES

Encucendo-se do clima de terror que Ipatinga viveu em agosto último o presidente da Usiminas declarou ao secretário do Governo de Minas Gerais e ao Jornal "Diário do Aço", que: "a administração da Usiminas manteve estrita isenção no pleito, sem envolver-se em disputas..." (...) "A atual administração da Usiminas, nela incluídos todos os níveis de chefia, não se envolve em disputas partidárias, nem em grupos sindicais..." E o presidente da Usiminas diz mais: "tais medidas [demissões e pressões] jamais configuram qualquer violação do direito de expressão dos seus funcionários, ou qualquer pressão que signifique a atuação sobre a autonomia sindical".

Peis bem companheiros, deixando de lado a hipocrisia das afirmações do presidente da Usiminas, questionemos o seguinte:

- O que significa a candidatura do Sr. Jaquita, nas eleições de 1982, bem como a de Roni don Pacheco, como representantes da Usiminas? Por acaso não se tratava de envolvimento em questões político-partidárias?
- O que quer dizer as demissões e pressões sobre os funcionários da usina, sendo a independência sobre a autonomia e liberdade sindical? Será que a Usiminas não pressionou ninguém durante a última campanha salarial?
- A Usiminas nunca demitiu ou pressionou qualquer funcionário por suas concepções políticas? Isso não significa violação ao direito e liberdade de expressão?



PELA READMISSÃO IMEDIATA DOS COMPANHEIROS !!!

LEIA E DIVULGUE



IPATINGA, 29/05/86



ÓRGÃO INFORMATIVO DA OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA FERRAMENTA - IPATINGA - MG - ANO I - Nº 11

## USIMINAS NÃO CONGELA DEMISSÕES

No dia 28 de fevereiro, o governo da "Nova República" decretou o congelamento da miséria do povo brasileiro com o pacote econômico. A diretoria da Usiminas aproveitou do momento de autoria dos trabalhadores, demitiu mais operários do Grupo Ferramenta.

Os demitidos foram JOÃO LÚCIO DA SILVA (UDCI) e JOSÉ ANICETO DA SILVAGUARDI.

Os responsáveis pelas demissões foram os chefes do Centro de Pesquisas (UDCI) Francisco Lira Leal, do UCI - Elpídio Aruanda e da ULNA Alverno Soares T. Neto.

Esta decisão da Usiminas, deixa clara, no entanto, a postura policialista e repressora que a empresa utiliza paraprimir o Clube Trabalhador. Agindo dessa forma julga poder controlar explorando os trabalhadores, de forma que lhe interessar.

Aos trabalhadores da Usiminas, é preciso reafiar a necessidade de se dar um BASTA à série de abusos que a empresa vem cometendo contra seus funcionários. Afinal, sua política anti-democrática, nada mais é do que o reflexo da política geral que os trabalhadores vivem sob a Nova República.



### UDL: CHEFE CONTINUA COM MANIA DE NAZISTA

O ex-chefe da ULNA, Alberto Jenulio Velloso Neto, que já foi denunciado pela FERRAMENTA, inicia amanhã como policial na seção Alberto, conhecido como Mengão, treinos e demissão de companheiro JOSÉ ANICETO DA SILVA.

ANICETO que era chefe do grupo foi nomeado e operador e transferido do helicóptero para os três turnos. Esta manobra foi uma tentativa de forçar companheiro a pedir demissão.

Após resistir às várias pressões e humilhações, ANICETO foi demitido no dia 20/05/86.

### UDC: POLÍTICA ANTI-OPERÁRIA

A Usiminas demitiu dia 18 de abril, após sózio maior de trânsito, o companheiro JOÃO LÚCIO que trabalhava no Centro de Pesquisas.

JOÃO LÚCIO havia integrado a Chapa 1 - FERRAMENTA, que concorreu às eleições Sindicais em agosto/85, junto com vários outros companheiros.

A responsabilidade da demissão do JOÃO LÚCIO é do chefe do UDC Francisco Lira Leal, cuja postura anti-operária é anti-democrática.

### Congressos



Congresso Estadual da CUT

Data: Dias 04, 05 e 06 de julho

Local: BH

Congresso Nacional da CUT

Data: Dias 31 de julho, 01, 02 e 03 de agosto/86

Local: Rio de Janeiro

## CHICO É CANDIDATO DO PT



FRANCISCO CARLOS DELFINO (CHICO), candidato a deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores, é o atual presidente da Central Única dos Trabalhadores do Vale do Aço (CUT).

Concorreu às eleições do Sindipar, em 85, como presidente da Chapa 1 Ferramenta. Foi demitido pela Usiminas em novembro de 85 após 6 anos de trabalho no Centro de Pesquisas.

Há quase dois anos o tema "Constituinte e Eleições 86", vem sendo debatido amplamente pelos grupos de organização popular (associações de moradores, sindicatos, pescadores, CEUs etc.)

Uma das questões mais discutidas foi "Quem será o nosso candidato?"

Após muita discussão e avaliação surgiu o nome do Companheiro CHICO, por sua atuação e compromisso com a luta da classe trabalhadora.

Além do amplo debate, a candidatura do CHICO foi iniciada por três plenários, um abaixo-assinado da CEUs (Comunidades Eclesiais de Base) e a Pré-Convenção do PT de Ipatinga. Contribuiu também para a decisão o apoio da Oposição Metalúrgica Ferramenta.

A proposta básica de candidatura de Chico e deputado estadual será o fortalecimento de organizações do movimento sindical e popular.

A ação sindical Metalingúica FERRAMENTA está informando aos comunhão e ao respeito da candidatura do CHICO. O lançamento ainda será feito através de um Comitê Popular de Campanha organizado pelo Partido dos Trabalhadores junto aos Sindicatos e outras forças populares.

### FERRAMENTA UM ANO DE LUTA

No último dia 18 de abril faz um ano que foi registrada a CHAPA 1 - FERRAMENTA. Primeira chapa de oposição a concorrer às eleições sindicais em Ipatinga.

Após o sangrento massacre de 7 de outubro de 1983, onde companheiros foram mortos na luta por melhores salários e condições de vida, o nascimento da CHAPA 1 - FERRAMENTA, foi um marco histórico, dando inicio aos movimentos de OPOSIÇÃO no Vale do Aço.

Durante muito tempo a classe operária da região viveu sendo ludibriada por uma política sindical conveniente com a exploração e o opressão aos trabalhadores.

Com o surgimento da FERRAMENTA, os dirigentes sindicais pelas quais compareceram ser homenageados, sem trégua, pelas oposições sindicais combativas. Isto porque a luta dos trabalhadores não pode ficar à mercê de palhaços e traidores. E precisava ser definitivamente da região e devolver à classe operária sua dignidade.

É HORA DE AVANÇAR!  
SALÁRIO E EMPREGO PARA  
TODOS!



IPATINGA 13/08/86

ÓRGÃO INFORMATIVO DA OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA FERRAMENTA - IPATINGA - MG - ANO I - Nº 12

## Campanha Salarial Unificada 86

A Oposição Sindical FERRAMENTA conglama todos à unidade na luta por salário e emprego para todos. Pelo seu compromisso e representatividade junto à categoria deve ser garantida a participação da oposição sindical nas assembleias e em toda campanha salarial.

Apresentamos para abrir o debate propostas de unificar as lutas a nível nacional e reivindicações específicas dos metalúrgicos de Ipatinga.

### USIMINAS USIMEC EMPREITEIRAS

- 01- Produtividade a ser calculada pela DIEESE.
- 02- Turno de 06 horas para produção.
- 03- Equiparação entre todas as condições dos trabalhadores das siderúrgicas estatais, assegurando as maiores vantagens existentes.
- 04- Férias em dobro.
- 05- Horas extras a 100% dias normais e 200% nos sábados, domingos e feriados, folga e dias compensados.
- 06- Eleição direta de todos os cargos diretivos das CIPAS.
- 08- Insalubridade para todos.
- 09- Periculosidade para eletricistas, cumprir o decreto nº 92212.
- 10- Reintegração de todos demitidos.
- 11- Empreiteiras: Que a Usiminas contrate todos os funcionários das empreiteiras, equiparação dos salários e vantagens dos contratados.
- 12- Vale transporte para todos.

### CAMPANHA NACIONAL DE LUTAS

1. Salário mínimo real (de acordo com o cálculo do Dieese);
2. Reposição das perdas salariais;
3. Correção dos salários com base na inflação acumulada até fevereiro;
4. Escala móvel com o reajuste automático toda vez que a inflação atingir o índice de 5%;
5. Salário-desemprego para todos;
6. Estabilidade no emprego;
7. Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais;
8. Reforma agrária sob controle dos trabalhadores;
9. Congelamento dos preços e garantia do abastecimento;
10. Tabelamento dos juros;
11. Estatização do sistema financeiro sob controle dos trabalhadores;
12. Suspensão da remessa de lucros para o exterior;
13. Não pagamento da dívida externa;
14. Constituinte democrática e soberana;
15. Liberdade e autonomia sindical;

### A LUTA CONTINUA...

FICAR, LUTAR E VENCER!

O 29º Congresso Nacional da CUT - Central Única dos Trabalhadores avaliou a gravidade da situação da classe trabalhadora. Um terço das famílias brasileiras ganham menos de um salário mínimo, 12 milhões de lavradores sem terra e mais de 160 assentamentos no campo só neste ano, 14 milhões de trabalhadores desempregados 12 milhões de crianças desnutridas.

O 29º CONCUT lançou um manifesto, propondo unificar as lutas e colocar fim na exploração e dominação a que esta submetida a maioria do povo brasileiro. O Governo congelou nosso salário, MAS NÃO CONGELOU NOSSA VONTADE DE LUTAR.

A "Nova República" e os patrões estão fazendo ataques à CUT na imprensa. Com o objetivo de isolar as entidades dos trabalhadores.

Em Ipatinga e no Vale do Aço não acontece diferente. A posição arbitrária da direção da USIMINAS em demitir, pressionar e tentar impedir a livre organização dos trabalhadores, não é isolada. Acreditar que estes métodos anti-democráticos acabaram com a luta dos trabalhadores metalúrgicos e no mínimo comprovar a incompetência política e a falta de sustentação popular da direção da empresa.

O grupo FERRAMENTA DE OPOSIÇÃO SINDICAL, existe e continua, porque a luta dos metalúrgicos de Ipatinga continua. OS TRABALHADORES SABERÃO NO MOMENTO OPORTUNO DAR SUA RESPOSTA!

Os pedidos de demissão da empresa e a crescente desfiliação do Sindicato demonstram a insatisfação dos trabalhadores com as pressões e os salários de fome e com a ineficiência e imobilismo da direção do SIPA.

Manter a sindicalização e estimular novas sindicalizações de companheiros e a forma mais imediata de mudar esta situação de humilhação e salários baixos.

SEM LUTAR A VIDA NÃO VAI MUDAR! DA LUTA NÃO DEVEMOS FUGIR!

**TODOS À ASSEMBLÉIA HOJE**

**ANEXO 4 – Boletim *Ferramenta* vinculado a outra chapa de oposição — 1988**

Esta parte enfatiza a vinculação do *Ferramenta* com a oposição operária. Este documento, datado de 12 de agosto de 1988, dá visibilidade à primeira eleição do sindicato após a primeira chapa ferramenta. Como a chapa 3 era a alternativa de oposição a administração sindical, sua vinculação com a antiga chapa é clara, pois ela também adotou o nome de Chapa Ferramenta. Embora distanciadas pelo mandato previsto na CLT, a reutilização do nome em 1988 pressupõe a fixação do termo como sinônimo de luta, resistência e persistência.



## APOSENTADO NÃO SERVE PRA NADA

É isso o que pensam o governo, a direção da Usiminas e os pelegos que há 23 anos dominam o Sindicato. Nos dias 16, 17, 18 e 19, haverá eleição no Sindipa. Vote em quem pensa diferente. Vote em quem defende uma vida digna para os trabalhadores da ativa e aposentados, a CHAPA 3 CUT-FERRAMENTA.

O ser humano trabalha de 25 a 30 anos, na esperança de melhorar de vida. E, quando pensa em poder curtir seus netos, tem que arranjar outro emprego para complementar o salário, porque, da forma como atualmente é feito o cálculo da aposentadoria, ocorre uma perda de 30 a 35%.

Dai, surge uma opção: a Caixa dos Empregados da Usiminas, que você pagou a vida toda, em forma de mensalidade.

Só que o Estatuto da Caixa dos Empregados foi alterado na surdina, sem a participação dos associados, anulando vários direitos adquiridos pelos aposentados.

O plano da exploração, arquitetado para atender ao poder econômico, vem de longe. Só durante a gestão de JORGE NOMAN NETO (pelego mor do sindicalismo mineiro), no SINDIPA, os aposentados perderam os 10% da ajuda de custo de transporte que receberam na ativa, sob a promessa de que esse percentual seria incorporado à carteira profissional. O que o grande capacho das empresas não avisou é que na carta de de-

sistência da ajuda de custo seria incluído também o corte da ajuda de aluguel, água e luz.

Em 1985, o que houve de promessas de emprego para filhos de aposentados daria para montar outra empresa. Na realidade, não se admitiu quase ninguém. Foram capazes de demitir companheiros, filhos de aposentados, simplesmente por terem uma posição política contrária à deles.

Companheiros aposentados, não se deixem levar pelos oportunistas que, às vésperas de eleições sindicais, oferecem almoço na área da Usiminas, viagens ao litoral capixaba e visita a clubes. Tudo para ouvir discursos demagógicos dos diretores do SINDIPA e da Usiminas.

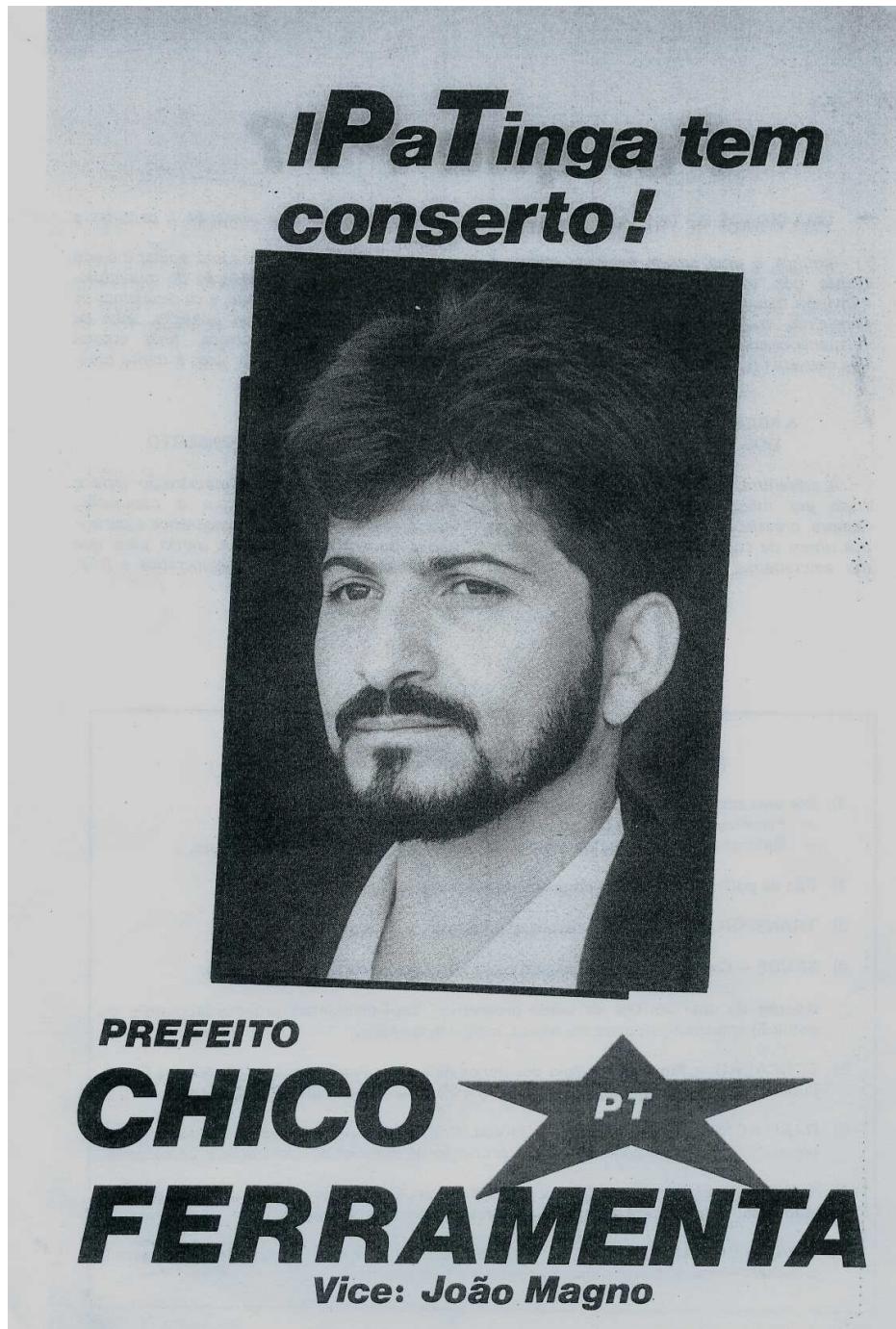
Sejam solidários aos companheiros que tiveram seus filhos demitidos e expulsos da Usiminas. Manifestem seu protesto, votando na CHAPA 3 CUT-FERRAMENTA, a única realmente comprometida com os interesses dos trabalhadores e que tem propostas concretas para organizar e levar adiante a luta dos aposentados por uma vida digna.





## ANEXO 5 – Propaganda de campanha para eleição em Ipatinga

Este documento trata das eleições municipais de Ipatinga. Como o candidato a prefeito era remanescente da antiga Chapa Ferramenta de oposição sindical, a campanha incorporou o *slogan* “Ipatinga tem conserto”; e o conserto seria pela via da ferramenta.



REVISÃO, TRADUÇÃO, *Edinan J. Silva*  
NORMALIZAÇÃO E [etalii@bol.com.br](mailto:etalii@bol.com.br)  
FORMATAÇÃO

Texto padronizado segundo o acordo ortográfico  
vigente desde 1º de janeiro de 2012.